

MENSAGEM

À ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Relatório Exercício 2022

AUTORIDADES

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR

Governador do Estado

DARCI PIANA

Vice-Governador do Estado

JOÃO CARLOS ORTEGA

Secretário Chefe da Casa Civil

DARLAN SCALCO

Chefe de Gabinete do Governador

LETÍCIA FERREIRA DA SILVA

Procuradora-Geral do Estado

SÉRGIO VIEIRA BENÍCIO

Secretário Chefe da Casa Militar

RAUL CLEI COCCARO SIQUEIRA

Controlador-Geral do Estado

LOUISE DA COSTA E SILVA GARNICA

Secretária de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes

CARLOS ALBERTO GEBRIM PRETO

Secretário de Estado da Saúde

JOÃO EVARISTO DEBIASI

Secretário de Estado da Comunicação Social e da Cultura

AUGUSTINHO ZUCCHI

Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas

EVERTON LUIZ DA COSTA SOUZA

Secretário de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo

ROGERIO HELIAS CARBONI

Secretário de Estado da Justiça, Família e Trabalho

NORBERTO ANACLETO ORTIGARA

Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

ELISANDRO PIRES FRIGO

Secretário de Estado da Administração e da Previdência

RENATO FEDER

Secretário de Estado da Educação e do Esporte

RENÊ DE OLIVEIRA GARCIA JUNIOR

Secretário de Estado da Fazenda

WAGNER MESQUITA DE OLIVEIRA

Secretário de Estado da Segurança Pública

FERNANDO FURIATTI SABOIA

Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística

LUCIANA CASAGRANDE PEREIRA FERREIRA

Superintendente Geral da Cultura

EUGENIA ANGELA CRISTINA RICORDI

Superintendente Geral de Ação Solidária

ALDO NELSON BONA

Superintendente Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

FRANCISCO CAETANO MARTIN

Superintendente Geral de Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas

ANDRE RICARDO DA NOVA TELLES

Superintendente Geral de Inovação

ÁGIDE EDUARDO PERIN MENEGUETTE

Superintendente Geral de Parcerias

ROLAND RODOLFO RUTYNA

Superintendente Geral de Diálogo e Interação Social

HELIO RENATO WIRBISKI

Superintendente Geral do Esporte

RICARDO APARECIDO MAIA KOTSIFAS

Superintendente Geral de Apoio aos Municípios

MARCIO CLAUDIO WOSNIACK

Superintendente Geral de Articulação Regional

KELI CRISTINA DE SOUZA GALI GUIMARÃES

Superintendente Geral de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná

DANIEL WESLEY VILAS BÔAS ROCHA

Superintendente Geral de Relações Institucionais

FERNANDO RAIMUNDO SCHUNIG

Coordenador Estadual da Defesa Civil

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Com o desejo de que o ano legislativo que se inicia seja próspero e benéfico para nosso Estado e todos os paranaenses e no uso das atribuições constitucionais que me são conferidas no artigo 87 da Magna Carta Estadual, tenho a honra de encaminhar a essa Assembleia Legislativa Mensagem Governamental e caderno expositivo das atividades deste Poder Executivo no Exercício de 2022.

Curitiba, fevereiro de 2023.

Carlos Massa Ratinho Junior

Governador do Estado

SUMÁRIO

SUMÁRIO

A ECONOMIA PARANAENSE NO ANO DE 2022	13
1 CASA CIVIL (CC).....	21
1.1 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS).....	24
1.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL (SAR).....	25
1.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE INOVAÇÃO (SGI).....	25
1.4 SUPERINTENDENCIA GERAL DE RELAÇÕES INTITUCIONAIS (SGRI)	27
1.5 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SGDES)..	27
1.6 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERGDF) ...	31
1.6.1 Principais Realizações	31
1.7 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)	32
1.7.1 Principais Realizações	32
1.7.1.1 Desempenho Operacional.....	32
1.7.1.2 Principais Contas.....	33
1.7.1.3 Principais Atividades	33
1.8 AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ)	36
1.8.1 Principais Realizações	36
1.8.1.1 Operações do Setor Privado	36
1.8.1.2 Operações do Setor Público.....	38
1.9 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR).....	39
1.9.1 Principais Realizações	39
1.9.1.1 Governo Digital	39
1.9.1.2 Soluções para Segurança Pública.....	40
1.9.1.3 Soluções para Agricultura e Agropecuária	40
1.9.1.4 Soluções para Meio Ambiente	40
1.9.1.5 Soluções para Educação.....	41
1.9.1.6 Soluções para o Trânsito	41
1.9.1.7 Soluções para a Saúde	42
1.9.1.8 Soluções Fazendárias	42
1.9.1.9 Soluções Estratégicas em Apoio ao Governo.....	42
1.9.1.10 Soluções em Infraestrutura e Logística	43
1.9.1.11 Soluções Diversas.....	43
1.9.1.12 Incentivo à Inovação	43
1.9.1.13 Investimentos e Melhorias Internas da Companhia	44
1.9.1.14 Incentivo à Inclusão Digital	44
1.10 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN/PR).....	44
1.10.1 Principais Realizações	45
1.10.1.1 Infrações.....	45
1.10.1.2 Ouvidoria.....	45
1.10.1.3 Fiscalização.....	45
1.10.1.4 Agentes Externos	45
1.10.1.5 Educação	46
1.10.1.6 Veículos.....	47
1.10.1.7 Habilitação	47
1.10.1.8 Recursos Humanos.....	48
1.10.1.9 Tecnologia	49
1.10.1.10 Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI).....	49
1.10.1.11 Infraestrutura.....	50

1.11	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR)..	50
1.11.1	Principais Realizações.....	51
2	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL).....	55
2.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	55
2.1.1	Geração de Energia Elétrica	55
2.1.1.1	Operação e Manutenção de Usina	55
2.1.1.2	Expansão da Geração de Energia.....	55
2.1.1.3	Outras Fontes de Energia Renovável.....	56
2.1.2	Transmissão de Energia Elétrica.....	56
2.1.2.1	Novos Empreendimentos	56
2.1.3	Regularização Fundiária	57
2.1.4	Distribuição de Energia Elétrica.....	58
2.1.4.1	Ações Relevantes da Distribuidora	58
2.1.4.2	Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente.....	59
2.1.5	Comercialização de Energia Elétrica.....	59
2.2	DESTAQUES.....	60
2.2.1	Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial	60
2.2.1.1	Principais Melhorias em Governança Corporativa	60
2.2.1.2	Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental	60
2.2.2	Gestão Empresarial	62
2.2.2.1	Tecnologia da Informação	62
2.2.2.2	Gestão de Gente	63
2.2.3	Resultados Econômico-Financeiros.....	63
2.2.4	Reconhecimentos	65
3	COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR).....	69
3.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	69
3.1.1	Sistema de Abastecimento de Água.....	69
3.1.2	Sistema de Esgotamento Sanitário.....	70
3.1.2.1	Implantação	71
3.1.2.2	Ampliação e Melhorias	72
3.1.3	Mercado e Investimentos.....	74
3.1.4	Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente	74
3.1.4.1	Água Solidária	75
3.2	DESTAQUES.....	75
3.2.1	Resultados Financeiros.....	75
3.2.2	Resultados Operacionais	75
3.2.3	Inovação	76
3.2.4	Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial	77
3.2.4.1	Principais avanços em Governança Corporativa	77
3.2.4.2	Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental	78
3.2.5	Gestão Empresarial	79
3.2.5.1	Tecnologia da Informação	79
3.2.5.2	Gestão de Pessoas	80
3.2.5.3	Reconhecimentos	80
4	COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL (CEDEC)	85
4.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	85
5	CASA MILITAR (CM).....	91

5.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	91
5.1.1	Ações Administrativas.....	91
5.1.2	Segurança das Instalações Físicas do Palácio Iguazu	92
5.1.3	Transporte Terrestre	92
5.1.4	Transporte Aéreo	92
5.1.5	Cerimonial e Relações Internacionais	93
6	CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO (CGE)	97
6.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	97
6.1.1	Prevenção e Combate à Corrupção	97
6.1.2	Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão	101
7	PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)	105
7.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	105
7.1.1	Ações Judiciais de Grande Relevância.....	105
7.1.2	Dívida Ativa do Estado	106
7.1.2.1	Cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do Estado do Paraná	106
7.1.2.2	Arrecadação da Dívida Ativa Ajuizada e Enviada a Protesto.....	106
7.1.2.3	Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira/PR)	106
7.1.2.4	Procuradoria da Dívida Ativa Contra Grandes Devedores	106
7.1.2.5	Outra Ações de Cooperação Interinstitucional	106
7.1.2.6	Requisições de Pequeno Valor (RPV)	107
7.1.3	Passivo Judicial e Precatórios.....	107
7.1.3.1	Câmaras de Conciliação de Precatórios.....	107
7.1.4	Atuação Consultiva	108
7.1.4.1	Consultoria Jurídica Referente a Obras e Serviços de Engenharia	108
7.1.4.2	Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres ..	108
7.1.5	Honorários da Advocacia Dativa	109
7.1.6	Uniformização da Orientação Jurídica da Administração Pública	109
8	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL) ..	113
8.1	PLANEJAMENTO MACRO GOVERNAMENTAL.....	113
8.1.1	Ações de Monitoramento e Avaliação	113
8.1.2	Ações de Modernização Institucional	114
8.1.2.1	Na Administração Direta	114
8.1.2.2	Na Administração Indireta	116
8.1.3	Ações de Planejamento Setorial	116
8.2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROJETOS ESTRUTURANTES.....	117
8.2.1	Ações de Integração Econômica	117
8.2.1.1	Programa Paraná Produtivo.....	117
8.2.1.2	Programa Feito no Paraná	118
8.2.2	Ações de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes	118
8.2.2.1	Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC).....	118
8.2.2.2	Projeto Paraná Eficiente	119
8.2.2.3	Sistemas de Gerenciamento e Monitoramento.....	120
8.2.2.4	Rede +Brasil.....	121
8.3	ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E AVALIAÇÕES SOCIOECONÔMICAS	121
8.4	PROMOÇÃO, ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS	123
8.4.1	Apoio ao Programa Paraná Produtivo	123
8.4.2	Laboratório Público de Inovação	123

8.4.3	Ferramenta Interativa de Planejamento.....	124
8.4.4	Manual de Rotas Cicloturísticas	124
8.4.5	Paisagismo em estradas cênicas	124
8.4.6	Projetos de Estruturas Náuticas	124
8.4.7	Acordo de Cooperação Técnica entre o Paraná Projetos e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER	124
9	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)	127
9.1	GESTÃO ADMINISTRATIVA	128
9.1.1	Coordenação das Atividades dos Grupos Administrativos Setoriais e Demais Unidades Administrativas.....	128
9.1.2	Definição de Metodologia, Normas e Procedimentos	129
9.1.3	Coordenação do Sistema Estadual de Administração Geral e Análise do Comportamento das Despesas Administrativas	129
9.2	GESTÃO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	130
9.3	GESTÃO RECURSOS HUMANOS.....	131
9.3.1	Capacitações.....	132
9.3.1.1	Programa de Residência Técnica (RESTEC)	133
9.3.1.2	Pós-Graduação.....	134
9.3.1.3	Programas de Capacitação nos Municípios	134
9.3.1.4	Articulação com Centros Formadores	134
9.3.1.5	Parcerias	135
9.3.1.6	Laboratório de Inovação.....	135
9.4	GESTÃO PREVIDENCIÁRIA ESTADUAL.....	135
9.5	SAÚDE DO SERVIDOR.....	137
9.5.1	Perícia Médica - Sistema De Avaliação Pericial Dos Servidores	137
9.5.2	Assistência a Saúde do Servidor e Dependentes	137
9.6	GESTÃO DO PATRIMÔNIO	138
9.7	GESTÃO DO TRANSPORTE OFICIAL.....	139
9.8	REGISTRO MERCANTIL PÚBLICO.....	140
9.8.1	Descentralização do Atendimento	140
9.8.2	Quadro de Pessoal - Contratação de Pessoal/Concurso Público	140
9.8.3	REDESIM/EMPRESA FÁCIL	140
9.8.4	PROCESSOS ELETRÔNICOS - NATO DIGITAL	141
9.8.4.1	Tempo de Abertura de Empresas no Paraná.....	141
9.8.5	Digitalização	141
9.8.6	Balcão Único.....	141
9.9	METROLOGIA LEGAL E AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE	142
9.10	GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO	142
10	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA).....	145
10.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES.....	145
10.1.1	Gestão Orçamentária	145
10.1.2	Dívida e Operações de Crédito.....	146
10.1.3	Contabilidade Pública.....	147
10.1.4	Repasses de Recursos a Municípios	148
10.1.5	Loteria do Estado do Paraná (LOTEPAR)	149
10.1.6	Paraná Competitivo e Benefícios Fiscais.....	149
10.1.7	PROFISCO II PR e Modernização Fazendária	151
10.1.8	Nota Paraná e Paraná Pay	152

10.1.9	Administração Financeira.....	152
10.1.10	Tecnologia da Informação e Comunicação	152
10.1.11	Comunicação Institucional.....	153
10.1.12	Capacitação e Eventos Abertos ao Público	154
10.1.13	Valorização Profissional	155
10.2	RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ (REPR)	155
10.2.1	Gestão Tributária	155
10.2.1.1	Fiscalização.....	157
10.2.1.2	Tributação	158
10.2.1.3	Arrecadação	159
10.2.1.4	Cobrança	160
10.2.1.5	Tecnologia e Inteligência Fiscal.....	161
10.2.1.6	Relacionamento com o Contribuinte	162
11	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)	165
11.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	165
11.1.1	Gestão Penitenciária - Polícia Penal.....	165
11.1.2	Polícia Civil	167
11.1.3	Polícia Militar e Corpo de Bombeiros	169
11.1.4	Polícia Científica	174
11.1.5	Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança	177
11.1.6	Centro Integrados de Denúncias 181.....	178
11.1.7	Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR).....	180
11.1.8	Conflitos da Terra.....	180
11.1.9	Cidade da Polícia	181
11.1.10	Políticas sobre Drogas.....	181
11.1.11	Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP)	182
11.1.12	Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE).....	182
11.1.13	Planejamento Estratégico	183
11.1.14	Projeto Prumos	183
12	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE (SEED).....	187
12.1	MELHORIA DA APRENDIZAGEM	188
12.2	EFICIÊNCIA NA GESTÃO	195
12.3	INOVAÇÃO PEDAGÓGICA	196
12.4	INFRAESTRUTURA ESCOLAR	197
12.5	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	199
12.6	GESTÃO DO ESPORTE.....	199
13	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)..	205
13.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	205
13.1.1	Regulação de Cursos e Instituições.....	205
13.1.2	Ensino a Distância	206
13.1.3	Programa de Residência Técnica (RESTEC)	206
13.1.4	Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC)	206
13.1.5	Relações Internacionais e Interinstitucionais	206
13.1.6	Outras Atividades Desenvolvidas.....	207
13.1.7	Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação.....	207
13.1.8	Desenvolvimento Regional	208
13.1.9	Obras Públicas e Infraestrutura Urbana.....	208

13.1.10	Promoção de Saúde e Combate à Pandemia	209
13.1.11	Empreendedorismo e Inovação	209
13.1.12	Empreende Mais	209
13.1.13	Rede de Laboratórios Multiusuários	210
13.1.14	Programa Vida Ativa.....	210
13.1.15	Programa de Extensão Aurora	210
13.1.16	Cidade Amiga do Idoso.....	210
13.1.17	Vestibular Indígena.....	211
13.1.18	Universidade Sem Fronteiras	211
13.1.19	Programa Institucional de Apoio à Extensão Universitária.....	211
13.1.20	Vale do Genoma	211
13.1.21	Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia do Paraná (CCT/PR).....	212
13.1.22	Fomento, Formação e Disseminação	213
13.1.23	Gestão do Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC).....	214
13.2	INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR)	214
13.2.1	Principais Realizações.....	215
14	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SESA).....	221
15	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF)	237
15.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	237
15.1.1	Garantia de Direitos	237
15.1.1.1	Criança e Adolescente	239
15.1.1.2	Pessoa Idosa.....	240
15.1.1.3	Mulher	242
15.1.1.4	Pessoas com Deficiência.....	242
15.1.1.5	Jovens	243
15.1.1.6	Migrantes e refugiados.....	244
15.1.1.7	Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	246
15.1.1.8	Promoção da Igualdade Étnico-Racial	247
15.1.1.9	Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais.....	247
15.1.1.10	LGBTI+.....	247
15.1.1.11	Defesa dos Direitos Humanos.....	248
15.1.1.12	População em Situação de Rua.....	248
15.1.1.13	Consumidor.....	249
15.1.2	Socioeducativo	250
15.1.3	Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda.....	252
15.1.4	Assistência Social.....	255
15.1.4.1	Programa Nossa Gente Paraná.....	262
15.1.5	Ação Solidária.....	265
16	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC)	269
16.1	POLÍTICAS CULTURAIS	269
16.2	MUSEUS.....	273
16.3	PATRIMÔNIO CULTURAL	274
16.4	CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA (CCTG)	275
16.5	BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ (BPP)	275
16.6	COMUNICAÇÃO	275
16.6.1	Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)	276

17	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)	279
17.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	280
17.1.1	Competitividade e Renda.....	280
17.1.2	Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar	282
17.1.3	Produção Sustentável	285
17.1.4	Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural.....	286
18	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)	291
18.1	SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE	292
18.1.1	Gestão de Contratos de Desenvolvimento Regional	292
18.1.1.1	Corredor Oeste de Exportação - Nova FERROESTE.....	292
18.1.1.2	Microrregiões dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Manejo de Águas Pluviais no Estado do Paraná	293
18.1.2	Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios (SFM).....	293
18.1.3	Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM).....	293
18.1.4	Acompanhamento de Obras	294
18.1.5	Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).....	294
18.1.6	Ações de Apoio Institucional.....	295
18.1.6.1	Portal dos Municípios	295
18.1.6.2	SEDU/PARANACIDADE Interativo	295
18.1.6.3	Bases Cartográficas	295
18.1.6.4	Planos Diretores Municipais (PDMs).....	296
18.2	COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC)	296
18.2.1	Uso e ocupação do solo	297
18.2.2	Planejamento	297
18.2.3	Transporte Coletivo.....	297
18.2.4	Infraestrutura.....	298
18.3	COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR).....	299
18.3.1	Construção de Moradias	299
18.3.1.1	Financiamentos próprios	299
18.3.1.2	Viver Mais	299
18.3.1.3	Nossa Gente	300
18.3.1.4	Vida Nova	300
18.3.1.5	Parcerias.....	300
18.3.2	Regularização Fundiária	300
18.3.2.1	Escritura na Mão	301
18.3.2.2	Escrituração Direta.....	301
18.3.2.3	Regularização Fundiária Própria	301
18.3.3	Obras de Infraestrutura	302
18.3.4	Concessão de subsídios.....	302
18.4	PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED)	302
18.4.1	Projetos e Afins	302
18.4.2	Obras.....	303
18.4.2.1	Convênios.....	303
19	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)	307
19.1	PRINCIPAIS REALIZAÇÕES	307

19.2	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE PARCERIAS (SGPAR)	308
19.3	SUPERINTENDÊNCIA GERAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E PESCA (SDBHP)	308
19.4	INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT)	309
19.4.1	Transformação Digital	309
19.4.2	Licenciamento Ambiental.....	310
19.4.3	Fiscalização	310
19.4.4	Proteção à Fauna.....	311
19.4.1.1	CastraPet Paraná	311
19.4.2	Conservação Ambiental.....	312
19.4.2.1	Parques Urbanos.....	312
19.4.3	Recursos Hídricos	313
19.4.4	Resíduos Sólidos	314
19.4.5	Gestão Territorial e Regularização Fundiária	315
19.5	PARANÁ TURISMO	315
19.6	SISTEMA DE TECNOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ (SIMEPAR).....	317
19.7	INVEST PARANÁ.....	317
20	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (SEIL).....	321
20.1	INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA.....	321
20.1.1	Gestão e Planejamento	321
20.1.1.1	Modal Rodoviário	321
20.1.1.2	Modal Aeroviário	322
20.1.1.3	Modal Aquaviário.....	322
20.1.1.4	Modal Ferroviário	322
20.1.2	Fomento Municipal	322
20.1.2.1	Modal Rodoviário	322
20.1.2.2	Modal Aeroviário	323
20.1.2.3	Modal Aquaviário.....	323
20.1.2.4	Klabin	324
20.1.2.5	Itaipu.....	324
20.1.3	Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras.....	325
20.1.3.1	Inovação Tecnológica.....	325
20.1.3.2	Ações de Fomento ao BIM e Aceleração Digital nas Obras Públicas Estaduais.....	326
20.2	DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER).....	327
20.2.1	Obras Rodoviárias.....	327
20.2.1.1	Conservação da Malha Rodoviária	327
20.2.1.2	Programa de Seguranças Viária das Rodovias Estaduais (PROSEG).....	328
20.2.1.3	Integra Paraná	328
20.2.2	Rodovias concessionadas	328
20.2.2.1	Obras concluídas.....	328
20.2.2.2	Obras em andamento	329
20.3	ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE (FERROESTE)	329
20.3.1	Estrutura.....	329
20.3.1.1	Cascavel	329
20.3.1.2	Guarapuava.....	329
20.3.2	Nova FERROESTE	330
20.3.2.1	Revitalização e Ampliação	330
20.3.2.2	Acesso ao Porto de Paranaguá	330
20.4	PORTOS DO PARANÁ (APPA)	331
20.4.1	Relação Porto-Cidade.....	331
20.4.1.1	Ilhas da Baía de Paranaguá	331

20.4.1.2	Moegão	331
20.4.2	Projetos Estruturantes	332
20.4.2.1	Infraestrutura Marítima	332
20.4.2.2	Infraestrutura Terrestre	332

ECONOMIA PARANAENSE

A ECONOMIA PARANAENSE NO ANO DE 2022

O ano de 2022 será lembrado indubitavelmente como um período de grandes desafios colocados à economia paranaense. Além dos efeitos remanescentes da pandemia, a economia do Estado se defrontou com o recrudescimento do quadro inflacionário, que levou a uma maior austeridade monetária, as instabilidades internacionais, produzidas pelo conflito bélico entre a Ucrânia e a Rússia, e a mais grave estiagem das últimas décadas, responsável não somente pela forte retração da oferta agrícola, como também pelo comprometimento da geração de energia elétrica, que são atividades com grande peso na estrutura produtiva do Paraná.

Como resultado do déficit hídrico, marcante no final de 2021 e no início deste ano, a colheita de grãos de verão totalizou apenas 15,3 milhões de toneladas (tabela 1), o que correspondeu a um declínio de -34,3% em relação ao volume registrado na temporada 2020/2021 (23,4 milhões), segundo dados do Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). Não obstante o crescimento da produção no inverno, com bons desempenhos do trigo e da 2ª safra de milho, o resultado final do conjunto do setor agrícola não será favorável em 2022, muito por conta da relevante queda da oferta de soja, principal item da pauta da atividade primária estadual.

TABELA 1 - PRODUÇÃO DE GRÃOS DE VERÃO - PARANÁ - SAFRAS 2020/2021 E 2021/2022

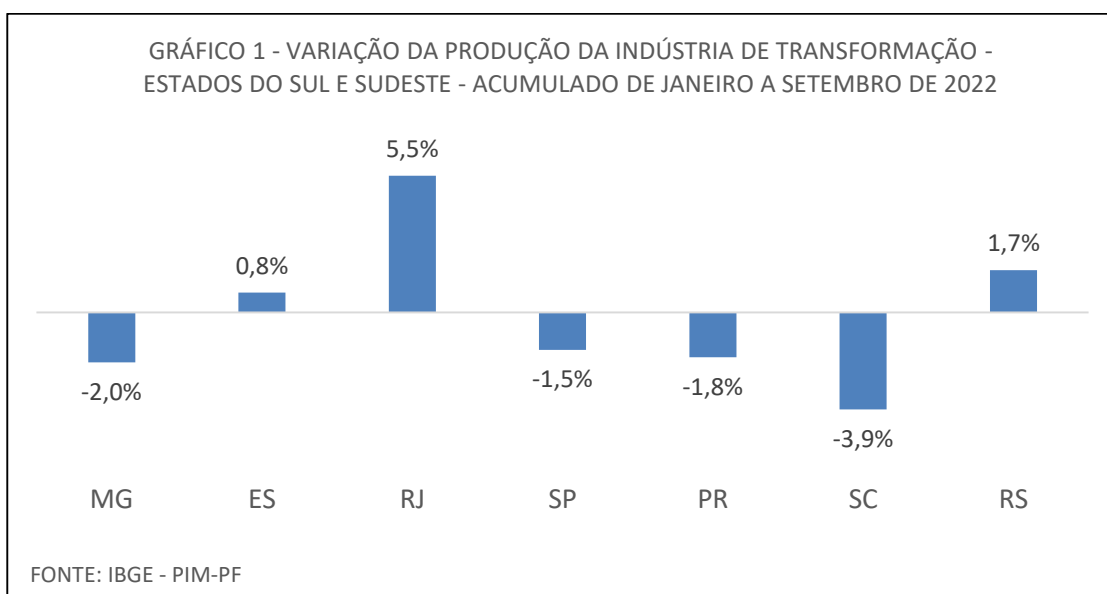
PRODUTO	PRODUÇÃO (mil toneladas)		VARIÇÃO (%)
	Safra 2020/2021	Safra 2021/2022	
Arroz	152	141	-7,6
Feijão (1ª Safra)	257	196	-23,9
Milho (1ª Safra)	3.117	2.964	-4,9
Soja	19.830	12.048	-39,2
Total	23.356	15.349	-34,3

FONTE: SEAB/DERAL

Já no âmbito do secundário, a produção da indústria de transformação paranaense apresentou variação de -1,8% no acumulado de janeiro a setembro de 2022, de acordo com o IBGE, com as maiores quedas sendo contabilizadas pelos segmentos de produtos madeireiros, com recuo de -16,1%, material elétrico (-14,2%) e móveis (-13,4%). Por outro lado, os ramos de bebidas, papel e celulose, borracha e plástico e veículos automotores apresentaram taxas

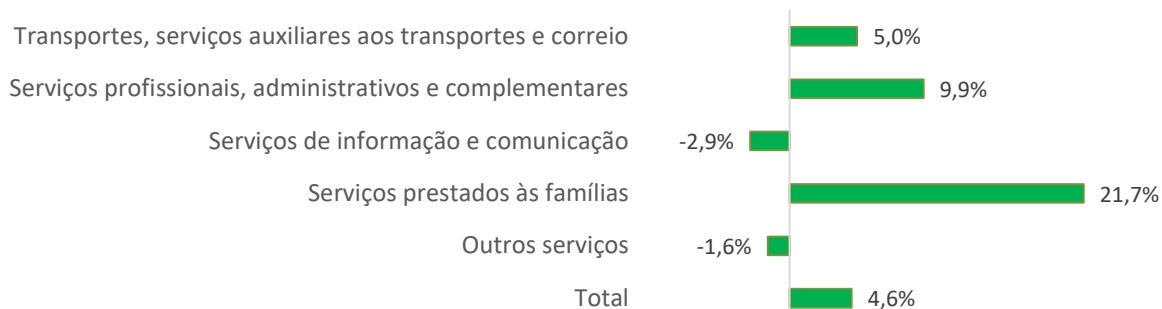
de crescimento de 25,0%, 4,0%, 2,8% e 1,0%, respectivamente, explicitando assimetrias setoriais que são características de processos de recuperação, como no caso do pós-crise da Covid-19.

De todo modo, o contexto industrial é um tanto quanto difícil, o que não se restringe ao Paraná, visto que muitas das maiores economias manufatureiras regionais também vêm apresentando resultados que não se destacam (gráfico 1), sinalizando dificuldades para o crescimento das atividades de médio/alto valor adicionado no âmbito nacional.



Passando ao terciário, verifica-se expansão dos serviços da ordem de 4,6% no Estado no acumulado dos nove primeiros meses de 2022 (gráfico 2). Entre os segmentos que compõem a citada atividade, sobressaem os serviços prestados às famílias, cuja ampliação alcançou 21,7%, seguidos dos serviços profissionais e administrativos (9,9%) e dos transportes e serviços auxiliares (5,0%). Pelo lado negativo, os serviços de informação e comunicação apresentaram queda de -2,9% até o mês de setembro do presente exercício.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DO VOLUME DE SERVIÇOS - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2022



FONTE: IBGE - PMS

Apesar das turbulências internacionais e dos menores excedentes exportáveis de alguns bens agrícolas, conforme mencionado anteriormente, as vendas paranaenses ao exterior vêm progredindo significativamente em 2022, com crescimento de 18,0% das receitas em dólares nos dez primeiros meses deste ano (tabela 2), segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) do Ministério da Economia. Além da influência dos preços, tal desempenho deriva do forte avanço das exportações de mercadorias que historicamente não encabeçam a lista dos produtos mais vendidos, como os cereais, o papel, os veículos de carga, os tratores, o farelo de soja e o óleo de soja bruto. Em relação a esses dois últimos itens, a despeito da queda da produção estadual da soja em grão, houve um maior direcionamento do volume disponível da oleaginosa à industrialização, o que é positivo em termos econômicos, dada a internalização do processo de adição de valor.

Por tudo isso, a soja em grão não vem liderando a relação dos bens exportados pelo Estado, sendo superada pela carne de frango *in natura*, cujas vendas ao exterior somaram US\$ 3,1 bilhões no acumulado de janeiro a outubro de 2022, refletindo o dinamismo paranaense nesse segmento em que é líder nacional de produção.

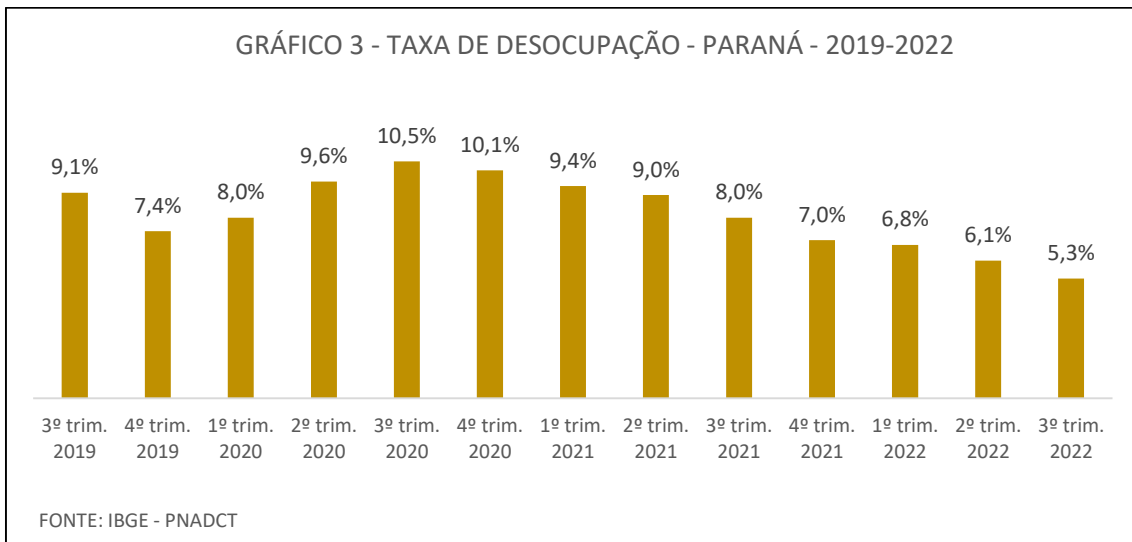
TABELA 2 - EXPORTAÇÕES, SEGUNDO PRINCIPAIS PRODUTOS - PARANÁ - ACUMULADO DE JANEIRO A OUTUBRO - 2021-2022

PRODUTO	JANEIRO A OUTUBRO DE 2021		JANEIRO A OUTUBRO DE 2022		VARIACÃO (%)
	Export. (US\$)	Part. (%)	Export. (US\$)	Part. (%)	
Carne de frango "in natura"	2.277.714.050	14,3	3.124.354.828	16,6	37,2
Soja em grão	4.137.248.393	25,9	2.849.196.054	15,1	-31,1
Farelo de soja	1.095.160.022	6,9	1.511.550.088	8,0	38,0
Óleo de soja bruto	296.001.171	1,9	767.350.943	4,1	159,2
Açúcar bruto	736.378.415	4,6	751.008.740	4,0	2,0
Papel	458.485.232	2,9	749.582.438	4,0	63,5
Celulose	487.772.708	3,1	633.670.475	3,4	29,9
Cereais	95.582.787	0,6	605.268.174	3,2	533,2
Madeira compensada ou contraplacada	706.922.242	4,4	579.170.652	3,1	-18,1
Madeiras e manufaturas de madeira diversas	307.265.768	1,9	431.847.437	2,3	40,5
Automóveis	429.167.959	2,7	417.413.288	2,2	-2,7
Veículos de carga	225.196.211	1,4	372.193.856	2,0	65,3
Tratores	187.949.012	1,2	337.156.717	1,8	79,4
Óleos e combustíveis	154.238.477	1,0	324.940.499	1,7	110,7
Carne suína "in natura"	269.932.159	1,7	271.549.559	1,4	0,6
Autopeças	190.276.333	1,2	262.858.053	1,4	38,1
Demais produtos	3.895.255.145	24,4	4.832.723.122	25,7	24,1
TOTAL	15.950.546.084	100,0	18.821.834.923	100,0	18,0

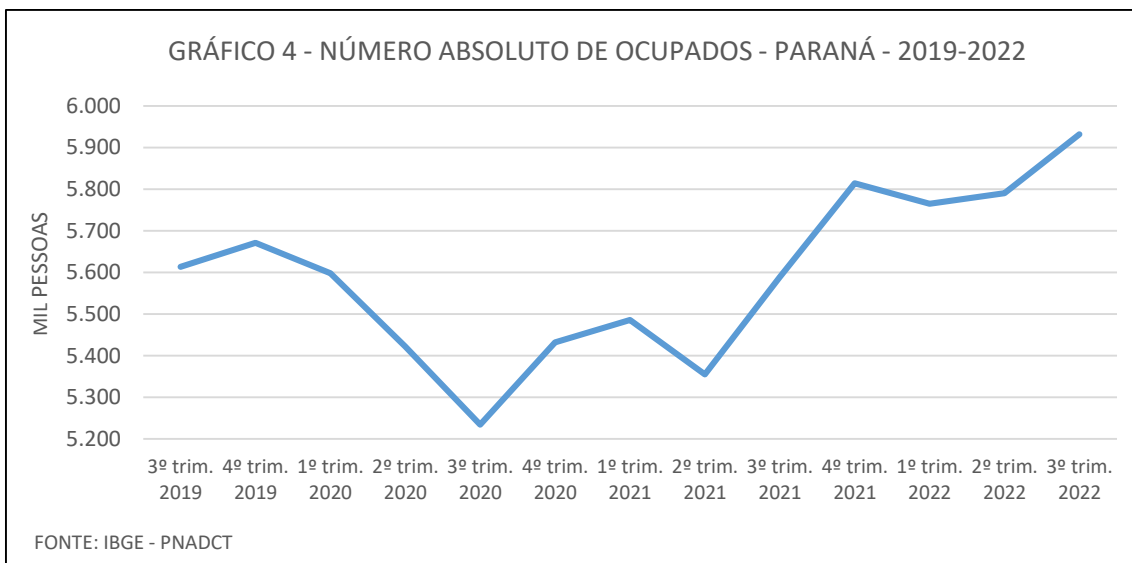
FONTE: MINISTÉRIO DA ECONOMIA - SECEX

NOTA: Elaboração do IPARDES.

Mesmo diante desses expressivos resultados no âmbito do comércio exterior, não há como negar que os indicadores locais de maior destaque em 2022 dizem respeito ao mercado de trabalho. Segundo o IBGE, no período de julho a setembro deste ano, a taxa de desocupação atingiu 5,3% no Paraná, correspondendo à oitava queda trimestral consecutiva, após o pior momento da pandemia em meados de 2020, quando o número de pessoas sem ocupação representou 10,5% do total da força de trabalho do Estado (gráfico 3). Inclusive, os números mais recentes são melhores que os observados anteriormente ao período pandêmico, o que não deixa dúvida quanto ao atual nível elevado da geração de empregos.

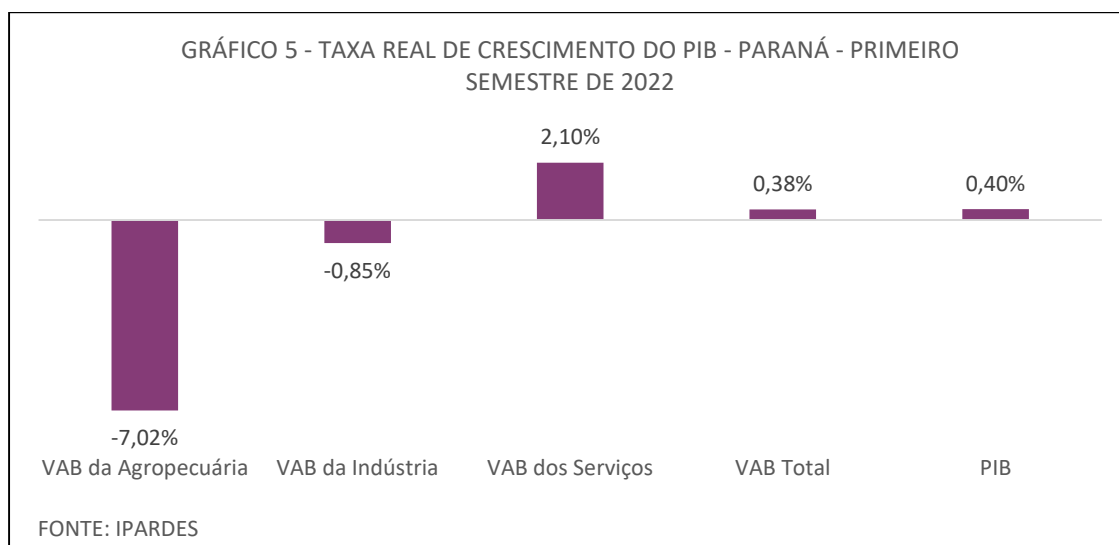


Em números absolutos, os paranaenses ocupados totalizaram 5,93 milhões no 3º trimestre de 2022 (gráfico 4), suplantando os resultados de idênticos períodos de 2019 (5,61 milhões), 2020 (5,23 milhões) e 2021 (5,59 milhões), o que confirma a maior capacidade de absorção de mão de obra pela economia local, gerando melhorias em termos de bem-estar da população. Em movimento oposto, o número de pessoas desocupadas atingiu 329 mil no 3º trimestre do presente exercício, muito abaixo dos contingentes registrados em análogos intervalos de 2019 (559 mil), 2020 (586 mil) e 2021 (484 mil).



Por fim, no que tange ao Produto Interno Bruto (PIB), é possível observar novamente os impactos da crise hídrica sobre o nível da produção estadual. Tanto que o Valor Adicionado Bruto (VAB) da agropecuária, variável que difere do PIB apenas pela não imputação dos impostos, apresentou queda de -7,02% no primeiro semestre de 2022, de acordo com o IPARDES, enquanto a indústria e os serviços anotaram variações de -0,85% e 2,10%, respectivamente (gráfico 5).

No cômputo geral, o PIB do Estado apresentou expansão de 0,40% na primeira metade de 2022, o que pode ser considerado razoável diante das restrições colocadas à economia local. Já para o próximo ano, as perspectivas são favoráveis, com a expectativa de um volume de produção agrícola muito maior na temporada 2022/2023, a superação definitiva da pandemia e a recuperação mais consistente do consumo familiar, com o crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a estabilização da inflação em patamares aceitáveis.



CASA CIVIL

1 CASA CIVIL (CC)

A Casa Civil (CC) é um órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de assessoramento e apoio direto ao Governador. Dentre suas atribuições, destacam-se a assistência direta e imediata ao Governador do Estado na sua representação civil e política; o relacionamento público com autoridades civis, políticas, no âmbito de sua atuação, com o Poder Executivo Federal, Poderes Legislativos Estadual, Municipal e Federal e com outras esferas de Governo; a promoção, a coordenação e o acompanhamento das ações do Governo Estadual nos municípios, em articulação com as demais Secretarias e entidades públicas; a análise e elaboração de mensagens, anteprojeto de lei, decretos e demais atos administrativos; a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembleia Legislativa, bem como o relacionamento com as lideranças políticas do Governo para formalização de vetos e encaminhamento de projetos de leis ao Legislativo e outras atividades correlatas.

O campo de atuação da Casa Civil envolve atribuições, tarefas de apoio e responsabilidades diretas típicas de um órgão de assessoramento político e administrativo. No nível de gerência estão localizados o Diretor-Geral e o Diretor-Legislativo.

À Diretoria Legislativa (DL) da Casa Civil compete a atividade legislativa realizada em diálogo entre o Poder Executivo e a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná (ALEP) e Deputados Estaduais, o desenvolvimento de Projetos de Lei no âmbito da Casa Civil e a elaboração de sanções e vetos aos Projetos de Lei enviados pela Assembleia, submetendo à análise do Governador do Estado, bem como a análise de Decretos Normativos e organização da Comissão de Revisão Normativa. Em 2022, foram analisados 304 Projetos de Lei para sanção e elaboração das respectivas Leis, sendo 298 Leis Ordinárias e seis Leis Complementares. No mesmo período, sete Projetos de Lei foram vetados total ou parcialmente. Na ocasião, a Diretoria Legislativa elaborou 88 mensagens governamentais com respectivos anteprojeto de Lei encaminhados à ALEP, respondeu 620 requerimentos de Deputados e expediu 189 informações de órgãos estaduais à Assembleia sobre Projetos de Lei em tramitação, visando orientar a Liderança do Governo.

A Diretoria-Geral da Casa Civil possui, dentre outras atribuições, a de promover a inteligência e a liderança técnica e estratégica do processo de integração interna, bem como a de ordenar as atividades relativas aos meios administrativos necessários ao funcionamento da Pasta. Em 2022, coordenou a preparação dos despachos e o recebimento, estudo e triagem dos expedientes encaminhados ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil; estabeleceu e coordenou o sistema de relacionamento com as Secretarias de Estado e com os órgãos regionais da Casa Civil, submetidos ao Chefe da Casa Civil, além de desempenhar variadas atividades correlatas, zelando pela boa governança institucional. Foram tramitados, entre janeiro e outubro de 2022, 3.729 processos no setor. Na execução de suas atribuições, destaca-se o apoio das seguintes unidades:

- ▶ Coordenadoria de Assuntos Políticos e Institucionais da Casa Civil (COAP) - efetuou atividades de atualização cadastral de prefeitos, vice-prefeitos, presidentes de Câmaras de vereadores e demais autoridades do Estado, visando o envio de convites para participação nos eventos realizados pelo Governo, os quais tiveram como principal objetivo a entrega de recursos aos municípios. Junto às Associações de Municípios e Prefeituras foram realizadas ações, investimentos e obras realizadas e a serem concluídas até o final do exercício de 2022.
- ▶ Centro de Apoio Operacional (CAO) - responsável pela análise prévia da documentação remetida à Casa Civil, providenciando o encaminhamento às unidades afins. Em 2022, realizou a tramitação de 24.000 processos, 381 despachos do Governador e 195 despachos do Chefe da Casa Civil. Atuou no controle da divulgação de atos oficiais, providenciando a sua publicação no Diário Oficial do Paraná, bem como a conferência da exatidão da referida publicação e seu registro; operacionalizou e supervisionou as solicitações de disposição funcional, incluindo o seu controle e acompanhamento, em conformidade com a Lei n.º 12.976, de 17 de novembro de 2000 e com o Decreto n.º 8.466 de 01 de julho de 2013, sendo autorizadas 160 disposições funcionais.
- ▶ Centro de Redação de Atos (CRA) - unidade de nível de execução programática da Casa Civil, tem por atribuição, nos termos do art. 33 do Decreto n.º 2.595, de 02 de setembro de 2019 (Regulamento da Casa Civil), a lavra de todos os Decretos, a guarda e controle das vias originais dos Decretos expedidos pelo Poder Executivo Estadual; a elaboração de Decretos, Resoluções da Casa Civil, bem como as atividades correlatas, dentre elas a publicação de referidos atos e inserção no sistema de legislação. Foram lavrados, de 1º de janeiro a 1º de novembro, 2.552 Decretos e 403 Resoluções e 37 Portarias, sendo estimada até 31 de dezembro a confecção de mais 300 Decretos e 100 Resoluções.
- ▶ Centro de Edição de Expediente Oficial (CEE) - é responsável pelo preparo de expedientes que necessitem de formalização documental por parte do Governador, do Chefe da Casa Civil, da Diretoria-Geral e de demais autoridades. Em 2022, foi implantado oficialmente o regime de teletrabalho, sendo este, aplicado em formato híbrido. Foram elaborados, digitados/processados e expedidos pelo setor um total de 5.131 expedientes.
- ▶ Departamento de Imprensa Oficial do Estado do Paraná (DIOE) - em virtude da Lei n.º 20.385 de 30 de novembro de 2020, a antiga autarquia DIOE foi extinta e suas atribuições passaram ser exercidas pela Casa Civil. Manteve-se o nome já difundido entre empresas e cidadãos e as atribuições deste departamento são a recepção, a triagem e a publicação, nos meios eletrônicos, dos Diários do Executivo, de Indústria e Comércio, Oficial da Assembleia Legislativa e de Suplemento de Concursos. Em 2022, o trabalho concentrou-se em revisar o sistema de publicações para facilitar a intermediação entre os usuários e o DIOE, foi disponibilizado um *WhatsApp* para o atendimento. Todos os diários foram diagramados, assinados e publicados sem atraso e de forma regular e como previsto em Lei.
- ▶ Procuradoria Consultiva junto à Governadoria (PCG) - unidade da Procuradoria-Geral do Estado (PGE) responsável pela assessoria e consultoria jurídica da Casa Civil, da Casa Militar, da

Controladoria-Geral do Estado, das Superintendências Gerais, da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, das Assessorias Especiais e do Gabinete do Governador, nos termos previstos no art. 42, do Regulamento Geral da PGE (Decreto n.o 2.709/2019). Foram emitidas ao longo de 2022 (incluindo as previsões até dezembro) 2.151 manifestações, sendo 704 despachos e 1.447 informações. Esta contabilização não inclui os despachos de aprovação de que trata o art. 49, V, do Regulamento da Procuradoria-Geral do Estado assinados pelo Procurador-Chefe da PCG.

As atividades desenvolvidas pela Superintendência Geral de Governança Social (SGG) e Superintendência de Desempenho Governamental (SDG) foram absorvidas pela Assessoria Especial de Projetos (AEP), ligada à Assessoria Técnica da Casa Civil, conforme Resolução n.o 694 de 14 de junho de 2021. À Assessoria compete o assessoramento direto ao Chefe da Casa Civil na coordenação, controle e acompanhamento das ações e dos projetos prioritários de Governo, conforme previsto no art. 3º, inciso XIII, do Anexo do Decreto n.o 2.595/2019; a articulação com representantes das entidades da sociedade civil organizada em ações prioritárias de governo e o acompanhamento das ações da Casa Civil previstas no Plano de Governo.

Em 2022 a AEP realizou as seguintes atividades: a) acompanhamento das ações propostas no Plano de Governo 2019-2022, em especial as ações prioritárias e as que estão sob a responsabilidade da Casa Civil; b) coordenação das ações necessárias para a regulamentação da Lei n.o 20.436/2020, que instituiu a Declaração Estadual de Direitos de Liberdade Econômica, de modo a colocar em prática no Paraná as classificações das atividades econômicas em baixo, médio e alto risco; c) coordenação e execução de atividades do Programa Descomplica-PR, com o intuito de promover a integração entre sistemas informatizados dos órgãos licenciadores (Corpo de Bombeiros, Vigilância Sanitária, Instituto de Água e Terra e Receita Estadual) com a Junta Comercial do Paraná e com os municípios paranaenses, a fim de automatizar e simplificar processos e dar agilidade ao processo de abertura e funcionamento de empresas; d) participação na execução do Plano de Ação Descomplica Telecom, que busca soluções aos principais problemas enfrentados pelo setor de telecomunicações no estado do Paraná relacionados à legislação, segurança e conectividade; e e) desenvolvimento de proposta para realização do planejamento estratégico da Casa Civil e estudos para a implantação de um Plano de Governança em Tecnologia da Informação, atendendo à recomendação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR).

Às Superintendências-Gerais competem o planejamento, a coordenação e a execução das atividades integrantes da área de atuação definida como de interesse prioritário, compatibilizando-as com as diretrizes gerais do Governo do Estado e o apoio estratégico ao Governador, ao órgão ou entidade no desempenho de suas competências institucionais visando ao aprimoramento da gestão governamental da área estabelecida como de interesse prioritário.

1.1 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DIÁLOGO E INTERAÇÃO SOCIAL (SUDIS)

A Superintendência Geral de Diálogo e Interação Social (SUDIS) tem como missão promover a interação entre o governo e sociedade, assegurando aos movimentos sociais, Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e outros coletivos do terceiro setor, o diálogo com os órgãos da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, servindo como instância facilitadora e organizativa, e atua em quatro principais eixos: Paz no Campo, Economia Solidária, Moradia em Autogestão e Povos e Comunidades Tradicionais. Entre as ações realizadas em 2022, destacam-se:

- ▶ Eixo Paz no Campo - tem por objetivo o trabalho com os conflitos fundiários urbanos e rurais do estado do Paraná, seja por meio da Comissão de Mediação de Conflitos Fundiários (CMCF), instituída pelo Decreto de n.o 10.438/2018, ou pelo trabalho direto da Superintendência com as partes envolvidas, prestando auxílio às comunidades atingidas, povos tradicionais e famílias economicamente vulneráveis residentes do campo e da cidade. Foram mais de 150 processos judiciais monitorados pela Comissão de Conflitos.
- ▶ A Superintendência, em parceria com a Comissão de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (CCF-TJ-PR), teve papel decisivo na criação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos Fundiários do Tribunal de Justiça do Paraná (CEJUSC) e participou ativamente de audiências de conciliação e visitas técnicas em áreas de litígio, estando presente na negociação de casos que estavam travados há anos. E durante a pandemia, atuando em conjunto com a Comissão do TJ-PR, conquistou a paralisação desses processos, garantindo direitos básicos às famílias afetadas e que não fossem despejadas.
- ▶ Campanha Despejo Zero - em conjunto com órgãos do poder judiciário e movimentos sociais, apoiou a Campanha Despejo Zero, que tem como pauta reivindicações dos Movimentos Populares de Direito à Moradia e Direito à Terra e ocupações do campo e da cidade de diferentes localidades do estado do Paraná. Diversos movimentos sociais se uniram e elaboraram uma Carta de Reivindicações, endereçada a várias autoridades que tratam de conflitos fundiários, as quais se reuniram em um evento organizado pela Superintendência, no Palácio das Araucárias, para discussão dos pontos levantados.
- ▶ Mapa Interativo de Conflitos Fundiários - em conjunto com a Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE-PR) e com a CELEPAR, iniciou o desenvolvimento do projeto do Mapa Interativo de Conflitos Fundiários, que tem como objetivo unir todos os dados sobre conflitos fundiários e áreas *sub judice*, para que eles fiquem disponíveis a todos os órgãos envolvidos no processo.
- ▶ Eixo Economia Solidária - obteve êxito em seu principal objetivo, a instalação do Conselho Estadual de Economia Solidária, em parceria com a Secretaria de Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), que foi instituído em 2018 e instalado em 2022, devido ao trabalho árduo dos colaboradores da SUDIS, que têm o papel de estabelecer o diálogo e a conexão entre os empreendimentos, movimentos e entidades da área e o Governo do Estado.
- ▶ Projetos em andamento - a Pasta, coordenada pela Superintendência possui projetos em andamento

como a parceria com a Invest Paraná no projeto de Vocações Regionais Sustentáveis, contribuindo para a inserção dos povos e comunidades tradicionais na cadeia produtiva; e também na aproximação do Porto de Paranaguá com o Centro de Integração Empresa-Estágio, para a criação de vagas de menor-aprendiz dentro das comunidades, incentivando a manutenção da economia e cultura locais.

- ▶ Nosso Lar Paraná - deu continuidade à atuação no projeto Nosso Lar Paraná, desenvolvido em parceria com os movimentos sociais de luta por moradia, para construção de moradias na modalidade de autogestão. Realizou Audiências Públicas em diversos municípios do Paraná, com o objetivo de incentivar a criação de legislação municipal que contemple a habitação de interesse social nesse tipo de modalidade.

1.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL (SAR)

À Superintendência Geral de Articulação Regional compete, entre outras ações, a representação do Poder Executivo no interior do Estado de forma transversal e em rede; a promoção do engajamento, integração e participação da sociedade civil organizada no âmbito regional; o acompanhamento da execução de programas, projetos e ações, com vistas ao desenvolvimento sustentável regional e municipal, por meio do fornecimento de informações locais e setoriais às Secretarias executoras; a articulação e a integração dos órgãos e das entidades do Poder Executivo Estadual que atuam nas regiões, observadas as políticas públicas estaduais estabelecidas e as diretrizes governamentais.

A Superintendência realizou em 2022 o cadastramento dos coordenadores das Regionais, sendo incluído mais um coordenador, totalizando 23 regionais que representam a Casa Civil no interior do Estado. Foram realizadas visitas técnicas abordando e atualizando as regionais sobre as políticas públicas do governo realizadas no Estado, atendendo às demandas e projetos do governo nos municípios acompanhados pelas regionais. Foram visitadas mais de 150 prefeituras e alguns agentes regionais da Casa Civil foram capacitados para programas da Invest Paraná que buscam atrair investimentos para os municípios.

1.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE INOVAÇÃO (SGI)

É responsável pela articulação de políticas de inovação no estado do Paraná, pela integração das Secretarias e demais entes do Estado para que atuem de forma coesa e alinhada com os objetivos estratégicos do Governo. Incentiva e oportuniza a atração de empreendedores, investimentos e novas empresas para o Paraná, bem como a união entre Poder Público e setor privado para estimular o empreendedorismo e a inovação. Entre as ações realizadas em 2022, destacam-se:

- ▶ 3ª Edição Mulher Inovadora - lançado o terceiro edital nacional da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) no mês de março, o qual oferece mentoria e premiação para a melhor colocada

dos Estados participantes. A organização de eventos para *workshop* de divulgação, no Paraná, foi conduzida pela Superintendência.

- ▶ Vem Paraná - objetiva estimular a adoção de políticas sustentáveis e a difusão de modelos de negócios inovadores em mobilidade urbana. Além de gerenciar o contrato 2020 a 2022 dos veículos elétricos compartilhados entre os servidores do Estado, monitorados pela Fundação Parque Tecnológico de Itaipu (FPTI), a fim de fornecer métricas à Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).
- ▶ G-Gov - sistema de Acompanhamento da Gestão Governamental adotado pelos órgãos e entidades públicas como padrão para acompanhamento das ações de governo.
- ▶ Digital Agro - considerado um dos eventos mais importantes do agronegócio no Brasil, o apoio institucional da Superintendência tornou o ponto de encontro e conexão com soluções de novas tecnologias da agricultura e da pecuária do futuro para o Estado.
- ▶ Via *Soft* - apresentou as iniciativas e programas do Governo do Paraná, no âmbito da inovação, com a participação de outros órgãos estaduais. No evento, ocorrido em junho, foi lançada a plataforma *InovaHub* Paraná.
- ▶ *InovaHub* Paraná - plataforma que apresenta o mapeamento do ecossistema de inovação estadual, buscando integrar os agentes de inovação por meio do cadastramento voluntário, bem como orientá-los quanto às legislações e políticas de apoio entre outras iniciativas que o Estado oferece com viés de inovação.
- ▶ Qualifica Mais - programa de qualificação profissional na área de tecnologia da informação (TI), buscando fomentar o empreendedorismo digital através do acesso a cursos gratuitos para programadores e desenvolvedores na plataforma de empresas credenciadas.
- ▶ Espaço Cidadão - programa em parceria com 263 municípios paranaenses que objetiva a inclusão digital e oferece acesso à leitura através da biblioteca cidadã. Em processo de transição para Espaço Futuro, transformando a atual estrutura da biblioteca cidadã em *FabLab* (ou na tradução *Fabrication Laboratory* nada mais é do que um laboratório de atividades), espaço *maker* (conhecido como a mão na massa - que coloca em prática) e estrutura para aprendizado de robótica, capacitação em tecnologia da informação (TI), disseminando a inovação e empreendedorismo nas mais diversas áreas e faixas etárias.
- ▶ Descomplica Telecom - Comitê constituído em 2020, pertencente ao Programa Descomplica, possui três vertentes que buscam descomplicar os avanços das telecomunicações no Estado por meio de ações promovidas pelo governo e setor privado para expandir a cobertura dos sinais 4G e 5G a todos os municípios, criar ações contra os furtos de infraestruturas de Telecom e melhorar as legislações aplicáveis ao setor.
- ▶ Estratégia *BIM* PR - atuando como membro do Grupo Técnico da Estratégia *BIM* PR (GTEC-*BIM*) no Programa Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas, se destina à maior governança das

obras públicas por meio do *Building Information Modeling (BIM)*, permitindo a modelagem virtual das obras, pré-detectando fragilidades, acelerando processos e permitindo maior controle, passo a passo, de todas as obras.

1.4 SUPERINTENDENCIA GERAL DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS (SGRI)

Em conformidade com o Decreto n.o 10.099 de 19 de janeiro de 2022 foi criada a Superintendência Geral de Relações Institucionais, vinculada à Casa Civil, nos termos do art. 12 e inciso IV do art. 8º da Lei n.o 19.848, de 03 de maio de 2019, à qual compete, entre outras ações, a promoção, o estímulo e o diálogo com o terceiro setor por meio de programas, projetos, ações e iniciativas de mobilização relacionados a prática do bem comum, em suas diversas manifestações; a identificação de projetos, ações e iniciativas que possam ser realizados em conjunto, pelo poder público estadual e municipal, iniciativa privada, entidades do terceiro setor e cidadãos, por meio de parcerias, visando potencializar os benefícios à comunidade paranaense; e a proposição de convênios ou acordos, com entidades congêneres e afins, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, promovendo intercâmbios de mútuo interesse, bem como a promoção do alinhamento das iniciativas e das políticas.

Principais Realizações:

- ▶ Monitoramento e cadastramento das entidades sociais e assistenciais do terceiro setor ligadas às classes menos favorecidas.
- ▶ Acompanhamento aos imigrantes oriundos da Guerra da Ucrânia que chegaram ao estado do Paraná, em parceria às entidades de acolhimento social ligadas à Primeira Igreja Batista de Curitiba- PR.
- ▶ Intervenção junto à Secretaria de Estado da Saúde (SESA) para imunização e realização de exames médicos, e junto à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) para cadastramento e acompanhamento assistencial, primários, aos imigrantes oriundos da Guerra da Ucrânia que chegaram ao Paraná.
- ▶ Tratativas documentais para parceria entre o Estado e entidades do terceiro setor para realização de seminário de formação, capacitação e integração e acolhidas aos imigrantes oriundos de regiões atingidas pela guerra civil, este realizado em parceria com a SEJUF.

1.5 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (SGDES)

Em conformidade com o Decreto n.o 10.364, de 23 de fevereiro de 2022, foi criada a Superintendência Geral de Desenvolvimento Econômico e Social (SGDES), subordinada à Casa Civil, nos termos do art. 12 e inciso IV do art. 8º, da Lei n.o 19.848, de 03 de maio de 2019, à qual compete, entre outras ações, a participação na elaboração, aprovação e acompanhamento de projetos prioritários do governo estadual com segmentos da sociedade civil organizada; a coordenação do apoio às iniciativas

das entidades da sociedade civil organizada referentes a projetos especiais do governo relacionados à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); a promoção e divulgação das análises técnicas dos resultados das políticas públicas e dos projetos prioritários do governo na área de desenvolvimento social relativos aos ODS, em conjunto com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social (Cedes); a assistência direta ao Chefe da Casa Civil no desempenho de suas atribuições, especialmente na realização de estudos de natureza técnico-institucional relacionados à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

A Superintendência, juntamente com instituições parceiras, realizou diversas reuniões técnicas com líderes locais das Associações de Municípios do Paraná (AMP) para implementação da Agenda 2030, no âmbito local, levando metodologias e ferramentas para auxiliar os gestores municipais na tomada de decisão e na criação de políticas públicas em prol dos ODS. Além disso, buscou fortalecer parcerias nacionais e internacionais para a troca de experiência para a replicação de boas práticas no estado do Paraná. Entre as ações realizadas em 2022, destacam-se:

- ▶ Planejamento Estratégico da SGDES - com a contribuição de especialistas, a Superintendência desenvolveu seu planejamento estratégico a fim de definir os caminhos para alcançar seus propósitos. A SGDES está pautada nos seguintes princípios: a) Missão - atuar de forma articulada e integrada para impulsionar o desenvolvimento econômico, social e ambiental no estado do Paraná; b) Visão - ser referência global em prol do desenvolvimento econômico, social e ambiental; e c) Valores - foco na transformação, integridade com todos os públicos e atender às necessidades do Estado e de sua população.
- ▶ Cúpula Mundial da Família - participação na Cúpula Mundial da Família 2022, em Genebra, na Suíça, contando com comitiva de autoridades locais paranaenses, com o tema Autoridades Locais e Famílias trabalhando juntas para implementar a Agenda 2030. A programação incluiu diálogo com autoridades do Cantão de Genebra, apresentação sobre o Projeto Universidade dos Prefeitos e Líderes locais, palestras e visita técnica à Organização Mundial da Saúde (WHO).
- ▶ Universidade dos Prefeitos e Líderes Locais - parceria entre o Instituto das Nações Unidas para Formação e Pesquisa (UNITAR) e a Organização Mundial da Família (WFO), que visa capacitar autoridades e líderes locais para o desenvolvimento sustentável multidimensional e integrado, além de desenvolver mecanismos para aceleração da implementação e acompanhamento dos ODS no Paraná. Seu lançamento oficial ocorreu com a aula magna, durante a Cúpula Mundial da Família 2022, na sede da ONU em Genebra, na Suíça.
- ▶ Alinhamento do Plano de Governo 2019-2022 e 2023-2026 aos ODS - para possibilitar o alcance das metas ODS é de suma importância que todos os instrumentos de planejamento governamentais estejam alinhados aos ODS. Nesse sentido, foi realizado um estudo a fim de verificar quais propostas do Plano de Governo contribuem direta ou indiretamente para a Agenda 2030.

- ▶ Índice Sintético por ODS - capacitação promovida pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em abril, para a validação da metodologia do Índice Sintético por ODS. Tal método consiste em sintetizar indicadores ODS para oportunizar, aos gestores públicos municipais, uma rápida visualização de qual objetivo necessita maior prioridade de atuação. Segundo a OCDE, o Paraná foi a primeira região do mundo a aplicar a metodologia de Índice Sintético da Organização.
- ▶ Circuito ODS-Moda Sustentável - o projeto piloto, em parceria com três Secretarias de Estado e suas vinculadas, aplica os conceitos de sustentabilidade, inovação e economia circular, por meio da reutilização de enxovais hospitalares não mais utilizáveis. Seu pré-lançamento ocorreu em agosto de 2022. A matéria prima doada por um hospital foi encaminhada a uma penitenciária feminina do Paraná, para a customização de novos vestuários. Para isso, as mulheres privadas de liberdade receberão um curso profissionalizante de corte e costura e, posteriormente, iniciarão a confecção dentro do próprio complexo penal.
- ▶ Relatório Missão ODS-Indicadores Municipais - com o intuito de auxiliar a tomada de decisão e propiciar aos gestores municipais a identificação das oportunidades e fragilidades locais; o Relatório (enviado anualmente aos 399 prefeitos) provê o acesso ao panorama do município relacionado ao atingimento das metas da Agenda 2030.
- ▶ Alinhamento da Constituição Estadual do Paraná aos ODS - estudo realizado para verificar a aderência da Constituição Estadual à Agenda 2030.
- ▶ Morretes: Cidade do Pólen - apoio, por meio de Termo de Cooperação Técnica, ao projeto que tem como finalidade transformar o município de Morretes em um polo da meliponicultura e, ao mesmo tempo, contribuir para a preservação de uma das maiores faixas contínuas de Mata Atlântica do país.
- ▶ Programa Alimentação Consciente - tem por objetivo promover um sistema de alimentação mais saudável e sustentável na rede escolar municipal e estadual do Paraná. Visa incorporar saborosas e nutritivas refeições exclusivamente de origem vegetal aos cardápios das escolas. Dessa forma, será estabelecido um Termo de Cooperação com a organização internacional *Mercy for Animals (MFA)*.
- ▶ Visão 2053: Construindo o Paraná do Bicentenário - plano de longo prazo para assegurar aos paranaenses o desenvolvimento econômico, socioambiental, bem-estar e a redução das desigualdades. Com projeção para as próximas três décadas, visa acelerar a transformação social baseada no contexto das megatendências mundiais. O documento prévio foi entregue ao Governador em junho.
- ▶ Parceria entre Paraná e Córdoba - visa a troca de experiências entre as duas regiões para alavancar temas relacionados à Agenda 2030 e indicadores ODS; Produção Agropecuária Sustentável; Energias Renováveis; Juventude; Trocas Comerciais; Turismo; e Construções Sustentáveis.
- ▶ Parceria entre Paraná e Silésia - um acordo de Cooperação Técnica entre o estado do Paraná e a Província da Silésia, na Polônia, encontra-se em tramitação e visa criar ações voltadas ao

desenvolvimento sustentável com foco na inovação. Essa parceria é fruto do quadro do Programa da União Europeia *International Urban and Regional Cooperation (IURC)* do qual o Paraná participa desde outubro de 2021. Devido aos avanços do Estado, frente à implementação da Agenda 2030, em junho de 2022, representante da Superintendência foi convidado a participar do painel: “Vozes das Cidades”, do Fórum Urbano Mundial em *Katowice*, na Polônia.

- ▶ Evento Anual de Cooperação Urbana e Regional da União Europeia - em continuidade à participação do estado do Paraná no Programa da União Europeia *International Urban and Regional Cooperation (IURC)*, a Superintendência foi selecionada para participar do evento, em novembro de 2022, relatando os progressos da Cooperação e os avanços obtidos.
- ▶ *Site* SGDES - criação do *site* com intuito de fornecer transparência à população, difundir os princípios e valores que pautam a Superintendência e principalmente divulgar, levando as ações realizadas em prol dos ODS, bem como àquelas voltadas ao desenvolvimento econômico e social para o conhecimento e engajamento de toda a sociedade.
- ▶ Em tramitação, o Termo de Cooperação Técnica entre a Associação de Indicadores em Direitos Humanos para o Desenvolvimento (AiDH) e a Rede Ambiental e de Responsabilidade Social (RARES-RN) que visa à realização de iniciativas como a apresentação de Relatórios de Alto Nível sobre a importância dos municípios na implementação da Agenda 2030 e no equilíbrio do sistema climático e a viabilização do inovador Projeto Carbono *Net Zero*.
- ▶ Alinhamento do PPA 2020-2023 aos ODS e suas metas - estudo sobre a aderência das Iniciativas do Plano Plurianual (PPA) aos ODS com a finalidade de sensibilizar técnicos e gestores para a oportunidade de integração dos ODS no Planejamento Plurianual.

A SGDES, em parceria com o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Paraná (Cedes), que é um órgão colegiado de assessoramento e apoio estratégico ao Governador do Estado, integrante da Casa Civil, realizou as seguintes atividades no ano de 2022:

- ▶ Metas ODS no Paraná - projeto que visa adequar as metas dos ODS à realidade subnacional. Dividida em três etapas, a iniciativa conta com a participação de representantes de todas as Secretarias de Estado. A primeira etapa foi concluída em outubro de 2022. Os frutos desse projeto serão quatro relatórios contendo a priorização das Metas ODS para o Estado.
- ▶ Encontros com Associações de Municípios do Paraná - realização de seis encontros em parceria com a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e o Programa Cidades Sustentáveis (PCS), com objetivo sensibilizar os líderes locais na adesão da Agenda 2030 e seus ODS, bem como divulgar as ações e projetos da Estratégia Paraná de Olho nos ODS. As reuniões foram realizadas nas Associações do: Vale do Ivaí (AMUVI), Campos Gerais (AMCG); Oeste do Paraná (AMOP); Centro do Paraná (AMOCENTRO); Entre Rios (AMERIOS); e Médio Parapanema (AMEPAR).
- ▶ *Toolkit* da OCDE - participação do estado do Paraná na elaboração do *Kit* de ferramentas para uma abordagem territorial dos ODS, guia da OCDE destinado a todos os setores interessados em

engajar-se na localização da Agenda 2030, a partir de lições aprendidas no âmbito do Programa Uma Abordagem Territorial dos ODS e das melhores práticas internacionais. O *Toolkit* foi lançado no Fórum Urbano Mundial 2022, em *Katowice*, na Polônia.

- ▶ Missão da OCDE no Paraná - a segunda fase da Missão da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE) no Paraná, do Programa Uma Abordagem Territorial dos ODS, ocorreu em março de 2022. A missão de sondagem realizou entrevistas com atores-chave de todos os setores, cujo objetivo foi o levantamento das ações que podem contribuir para a aceleração da Agenda 2030 no Estado, bem como para a priorização de um plano de ação para a implementação das recomendações feitas pela Organização, na primeira fase do Programa (2019-2021).
- ▶ Fase Complementar da Missão de Sondagem da OCDE no Paraná - em outubro de 2022, foi realizada uma rodada complementar de entrevistas com outros atores-chave incluindo instituições públicas, privadas e de ensino do Estado.
- ▶ Fortalecimento da Parceria com a Agência Sueca de Proteção Ambiental - realização de reuniões técnicas para a troca de experiências com a *Swedish Environmental Protection Agency (SEPA)* e, também, para a promoção e implementação de iniciativas voltadas ao enfrentamento do desperdício de alimentos e à prevenção, combate e soluções para a diminuição do lixo costeiro.

1.6 ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO DO GOVERNO DO PARANÁ EM BRASÍLIA (ERGDF)

Ao Escritório de Representação do Governo em Brasília (ERGDF) compete a representação e defesa dos interesses do estado do Paraná nas diversas instâncias do Governo Federal, organismos internacionais, Congresso Nacional, representações de outros países, observadas as diretrizes estabelecidas pela Casa Civil; a disponibilização da infraestrutura necessária para que representantes do governo e entidades ligadas ao desenvolvimento do Estado possam realizar reuniões, encontros e debates em Brasília; a integração com as unidades da Casa Civil no desempenho de suas atribuições e o desempenho de outras atividades correlatas, conforme Decreto n.o 2.595/2019 alterado pelo Decreto n.o 7.211 de 30 de março de 2021.

1.6.1 Principais Realizações

- ▶ Apoio aos atendimentos de logística prestados ao Governador e à Governadoria, suas comitativas e a outras autoridades do Estado, em cumprimento de agendas oficiais em Brasília e participação em audiências presenciais e virtuais com autoridades das Embaixadas, com o objetivo de firmar acordos, promover a cooperação governamental, além de divulgar o estado do Paraná internacionalmente.
- ▶ Comunicação e divulgação aos municípios, Secretarias Estaduais e organizações da Sociedade Civil das Propostas Voluntárias e Proponentes Específicos disponibilizadas em 2022, junto ao sistema

federal da Plataforma +Brasil pelos Ministérios, perfazendo neste período um total de 39 programas federais, que resultaram em 1.647 propostas com plano de trabalho, auferindo um valor global das propostas apresentadas superior a R\$ 1,3 bilhão.

- ▶ Articulação junto à Bancada Federal do Paraná na apresentação por parte da Governadoria e Secretarias Estaduais de sugestões de Emendas Parlamentares Individuais e Emendas de Bancada ao Orçamento Geral da União.
- ▶ Ações em demandas oriundas de política pública do Governo do Paraná junto a Órgãos da esfera Federal, como, acompanhamento da operação de crédito internacional do Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública no Paraná - Programa Paraná Eficiente e articulações na esfera federal para liberação do empenho do Programa Olho Vivo.

1.7 BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL (BRDE)

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) foi fundado em 15 de junho de 1961 pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, com o objetivo de fazer o Sul do Brasil prosperar. É uma Instituição financeira pública de fomento, controlada pelos três estados do Sul, com autonomia financeira e administrativa. Está sujeito ao acompanhamento e controle do Tribunal de Contas, bem como à fiscalização do Banco Central do Brasil. Sua estrutura administrativo-organizacional é determinada por Regimento Interno estabelecido pelo Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) e fundamentada por Atos Constitutivos aprovados pelas Assembleias Legislativas dos Estados-Membros.

1.7.1 Principais Realizações

1.7.1.1 Desempenho Operacional

- ▶ Contratações por Segmento - no período de janeiro a setembro de 2022, o BRDE no Paraná realizou novos contratos em um montante de aproximadamente R\$ 1,26 bilhão, 80% superior ao contratado no mesmo período de 2021. Neste período, o segmento econômico de maior destaque foi o terciário em termos de valor contratado e o primário em número de contratos, conforme apresentado na Tabela 1.

TABELA 1 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ PELO BRDE (Jan-Set / 2022).

SETOR	VALOR CONTRATADO	% sobre total
PRIMÁRIO	R\$ 411.404.282,16	33%
SECUNDÁRIO	R\$ 397.201.292,66	31%
TERCIÁRIO	R\$ 454.233.152,40	36%
TOTAL	R\$ 1.262.838.727,22	100%

Fonte: BRDE/AGPR/SIG

- ▶ Contratações por Porte das Entidades - na segmentação por porte das entidades observa-se uma concentração em produtores rurais quanto à quantidade de contratos. No âmbito empresarial, destacam-se os valores contratados com pequenas empresas. A Tabela 2 mostra as contratações realizadas pelo BRDE no Paraná de janeiro a setembro de 2022, segregando por porte da entidade.

TABELA 2 - CONTRATAÇÕES NO PARANÁ POR PORTE DAS ENTIDADES (Jan-Set/2022).

PORTE ENTIDADE	VALOR CONTRATADO	% sobre total
PRODUTOR RURAL	R\$ 315.724.737,54	25%
MICRO-EMPRESA	R\$ 3.183.353,46	0%
PEQUENA EMPRESA	R\$ 231.006.910,18	18%
MÉDIA EMPRESA	R\$ 132.707.605,06	11%
GRANDE EMPRESA	R\$ 513.854.477,44	41%
PREFEITURA	R\$ 66.361.643,54	5%
TOTAL	R\$ 1.262.838.727,22	100%

Fonte: BRDE/AGPR/SIG

1.7.1.2 Principais Contas

A seguir os principais números do BRDE no período compreendido entre janeiro e setembro dos anos de 2021 e de 2022. Com destaque para o patrimônio líquido e o lucro líquido que, em setembro de 2022, eram 12% e 75% respectivamente superiores ao realizado no mesmo período de 2021.

	Jan-Set 2021	Jan-Set 2022
Ativo Total	R\$ 16,4 bilhões	R\$ 18,1 bilhões
Operações de Crédito	R\$ 12,8 bilhões	R\$ 14,4 bilhões
Patrimônio Líquido	R\$ 3,3 bilhões	R\$ 3,7 bilhões
Lucro líquido	R\$ 186 milhões	R\$ 325 milhões

Fonte: BRDE/BI/SIG

1.7.1.3 Principais Atividades

Em 2022, o BRDE comemora 61 anos de atuação, renovando o compromisso com sua missão de liderar ações de fomento ao desenvolvimento econômico e social da Região Sul.

Estima-se que no final do ano as contratações da agência paranaense do BRDE totalizem R\$ 1,4 bilhão. O BRDE manteve o amplo apoio financeiro e técnico ao agronegócio, à inovação e aos projetos de energia renovável. O setor da Indústria teve destaque, seguido do Comércio e Serviços, com ênfase aos investimentos direcionados às micro e pequenas empresas.

Embora a Região Sul tenha sofrido impactos climáticos pela longa estiagem, uma das mais problemáticas nos últimos 70 anos, o que afetou a Agricultura, o BRDE contribuiu para os estudos e discussões Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e outras entidades, que resultaram no Decreto n.º 11.029 de 01/04/2022, que previu abatimento na parcela ou liquidação de crédito rural, contratada via Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). E ainda, com objetivo de renegociar as dívidas, o BRDE aderiu à campanha do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), com operações do Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas (FAMPE), para garantir e regularizar o crédito das empresas desses portes, que estejam em atraso.

Para sua sustentabilidade econômica e para melhor atender a seus clientes, o BRDE vem diversificando o seu portfólio de linhas de crédito. Além de recursos próprios, o BRDE aplica recursos provenientes do BNDES; de fundos internacionais como o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e do Banco Europeu de Investimentos (BEI). A parceria com a AFD rendeu o reconhecimento ao BRDE, por meio do Prêmio SAIN-ABDE de Melhores Práticas em Captação Internacional na categoria de financiamento de projeto alinhados à produção e ao consumo sustentáveis. Trata-se de iniciativa conjunta entre a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) e a Secretaria de Assuntos Econômicos Internacionais (SAIN) do Ministério da Economia. Sob o amparo do Programa de Apoio ao Turismo Regional (FUNGETUR), linha de crédito destinada às empresas do setor de Turismo, o BRDE no Paraná aplicou R\$ 175,5 milhões em quase 96 projetos nos últimos quatro anos.

O Fundo de Aval Garantidor do Estado do Paraná (FAG), lançado em 2020, continuou sendo um importante instrumento na viabilização de operações de crédito com micro e pequenas empresas paranaenses e foi lançado o Banco do Agricultor Paranaense. Trata-se de um movimento estratégico do Governo, com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), para fazer o Paraná dar novo salto e se destacar ainda mais no agronegócio mundial. O programa ataca diretamente desafios permanentes como, por exemplo, aumentar a eficiência do uso dos recursos naturais e dos sistemas de produção. Ou seja, produzir mais e melhor, com menos recursos. Até o final de outubro já haviam sido contratados R\$ 39 milhões distribuídos em 268 contratos. Todos de produtores rurais da agricultura familiar, enquadrados no PRONAF, e que, em sua larga maioria, financiaram projetos para produção local de energia renovável.

O Programa Empreendedoras do Sul tem foco no estímulo ao empreendedorismo feminino, disponibilizando crédito em condições atrativas para empresas de qualquer porte lideradas por mulheres. Em 2022, foram contratados R\$ 57 milhões até outubro. Outra iniciativa para fomentar negócios criados por jovens profissionais é o Programa Jovem Empreendedor, promovido em parceria entre a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), o BRDE e

a Fomento Paraná. A iniciativa oferece linhas de crédito a juros mais baixos para incentivar a geração de emprego e o desenvolvimento de negócios para pessoas de 18 a 29 anos.

O BRDE caminha para se tornar um Banco Verde, um banco que apoia e se posiciona como sustentável, seja na mitigação de impactos ambientais, seja na orientação de financiamento de propostas socioambientais. A Agência do BRDE no Paraná, sediada em Curitiba, foi submetida a um estudo realizado pela Universidade Federal do Paraná, que produziu um inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa. Nela foram instaladas placas de energia solar. Ao acompanhar a Agenda 2030, que trata de políticas de Responsabilidade Socioambiental e Climática e Gestão de Risco Socioambiental, o BRDE firmou suas diretrizes em ações ligadas também ao *Environmental Social and Governance (ESG)*. Na 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (COP26), o Banco se associou aos propósitos dos bancos públicos a se comprometerem com a implementação do acordo climático, com metas de redução do aquecimento global. Nos últimos anos, o BRDE vem tendo aproximadamente 75% de aderência a pelo menos um Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em suas operações.

Tem sido também um forte aliado da inovação nas empresas paranaenses. É coordenador da câmara temática de Fomento e Financiamento do Sistema Estadual de Parques Tecnológicos do Paraná (SEPARTEC). Por meio do Programa de Desenvolvimento BRDE INOVA, oferece apoio técnico e crédito para projetos voltados para o desenvolvimento e aprimoramento de produtos, processos e serviços, e, também ações inovadoras no âmbito organizacional e de *marketing*. O Banco é também o patrocinador de outra iniciativa importante para o fomento da inovação: o Programa BRDE LABS, que tem por meta promover a conectividade entre empresas paranaenses e *startups* de todo o Brasil, a experimentação de processos de inovação aberta e a geração de novos negócios. Este Programa está na sua terceira edição em 2022 e com temática voltada para o *Environmental Social and Governance (ESG)*. Cabe destacar que, em 2022, o BRDE se lançou, pela primeira vez, também como uma empresa âncora do Programa, a partir da Lei Complementar n.º 182/2021, mais conhecida como Marco Legal das *Startups*. Nesse mesmo propósito de levar inovação e pelo compromisso social de um banco público com a sociedade, o BRDE, com apoio do CAF, iniciou um programa de formação, de aproximadamente 700 alunos da rede pública de ensino no Paraná, sendo 50% das vagas destinadas às meninas, na formação básica de desenvolvimento de sistemas, pelo programa *Dev The Devs*, totalmente gratuito, *online* e certificado, com possibilidade de inserção em estágios.

O desempenho do BRDE no Paraná é possível pela decisão dos seus empreendedores de contar com o apoio do Banco, pela confiança que os governos dos estados-controladores depositam e pela colaboração diária de seus funcionários.

1.8 AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A. (FOMENTO PARANÁ)

A Fomento Paraná é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem o estado do Paraná como acionista majoritário. A autorização para criação da instituição foi dada pela Lei Estadual n.o 11.741/1997 e o Banco Central do Brasil concedeu a autorização de funcionamento em 08/11/1999 (DEORF/DIFIN-99/239). O capital social autorizado é de R\$ 4 bilhões.

É submetida à regulamentação do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e atua em sintonia com as políticas públicas estaduais focadas no desenvolvimento econômico e social, no âmbito local e regional, buscando ampliar a base produtiva e promover a inovação no Paraná.

A instituição financia projetos dos municípios paranaenses para a execução de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros. E fornece crédito para empreendedores informais e de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento dos negócios em todas as regiões do Estado.

A Fomento Paraná é gestora de fundos públicos estaduais de desenvolvimento, garantidores ou de aval e participa como cotista dos fundos de investimento em participação, como *Criatec3*, Sul Inovação e do Fundo VC4 da Trivella M3 Investimentos.

Também responde pela gestão e cobrança da carteira de ativos do estado do Paraná oriundos da monetização do Banco do Estado do Paraná (BANESTADO). E a Lei Estadual n.o 20.743 de 5 de outubro de 2021, que instituiu o Programa de Recuperação dos Ativos e Créditos oriundos das operações de titularidade do estado do Paraná, resultantes da liquidação do Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), transferiu à Fomento Paraná a gestão plena e a administração dos ativos, créditos e direitos resultantes da liquidação do BADEP.

1.8.1 Principais Realizações

1.8.1.1 Operações do Setor Privado

- ▶ Liberação de crédito em 8.060 novas operações para empreendedores privados de janeiro a outubro de 2022, somando R\$ 136,1 milhões, que equivale a 71,6% da meta de contratações estipulada para o ano de 2022.
- ▶ Operações destinadas a apoiar mulheres empreendedoras, pelo programa Banco da Mulher Paranaense, que registrou 4.000 contratos, somando R\$ 43,9 milhões; e o volume de contratações de microcrédito, que somou R\$ 84,6 milhões, atendendo 7.723 empreendimentos, a um ticket médio de R\$ 10,9 mil.
- ▶ A Agência concluiu sua primeira captação internacional de recursos de operacionalização de financiamentos - foi assinado um Contrato de Abertura de Crédito com o Banco de Desenvolvimento da

América Latina (CAF) para captação de R\$ 250 milhões em recursos para novas operações a fim de apoiar empreendedores informais, microempreendedor individual (MEIs), micro e pequenas empresas.

- ▶ Teve o limite de repasse de recursos do BNDES aumentado para R\$ 150,4 milhões para o período de abril de 2022 a abril de 2023; e o limite de repasse de recursos da FINEP - Inovação e Pesquisa aumentado em R\$ 90 milhões.
- ▶ O Programa Banco do Agricultor Paranaense alcançou em setembro a marca de R\$ 285,3 milhões em crédito contratado para atender 1.938 operações contratadas pelas instituições financeiras credenciadas (Banco do Brasil, BRDE, CRESOL e SICOOB). O valor representa aproximadamente R\$ 123 milhões em recursos que já foram destacados pela Fomento Paraná para pagamento da equalização das taxas de juros destes financiamentos nos próximos anos.
- ▶ Iniciou a intermediação de operações de crédito com garantia fornecida pelo Fundo Garantidor para Investimentos - Programa Emergencial de Acesso a Crédito (FGI-PEAC), do BNDES. A nova opção de garantia deve ampliar a oferta de crédito para empresas de micro, pequeno ou médio porte, porque não tem custo extra ao tomador e também garante uma taxa de juros fixa ao longo do financiamento.
- ▶ Foram capacitados 184 novos agentes de crédito em seis turmas do curso de formação da Fomento Paraná em parceria com o SEBRAE. Outros 186 correspondentes de crédito foram habilitados em nove turmas no treinamento *online* da Instituição.
- ▶ A Agência manteve a movimentação para contatos e formalização de parcerias com municípios, associações comerciais e outras entidades, para ampliar oferta de crédito no Estado. Foram visitados pelo diretor-presidente e assessores 112 municípios de janeiro a outubro.
- ▶ A presença da Rede de Parceiros da Fomento Paraná já atinge 81% do território paranaense, com agentes de crédito ou correspondentes atuando em 324 dos 399 municípios do Estado, com pelo menos 420 postos de atendimento.
- ▶ Em 10 meses do ano, 42 parcerias foram firmadas ou renovadas com municípios e outros 99 contratos de prestação de serviços foram firmados com entidades que passaram a ofertar os serviços financeiros da Instituição aos empreendedores como correspondentes.
- ▶ Foi uma das patrocinadoras da segunda edição do projeto Bússola da Transformação Digital, organizado pelo Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP). Cerca de 350 empresários participaram dos encontros, que ocorreram em nove cidades. A instituição apresentou linhas de crédito voltadas à pesquisa, inovação e ao aperfeiçoamento dos negócios nas indústrias.
- ▶ É uma das instituições financeiras de desenvolvimento participantes do Programa Crédito Inovação FINEP-SEBRAE (Financiadora de Estudos e Projetos-FINEP e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas-SEBRAE), que irá disponibilizar R\$ 1 bilhão em recursos para inovação e com isso atender em torno de 4.000 empresas com receita operacional bruta de até R\$ 4,8 milhões.
- ▶ Um estudo contratado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE) em parceria com a Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ) e o Banco de Desenvolvimento da América

Latina (CAF) demonstrou que 92% das operações da carteira de crédito da Fomento Paraná contribuem efetivamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O ciclo de avaliações do Projeto ODS da ABDE envolve bancos federais e estaduais, agências de fomento e cooperativas de crédito selecionados por meio de um edital aberto em dezembro de 2021.

- ▶ A Fomento Paraná realizou seis encontros regionais de agentes de crédito em parceria com o SEBRAE, como parte de um processo de capacitação permanente com a rede de parceiros que teve a presença de 260 pessoas.
- ▶ Na 7ª Edição do Encontro estadual de Agentes de Crédito, houve a entrega do Prêmio Estadual de Microcrédito Fomento Paraná e SEBRAE 2022, que reconhece o desempenho dos municípios que mais se destacaram na operacionalização da carteira de microcrédito da Instituição, seja na contratação de novas operações ou renegociação de contratos. No evento, ocorrido em Foz de Iguaçu entre os dias 09 e 11/11/2022, a Fomento apresentou uma nova plataforma que vai ofertar uma linha de crédito de capital de giro de até R\$ 50 mil para micro e pequenas empresas.
- ▶ Recebeu o Selo Sesi ODS como empresa comprometida com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU), durante o Congresso SESI ODS 2022. A premiação incentiva práticas que contribuem com os ODS e promove debates sobre como indústrias e outras empresas podem contribuir para atingir as metas propostas pela ONU. A Instituição concorreu com o programa Banco da Mulher Paranaense, que liberou mais de R\$ 140 milhões em crédito atendendo mais de 12.000 empreendimentos com mulheres sendo sócias ou proprietárias, em três anos.

1.8.1.2 Operações do Setor Público

A Fomento Paraná integra o Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná (SFM) em parceria com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas (SEDU) e o PARANACIDADE. O SFM financia projetos dos municípios paranaenses para a execução de obras de infraestrutura e mobilidade urbana, aquisição de máquinas e equipamentos, construção de escolas, postos de saúde, projetos de engenharia e de eficiência energética, entre outros, e fornece crédito para empreendedores informais e de micro, pequeno e médio porte, de todos os setores da atividade econômica, estimulando práticas sustentáveis no desenvolvimento dos negócios em todas as regiões do Estado.

- ▶ No âmbito do Setor Público, foram contratadas, no período de janeiro a outubro de 2022, 93 operações para atender 72 municípios paranaenses, totalizando R\$ 361,5 milhões.
- ▶ Entrou em vigor o novo indexador dos contratos, substituindo a Taxa Longo Prazo (TLP) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), contribuindo para a melhoria das condições de financiamento aos municípios.

- ▶ Apresentou um novo simulador de crédito *online* para Operações do Setor Público. Com um só *click*, gestores interessados em financiamentos para desenvolver projetos de infraestrutura e melhoria da qualidade de vida nos municípios podem orçar valores, taxas e conferir o melhor enquadramento das propostas, a partir do portal da Instituição na *internet*.

1.9 COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ (CELEPAR)

Fundada em 1964, a CELEPAR foi a primeira empresa pública de tecnologia da informação do País. Tem o objetivo de identificar, desenvolver, implantar e operar soluções digitais para a sociedade, que transformam o Estado em um prestador de serviços mais simples, digital e intuitivo, otimizando processos, eliminando burocracias e simplificando a relação entre governo e cidadão.

Busca o aprimoramento do desempenho e inovação da administração pública, melhorando os resultados do Governo em termos de operação e gestão, com a consequente melhoria dos serviços prestados.

1.9.1 Principais Realizações

1.9.1.1 Governo Digital

Continuidade da evolução do Paraná Inteligência Artificial (PIÁ), que é uma solução de inteligência artificial para oferta de serviços públicos à população de forma simples e intuitiva. São mais de 600 mil usuários cadastrados usufruindo de mais de 716 serviços publicados, distribuídos entre Governo do Estado do Paraná, Municípios e serviços Federais. O aumento em 2022 no número de serviços foi de 4% (29 novos serviços). Vários processos são facilitados pelo PIÁ, como: consulta, geração de código para pagamento e emissão da segunda via da conta de água e luz; consulta ao crédito no Nota Paraná; verificação do boletim escolar dos filhos; matrícula na rede estadual e agendamento de horário para procurar vaga de emprego na Agência do Trabalhador; emissão de Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo em meio eletrônico (CRLV-e); acionamento do Botão do Pânico virtual - vítimas de violência doméstica; e serviços de abertura, alteração e fechamento de empresas da Junta Comercial.

Foram disponibilizados novos serviços no Governo Digital: a) inclusão de 12 novos serviços para o Departamento Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON); b) consulta de atestados - Instituto de Identificação; c) correção de solicitação de 2ª via fácil da Carteira de Identidade; d) solicitação de restituição de IPVA; e e) solicitação de financiamento ao Banco da Mulher Paranaense - Fomento Paraná.

1.9.1.2 Soluções para Segurança Pública

- ▶ Segunda Via fácil - segunda Via Ampliada para solicitação de alterações no RG pelo cidadão, que possibilita a alteração de nome, certidão e assinatura.
- ▶ Possibilitou o Registro de Maus-tratos de Animais na Delegacia Eletrônica.
- ▶ RG Nacional - possibilidade de obter RG em qualquer Estado mantendo identificação e numeração única.

1.9.1.3 Soluções para Agricultura e Agropecuária

- ▶ Aplicativo Paraná Agro - aplicativo com informações do Departamento Rural de Economia da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB). A intenção do aplicativo é envolver diversas informações sobre agricultura. Um dos módulos desenvolvidos para o aplicativo foi o de Atualização de Rebanho.
- ▶ Implantação de novo módulo da Plataforma de Gestão Agropecuária (E-PGA) - com o objetivo de permitir o envio de informações de trânsito animal ao Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento (MAPA).
- ▶ Implantação de novo módulo para a Rede Estadual de Informações em Defesa Agropecuária (REIDA) que permite aos prestadores de serviço cadastrados, vincular seus serviços a comerciantes de agrotóxicos. Permite ainda a emissão de certificado para aqueles prestadores capacitados, emissão de certificados a comerciantes de agrotóxicos, emissão de taxas relacionadas ao módulo prestação de serviços, adequação ao comerciante de agrotóxicos e possibilidade de migração dos comerciantes de agrotóxicos cadastrados como prestador de serviços.
- ▶ Projeto Nova Lei de Taxas - desenvolvido para a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR), visa maior controle sobre arrecadação da agência oriunda das taxas emitidas. Projeto de faturamento da Guia de Trânsito Animal abrange os sistemas da Rede Estadual de Informações em Defesa Agropecuária, do Sistema de Defesa Sanitária Animal e a Confirmação de Guia de Trânsito Animal, tratando também da emissão de fatura vinculada ao serviço.

1.9.1.4 Soluções para Meio Ambiente

- ▶ Implantação do aplicativo Paraná Mais Verde que facilita e agiliza o acesso da população às mudas produzidas pelos viveiros do Estado. Pelo *app* é possível solicitar mudas nativas, identificar plantas e conhecer as espécies nativas produzidas pelo Instituto Água e Terra (IAT).
- ▶ Implantação do Sistema de Controle de Atas de Conciliação (SCAT) que tem como objetivo realizar o agendamento de reuniões entre o usuário ambiental (infrator) e IAT para conciliação ambiental (encaminhamento da multa de acordo com regras estabelecida pelo IAT), gerar a ata da reunião e colher as assinaturas dos envolvidos. Esta solução está integrada ao sistema de Agendamento corporativo do Estado e ao Sistema de Informações Ambientais (SIA/IAT), de onde obtém informações sobre a autuação.

- ▶ Implantação do módulo do Sistema de Gestão Ambiental (SGA - IAT) no Município de São José dos Pinhais; implantação do módulo que permite integração com a Imprensa Oficial para publicação de súmulas de licenças; implantação do módulo que permite requerimento e emissão da Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental (DILA).
- ▶ Integração do Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar (IQAr - IAT) com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para envio de dados de monitoramento do ar.
- ▶ Implantação de módulo para integração com Imprensa Oficial para publicação de súmulas de licenças; implantação de módulo para tratamento para processos em 2ª instância.

1.9.1.5 Soluções para Educação

- ▶ Consolidação das matrículas, para o Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) pelas Escolas da Rede Estadual de Ensino. Compreende a criação das turmas e o ensalamento dos alunos.
- ▶ Implantação do novo sistema Registro de Classe *Online* (RCO) com nova proposta de interface que facilita a navegação pelo usuário.
- ▶ Solução de reconhecimento facial (biometria facial) para automação do registro de frequência nas escolas no *app* Escola Paraná - Professores.
- ▶ Ajustes no sistema do Processo Seletivo Simplificado (PSS) para o funcionamento conforme regras definidas pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) para a contratação dos editais.
- ▶ Novo processo de distribuição de aulas para professores efetivos e temporários.

1.9.1.6 Soluções para o Trânsito

- ▶ Aplicativo com os serviços do DETRAN/PR para o cidadão para acesso via smartphone, onde é possível obter informações e requerer serviços de débitos de IPVA, Extrato de veículos, multas, documento CRLV-e, Autorização de Transporte Escolar e agendamento de atendimentos.
- ▶ Integração com Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) que visa fomentar a formalização de transferências de propriedade para empresas que operam no segmento de comercialização de veículos, colaborar para o controle de veículos em estoque, aumento de arrecadação, desburocratizar e viabilizar novos processos digitais.
- ▶ Plataforma que disponibiliza ao cidadão a possibilidade de executar o processo de primeiro emplacamento de veículos de forma digital, sem filas, sem atendimento presencial, dando agilidade, segurança e desburocratização ao processo.
- ▶ Ferramenta que traz detalhes sobre todas as rodovias estaduais, federais e concessionadas que compõem a malha viária do Paraná, com base nas informações geográficas do DER/PR.

1.9.1.7 Soluções para a Saúde

- ▶ Implantação do Portal Saúde Transparente que concentra as informações sobre consultas e cirurgias eletivas no Paraná - Prevê, nas próximas versões, consolidar esses mesmos dados de municípios e de consórcios de municípios, a partir do uso do módulo Eletivo do mesmo sistema, e da integração desses dados fornecidos por municípios com gestão plena da saúde no PR.
- ▶ Novo módulo Eletivo do Sistema de Regulação da Secretaria de Estado da Saúde (SESA) - permite monitorar a demanda de consultas, exames e cirurgias eletivas no Estado. Num primeiro momento, o sistema é de uso obrigatório para os hospitais que se credenciaram para prestação desses serviços de saúde no programa Opera Paraná; na sequência, outros estabelecimentos de saúde que prestarão esses serviços deverão usar o Módulo Eletivo.

1.9.1.8 Soluções Fazendárias

- ▶ Desenvolvimento para a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica (NF3E).
- ▶ Processo de pagamento de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) por prestadores de serviços de forma *online* utilizando cartões de crédito.
- ▶ Sistema de monitoramento e movimentação fiscal que tem como objetivo auxiliar na fiscalização de emissão de notas falsas, permitindo combater fraudes e sonegação de impostos.
- ▶ Novo Portal de acesso a contribuintes para Programa de Parcelamento Incentivado de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação (ITCMD) e dívidas não tributárias (REFIS).
- ▶ Nota Paraná-Crédito de Combustíveis - implantação do novo cálculo de crédito que permitiu que consumidores recebessem créditos de compra de combustível no Estado.
- ▶ Implantação de ferramenta que permite os municípios terem acesso a uma série de serviços padronizados que auxiliam na gestão econômico-fiscal, corroborando na tomada de decisões dos seus respectivos gestores, além de contribuir na efetividade das atividades de arrecadação e fiscalização de tributos municipais. Nessa primeira versão foi disponibilizado informação sobre Declaração de Informações de Meios de Pagamento (DIMP).
- ▶ Implantação de ferramenta que visa realizar a gestão das Requisições de Pequeno Valor (RPV), processos judiciais julgados na esfera estadual nos quais o governo do Estado é condenado a pagar até a quantia estabelecida por lei.

1.9.1.9 Soluções Estratégicas em Apoio ao Governo

- ▶ Descomplica - com legislação mais moderna, o Paraná facilita e agiliza a abertura de novas empresas e por meio da tecnologia da informação integra informações da JUCEPAR, do Corpo de Bombeiros, da Secretaria da Fazenda, do Instituto Água e Terra e da Vigilância Sanitária, garantindo

a lisura das informações e a celeridade dos processos de abertura, alteração e encerramento das empresas. Em novembro, o tempo médio nacional para abertura de empresa era de um dia e 12 horas, e no Paraná de 15 horas.

1.9.1.10 Soluções em Infraestrutura e Logística

- ▶ Evoluções nos sistemas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA) - adequação do sistema para o novo corredor de exportação de granel no berço 201, viabilizando o controle do embarque no novo berço, e integração com a balança de fluxo da faixa. Mudanças no fluxo da Carga Refugada, visando nova classificação no pátio de triagem e melhoria na qualidade da carga. Rastreamento da movimentação de uma carga pela sua identificação, seja carga containerizada ou chassis.

1.9.1.11 Soluções Diversas

- ▶ Sistema de declaração digital para empreendimentos de energia fotovoltaica.
- ▶ Solução para pagamento de taxas e impostos através de PIX.

1.9.1.12 Incentivo à Inovação

- ▶ Abertura dos escritórios no Vale do Silício nos Estados Unidos e em Lisboa-Portugal e tem como princípio básico, fortalecer o posicionamento estratégico do Paraná como referência em modernidade e inovação no Brasil.
- ▶ Estabelecimento do Programa de parceria C.Lab + *Hotmilk* com objetivo de promover inovação aberta através de conexão entre a CELEPAR e *Startups* para criação de soluções que agreguem desafios estratégicos governamentais, fortalecendo o elo entre Governo, Universidade, Empreendedores e todo o ecossistema da inovação.
- ▶ Abertura do espaço *Sharework Cloud Computing* que tem como objetivo permitir interação e facilitar atuação dos profissionais da Empresa em regime de Trabalho Remoto.
- ▶ Programa de Aceleração dos Serviços Públicos, que tem como objetivo principal fomentar a cultura, inovação e agilidade na validação de demandas públicas.
- ▶ A CELEPAR recebeu o Prêmio *IoT (Internet of Things) 2022* da Associação Brasileira de *Internet* das Coisas (ABINC) com o projeto *IoT CELEPAR*, que consistiu numa plataforma de monitoramento de temperaturas de medicamentos em um galpão do Centro de Medicamentos do Paraná (CEMEPAR).
- ▶ Disponibilização da plataforma *Building Information Modeling (BIM)*, para o gerenciamento de obras usando metodologia *BIM*, com o objetivo de atender a Estratégia *BIM PR: Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas*.

1.9.1.13 Investimentos e Melhorias Internas da Companhia

- ▶ Implantação de ferramenta de *Customer Relationship Management (CRM)* para gestão dos processos comerciais no relacionamento com clientes.

1.9.1.14 Incentivo à Inclusão Digital

- ▶ A CELEPAR recebeu o Prêmio Marco Maciel: Ética e Transparência entre o Público e o Privado (PMM), na categoria Relações Institucionais e Governamentais (RIG) em Organização Pública, do case Programa de Inclusão Digital e Social da Pessoa Idosa - programa que ensina idosos a enfrentarem e dominarem a tecnologia, com o uso de seus *smartphones*.

1.10 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO PARANÁ (DETRAN/PR)

O Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), vinculado a Casa Civil, tem seus gastos públicos definidos pela prestação de serviços à população paranaense, com fulcro nas determinações da Lei Federal n.o 9.503/1997 e demais legislações pertinentes. Tendo sua própria arrecadação e a autonomia na gestão de seus recursos, calcado nos procedimentos que orientam a realização de despesas com fulcro no previsto na Lei Federal n.o 8.666/1993 e Lei Estadual n.o 15.608/2007 e suas alterações.

Tem a missão de executar as políticas de trânsito no estado do Paraná com agilidade e eficiência para oferecer um serviço de qualidade ao cidadão, de modo a sensibilizar a população paranaense para um trânsito mais seguro e tornar o processo de veículos e de habilitação menos burocrático, simplificando os serviços prestados por meio de ações de planejamento capazes de promover a modernização e o cumprimento da sua missão. Respeito, ética, comprometimento, transparência e trabalho em equipe são seus valores.

Dentre os objetivos estratégicos, destacam-se:

- ▶ Prestar serviços de qualidade para minimizar o tempo de espera dos usuários e aumentar a oferta de serviços pela *internet*.
- ▶ Desenvolver ações de educação e segurança no trânsito para prevenir e diminuir os indicadores de acidentes, conscientizando a população por meio de campanhas, palestras, abordagens diversas e outros eventos.
- ▶ Modernizar as estruturas administrativas, físicas, lógicas e as áreas de informática e informação.
- ▶ Orientar e manter em constante atualização os órgãos de trânsito e parceiros prestadores de serviços, de acordo com a legislação vigente.
- ▶ Promover a melhoria da qualidade de vida dos servidores, por meio do desenvolvimento de políticas de gestão de pessoal e de planos de capacitação contínua.
- ▶ Melhorar a comunicação no âmbito interno e externo, tornando eficaz o tratamento e a disseminação da informação.

1.10.1 Principais Realizações

1.10.1.1 Infrações

- ▶ Sistema de Notificação Eletrônica - implementação da integração do DETRAN/PR ao Sistema de Notificação Eletrônica da Secretaria Nacional de Trânsito (SNT), o qual possibilita ao cidadão paranaense o pagamento de infração de trânsito com o desconto de 40%.
- ▶ Expansão da implantação do talonário eletrônico - em janeiro de 2022 os autos de infração de trânsito lavrados em talonário eletrônico representavam 23% do total, estima-se que até o final do exercício, o número de autos lavrados nesse modelo possa atingir 70% do total.
- ▶ Serviços de autoatendimento - em janeiro de 2022 os serviços da área de infrações originados no autoatendimento representavam 31% do total, estima-se que até dezembro de 2022 o número serviços possa atingir 60% do total.

1.10.1.2 Ouvidoria

Ao longo do período de janeiro a outubro, 15.761 atendimentos ao cidadão paranaense foram realizados, sendo 15.101 realizados via Sistema Integrado de Gerenciamento de Ouvidorias (SIGO) e 660 na modalidade presencial, de um total de mais de 1,5 milhão de processos realizados pela Autarquia, todos concluídos dentro de prazo legal. A projeção até o final do exercício é de aproximadamente 3.200 atendimentos, que a ouvidoria do DETRAN/PR pretende concluir no prazo estipulado pela Ouvidoria Geral.

1.10.1.3 Fiscalização

Por meio da Controladoria de Inspeção e Auditagem (COIA) foram realizadas 1.799 visitas em credenciados (Despachantes de Trânsito, Clínicas Médicas, Estampadores, Centros de Formação de Condutores, Postos de Trânsito) para fiscalização. Estima-se que até o final do ano cerca de 2.000 fiscalizações sejam realizadas.

1.10.1.4 Agentes Externos

Visando a desburocratização de procedimentos, a Coordenadoria de Gestão de Serviços Agentes Externos (COOGS) atua no cadastro de todos os Agentes Externos com registro de contrato ou credenciamento, que são os Centros de Formação de Condutores (CFC), Clínicas de Trânsito, Instituições de Cursos Especializados e de Capacitação, Unidades das Forças Armadas e Auxiliares, Despachantes de Trânsito, Empresas de Desmonte e Fábricas e Estampadores de Placas.

As principais realizações da coordenadoria foram:

- ▶ Criação do Sistema Único de Gestão de Credenciamento de Agentes Externos, que irá unir o credenciamento de todos os seguimentos de parceiros em único sistema.
- ▶ Continuidade da regularização das empresas de Desmontagem de Veículos, nos termos da Lei Federal n.o 12.977/2014.
- ▶ Edital de Credenciamento de Empresas de Prestação de Serviços de Remarcação de Chassi.

1.10.1.5 Educação

As ações educativas são voltadas ao respeito às leis de trânsito, sempre com foco nas diretrizes de educação e qualidade nas ações. A Escola Pública de Trânsito, por meio dos programas Operação Verão, Maio Amarelo, Feiras da Cidadania, Semana Nacional de Trânsito, Curso de Reciclagem de Condutor Infrator, alcançou, até o mês de outubro, mais de 74.000 pessoas no estado do Paraná, já o alcance das mídias sociais para o mesmo período foi de mais de 37.000 contas/pessoas.

Dentre as ações realizadas, estão:

- ▶ Curso de reciclagem para condutor infrator - é uma das penalidades existentes no Código de Trânsito Brasileiro (Art. 268 do CTB) para os condutores que estão com sua Carteira Nacional de Habilitação (CNH) suspensa ou cassada, com atendimento de mais de 6.000 paranaenses.
- ▶ Operação Verão - ações educativas de trânsito, focadas para os veranistas que estão em período de férias no litoral do Estado. Na Operação Verão 2021/2022 foram alcançadas 81.196 pessoas.
- ▶ Movimento Maio Amarelo - ação coordenada entre o poder público e a sociedade civil com o objetivo de colocar em pauta o tema segurança viária e mobilizar toda a sociedade, envolvendo os mais diversos segmentos: órgãos de governos, empresas, entidades de classe, associações, federações e sociedade civil organizada. Atividades realizadas durante a campanha: *blitz* educativas; *drive-thru* com motoristas e motociclistas; *bike stop*; abordagem educativa em empresas privadas; exposição temática; carreata educativa; visitas educativas; e ação trampo seguro.
- ▶ Dia Nacional do Ciclista - *blitz* educativa; passeio ciclístico e bate-papo com alunos de escolas de ensino fundamental e médio.
- ▶ Feira da Cidadania - atendimento ao público geral e ações educativas com crianças.
- ▶ Semana Nacional de Trânsito (SNT) - conforme disposto no art. 326 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), é comemorada anualmente entre os dias 18 e 25 de setembro. Atividades realizadas durante a SNT: teatro educativo; abordagem educativa; feira de trânsito; operação Vida na Via; Paraná Cidadão; ação Volta às Aulas; Contação de histórias; operação *Happy Hour*; operação *Bike Stop*.
- ▶ *Lives, Podcasts, Posts e Stories* em redes sociais.
- ▶ O projeto Detranzinho inaugurado em abril de 2022, no qual o Governo do Estado efetuou a entrega oficial da minipista, em que hoje são realizadas as atividades pedagógicas com as crianças

do 3º ano do Ensino Fundamental I. Semanalmente, são atendidos cerca de 210 alunos da rede pública e privada de ensino, o que estima que 11.000 crianças sejam atendidas por ano.

- ▶ A Escola Pública de Trânsito (EPT), em parceria com a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN), está desenvolvendo curso de capacitação especial, referente ao Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito (PNATRANS), a previsão é de que o curso seja consolidado até o final de dezembro.

1.10.1.6 Veículos

As principais melhorias na área de veículos foram:

- ▶ Pagamento das taxas da área de veículos com PIX.
- ▶ Disponibilização de um sistema simplificado de consultas ao poder judiciário.
- ▶ Digitalização dos processos da área de veículos nas unidades de atendimento, trazendo economia com arquivos, correios, impressão de papel, toner e outros.
- ▶ Sistema de Revisão *Online* para processos da área de veículos.
- ▶ Informação do histórico de Odômetro no *site*, trazendo transparência quanto à medição dos quilômetros rodados pelos veículos.
- ▶ Automações de auditorias em processos de veículos, trazendo rapidez ao atendimento.
- ▶ Redução de protocolos aguardando atendimento de 11.800 em janeiro de 2022, para 4.500 em outubro do mesmo ano.

Projeções até dezembro:

- ▶ Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE) - transferência simplificada para Empresas de compra e venda de veículos.
- ▶ 1º Emplacamento Digital, onde o cidadão poderá requerer o serviço de casa.
- ▶ Automação do serviço de baixa de restrição de veículos leiloados.
- ▶ Emissão Instantânea do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV) após o pagamento.

1.10.1.7 Habilitação

Foram emitidas 1.149.585 habilitações e 14.348 Permissões Internacionais para Dirigir (PID), com projeção de até o final de 2022 serem emitidas 1.264.658 CNHs e 17.183 PIDs. As principais realizações da área de habilitação, foram:

- ▶ Implantação dos Cursos Especializados: Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP), Passageiros, Coletivo, Escolar, Emergencial e Cargas Indivisíveis - na forma de Ensino à Distância (EAD).
- ▶ Implantação dos Cursos de Capacitação (Diretor de Ensino, Diretor Geral, Instrutor e Examinador) na forma Remota.

- ▶ Implantação dos Cursos Teóricos para Obtenção da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na forma Remota nos Centros de Formação de Condutores (CFCs).
- ▶ Implantação e cadastros de Plataformas para cursos de Reciclagem para condutores com a CNH suspensa na forma EAD.
- ▶ Implantação das Aulas Híbridas (Presencial e Remota). A certificação do curso teórico para a formação do condutor com a possibilidade de realizar as aulas de forma híbrida, ou seja, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade remota.
- ▶ *Help Desk* - foram atendidos até o mês de outubro 23.230 chamados técnicos auxiliando Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRANS), Centro de Formação de Condutores (CFCs) e Clinicas Credenciadas.
- ▶ Projeto Pauta Eletrônica - o Projeto consiste em construção do exame prático de direção veicular em realização de duas etapas como, exame de “baliza” e exame de “percurso de via”. Sendo, o candidato participando do exame em sua primeira etapa e obtendo reprovação, mesmo assim irá para a segunda etapa. Obtendo aprovação na segunda etapa, voltará agendando seu exame somente para etapa que reprovou.

1.10.1.8 Recursos Humanos

No ano de 2022 foram realizadas as seguintes palestras para os servidores do DETRAN/PR:

- ▶ Ansiedade: Este Assunto Ihe diz Respeito, palestra realizada na data de 17/08/2022.
- ▶ *Burnout* - a Síndrome do Esgotamento Emocional, palestra realizada na data de 15/09/2022;
- ▶ São Tantas Emoções, palestra realizada na data de 20/10/2022.

Também, em 2022, em parceria com a Escola de Gestão do Paraná, foram ofertados os seguintes cursos, na modalidade a distância:

- ▶ Cursos de Ferramentas Digitais (*Word, Excel, Power Point, Windows, Animate, Corel Draw, Indesign CS6, Photoshop*).
- ▶ Curso de Combate ao Assédio no Ambiente de Trabalho.

Em atendimento à Lei Estadual n.º 20.594 de 28 de maio de 2021, referente à Semana Estadual da Conscientização e Incentivo à Doação de Sangue, em parceria com o Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná (HEMEPAR), será realizada em dezembro, com o apoio dos servidores do DETRAN/PR, uma campanha para doação de sangue.

A autarquia encaminhou proposta de alteração da Lei Estadual n.º 18.467/2015, aprovada pela Lei Estadual n.º 21.107/2022, que dispõe sobre a criação de subsídio para o Quadro Próprio dos Servidores do DETRAN/PR (QPDE), proporcionando incremento substancial no valor remuneratório, e 542 servidores receberam promoções por antiguidade e merecimento no segundo semestre.

1.10.1.9 Tecnologia

As inovações tecnológicas para o exercício 2022 foram:

- ▶ RENAVE 0Km - desenvolvido em integração com a Secretaria Nacional de Trânsito (SENATRAN) para possibilitar o comércio de todos os veículos zero quilômetro do Brasil por meio do Registro Nacional de Veículos em Estoque (RENAVE), controlando o estoque e evitando fraudes.
- ▶ PIX nas guias de licenciamento, multas e nas Guias de Recolhimento DETRAN/PR - implantado nas guias de recolhimento do DETRAN/PR a modalidade de pagamento por meio de PIX.
- ▶ RENAVE Usados - em atendimento à Resolução n.o 797/2020 SENATRAN, a qual dispõe sobre procedimentos para registro e controle de compra e venda e de entrada e saída de veículos novos e usados em concessionárias.
- ▶ Evolução do PIX - evoluir a forma de arrecadação do PIX de modo a tornar mais rápido o processo de emissão de documentos do DETRAN/PR.
- ▶ Primeiro Emplacamento *Online* (desenvolvimento concluído, realizando testes controlados) - sistema para que o cidadão possa realizar o primeiro emplacamento de seu veículo pela *internet*, sem necessidade de comparecer presencialmente ao DETRAN/PR.

1.10.1.10 Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI)

As JARIs são órgãos colegiados, componentes do Sistema Nacional de Trânsito, responsáveis pelo julgamento dos recursos interpostos contra penalidades aplicadas pelos órgãos e entidades executivos de trânsito ou rodoviários. Foram julgados pela Junta 4.591 processos de recursos contra infrações de trânsito e 2.452 recursos de penalidades impostas contra a CNH, com projeção de mais 1.408 recursos a serem julgados até o final do exercício.

Aprovado o novo Regimento Interno das JARIs em junho de 2022, que proporcionou melhorias na estrutura como:

- ▶ Reestruturação do Cartório da JARI.
- ▶ Melhoria no processo de Admissibilidade, que é preparação dos processos para serem remetidos ao julgador.
- ▶ Revisão de processos Deferidos (conforme Art. 288 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB) com proposições de correção nos fluxos dos processos nas áreas envolvidas.
- ▶ Maior qualidade nos julgamentos, com redistribuição de tarefas dos Presidentes de JARI.
- ▶ Criação da Biblioteca no sistema Gestão Eletrônica de Processos (GEPROC) do DETRAN/PR que proporciona ao Membro Julgador da JARI facilidade em obter informações completas da legislação vigente.

1.10.1.11 Infraestrutura

- ▶ Sinalização Viária: a) disponibilização do Manual Técnico de Projetos de Sinalização Viária, planilha de quantitativo e orçamentária dos materiais de sinalização viária, arquivos em DWG (um arquivo compatível com o *software AutoCad*, que auxilia em desenhos de projetos) com modelos de projeto para *download* pelas prefeituras; b) assessorias técnicas para o poder judiciário, Ministério Público, prefeituras, CETRAN, entre outros, sobre diversas situações do sistema viário, solicitados por protocolo eletrônico; c) formalização dos Convênios de Sinalização Viária/2022 (186 municípios); d) reuniões (presencial e *online*), levantamento das vias e elaboração de projetos de sinalização para diversas prefeituras dando andamento ao Convênio 2021 e 2022; e) análise e aprovação de projetos e planilha orçamentária, elaborados pelas prefeituras, com emissão de relatório e posterior encaminhamento para processo de contratação da fase de execução; f) elaboração de Novo Termo de Referência para contratação de execução de sinalização viária; e g) abertura de processo solicitando a contratação do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) para elaboração dos laudos técnicos qualitativos dos materiais utilizados na execução da sinalização viária - Processo n.o 19.654.812-2 (em andamento).
- ▶ Obras Concluídas: a) Detranzinho e Gabinete, em Curitiba; b) Reforma CIRETRAN - Ibioporã, Palmas, e Santo Antonio da Platina; c) Pistas - categoria A e B, em Apucarana; categoria B, em Santa Izabel do Oeste; categoria E, em Arapongas. Valor aproximado de R\$ 2,1 milhões.
- ▶ Obras em andamento: a) reforma CIRETRAN - Paranaguá, Francisco Beltrão, Cambará, Realeza e Faxinal; b) recuperação telhado - Santo Antônio do Sudoeste. Valor aproximado de R\$ 1,7 milhão.
- ▶ Obras Encaminhadas para Licitação: a) reforma CIRETRAN - Apucarana, Umuarama, Nova Aurora, Nova Londrina, Santo Antônio do Sudoeste; b) readequação *layout*, copa e telhado - Bloco A, em Curitiba; c) recuperação cobertura policarbonato, instalação piso tátil na sede Tarumã; d) reforma nas Pista - Londrina. Valor aproximado de R\$ 3,0 milhões.

1.11 AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ (AGEPAR)

A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), criada pela Lei Complementar n.o 94, de 23 de julho de 2002, foi implantada em 21 de novembro de 2012, com a incumbência de exercer a regulação e fiscalização dos contratos das rodovias do Anel de Integração do Paraná, concedidas à iniciativa privada, além de regular o transporte rodoviário coletivo intermunicipal de passageiros e das travessias marítimas, fluviais e lacustres (em especial da travessia da baía de Guaratuba pelo sistema de *ferry boat*).

Em sua lei original estava prevista a regulação de ferrovias concedidas, terminais de transportes rodoviários, ferroviários, aeroviários, marítimos e fluviais, a exploração da faixa de domínio

da malha viária e a inspeção de segurança veicular, bem como outros serviços de infraestrutura do transporte que viessem a ser delegados pelo Estado. Em setembro de 2017, a Lei Complementar n.o 205, de 5 de dezembro, acrescentou a competência de regulação, normatização, controle, medição e fiscalização sobre o serviço de distribuição de gás canalizado. Com este ato, a AGEPAR passou a regular e fiscalizar o serviço público prestado pela Companhia Paranaense de Gás (COMPAGAS).

Em maio de 2020, foi aprovada a Lei Complementar n.o 222, que reestruturou a AGEPAR, criando cinco novas Diretorias (Diretoria da Presidência, Diretoria Administrativa e Financeira, Diretoria de Regulação Econômica e Diretoria de Normas e Regulamentação), previu instrumentos de participação social (consulta e audiências públicas), estabeleceu regras para o processo decisório da AGEPAR, inclusive com a necessidade de Análise de Impacto Regulatório para casos predefinidos. Nesta lei houve a ampliação das competências regulatórias, incluindo-se centros prisionais e parques estaduais. Atualmente, em razão da edição das Lei Complementares n.o 230, de 18 de dezembro de 2020, e n.o 243, de 17 de dezembro de 2021, encontra-se suprimida a competência relativa aos parques estaduais, bem como foi incluída a previsão de atuação sobre serviços públicos na área de trânsito, neles incluídos os serviços de remoção, guarda de veículos, gestão de pátios veiculares e preparação para leilão dos veículos apreendidos e não resgatados nos prazos legais.

Em nível infralegal, a AGEPAR é regulamentada pelo Decreto n.o 6265, de 24 de novembro de 2020, com alterações promovidas pelo Decreto n.o 11.667, de 6 de julho de 2022. Em 2022, a Agência conta com as seguintes Coordenadorias: Orçamentária e Financeira (COF), Administrativa (CA), de Recursos Humanos (CRH), vinculadas à Diretoria Administrativa e Financeira; de Saneamento Básico (CSB), de Transporte (CTR), de Distribuição de Gás Canalizado (CDG) e de Novos Mercados e Resíduos Sólidos (CNM), vinculadas à Diretoria de Regulação Econômica; de Fiscalização (CF), de Qualidade dos Serviços (CQS) e de Fluxo de Informações (CFI), vinculadas à Diretoria de Fiscalização e Qualidade dos Serviços; Jurídica (CJ) e de Normatização Regulatória (CNR), vinculadas à Diretoria de Normas e Regulamentação.

1.11.1 Principais Realizações

- ▶ Tomada de Subsídios - a) n.o 1/2022 - abertura de procedimento de participação social a respeito da possível alteração e modernização da estrutura tarifária dos serviços públicos de saneamento básico prestados pela SANEPAR.; b) n.o 2/2022 - abertura de procedimento de participação social para levantamento de possíveis soluções regulatórias para se proceder à restituição dos valores decorrentes do reconhecimento judicial da inconstitucionalidade da inclusão do valor relativo ao ICMS da base de cálculo dos tributos PIS e COFINS, nas operações realizadas pela COMPAGAS.
- ▶ Isenção da cobrança da primeira ligação à rede de esgoto - o Conselho Diretor da AGEPAR aprovou a isenção da cobrança da primeira ligação à rede coletora de esgoto aos clientes da SANEPAR localizados em municípios que ainda não atingiram a meta de 90% de atendimento com esgotamento sanitário.

- ▶ Lançamento de edições mensais do Boletim Econômico e Regulatório - lançou mensalmente as edições de seu Boletim, em que sintetiza informações públicas a respeito do fenômeno inflacionário e seu provável impacto sobre os serviços regulados, bem como informa a respeito da legislação federal e estadual que tratam das competências da instituição.
- ▶ Programa de conscientização para usuários da travessia da Ilha do Mel - a instituição lançou campanha para que a população evite a utilização de embarcações irregulares na travessia entre Pontal do Sul e a Ilha do Mel, com vistas à segurança e integridade física dos turistas durante o percurso, além da aplicação de sanções aos prestadores de serviço irregulares.
- ▶ Consultas Públicas: a) n.o 1 de 2022 - para discutir a proposta de metodologia de atualização das tarifas de transporte coletivo rodoviário de passageiros do estado do Paraná; b) n.o 2 de 2022 - para discutir a proposta de ato normativo para regulamentar a gestão e o recolhimento da taxa de regulação da AGEPAR; c) n.o 3 de 2022 - para discutir quatro dos principais temas da 2ª Revisão Tarifária Periódica da SANEPAR, constantes em Fator X, Fator Q, Perdas de Água e Matriz de Risco; d) n.o 4 de 2022 - para discutir a metodologia para reajuste do transporte público da Região Metropolitana de Curitiba (RMC); e) n.o 5 de 2022 - para discutir a proposta de alteração do Processo Administrativo Sancionador e a minuta-modelo de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (TCAC); f) n.o 6 de 2022 - para discussão pública das regras de configuração dos Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD), a ser celebrado no mercado livre de distribuição de gás canalizado; g) n.o 7 de 2022 - para discussão do segundo grupo temático da 2ª Revisão Tarifária Periódica da SANEPAR, constantes em Custos Operacionais Eficientes, Receitas Irrecuperáveis, Projeções de Mercado, Outras Receitas e Avaliação do Plano de Investimentos; h) n.o 8 de 2022 - para discussão da proposta de Agenda Regulatória da instituição para o ano de 2023; i) n.o 9 de 2022 - para discussão da metodologia de equilíbrio econômico-financeiro dos futuros contratos de concessão de pátios veiculares.
- ▶ Audiência Pública n.o 1 de 2022 - para discussão da proposta de metodologia de reajuste do transporte público rodoviário do estado do Paraná.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA

2 COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA (COPEL)

A Companhia Paranaense de Energia (COPEL), criada em outubro de 1954, é a maior empresa do Paraná e atua com tecnologia de ponta nas áreas de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

Opera um abrangente e eficaz sistema elétrico com parque gerador próprio de usinas, linhas de transmissão, subestações, linhas e redes elétricas do sistema de distribuição.

A COPEL, por ser uma empresa de capital aberto, alinha suas práticas às exigências estabelecidas para as empresas listadas no Nível 2 de Governança da B3 atendendo aos dispositivos das Leis Federais n.o 6.404/1976 e n.o 13.303/2016, regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Companhia cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission (SEC)* e da *NYSE*, nos Estados Unidos; do *LATIBEX* da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha.

Tem como missão prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade.

2.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

2.1.1 Geração de Energia Elétrica

2.1.1.1 Operação e Manutenção de Usina

No âmbito da operação e manutenção do parque gerador, encontram-se em andamento obras e projetos para assegurar maior confiabilidade ao sistema elétrico. Destacam-se:

- ▶ Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - conclusão do processo de modernização. O serviço foi finalizado em 30/11/2022 com a emissão do Certificado de Aceitação Final (CAF) da última unidade geradora.
- ▶ Usina Termelétrica (UTE) Figueira - a modernização visa aumentar sua eficiência e atender a legislação vigente. Em 20/09/2022 foi emitida a Declaração de Operação em Teste (DAPR-P) pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), caracterizando seu início de operação em testes.
- ▶ Usina Hidrelétrica (UHE) Governador José Richa (GJR) - conclusão do processo de modernização dos reguladores eletrônicos de velocidade e tensão, das quatro unidades geradoras.

2.1.1.2 Expansão da Geração de Energia

- ▶ Usina Hidrelétrica (UHE) Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (GBM) - conclusão do processo de modernização. O serviço foi finalizado em 30/11/2022 com a emissão do Certificado de Aceitação Final (CAF) da última unidade geradora.

- ▶ Pequena Central Hidrelétrica Bela Vista - A PCH Bela Vista encontra-se entre os municípios de Verê e São João, no Rio Chopim (PR), e terá potência instalada de 29,81 MW. Em outubro de 2022 foram retomados os trabalhos para conclusão da casa de força secundária, que prevê a instalação de um conjunto turbina-gerador importado, com potência instalada de 0,48 MW.
- ▶ Complexo Eólico Jandaíra - O Complexo Eólico Jandaíra é composto por quatro Parques Eólicos, totalizando 90,09 MW, divididos da seguinte maneira: a) Jandaíra I - três Aeroogeradores de 3,465MW; b) Jandaíra II - sete Aeroogeradores de 3,465MW; c) Jandaíra III - oito Aeroogeradores de 3,465MW; e d) Jandaíra IV - oito Aeroogeradores de 3,465MW.
- ▶ A linha de transmissão de 230 kV tem uma extensão de 15,6 Km e a SE 230 kV é de 200 MVA. O complexo está localizado no estado do Rio Grande do Norte, nos municípios de Jandaíra e Pedra Preta. A subestação coletora Jandaíra I foi conectada ao Sistema Interligado Nacional em abril de 2022, e atualmente o complexo conta com as 26 unidades geradoras em operação, sendo 13 máquinas operando comercialmente e as demais em teste, totalizando 90,09 MW de capacidade instalada.

2.1.1.3 Outras Fontes de Energia Renovável

A COPEL possui em operação parques com capacidade instalada total de 922,71 MW, sendo 183,6 MW referentes ao Complexo Brisa Potiguar; 94,0 MW referentes ao Complexo São Bento; 2,5 MW da Usina Eólica de Palmas; 180,6 MW do Complexo Cutia; 132,3 MW do Complexo Bento Miguel; 90,09 do Complexo Eólico Jandaíra; e 186,7 MW do Complexo Eólico Vilas. Adicionalmente, a Companhia possui 52,92 MW referentes a participações societárias de 49,0% no Complexo de Parques Eólicos de São Miguel do Gostoso I, no estado do Rio Grande do Norte.

Em 2022, a COPEL GeT assinou contrato com a EDP Renováveis Brasil S/A para a aquisição de 100% do Complexo Eólico Santa Rosa & Mundo Novo e Aventura, com 260,4 MW de capacidade instalada. O valor total da transação (*Enterprise Value*) é de R\$ 1.803 milhões.

2.1.2 Transmissão de Energia Elétrica

2.1.2.1 Novos Empreendimentos

Resoluções Autorizativas - a COPEL GeT tem as obras provenientes das resoluções autorizativas, com o objetivo de ampliar e melhorar as instalações existentes. São elas:

- ▶ Resolução Autorizativa n.o 7.515, de 11/12/2018, com investimento de cerca de R\$ 70,0 milhões e receita anual permitida de aproximadamente R\$ 9,5 milhões, a partir da entrada em operação comercial. No primeiro semestre de 2022, entraram em operação os empreendimentos dessa resolução autorizativa: a) SE Cascavel 230 kV - implantação de reforços em instalações de transmissão - adequação de módulo de conexão de transformador e instalação de novos

equipamentos no pátio de 230 kV da subestação; e b) SE Ponta Grossa Norte 230 kV - substituição de um Transformador Trifásico TF1 230/34,5/13,8 kV - 50 MVA.

- ▶ Resolução Autorizativa n.o 8.543, de 30/01/2020, com investimento de cerca de R\$ 33,0 milhões e receita anual permitida total de aproximadamente R\$ 4,3 milhões, a partir da entrada em operação comercial. Em 30/08/2022, entrou em operação comercial, o empreendimento composto pela recapacitação de 29 km da LT 230kV Bateias-Pilarzinho de 610/870A para 861/990A. Para o 1º semestre de 2023, está prevista a entrada em operação comercial do outro empreendimento autorizado nessa resolução, composto pela recapacitação de 28 km da LT 230 kV Pilarzinho-Santa Mônica de 693A para 861/990A, para condição de operação normal e em emergência, respectivamente, envolvendo a troca de cabos condutores e de 61 torres.

2.1.3 Regularização Fundiária

- ▶ Reassentamentos Usina Hidrelétrica Governador José Richa - em 2022, foram transferidas 21 matrículas nas Fazenda Flamapec e Fazenda Refopas, totalizando até outubro, 757 matrículas transferidas, ou 69,45% das áreas destinadas aos reassentados e Associações, também tiveram sequência os processos de regularização com a unificação das matrículas das Fazendas Varguinhas e Três Barras, já a Fazenda Agroibema foi registrada no Cartório de Guaraniaçu, evitando uma ação judicial que prometia ser longa e, por fim, foram sanadas divergências junto à FERROESTE no âmbito judicial e administrativo, em relação a Fazenda Liasi.
- ▶ Usina Governador Ney Braga - transferência de 15 matrículas das áreas comunitárias do reassentamento Segredo I, ainda estão em Cartório para registro, outras 55 matrículas das áreas comunitárias do reassentamento Segredo IV. Com relação ao reassentamento Segredo II, houve o desmembramento da área, possibilitando a lavratura de escrituras de 18 imóveis, para transferência das áreas comunitárias deste projeto.
- ▶ (PCH) Bela Vista - regularização de 150 imóveis, de um total de 163, atingidos por desapropriação, servidão de alagamento e servidão de passagem, o que representa um total de 92% de áreas regularizadas.
- ▶ Realização de liberação de faixas de servidão que possibilitaram a realização de obras de recapacitação de linhas de transmissão que atendem a região metropolitana de Curitiba, nos trechos entre as Subestações Santa Mônica x Pilarzinho, Santa Mônica x Bateias e Santa Quitéria x Campo Comprido.
- ▶ Realização de Programa de Alienação de Imóveis que permitiu a disponibilização por meio de processos licitatórios, de pouco mais de 100 imóveis da COPEL Geração e Transmissão, entre casas, terrenos urbanos e rurais.

2.1.4 Distribuição de Energia Elétrica

O incremento de ligações observado no ano de 2022 (acumulado até outubro) é de 66.939 consumidores, com influência principal da classe residencial. Caso esta tendência se mantenha, estima-se que ao término do ano serão faturados 5,08 milhões de consumidores, número 1,8% superior ao verificado em 2021.

2.1.4.1 Ações Relevantes da Distribuidora

Lançado em 2019, o Programa Paraná Trifásico, que visa construir 25.000 km de redes trifásicas nos entroncamentos das áreas rurais da rede da COPEL até 2025, abrangendo toda a área de concessão da Companhia com um orçamento de R\$ 2,1 bilhões. Em 2022, o objetivo é alcançar a marca de 10.500 km de redes construídas.

Em 2019, a COPEL DIS lançou o projeto ADMS, acrônimo do inglês para Sistema Avançado de Gerenciamento de Distribuição. Trata-se de um projeto de tecnologia de ponta em gestão de redes de energia. Em 2022, houve a implantação parcial do Sistema, conforme planejamento inicial, especificamente para o módulo SCADA (Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados), habilitando a companhia a utilizar tal ferramenta para a gestão dos seus ativos, nesse caso mais de 450 Subestações de Alta e Média Tensão estão sendo controladas de maneira unificada pela solução implantada.

Com o projeto Rede Elétrica Inteligente, a Companhia iniciou a implantação da rede de distribuição mais moderna do Brasil. Na primeira fase, já contratada, serão investidos R\$ 252,0 milhões nas regiões Centro-Sul e Sudoeste, atendendo 462 mil consumidores em 73 municípios. Até o final de 2022, serão 430 mil medidores inteligentes instalados e a previsão para que seja concluída, é 2023.

O Projeto Confiabilidade Total foi criado com o intuito de modernizar o sistema de distribuição de energia da COPEL. O Projeto, com previsão inicial de conclusão no final de 2022 e orçamento de R\$ 300,0 milhões, prevê o reforço dos sistemas de distribuição de energia e de comunicação com as equipes de campo da empresa.

A Lei n.º 9.991/2000 e a Resolução Normativa ANEEL n.º 920/2021 determinam a aplicação de recursos financeiros no Programa de Eficiência Energética, visando a promoção do uso eficiente da energia elétrica em todos os setores da economia. Em 2022 foram selecionados, por meio de chamada pública específica, 41 hospitais beneficentes para execução de projeto de eficiência energética e instalação de sistemas de geração distribuída em suas instalações.

A geração distribuída se divide entre microgeradores com potência até 75kW e minigeradores com potência entre 75kW e 5MW. No estado do Paraná são mais de 100.000 unidades ligadas em residências, comércios e indústrias, além das pequenas centrais hidrelétricas e fazendas solares.

2.1.4.2 Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente

O Caminho do Cliente foi pensado e planejado para promover rapidez e eficácia no Atendimento Presencial. Neste conceito, o cliente é encaminhado prioritariamente a ambientes onde o processo é automatizado, por meio do autoatendimento em totens onde é possível realizar e solicitar serviços sem a necessidade da interação com um Atendente. O autoatendimento tem proporcionado uma redução de 51,6% dos atendimentos realizados presencialmente onde estão instalados.

Foram mantidos os investimentos no atendimento telefônico na Unidade Resposta Audível (URA), que identifica e supõe quais são as necessidades de atendimento, retendo aproximadamente 62% das ligações.

2.1.5 Comercialização de Energia Elétrica

Com foco na abertura do mercado livre de energia, em 2022 foram consolidadas ações voltadas à dinamização de processos, com a adoção de ferramentas de gestão do relacionamento com clientes e de gestão de contratos do mercado livre.

Em 2022, os Certificados de Energia Renovável (I-REC) foram adicionados ao portfólio de produtos comercializados pela COPEL Comercialização. Os I-RECs atestam que a energia consumida é oriunda de fonte renovável e rastreável, e podem ser utilizados por empresas que elaboram Inventários de Emissões de Gases de Efeito Estufa do Programa Brasileiro *GHG Protocol* para neutralizar as emissões devidas ao consumo de energia elétrica.

Na busca de produtos que sejam aderentes às demandas de seus clientes, a COPEL Comercialização coordenou uma das Provas de Conceito (PoC) do COPEL Volt, programa criado para aproximar a empresa ao ecossistema de inovação e aproveitar a sinergia de *startups* globais com os negócios da Companhia Paranaense de Energia (COPEL). A PoC foi desenvolvida com a *start-up* CUBi que possui ferramenta de gestão de energia para empresas com foco em eficiência energética.

Ao longo do ano de 2022 a COPEL Comercialização manteve-se, na maioria dos meses, em 1º lugar no *ranking* de volume de energia comercializada no mercado livre de energia por empresas do mesmo segmento, de acordo com os dados da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

O volume de energia comercializada pela COPEL Comercialização no mercado livre de energia até setembro de 2022 foi de aproximadamente 2.880 MW médios, fornecendo energia para em torno de 1.600 clientes, em 24 estados. Deste total de clientes, 74,0% estão localizados fora do estado do Paraná.

2.2 DESTAQUES

2.2.1 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial

O modelo de Governança Corporativa da COPEL baseia-se nos princípios de transparência, equidade, prestação de contas (*accountability*) e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado e tem como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), buscando os melhores resultados para as partes interessadas. Com base nesses princípios, a Política de Governança da COPEL estabelece o padrão e as melhores práticas a serem adotadas pela Companhia. E, para que seja permanentemente conduzida por princípios éticos, é regida pelo Código de Conduta, desenvolvido em consonância com os valores da Companhia, os Princípios do Pacto Global e os Princípios de Governança Corporativa.

2.2.1.1 Principais Melhorias em Governança Corporativa

Além da modernização do Estatuto Social da Companhia, foram contemplados outros avanços em governança corporativa:

- ▶ Atualização dos Regimentos Internos do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês Estatutários e Regimento Interno das Diretorias da COPEL *Holding* e de suas Subsidiárias Integrais.
- ▶ Aprovação do Regimento Interno do Comitê de Auditoria Estatutário para Empresas Controladas da COPEL GeT - CAEGeT Controladas.
- ▶ Atualização do Código de Conduta.
- ▶ Atualização do modelo de Avaliação Anual de Desempenho dos Órgãos Estatutários.
- ▶ Aprovação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa - 2021.
- ▶ Aprovação do Informe de Governança 2022.
- ▶ Revisão das Políticas Corporativas: a) Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses; b) Política de Mudança do Clima; c) Política de Qualidade; d) Política de Indenidade; e) Política de Gestão de Pessoas; f) Política de Integridade; g) Política de Comunicação; h) Política de Segurança da Informação e Segurança Cibernética; i) Política de Patrocínio; j) Política do Canal de Denúncias; k) Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos; e l) Política de Investimento Social Privado.

2.2.1.2 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental

Reforçando o compromisso com o Pacto Global, em 2016, a COPEL aderiu à Agenda 2030, proposta pela ONU, comprometendo-se a contribuir com a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Nesse sentido, a Companhia priorizou ações para a geração de energia renovável e universalização/eficiência energética (ODS 7 - Energia Limpa e Acessível); investimento em inovação tecnológica (ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura); dedicação especial aos direitos humanos e à saúde e segurança do trabalho e ao desenvolvimento pessoal e profissional (ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico); engajamento das comunidades locais e programas específicos para cada região onde possui instalações (ODS 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis); além da aprovação de diversas medidas de mitigação dos efeitos da mudança do clima, bem como estudos de adaptação (ODS 13 - Ação contra a Mudança Global do Clima). Recentemente, em novembro de 2022, a Companhia priorizou o ODS 4 - Educação de Qualidade.

Assim, no âmbito da sustentabilidade, a COPEL adota as melhores práticas de mercado para direcionar e avaliar o desempenho, e comparar as práticas com as referências mundiais e nacionais e reportar o desempenho empresarial e engajar os públicos - cumprindo a Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016.

Entre os resultados alcançados no período, destacam-se:

- ▶ Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE).
- ▶ *Corporate Sustainability Assessment (CSA)*.
- ▶ Permanência na carteira do *FTSE 4GOOD Index Series*.
- ▶ Ambição pelos ODS - a COPEL fez parte do grupo global de 650 empresas pioneiras da primeira turma da iniciativa Ambição pelos ODS (*SDG Ambition*).

Programas e projetos de sustentabilidade empresarial e gestão socioambiental:

- ▶ Plano de Neutralidade de Carbono - visa reduzir as emissões próprias de gases de efeito estufa da Companhia até o ano de 2030. O plano inclui o aprofundamento dos estudos para descarbonização da matriz de geração em sintonia com o planejamento estratégico da Companhia.
- ▶ Empresários pelo Clima - em defesa do desenvolvimento sustentável, foi assinada carta aberta, em que líderes de 105 empresas nacionais e estrangeiras, e entidades setoriais, apoiaram metas ambientais ousadas e defenderam o engajamento do Brasil em uma agenda para uma economia de baixo carbono, reconhecendo a responsabilidade do setor empresarial nessa transformação.
- ▶ Carta Compromisso com a Adoção e Implementação das Métricas do Capitalismo de *Stakeholder* - compromisso que amplia o papel da sustentabilidade como assunto transversal em suas atividades, levando em consideração as necessidades de todas as partes interessadas e a sociedade em geral.
- ▶ Programa Cultivar Energia - Em 2022, Curitiba recebeu mais nova horta em parceria com o programa, a Nova Curitiba, no bairro Orleans.
- ▶ EletriCidadania - programa corporativo de voluntariado, teve, até julho de 2022, 92 participações de empregados nas ações de voluntariado, totalizando 543 horas. Entre as iniciativas, destacam-se o projeto de voluntariado com Migrantes e Refugiados, o Ciclo de Profissões e o Mais Inclusão.

- ▶ Programa Energia Solidária - mantido em parceria com o Governo do Paraná, o Programa concede isenção total da fatura das unidades consumidoras classificadas como residenciais de baixa renda e com consumo mensal de até 120 kWh. Até setembro de 2022, o total de recursos do Estado com o pagamento do programa foi de R\$ 177,2 milhões, com uma média mensal de 558 mil famílias atendidas.
- ▶ Programa Iluminando Gerações - até outubro, cerca de 40 mil alunos participaram do Programa por meio dos vídeos, palestras nas escolas, teatro, entre outros.
- ▶ Comunidades indígenas - para garantir acesso à energia por comunidades indígenas. Até setembro, 1.454 unidades consumidoras estavam inscritas o que representou um aumento de 281 unidades em relação ao exercício anterior.
- ▶ Programa de Gestão Corporativa de Mudanças Climáticas - foram realizados: a) inventário de gases de efeito estufa, verificação por terceira parte e divulgação das informações nos registros públicos (Programa Brasileiro *GHG Protocol* e Registro Público do Estado do Paraná); b) pesquisas e estudos de modelos de negócios que contribuirão para a redução de emissões no setor elétrico; c) participação no fórum Paranaense de Mudança do Clima e no fórum Municipal de Mudança do Clima (Curitiba); d) adesão ao Programa *Business Ambition 1.5*, da ONU.

No último ano, a nota da COPEL no *Carbon Disclosure Project* (CDP) manteve o conceito B conquistado no ano anterior. A COPEL conquistou o Selo Ouro do Programa Brasileiro *GHG Protocol* na certificação de inventário de emissões de gases de efeito estufa.

- ▶ Direitos Humanos - em 2022 a COPEL trabalhou para promover avanços na sua atuação relativa ao tema de Direitos Humanos, em consonância com as melhores práticas de mercado, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e buscando aprimorar sua performance em avaliações de sustentabilidade das quais participa.
- ▶ Diversidade - a Comissão Permanente de Diversidade realizou eventos para a promoção da equidade e respeito às diferenças, por meio do Programa de Diversidade da COPEL.
- ▶ Integridade e *Compliance* - adesão Movimento Transparência 100% - Pacto Global da ONU.

2.2.2 Gestão Empresarial

2.2.2.1 Tecnologia da Informação

No âmbito da tecnologia da informação as principais realizações foram:

- ▶ Implantação da solução *Success Factors* para gestão de empregados.
- ▶ Implantação da solução SAP TRM Bônus de Outorga, UBP e RBSE.
- ▶ Renovação da ferramenta EDR (*Endpoint Detection and Response*) *CrowdStrike*, que provê segurança cibernética.
- ▶ Renovação da ferramenta de acesso privilegiado (cofre de senhas) *Cyberark*.

- ▶ Contratação de ferramenta de gerenciamento de vulnerabilidades *Tenable*.
- ▶ Implementação de ações de conscientização da plataforma *KnowBe4* como testes de *phishing* e programa de treinamentos em segurança da informação.

2.2.2.2 Gestão de Gente

A COPEL conta com 5.881 empregados próprios no seu quadro de pessoal, sendo 1.135 da Carreira de Nível Superior, 3.277 da Carreira Profissional de Nível Médio, 1.451 da Carreira Profissional de Nível Técnico e 18 empregados de nível operacional (quadro de 28/10/2022).

As principais realizações ocorridas até outubro foram:

- ▶ Gestão do desempenho, novas formas de trabalho, pesquisa de clima *Great Place To Work Institute (GPTW)*, programa de demissão incentivada (PDI), educação corporativa, programa de desenvolvimento de lideranças femininas, programa de treinamento de *ciber* segurança, treinamentos na temática de sustentabilidade e diversidade, parcerias educacionais.
- ▶ Saúde e Qualidade de vida: programa Plenamente, programa com ações de psicoeducação em saúde mental e emocional, reestruturação do programa de qualidade de vida, dados de saúde e bem-estar dos empregados, reestruturação do programa pós emprego, publicação da página de saúde e bem-estar, reestruturação do programa de dependência química, ações contínuas de promoção à saúde e prevenção de doenças, programa bem gestar para Pais e Mães copelianas.

2.2.3 Resultados Econômico-Financeiros

De janeiro a setembro de 2022 a receita operacional bruta da Companhia foi de R\$ 24.822,2 milhões, montante 1,7% inferior aos valores apresentados de R\$ 25.248,7 milhões relativos ao mesmo período do ano anterior. A participação do ICMS nessa receita foi de R\$ 3.577,8 milhões, com variação positiva de 2%, representando um acréscimo de R\$ 68,6 milhões. Entre janeiro e setembro, o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização atingiu R\$ 3.315,1 milhões, montante 40,6% inferior ao do mesmo período do ano anterior (R\$ 5.585,6 milhões).

O lucro líquido totalizou R\$ 525,8 milhões, nos primeiros nove meses de 2022, montante 88,7% inferior aos R\$ 4.652,4 milhões apurados no mesmo período do ano anterior. O programa de investimentos realizado de janeiro a setembro de 2022, considerando suas subsidiárias integrais e as SPEs, foi de R\$ 1.728,3 milhões, dos quais R\$ 359,8 milhões aplicados em projetos de geração e transmissão de energia, R\$ 1.364,1 milhões em obras de distribuição e R\$ 4,4 milhões na *Holding* e demais subsidiárias.

Quanto ao desempenho das ações na [B]3, de janeiro a setembro de 2022, as ações ON (CPLE3) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$ 6,20 com variação positiva de 1,31%; as ações PNB (CPLE6) estiveram presentes em 100% dos pregões, fechando o período cotadas a R\$ 6,58 com variação positiva de 2,17%. No mesmo período o IBOVESPA teve

variação positiva de 4,97%. As UNITS (CPLE11) estiveram presentes em 100% dos pregões fechando o período cotadas a R\$ 32,40 com variação positiva de 1,25%.

Na Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE), as UNITS (ELP) estiveram presentes em 100% dos pregões fechando o período cotadas a US\$5,93 com variação positiva de 5,33%. O índice DOW JONES teve variação negativa de 20,95% no período.

No LATIBEX (Mercado de Valores Latino-Americano em Euros), vinculado à Bolsa de Valores de Madri, as ações PNB são negociadas sob o código XCOP, estiveram presentes em 45% dos pregões, fechando o período cotadas a €1,21 com variação positiva de 19,80%. No mesmo período o índice LATIBEX teve variação positiva de 12,61%. As UNITS sob o código XCOPU, neste período estiveram presentes em 4% dos pregões fechando o período cotadas a €6,00 com variação positiva de 23,97%.

A tabela a seguir sintetiza o comportamento das ações da COPEL até o final de setembro de 2022:

Negociação das ações - jan a jun 2022	ON		PNB		UNITs	
	Total	Média diária	Total	Média diária	Total	Média diária
B3						
Negócios	468.886	2.481	3.141.978	16.624	499.984	2.645
Quantidade	185.362.400	980.753	1.944.523.900	10.288.486	72.252.700	382.289
Volume (R\$ mil)	1.179.357	6.240	13.701.533	72.495	2.500.627	13.231
Presença nos Pregões	189	100%	189	100%	189	100%
Nyse						
Quantidade	-	-	-	-	142.929.644	760.264
Volume (US\$ mil)	-	-	-	-	981.318	5.220
Presença nos Pregões	-	-	-	-	188	100%
Latibex						
Quantidade	-	-	348.156	4.048	5.089	727
Volume (€ mil)	-	-	448	5	33	5
Presença nos Pregões	-	-	86	45%	7	4%

	Código / Índice	Preço / Pontos		Var. (%)
		31.09.2022	31.12.2021	
B3	CPLE3	R\$ 6,20	R\$ 6,12	1,3
	CPLE6	R\$ 6,58	R\$ 6,44	2,2
	CPLE11 *	R\$ 32,40	R\$ 32,00	1,3
	Ibovespa	110.037	104.822	5,0
NYSE	ELP (**)	US\$ 5,93	US\$ 5,63	5,3
	Dow Jones	28.726	36.338	(20,9)
LATIBEX	XCOP	€ 1,21	€ 1,01	19,8
	XCOPU	€ 6,00	€ 4,84	24,0
	Latibex	2.352	2.088	12,6

(*) UNIT - Pregão a partir de 26/04/2021

(**) UNIT - Pregão a partir de 28/04/2021

2.2.4 Reconhecimentos

Em 2022, a COPEL recebeu os seguintes reconhecimentos:

- ▶ Conquistou o prêmio Valor 1000 de melhor empresa do setor elétrico brasileiro, que aponta as melhores empresas em 26 setores da economia brasileira.
- ▶ 3º Lugar no Prêmio Melhores do Biogás Brasil premia Profissionais, Organizações e Plantas ou Unidades Geradoras de Biogás (nas categorias Saneamento, Indústria e Pecuária).
- ▶ A COPEL foi a vencedora da etapa nacional do Prêmio CIER de Inovação 2022, promovido pelo Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional (BRACIER), com projetos contemplados em todas as categorias da premiação. Das doze iniciativas reconhecidas nesta edição, sete foram da Companhia.
- ▶ Prêmio ANEEL de Ouvidorias, na categoria Grandes Concessionárias, sendo eleita a segunda melhor do Brasil.
- ▶ Prêmio IASC - Região Sul, sendo a segunda colocada na categoria de Melhor Concessionária de Distribuição Região Sul acima de 400 mil UCs.
- ▶ Prêmio IASC - Nacional, sendo a quarta colocada na categoria de Melhor Concessionária de Distribuição acima de 400 mil UCs.
- ▶ Prêmio ISCAL CIER, classificada em segundo lugar na categoria Empresas com mais de 500.000 consumidores.
- ▶ Comissão de Integração Energética Regional (CIER) Prêmio CIER de *Innovación*, classificada em terceiro lugar, no Prêmio Nacional.
- ▶ Primeira organização a receber a certificação do Selo MEG RH, pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ).
- ▶ Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE): a) 1º lugar no Prêmio ABRADEE, Qualidade em Gestão; b) 1º Lugar no Prêmio ABRADEE, na categoria de Melhor Concessionária de Distribuição da Região Sul do Brasil; e c) 2º Segundo Lugar no Prêmio ABRADEE, na categoria Avaliação pelo Cliente ISQP.

COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ

3 COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ (SANEPAR)

A SANEPAR é uma empresa brasileira de economia mista e capital aberto, controlada pelo estado do Paraná, cabendo a este, determinar as políticas e estratégias operacionais e eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. O Estado é titular direto de 20,03% do total das ações da Companhia e de 60,08% das ações ordinárias, posição em 30/09/2022 <https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/composicao-acionaria>.

A empresa é responsável pela prestação de serviços de saneamento básico a 345 cidades paranaenses e a Porto União, em Santa Catarina, além de 297 localidades de menor porte. Em termos de coleta e tratamento de esgoto, a Companhia vem apresentando taxa de crescimento de aproximadamente 1,5% ao ano, nos últimos 10 anos. Na área de resíduos sólidos, a empresa opera aterros sanitários em Apucarana, Cornélio Procópio e Cianorte, atendendo no total, sete municípios.

Tem como missão assegurar serviços de saneamento ambiental de forma sustentável e inovadora, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, e como propósito, levar saúde e sustentabilidade para a sociedade.

Em julho de 2020 o Governo Federal sancionou a Lei n.º 14.026, Novo Marco do Saneamento, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e suas metas de universalização, determinando que até 2033, 99% da população de áreas urbanas brasileiras deverá ter acesso a água potável e pelo menos 90,0%, deverá ter acesso aos serviços de coleta e tratamento de esgoto.

3.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

3.1.1 Sistema de Abastecimento de Água

O acesso à água e a otimização do uso desse recurso natural é prioridade para a Companhia, a seguir algumas obras concluídas em 2022 e outras em andamento em função de sua relevância.

- ▶ Curitiba - Novo Centro de Controle Operacional (CCO) - concluído em junho/2022, o CCO da Gerência de Processo de Água (GPDAG) é responsável pelo controle e distribuição de água tratada na área de abrangência do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC). O CCO controla remotamente o sistema hidráulico composto pelas unidades de reservação e estações de elevatórias e por uma ampla malha de tubulações (adutoras e redes de distribuição), atende população estimada de 3.960.000 habitantes em 795.000 ligações à rede de distribuição, em Curitiba e Região Metropolitana.
- ▶ Ortigueira - ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Ortigueira - Captação Superficial (CSP01), estação elevatória de água bruta (EEB01), estação de tratamento de água (ETA01), casa de química, RAP03 (25 m³), estação elevatória de água tratada (EET01), tanque de equalização, lagoas de

decantação, adutoras de água tratada, estações elevatórias de água tratada EET02/EET03/EET04/EET05/ETT06, RAP 04, recuperação de reservatórios, redes de distribuição de água, ventosas, válvulas redutoras de pressão, macromedidores e instalações elétricas. Concluída em maio/2022, a obra para ampliação do Sistema de Abastecimento de Água do município Ortigueira imprescindível para dar continuidade ao processo de melhorias no sistema, garantir o abastecimento do sistema, atender plenamente a legislação e assegurar a eficiência do sistema.

- ▶ Curitiba - ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC) - Curitiba II - Sistema Santa Quitéria; Sistema Sítio Cercado; Sistema Bacacheri. Obra em andamento, faz parte do conjunto de obras definidos pelo Plano Diretor de Abastecimento de Água do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba e Região Metropolitana (SAIC). As etapas previstas incluem as criações do Centros de Reservação (CR) Santa Quitéria e Sítio Cercado, além das ressetorizações das redes de distribuição dos Bairros Santa Quitéria, Sítio Cercado e Bacacheri, e das Estações Elevatórias de Água Tratada e Obras Suportes para as novas configurações do sistema de distribuição nesses bairros. As obras visam garantir de forma segura e contínua o abastecimento de água para essas regiões, prevendo de forma ordenada e antecipada os aumentos do consumo e da demanda de água nestas localidades.
- ▶ São José dos Pinhais - implantação da barragem Miringuava - Fase I - obra em andamento, parte integrante do plano diretor de abastecimento de água da Região Metropolitana de Curitiba - RMC. Visa garantir a regularização de uma vazão de 2,00 m³/s na captação, atendendo a demanda de água atual e futura da região metropolitana de Curitiba beneficiando cerca de 650.000 habitantes. Com a implantação da barragem, o sistema Miringuava poderá atender uma população adicional e eliminar o *déficit* atual em períodos de estiagem, proporcionando mais confiabilidade ao sistema.
- ▶ Guarapuava - ampliação do SAA de Guarapuava - Captação (barragem, elevatórias e subestação), adutora de água bruta, ETA compacta, tanque PAC, tanque de produtos químicos e caixa de ligação com a captação. Obra em andamento, imprescindível para dar continuidade ao processo de melhorias no sistema de abastecimento de água de Guarapuava, garantindo o abastecimento e assegurar a eficiência do sistema, a ETA compacta de 100 l/s complementar a produção até 2029.
- ▶ Laranjeiras do Sul - captação superficial no rio Tapera, canal de tomada de água, estação elevatória de água bruta (EEB01), adutora de água bruta, estação de tratamento de água (ETA), adutora de água tratada, reservatório apoiado e estação elevatória de água tratada (EET 11). Obra em andamento, proporcionará melhorias significativas no Sistema de Abastecimento de Água de Laranjeiras do Sul como um todo, garantindo a produção de água potável até o ano 2035.

3.1.2 Sistema de Esgotamento Sanitário

A coleta, afastamento e tratamento do esgoto são outra vertente nas ações da Companhia, nos municípios onde já está implantado são priorizadas as demandas de melhorias e ampliação, já nos

demais municípios em busca da universalização, preconizada na nova Lei do Saneamento, segue ampliando o acesso da população as redes coletoras de esgoto. A seguir algumas das obras concluídas em 2022 e em andamento.

3.1.2.1 Implantação

- ▶ Santa Tereza do Oeste - implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário com a execução de rede coletora bacias ST01 e ST02, ligações prediais, interceptores 01 e 02, ETE02 composta por sistema de entrada, RALF, leitos de secagem, lagoas e emissário final. Concluída em setembro/2022, após a finalização da implementação do empreendimento (comercialização das ligações) o IARCE atingido será de 20,18%, o empreendimento recém-concluído tem como objetivo disponibilizar à população sistema de coleta e tratamento de esgoto com destinação adequada do efluente, o que resultará em melhores condições ambientais e em qualidade de vida, com redução de doenças de veiculação hídrica. A segunda etapa de ampliação para o município está em fase de licitação.
- ▶ Curiúva - implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário com a execução de Estação Elevatória de Esgoto; Estação de Tratamento de Esgoto composta de tratamento preliminar, caixa de areia, aterro de resíduos, reator UASB módulo 15,00 l/s, filtro biológico alta taxa, decantador secundário, estação elevatória de recirculação de lodo e efluente, leitos de secagem, caixas divisoras de fluxo, laboratório, depósito, pátio de cura, interligações hidráulicas, instalações mecânicas, rede de água potável, drenagem e urbanização; ponte de acesso à área da ETE sobre o ribeirão Curiúva, linha de recalque, interceptor e emissário. Concluída em setembro/2022, o objeto faz parte da execução da segunda etapa de implantação do sistema de coleta e tratamento de esgoto do município de Curiúva, sendo que a primeira etapa foi concluída em agosto/2020; após a finalização da implementação do empreendimento (com a comercialização das ligações) o IARCE atingido será de 57%. O empreendimento proporcionará a melhoria da qualidade ambiental do município, beneficiando diretamente a população e diminuindo os índices de doenças ocasionadas pela falta de saneamento.
- ▶ Capitão Leônidas Marques - implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário com execução da ETE Capitão Leônidas Marques de 36 l/s incluindo desarenador, abrigo de compressores, calha Parshall 01, CDFL01 tanque de aeração, abrigo de sopradores, elevatória de recirculação de lodo, tanques de produtos químicos, abrigo de bombas de produtos químicos, calha Parshall 02, CDFL02, decantador secundário, elevatória de recirculação e descarte de lodo, leito de espuma, SKID de desidratação e inertização de lodo, unidade de gerenciamento de lodo, urbanização, pavimentação e instalações elétricas e automação; rede coletora de esgoto, ligações prediais de esgoto, interceptores, que atendem as Bacias 01 e 02 e emissário final. Obra em andamento com previsão de conclusão em agosto de 2023, nesta primeira etapa de obras, estima-se o índice de IARCE de 44,05%. O empreendimento proposto tem como objetivo disponibilizar à população um sistema de coleta e

tratamento de esgoto com destinação adequada do efluente, o que resultará em melhores condições ambientais e em qualidade de vida, com redução de doenças de veiculação hídrica.

- ▶ Pérola - implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário com a execução da Estação de Tratamento de Esgoto de 30 L/s incluindo laboratório, sistema de entrada, desarenador, reator anaeróbio, caixas divisoras de fluxo, filtro biológico, decantador secundário; caixa de areia, estação elevatória de recirculação de lodo e efluente, caixas de manobra, leitos de secagem, pátio de cura, drenagem, urbanização e instalações elétricas, rede coletora de esgoto, ligações prediais de esgoto, coletores e emissário de lançamento final. Obra em andamento com previsão de término em agosto de 2023, estima-se o índice de IARCE de 64%, a referida obra possibilitará ao município maior desenvolvimento, com melhoria de IDH e redução das despesas com saúde pública.

3.1.2.2 Ampliação e Melhorias

- ▶ Curitiba - ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Curitiba - ETE Belém, com a ampliação da capacidade e eficiência de tratamento de esgotos dos atuais 1.500l/s para 2.520l/s. Inaugurada em abril/2022 a última etapa das obras de ampliação e modernização da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Belém. Foi ampliada em 70% a capacidade de tratamento de rejeitos das bacias dos rios Belém, Iguaçu e Pequeno, passando de 1.500 litros de esgoto por segundo para 2.520 litros/s, o que torna a ETE Belém a maior do Estado. Atualmente, a ETE Belém trata o esgoto de cerca de 800 mil moradores de Curitiba e São José dos Pinhais. O aumento do atendimento ocorrerá de forma gradativa, uma vez que a estação foi projetada para suprir o crescimento da demanda até o ano de 2033.
- ▶ Curitiba - ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Curitiba - ETE Atuba Sul, com a execução de obras de melhorias no tratamento preliminar, reabilitação e conversão dos reatores anaeróbios em reatores aeróbios por lodos ativados, visando a ampliação de capacidade hidráulica da ETE Atuba Sul para 2.150 l/s ou 18.760 m³/d, incluindo decantadores, elevatórias, sopradores entre outras unidades auxiliares. Contrato assinado em setembro/2022 e com previsão de conclusão em janeiro de 2025, a obra objetiva a melhoria na gestão dos lodos gerados como subproduto do tratamento através da instalação de digestores de lodo, coleta, armazenamento e tratamento do biogás, para aproveitamento em geração de energia elétrica ou térmica em secador de lodo, também objetiva otimizar o reaproveitamento do efluente como água de serviços para atendimento interno na ETE, aproximadamente 140 m³/h. A ETE Atuba Sul é parte integrante do Sistema Integrado de Esgotamento Sanitário de Curitiba e Região Metropolitana (SEIC), atendendo atualmente de forma parcial ou integral a oito municípios na região de Curitiba, Almirante Tamandaré, Colombo, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Piraquara, Pinhais, São José dos Pinhais e Curitiba. Este empreendimento assegura melhoria da qualidade do efluente tratado, dos atuais 40 a 90 mg/L de DBO (2020), para 26mg/L, beneficiando a sociedade quanto à qualidade dos cursos d'água,

diminuição de odores gerados no processo de tratamento, redução da movimentação de cargas na região pela redução da produção de lodo, e consequente melhoria da qualidade de vida.

- ▶ Pato Branco - ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Pato Branco com a execução da Estação de Tratamento de Esgotos - ETE Pato Branco - 210 L/S (Obra Civil e Elétrica) e interceptor com 10 travessias aéreas. Obra em andamento com previsão de conclusão em maio de 2023, a nova estação proporcionará a desativação da atual estação de tratamento de esgotos - ETE Ligeiro (localizada em área bastante urbanizada), com a implantação de interceptor para direcionamento do fluxo de esgoto que atualmente chega na ETE Ligeiro, até o local onde será implantada a nova estação - ETE Pato Branco, além disso possibilitará o tratamento de volume a maior que o atual tratado na ETE existente, bem como contribuirá significativamente para a melhoria ambiental e social da região.
- ▶ Arapongas - ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Arapongas com a ampliação da estação de tratamento de esgotos - ETE Campinho. Obra em andamento, com previsão de conclusão em maio de 2023. Aumentará a capacidade de tratamento de 60 l/s para 115 l/s, elevando a capacidade de atendimento do município e atendendo as metas progressivas das outorgas de lançamento de efluentes, assegurando o atendimento a legislação e a eficiência do sistema.
- ▶ Arapongas - Ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE Bandeirantes envolvendo: Sistema de Entrada, Tanque de Lodos Ativado, Casa de Sopradores, Estação Elevatória - EE de Lodo, Estação Elevatória - EE de Carga, Decantadores, Reator 40, Desidratação de Lodo, Interligações, Gás, Recuperação de Reatores, Laboratório, Emissário, Urbanização, Drenagem, Instalações elétricas e automação. Obra em andamento, com previsão de término em junho de 2023, visa a redução de gases de efeito estufa, aumento da eficiência energética, além da adequação para atendimento à legislação ambiental vigente, tendo como meta estabelecida em outorga prévia de lançamento de esgoto o DBO de efluente de 20 mg/L, mantendo o atual ponto de lançamento da ETE, beneficiando a sociedade quanto à qualidade dos cursos d'água e diminuição de odores gerados no processo de tratamento.
- ▶ Curitiba - ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Curitiba com o fornecimento e instalação de Sistema de Secagem Térmica de Lodo na estação de tratamento Atuba Sul, contemplando obras civis, elétricas, serviços eletromecânicos, infraestrutura, proteção e urbanização, além de comissionamento de equipamentos e processos, pré-operação, operação assistida, treinamentos e capacitação da equipe técnica da companhia. Obra em andamento com previsão de término em dezembro de 2022, esta obra objetiva o processamento integral dos lodos gerado pela ETE Atuba Sul, com redução significativa de volumes para destinação final, possibilitando o descarte adequado de lodo das unidades de tratamento e assegurando, assim, a operação da ETE. O empreendimento foi concebido após longo período de pesquisas e desenvolvimento por parte da Companhia, que incluíram a implantação e acompanhamento de unidade piloto em Estação com situação similar, a prospecção de mercado (fornecedores nas esferas local, regional, nacional e internacional) e a realização de *benchmarking* em unidades operacionais similares no setor industrial e sanitário.

3.1.3 Mercado e Investimentos

O índice de atendimento com água tratada é de 100,0% e a cobertura com coleta de esgoto é de 77,9% da população urbana na área de concessão, com um índice de tratamento de 100,0%, conforme Sistema de Informações da Companhia.

O faturamento é oriundo principalmente das ligações de água do tipo residencial, que representam 90,9% do total de ligações de água existentes em 30 de junho de 2021. O número de ligações de água, em junho de 2022, é 2,1% superior ao número de ligações existentes em junho de 2021, representando um incremento de 69.632 ligações de água. O número de ligações de esgoto em junho de 2022 é 2,7% superior ao número de ligações existentes em junho de 2021, representando um acréscimo de 62.345 novas ligações de esgoto.

Os investimentos realizados no segundo trimestre de 2022 (2T22) foram de R\$ 411,2 milhões (R\$ 293,4 milhões no 2T21), conforme apresentados na tabela a seguir.

Comparativo de Investimentos em R\$ Milhões - 2021 e 2022

INVESTIMENTOS - R\$ MILHÕES	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Água	159,3	161,2	-1,2	319,6	275,6	16,0
Esgoto	217,0	136,6	58,9	395,5	246,1	60,7
Outros Investimentos	34,9	-4,4	893,2	48,6	30,6	58,8
Totais	411,2	293,4	40,1	763,7	552,3	38,3

Fonte: Release de Resultados 2T22 - 04/08/2022 - <https://ri.sanepar.com.br/docs/Release-Sanepar-2022-06-30-F6zgHrLR.pdf>

3.1.4 Ações Relevantes de Relacionamento com o Cliente

Com a instituição das Microrregiões pela Lei Complementar Estadual n.o 237/2021, a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico passou a ser compartilhada pelos municípios e pelo estado do Paraná, que manifestam sua vontade e decisões por meio dos colegiados microrregionais. Entre as atribuições dos colegiados, destaca-se o planejamento e a instituição de diretrizes sobre os serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais urbanas.

As ações passam a ser avaliadas de forma regionalizada, sem deixar de considerar a universalização e demais metas estabelecidas pela Lei para cada município que integra a Microrregião. A Companhia possui 346 contratos de prestação de serviços de saneamento sendo 345 no estado do Paraná e 1 no estado de Santa Catarina. Em 2022 destacam-se:

- ▶ RECLIP 2022 - Programa de Recuperação de Créditos para Clientes Particulares Ativos e Inativos. No intuito de continuar mitigando os impactos econômicos causados à população devido aos efeitos da pandemia da COVID-19, foi lançada em julho/2022 uma versão atualizada do RECLIP 2021, com flexibilização das regras de negócio e redução das taxas de juros do parcelamento.

- ▶ Adequações nas regras de negócio, fluxos de processos, programa de capacitação, documentos normativos e sistemas informatizados corporativos para alinhamento com o novo Regulamento Geral do Serviço de Saneamento (RGS), em vigor desde julho/21.
- ▶ Reestruturação do processo comercial, tendo como objetivo o estreitamento no relacionamento com o poder concedente e a potencialização do foco nos clientes, em todos os processos da Companhia.
- ▶ Em fase de implementação o atendimento via *whatsapp* corporativo, que visa proporcionar uma experiência positiva de atendimento, com mobilidade, agilidade e segurança. A ferramenta atende normas e legislações, inclusive a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- ▶ No processo de faturamento foi lançada a fatura digital, possibilitando o recebimento da conta por *e-mail* e/ou no aplicativo Sanepar *Mobile*.

3.1.4.1 Água Solidária

A SANEPAR mantém o benefício da Água Solidária para famílias de baixa renda, usuárias dos serviços de água, com consumo de até 10m³/mês, considerados os valores de R\$ 12,10 para faturamento até 5m³ e de R\$ 0,37/m³ para faturamento de 6 a 10m³. Para o esgotamento sanitário a tarifa é de 50,0% sobre o valor da água. Em setembro/2022, cerca de 280 mil famílias estavam cadastradas no programa, resultando em subsídio acumulado de R\$ 147,7 milhões (considerada a tabela de tarifas vigente conforme Resolução Homologatória n.o 009/2022 - AGEPAR).

3.2 DESTAQUES

3.2.1 Resultados Financeiros

No primeiro semestre de 2022, a SANEPAR obteve um lucro líquido de R\$ 2.766,0 milhões, superior ao resultado líquido de R\$ 2.499,9 milhões registrado no mesmo período de 2021.

INDICADORES ECONÔMICOS - R\$ MILHÕES	2T22 (1)	2T21 (2)	Var. % (1/2)	6M22 (3)	6M21 (4)	Var. % (3/4)
Receita Operacional Líquida	1.359,2	1.273,4	6,7	2.766,0	2.499,9	10,6
Lucro Operacional	336,6	484,3	-30,5	826,9	912,6	-9,4
Lucro Líquido	233,8	331,8	-29,5	525,7	578,3	-9,1
% Margem Operacional	18,7%	31,0%	-12,3 p.p.	23,8%	29,6%	-5,8 p.p.
% Margem Líquida	17,2%	26,1%	-8,9 p.p.	19,0%	23,1%	-4,1 p.p.
% Rentabilidade do PL médio	2,9%	4,6%	-1,7 p.p.	6,6%	8,1%	-1,5 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses)	1,6	1,5	0,1 p.p.	1,6	1,5	0,1 p.p.

3.2.2 Resultados Operacionais

Em 2022, sob o olhar operacional destacam-se:

- ▶ Manutenção da acreditação e ampliação do escopo da ISO 17025, assim como a manutenção das certificações da ISO 9000 e ISO 14000.

- ▶ Término do rodízio no Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC).
- ▶ Evolução nos trabalhos de mapeamento dos processos operacionais.
- ▶ Aprimoramento do processo Esgoto, com incremento nos controles de perdas nos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), nas cinco maiores cidades do Estado.
- ▶ Retomada dos treinamentos operacionais de forma presencial.
- ▶ Em 2022, a Gerência de Pesquisa e Inovação (GPIN), migrou para a Diretoria de Operações (DO), integrando a Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Operacional (GPDO). Sendo o objetivo da migração, a disseminação das práticas de inovação nas áreas fim da Companhia (água, esgoto e resíduos sólidos), almejando o aumento do impacto das atividades inovadoras.
- ▶ Atingiu 40.428,40 km de rede coletora de esgoto assentada, o que representa um crescimento de 967,67 km em relação ao mesmo período de 2021. São 2.425.700 de ligações de esgoto, que alcançam um índice de atendimento de 78,44%.
- ▶ No que diz respeito à captação, tratamento e distribuição de água, até setembro de 2022 são 59.824,91 Km de rede assentada, para abastecer 3.397.530 ligações de água, um crescimento de 966,83 Km de rede e 67.136 ligações de água em relação ao mesmo período de 2021.

3.2.3 Inovação

A SANEPAR, em consonância com seu planejamento estratégico corporativo, traz a inovação como processo transversal da cadeia de valor. Com o propósito de fomentar e aculturar a inovação em todos os níveis da Companhia, pode-se destacar em 2022 os seguintes projetos:

- ▶ Implementação de sistemas sustentáveis de tratamento de esgoto na região Oeste do Paraná (parceria Itaipu Binacional e PTI).
- ▶ Desenvolvimento de sistema inteligente de monitoramento e segurança de barragens (parceria PTI).
- ▶ Epidemiologia baseada no esgoto para monitoramento da COVID-19 (parceria UFPR, ANA, INCT ETEs Sustentáveis - em Curitiba; parceria Binacional, PTI, UFABC - em Foz do Iguaçu);
- ▶ *SaneparStartups* (parceria PTI, Finep, BID, eSEBRAEPR).
- ▶ Programa Paranaense de Pesquisa em Saneamento Ambiental (PPPSA) - parceria Fundação Araucária.
- ▶ Estudo de pré-viabilidade para o uso de fibra ótica em redes coletoras de esgoto (parceria IFC, Grupo Banco Mundial).
- ▶ Estudo de viabilidade para reuso industrial de água em Araucária - parceria USTDA - Estados Unidos.
- ▶ Estudo para arrendamento de usinas solares visando a compensação de energia elétrica em unidades consumidoras da SANEPAR - parceria COPEL.
- ▶ Início da elaboração do Plano Diretor de Energia da SANEPAR.
- ▶ Elaboração de diretrizes para plano de mitigação e adaptação a mudanças climáticas (modelo TCFD, parceria IFC, Grupo Banco Mundial).

- ▶ Estudos hidrometeorológicos, valoração de soluções baseadas na natureza e estratégias para resiliência climática na região do Miringuava - parceria GIZ.
- ▶ Estudo de alternativas para sistemas descentralizados de tratamento de esgoto.
- ▶ Avaliação de biocubos para otimização de fossas sépticas.
- ▶ Monitoramento inteligente de sistemas de abastecimento de água - parceria *Scubic/C3D Ecotech-Portugal*.
- ▶ Detecção inteligente de perdas de água em redes de distribuição - parceria Amanco-Wavin-Holanda e Takadu-Israel; entre muitos outros.

3.2.4 Governança Corporativa e Sustentabilidade Empresarial

O modelo de Governança Corporativa da SANEPAR baseia-se em princípios de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, seguindo as melhores práticas do mercado, tendo como referência o Código de Melhores Práticas de Governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), buscando os melhores resultados para suas partes interessadas. Visando garantir a condução de suas atividades por princípios éticos, a Companhia é regida pelo Código de Conduta, desenvolvido em consonância com os valores da Companhia, os Princípios do Pacto Global e os Princípios de Governança Corporativa Nível 2 da B3, em conformidade com o disposto nas Leis n.os 12.846/2013 e 13.303/2016.

3.2.4.1 Principais avanços em Governança Corporativa

Em 2022, a Companhia implementou o novo portfólio de riscos corporativos, no qual foram definidos 21 riscos corporativos, fortalecendo o alinhamento aos objetivos estratégicos da Companhia, de acordo com o *framework* Coso - ERM. Todo o processo é regido pela Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, que estabelece os mecanismos de gestão e controle, visando preservar e gerar valor, em alinhamento à Missão, Visão, Valores e Propósito, assim como aos objetivos estratégicos da Companhia. Dentre os 21 riscos corporativos identificados, seis foram priorizados pelo Conselho de Administração e serão acompanhados através de repotes periódicos ao Conselho.

Também em 2022, foi implementado *software* de governança, riscos e *compliance*, uma ferramenta de gestão de riscos nos níveis corporativos e operacionais, visando mitigar riscos vinculados à eficiência dos processos da Cadeia de Valor, contribuindo para a prevenção de questões de integridade através da identificação de critérios de avaliação da qualidade dos processos.

Avançou nos trabalhos de mapeamento de riscos dos processos, objetivando possibilitar a avaliação dos sistemas de controles internos e a identificação de necessidades de correções e aperfeiçoamentos, assegurando a boa gestão em todos os níveis da Companhia. O processo de mapeamento é priorizado de acordo com critérios de materialidade das diretorias e com as

orientações do Comitê de Gerenciamento de Riscos e o apoio do Comitê de Auditoria Estatutário e Conselho de Administração.

Ainda em 2022, o Programa de Integridade da Companhia passou por sua primeira revisão, considerando o conjunto: Código de Conduta e Integridade, Regulamento Disciplinar, Regimento Interno do Comitê de Conduta e normas internas. Os procedimentos estabelecidos nestes instrumentos trazem transparência e igualdade aos processos, reforçando o comportamento íntegro, preconizado pela Companhia.

No decorrer de 2022, a SANEPAR não foi citada ou investigada em operações especiais relacionadas a fraudes e/ou atos ilícitos por sua administração e gestão de contratos, fato este que reflete o resultado dos trabalhos realizados pela equipe de *Compliance* quanto à intensificação e monitoramento do Programa de Integridade da Companhia junto aos seus empregados e partes relacionadas.

3.2.4.2 Sustentabilidade Empresarial e Gestão Socioambiental

Em 2016, a SANEPAR aderiu à Agenda 2030 proposta pela ONU, comprometendo-se a contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Neste sentido, reforçando o compromisso assumido em 2016, aderiu ao Pacto Global, outra iniciativa da ONU, para chamar empresas a alinharem suas estratégias e operações a princípios universais em Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção. Desde então, foram realizadas análises de impacto e oportunidades para a Companhia, assim como a priorização de ODS para alinhamento aos objetivos estratégicos da Empresa. Como resultado deste trabalho, priorizaram-se os ODS: 03- Saúde e Bem-estar; 05- Igualdade de Gênero; 06- Água Potável e Saneamento; 12- Consumo e Produção Responsáveis; e 13- Ação Contra a Mudança Global do Clima, todos com ações efetivas da Companhia. Em 2022 destacam-se:

- ▶ Criação do Comitê Estratégico Ambiental, Social e Governança (ASG), com representação do Conselho de Administração, para organizar e acompanhar os desdobramentos da agenda de sustentabilidade da Companhia.
- ▶ Participação na Seleção da Carteira ISE B3 2023, com objetivo de avaliar e comparar as práticas adotadas na Companhia com as referências nacionais em ASG.
- ▶ Reportes do desempenho empresarial visando engajamento dos públicos, cumprindo o que determina a Lei n.º 13.303/2016.
- ▶ Adesão ao *Early Adopters*, iniciativa do Pacto Global, contribuindo para a evolução da Comunicação de Progresso do Pacto Global.
- ▶ Adoção do formato de Relato Integrado, a partir do relatório a ser publicado em 2023, ano base 2022, com asseguração externa independente do conteúdo ASG, garantindo a confiabilidade das informações divulgadas. O processo de asseguração será realizado pela auditoria independente BDO, que também realiza a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia.

- ▶ Outra divulgação de desempenho ASG foi realizada por meio do *Carbon Disclosure Project (CDP)* - Questionário CDP - Clima.

3.2.5 Gestão Empresarial

Com o objetivo de aculturar cada vez mais a sustentabilidade nas atividades da Companhia, fortalecendo o alinhamento da agenda ASG ao Plano de Negócios, desdobrados em planos estratégicos, pode-se destacar em 2022:

- ▶ Formalização do Comitê Estratégico ASG, com representação do Conselho de Administração e Comitê Executivo ASG, responsável pela definição da agenda ASG na Companhia, estabelecendo objetivos e orientando estrategicamente, ações ambientais e sociais.
- ▶ Avanços significativos no planejamento e acompanhamento do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), através de aprimoramentos na matriz de priorização de investimentos e no fluxo de apresentação de demandas.
- ▶ Inclusão de cláusulas ASG em editais para contratação de serviços terceirizados.

3.2.5.1 Tecnologia da Informação

No âmbito da tecnologia da informação, as principais realizações foram:

- ▶ Consolidação do Sistema de Preços e Orçamentos (SPO), ferramenta de eficiência e otimização de tempo na elaboração de orçamentos, com rastreabilidade e segurança.
- ▶ Lançamento do Pedido de Licitação (PL) eletrônico, automatizando o processo de fluxo e aprovação, garantindo a rastreabilidade e agilidade no procedimento. Os serviços administrativos já estão completamente implantados no PL eletrônico, restando o desafio da migração gradual e planejada, de novos processos de obras e serviços de engenharia.
- ▶ Avanços em investimentos em segurança da informação digital.
- ▶ Investimentos de aproximadamente 59 milhões nos últimos 2 anos.
- ▶ Disponibilização de nova plataforma de educação a distância, com acesso para todos os empregados, estagiários e aprendizes.
- ▶ Implantação e difusão de ferramenta *Webinar*, com possibilidade de realizar palestras, cursos e seminários, *online*, disponível para todos os empregados da Companhia.
- ▶ Lançamento de projeto pioneiro de Game Corporativo, o ETICS - Empreendendo Trajetos de Integridade e *Compliance* na SANEPAR, que traz a integridade como pilar central das decisões diante de desafios no dia a dia de trabalho, com o objetivo de tornar mais lúdico o aprendizado e a experimentação de situações reais do cotidiano.

3.2.5.2 Gestão de Pessoas

A SANEPAR se preocupa com a segurança, saúde e bem-estar dos seus empregados. Cuidar das pessoas e garantir o seu desenvolvimento pessoal e profissional é uma das questões mais relevantes para a Companhia atualmente. Neste sentido, destacam-se em 2022:

- ▶ Implementação do Teletrabalho e do Trabalho Remoto Eventual, modalidades flexíveis que geram ganhos tanto para o empregado quanto para a empresa, oportunizando qualidade de vida ao empregado, contribuindo para o aumento de produtividade, melhoria da mobilidade urbana e otimização de espaços e recursos da Companhia.
- ▶ Implantação do Programa COMVIDA, composto por palestras *online*, sobre os mais variados temas, que buscam integrar o ser humano nos aspectos psicológico, social, espiritual, mental, entre outros.
- ▶ Aprimoramento das regras da avaliação de desempenho - Programa de Cargos, Carreira e Remuneração (PCCR).
- ▶ Revisão do Programa de Desenvolvimento de Lideranças e constituição de regras para designação de novos gestores e demais funções gratificadas.
- ▶ Aprovação da primeira versão do Programa de Reconhecimento e Valorização que enaltece atitudes construtivas e condutas íntegras, valorizando o capital humano.
- ▶ Formalização do Comitê EXISTIR - Comitê de Diversidade, Equidade e Inclusão, que desde janeiro de 2022 iniciou um trabalho de estruturação de base, revendo normativos e propondo diretrizes e medidas para tornar o ambiente corporativo mais diverso e inclusivo. Dentre suas principais realizações, pode-se citar: a proposição de metas e critérios inclusivos na Política de Elegibilidade da SANEPAR, com o intuito de tornar a alta liderança mais plural e representativa; alteração da Licença Violência Doméstica no Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) para não diferenciação de gênero; revisão e ampliação da norma de Acompanhamento Médico Familiar para homens e criação do acompanhamento gestacional, promovendo a parentalidade.

3.2.5.3 Reconhecimentos

- ▶ Prêmio Internacional de Tecnologia *Furukawa Electric Awards*-Inovação Tecnológica - gestão de dados eficiente e segura-Data Center. O *Furukawa Electric Awards* é um prêmio voltado à inovação tecnológica, criado em 2019, com o objetivo de promover intercâmbio de informações e destacar as melhores soluções e aplicações dos produtos e tecnologia Furukawa. Em sua terceira edição, uma comissão mista composta por profissionais de vasta experiência no ramo selecionou os 11 empreendimentos destaque nas categorias *Data Center*, *Enterprise*, *Hospitality/Health*, *IoT for Industry* e *Telecom*. Executado em 2020 pela empresa *Zeittec* Soluções em Conectividade, o novo Centro de Dados da SANEPAR foi estruturado com critérios de ponta com capacidade de processar dados de todos os sistemas utilizados na Companhia em velocidade quatro vezes maior que a tradicional, mantendo estabilidade e elevada qualidade de transmissão.

- ▶ Certificação Internacional *LEED (Leadership in Energy and Environmental Design)* - o projeto do novo prédio da sede administrativa da SANEPAR, em Curitiba, atende a requisitos da certificação internacional *LEED (Leadership in Energy and Environmental Design)*, concebida por um órgão americano de construções sustentáveis, a *United States Green Building Council*. O prêmio foi conferido pelo *KNX Awards 2020*, um fórum especializado que reconhece os melhores projetos inteligentes no mundo inteiro que utilizam a tecnologia *KNX*.
- ▶ Troféu Transparência - o Troféu reconhece a qualidade dos demonstrativos financeiros referentes ao ano 2021, pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC). A Companhia foi eleita vencedora na categoria de empresas com receita líquida de até R\$ 8 bilhões e é a única do setor de saneamento nesta categoria.
- ▶ Troféu Destaque de Melhor Demonstração Contábil - a avaliação das demonstrações é feita por uma comissão julgadora formada por *experts* da área contábil. Passar por esse crivo significa que a Companhia está no caminho certo de divulgar informações com transparência, conforme as regras contábeis, e de maneira que os dados fiquem claros e acessíveis às partes interessadas. Este é o 9.º prêmio conquistado pela SANEPAR. Troféu concedido pela ANEFAC.
- ▶ Certificação de Títulos Sustentáveis *Green e Social Bonds - Sitawi* Finanças do Bem. Os *green bonds* (títulos verdes) *investments* são projetos ou ativos, novos ou existentes, com impactos positivos do ponto de vista ambiental, visam a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e contribuir positivamente para o meio ambiente. Os *social investments* são projetos ou ativos, novos ou existentes, com impactos positivos do ponto de vista social, quando voltados a melhorar a vida das pessoas do ponto de vista social ou de governança. A união de *green e social investments* resulta em ativos ainda mais desejáveis, são os denominados *sustainable investments*. A *Sitawi* indica que os projetos da SANEPAR estão alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) números 3 (Saúde e Bem-estar), 6 (Água Potável e Saneamento) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). O método de análise da *Sitawi* segue os princípios *Green Bond (GBP)*, *Social Bond (SBP)*, *Sustainability Bond Guidelines (SBG)* e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.
- ▶ Selo Ouro - Inventário de gases efeito estufa - Programa Brasileiro GHG *Protocol* (PBGHGP). O Inventário de Gases de Efeito Estufa (IGEE) produzido pela SANEPAR referente ao ano de 2021 recebeu, em setembro, o Selo Ouro do Programa Brasileiro GHG *Protocol* (PBGHGP). O Programa, que certifica os inventários corporativos, tem o objetivo de estimular a cultura corporativa para a elaboração e publicação de IGEE. As atividades desenvolvidas pela SANEPAR e contempladas no IGEE são esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta e disposição final de resíduos sólidos urbanos e atividades administrativas.
- ▶ Certificação de Acreditação ISO IEC 17.025:2017-laboratórios Curitiba e Londrina - Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (CGCRE). Os laboratórios de análises da SANEPAR em Curitiba e Londrina tiveram novamente o reconhecimento pela CGCRE de que seus processos são executados de forma

precisa e de acordo com padrões de excelência definidos pela norma ISO/IEC 17.025:2017, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Esta norma é exclusiva para laboratórios de ensaio e calibração. Ela possui vários requisitos que visam garantir a competência do laboratório para fornecer resultados válidos, imparciais e confiáveis. Laboratórios em conformidade com essa norma, de modo geral, também operam em de acordo com os princípios da ABNT NBR ISO 9001. Os laboratórios de Cascavel e Maringá também tiveram a certificação confirmada recentemente.

- ▶ Prêmio Valor Inovação Brasil 2022 - 1º lugar no Setor Infraestrutura - Valor Econômico em parceria com a *Strategy&*. O prêmio reconhece as 150 empresas mais inovadoras do país, em 23 setores da economia, após avaliação de práticas de inovação das companhias que atuam no Brasil em diferentes atividades econômicas. Na edição do anuário, o Valor Econômico destaca a produção de biogás e de energia a partir do processo de tratamento de esgoto, projetos de redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) e a produção de biocombustível líquido também a partir do tratamento de esgoto como alguns exemplos da inovação implantados pela SANEPAR.
- ▶ Certificação NBR ISO 9001:2015 - TECPAR - a ISO 9001 refere-se ao Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ), com requisitos e ferramentas de padronização. O escopo na SANEPAR abrange os processos de água, esgoto, administrativo, avaliação de conformidade, manutenção de redes, atendimento ao cliente, projetos e obras, gestão de pessoas, gestão da informação e gestão de materiais. Em 2022, a SANEPAR mantém a certificação ratificada pela 1ª Auditoria de Supervisão, realizada em agosto, no escopo da ISO 9001:2015, nos seguintes Sistemas: a) operação de barragem, captação, adução, tratamento e reservação de água pela Gerência de Produção de Água no Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba; b) captação, adução, tratamento, reservação de água e tratamento e disposição final de esgoto pela Gerência Industrial; c) distribuição de água, coleta e transporte de esgoto pela Gerência Regional Londrina.

A SANEPAR foi a primeira Companhia de Saneamento Latino-Americana a ter o Certificado de Qualidade ISO 9002 e de Qualidade Ambiental ISO 14001, mantidos até hoje. A ISO 9001 foi responsável pela criação da Política da Qualidade na SANEPAR, criação e evolução do Sistema Normativo e pela padronização de procedimentos, principalmente, do processo de produção e controle de qualidade da água, gestão de produtos químicos utilizados na produção de água e tratamento de esgoto, com a implantação da seleção e da avaliação dos fornecedores, pela padronização do recebimento e do aceite dos produtos em toda a SANEPAR, sistematização do gerenciamento de projetos e obras, além da criação de indicadores corporativos que resultaram em melhor gestão de processos.

COORDENADORIA ESTADUAL DA DEFESA CIVIL

4 COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL (CEDEC)

A Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, órgão pertencente à Governadoria do Estado do Paraná, é responsável, pela prevenção de eventos desastrosos, o socorro e a assistência aos atingidos por tais eventos e a recuperação dos danos causados com ações decorrentes do atendimento a desastres no Estado.

As principais atribuições da Defesa Civil são: a) geração e envio de alertas para o sistema de defesa civil e para a população; b) minimizar e reduzir os efeitos do desastre na comunidade; c) coordenar a execução de ações e operações de proteção e defesa civil, decorrentes de desastres naturais, mistos ou provocados pelo homem nas fases de prevenção, preparação, mitigação, resposta e recuperação; d) coordenar ações de pesquisa e de controle estatístico em relação à proteção e defesa civil; e) ceder apoio logístico para atendimentos emergenciais ou de natureza preventiva, nas ações e operações de proteção e defesa civil; f) promover a qualificação de recursos humanos na estrutura do Sistema Estadual de Proteção e Defesa Civil e g) coordenar ações das brigadas escolares nos estabelecimentos de ensino estaduais.

4.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

- ▶ Prevenção a desastres - por meio do Centro Estadual de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CEGERD) foram enviados cerca de 622 alertas via SMS, os quais geraram o envio de mais de 403 milhões de SMS e ainda 115 alertas para TV por assinatura, os quais foram acessados por aproximadamente 4 milhões de domicílios no estado.

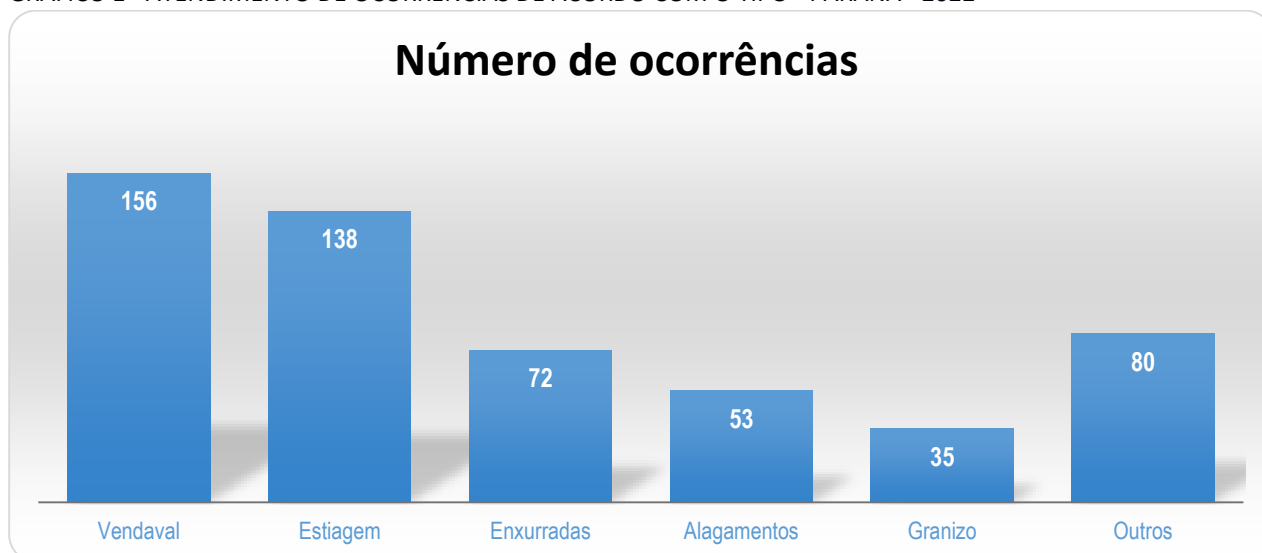
Programa Brigadas Escolares - Defesa Civil na Escola - visa disseminar a conscientização e a capacitação da comunidade escolar do Estado para o enfrentamento de situações emergenciais no interior das escolas. Ainda, promover a construção de uma cultura de prevenção a partir do ambiente escolar, e a adoção de ações para permitir a adequação das edificações escolares estaduais às normas de prevenção contra incêndio e pânico do CB/PMPR. O Programa é praticado em 2.493 instituições de ensino estaduais e instituições de ensino parceiras da SEED-PR. Já foram formados 4.918 servidores que atuam como brigadistas escolares, bem como foi realizada a emissão de 2.012 Certificados de Conformidade em 2022, que atestam que a escola mantém as medidas de proteção previstas no Programa (simulados de abandono, capacitação para formação de brigadistas escolares, e equipamentos de proteção integrados - extintor, luminária, e placas de sinalização).

- ▶ Respostas a Desastres - foram atendidas 534 ocorrências, que atingiram 246 municípios do estado, onde houve 174 declarações de Situação de Emergência, com distribuição de materiais de ajuda

humanitária, a saber: a) 2.599 bobinas de lona; b) 130.699 telhas de fibrocimento; c) 1.670 colchões; d) 1.574 kits dormitórios; e) 12.039 Cestas Básicas; f) 6.955 cobertores, entre outros. Foram captados aproximadamente R\$ 13 milhões, do Governo Federal, para apoio nas ações de resposta, socorro e assistência e restabelecimento, sendo a Coordenadoria Estadual responsável pelo suporte aos municípios visando a garantia do recebimento do recurso por parte dos municípios afetados por desastres.

- ▶ A CEDEC, de janeiro a novembro, deu atendimento às ocorrências conforme Gráfico 1.

GRÁFICO 1 - ATENDIMENTO DE OCORRÊNCIAS DE ACORDO COM O TIPO - PARANÁ - 2022



Fonte: SISDC/Defesa Civil.

- ▶ A totalidade de municípios atingidos, ocorrências e danos causados pelos desastres no período de janeiro a novembro de 2022, podem ser consultados no Quadro 1.

QUADRO 1 - TOTALIDADES DE AFETAÇÕES NAS OCORRÊNCIAS DE DESASTRES - PARANÁ - 2022

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Total de municípios atingidos	246
Total de ocorrências	534
Total de pessoas afetadas	607.974
Total de pessoas desalojadas	5.219
Total de pessoas desabrigadas	300
Total de pessoas feridas	19
Total de casas danificadas	20.372
Total de casas destruídas	169

Fonte: SISDC/Defesa Civil.

Merecem destaque algumas ações realizadas e previstas pela Defesa Civil do Estado do Paraná:

- ▶ Desencadeou ações de qualificação das Regionais de Defesa Civil, no módulo presencial e EAD, nas 18 regionais de defesa civil, abrangendo todo o território do Paraná;
- ▶ Realizou ações de prevenção e de estruturação de resposta em caso de incêndios, voltado a proteção das Unidades de Conservação Estaduais, em conjunto com outros órgãos, no âmbito do Programa de Prevenção de Incêndios na Natureza (PREVINA), instituído por meio do Decreto Estadual n.o 10.859, de 24 de agosto de 2018. Foram atualizados 21 Planos de Contingência de Unidades de Conservação e elaborados mais 15. Foram elaborados ainda 3 Planos de Contingências de Áreas de Proteção Ambiental. Nesta esteira foi realizado o chamamento e treinamento de 120 brigadistas de incêndio florestal voluntários.
- ▶ A Defesa Civil planeja desenvolver ações de descentralização dos centros logísticos no Estado, bem como a reestruturação através da redução das atuais 19 Regionais de Defesa Civil para apenas 10 Regionais de Defesa Civil, mais estruturadas, visando aumento do controle e qualidade no apoio e atendimento dos Municípios. Ainda no sentido de proporcionar uma maior capilaridade e redução no tempo de atendimento às ocorrências que porventura venham a atingir o Estado, estão previstas a construção de três novas unidades de Centros Logísticos (Guarapuava, Londrina e Quedas do Iguaçu). Vale salientar que os projetos já foram licitados e encontram-se em fase de finalização com aproximadamente 70% do contrato finalizado. Nessa esteira ainda tem acontecido a aquisição de veículo utilitários e equipamentos de monitoramento dentre outros.

CASA MILITAR

5 CASA MILITAR (CM)

À Casa Militar (CM), órgão essencial da Governadoria do Estado, nos termos da Lei n.o 19.848, de 3 de maio de 2019, e regulamentada pelo Decreto n.o 2.680, de 10 de setembro de 2019, compete as atividades de assistência direta e imediata ao Chefe do Poder Executivo nos assuntos militares, coordenação das relações e dos expedientes da Chefia do Poder Executivo com autoridades militares, a segurança pessoal do Governador, Vice-Governador e seus familiares, hóspedes oficiais e demais pessoas designadas, segurança das instalações físicas da Sede do Governo (Palácio Iguazu), consulados no município de Curitiba, pontos sensíveis e demais instalações de interesse institucional, transporte aéreo e terrestre do Governador, Vice-Governador e demais autoridades autorizadas, a produção e proteção de assuntos sigilosos de interesse governamental, além do Cerimonial da Governadoria, organizando eventos oficiais dos gabinetes do Governador, Vice-Governador, do Chefe da Casa Civil e do Chefe da Casa Militar. Além das atribuições legais atua, ainda, por meio de Termo de Cooperação Técnica, em apoio às atividades da Secretaria de Estado da Saúde no transporte de órgãos e tecidos humanos (Central Estadual de Transplantes do Paraná - CET/PR).

5.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

No exercício de 2022, entre as realizações no âmbito de gestão da Casa Militar, tem-se a capacitação dos agentes públicos, a implementação do Programa de Integridade e *Compliance*, ações de Gestão e Governança, ações visando a segurança das Instalações Físicas do Palácio Iguazu, Transporte terrestre e aéreo, e ações de Cerimonial e Relações Internacionais.

5.1.1 Ações Administrativas

Foi realizada capacitação dos agentes públicos que atuam nesta unidade, em temas como: segurança de dignitários; emprego/utilização de arma de fogo; e em assuntos relacionados à gestão como a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.o 14.133, de 1º de abril de 2021) e nos sistemas de Registro de Preços, de Gestão de Materiais e Serviços (GMS); de Gestão orçamentária, financeira e contábil (Siaf); em procedimentos envolvendo gestão de recursos humanos e em procedimentos operacionais relativos às missões da Casa Militar.

Em 13 de maio de 2022, foi iniciada a implementação do Programa de Integridade e *Compliance* da Casa Militar; realizada atualização dos dados no portal da transparência e aprimoramento na transparência referente às informações sobre o uso das aeronaves; realizada revisão e regulamentação dos procedimentos referentes à autorização de deslocamentos e prestação de contas de viagens dos agentes públicos, além de melhorias nas rotinas relativas a pessoal e folha de pagamento.

No âmbito de Governança e Gestão foi instituído o Comitê de Gestão e Governança (Portaria n.o 009, de 3 de fevereiro de 2022) - órgão colegiado de natureza propositiva e consultiva, responsável pela implementação, execução, monitoramento e avaliação das políticas de governança, gestão de riscos e controles internos, de forma a garantir a aderência dos atos às leis, códigos, regulamentações e normas, com vista ao interesse público. Foi estabelecida a política organizacional da Casa Militar - com a definição de missão, visão e valores. A participação do Comitê de Gestão e Governança resultou na atualização e aprovação de normas como a de utilização de aeronaves, de concessão de placas reservadas para veículos oficiais, Normas Gerais de Ação (NGA), política de gerenciamento de riscos no âmbito da Casa Militar e aprovação do Mapa de Riscos, entre outras atividades.

5.1.2 Segurança das Instalações Físicas do Palácio Iguazu

- ▶ Implementação de sistema de vídeo monitoramento nas dependências internas e externas do Palácio Iguazu, com sistema de reconhecimento facial e leitura de placas de veículos.
- ▶ Recepção e honras militares a autoridades nacionais e internacionais, por ocasião de visita oficial de ministros de estado, embaixadores e cônsules de diversos países.
- ▶ Segurança nos consulados sediados em Curitiba em diversos eventos.

5.1.3 Transporte Terrestre

- ▶ Renovação de parte da frota de veículos utilizados no transporte de autoridades e dignitários, com a transferência dos veículos substituídos a outros órgãos.
- ▶ Locação de veículos com blindagem promovendo maior segurança nos deslocamentos em situações que ofereçam risco elevado às autoridades protegidas.

5.1.4 Transporte Aéreo

- ▶ Arrendamento de aeronave de asas rotativas (helicóptero), para realização de vôos em condições *Visual Flight Rules* (VRF), proporcionando maior grau de segurança no transporte de autoridades e dignitários.
- ▶ Atualização de painel de instrumentos (*retrofit*) da aeronave modelo *King Air C90*.
- ▶ Unificação dos contratos de manutenção das aeronaves modelos *King Air C90* e *King Air 350*, possibilitando maior eficiência na gestão de um único contrato.
- ▶ Contratação de curso para atualização e validação dos pilotos da aeronave modelo *King Air 350*.
- ▶ Revitalização da fachada externa do hangar da Casa Militar.
- ▶ Realização de mais de 1.100 horas de voo, correspondentes a 375 missões.
- ▶ Realização de missões em apoio às atividades da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) e da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.

- ▶ Reconhecimento do Estado do Paraná como referência em transplante de órgãos e tecidos no país, tendo realizado, em 2022, mais de 75 missões de transporte de órgãos e tecidos em apoio à Central Estadual de Transplantes do Paraná.

5.1.5 Cerimonial e Relações Internacionais

- ▶ Organização e atendimento de mais de 700 eventos oficiais na capital e interior do Estado, com a presença de aproximadamente 190.000 expectadores, entre autoridades, lideranças representativas e público convidado.
- ▶ Contratação de empresas especializadas para atendimento das demandas de cerimonial e grandes eventos.

CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO

6 CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO (CGE)

A Controladoria-Geral do Estado (CGE), regulamentada pelo Decreto Estadual n.o 2.741, de 19 de setembro de 2019, alterado pelo Decreto n.o 6.929, de 22 de fevereiro de 2021, é composta pelos Sistemas de Controle Interno, de Transparência e Controle Social, de Corregedoria, de Ouvidoria e de Integridade e *Compliance*. Como órgão central do Sistema Estadual de Controle Interno do Poder Executivo, compete à Controladoria auxiliar o Governador do Estado na coordenação da ação governamental e no controle dos assuntos prioritários, atuando no desempenho das funções de planejamento, coordenação, controle, avaliação, promoção, formulação e implementação de mecanismos no combate à corrupção, bem como de regulamentação e normatização dos sistemas de controle do Poder Executivo Estadual. Essa coordenação, por sua vez, se dá de forma descentralizada em cada órgão/entidade da Administração Pública, por meio dos Agentes, integrantes dos Núcleos de Integridade e *Compliance* Setoriais, que atuam na avaliação *in loco*.

6.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

6.1.1 Prevenção e Combate à Corrupção

- ▶ Realização de mais de 30 análises e cruzamento de dados para verificação de possíveis irregularidades, com destaque para: a) irregularidades em contratações; b) terceirização em serviços de órgãos públicos; c) contratos de prestação de serviços aeromédicos; d) análises de vínculos entre fornecedores, e entre fornecedores e servidores públicos; e) contratação de empresas de publicidade; e f) correlação entre registros de viagens de servidores e registros de frequências do Sistema de Registro de Ponto Eletrônico (SPE).
- ▶ *Due Diligence* na contratação de pessoal para ocupação de cargo de provimento em comissão e função de gestão pública, estabelecido pelo Decreto n.o 8.038, de 30 de junho de 2021. Para operacionalizar esta verificação foram identificadas 23 listas restritivas, definidos os graus de risco e automatizada a consulta, possibilitando a verificação de forma ágil. Em 2022, foram realizadas aproximadamente 1.800 verificações.
- ▶ Implantação do Sistema do Observatório da Despesa Pública do Paraná que permite consultar, de forma rápida e ágil, qualquer CPF ou CNPJ em 55 bancos de dados, envolvendo mais de 180 milhões de registros.
- ▶ Automatização e homologação de 83 Trilhas da Auditoria da Folha de Pagamento, onde todos os *scripts* de programação foram gerados e os dados resultantes homologados.

- ▶ Contribuição para o desenvolvimento de uma *Application Programming Interface (API)* que analisa o endereço de fornecedores cadastrados no Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), utiliza Inteligência Artificial, reconhece, distingue fachadas e emite alertas de risco.
- ▶ Continuidade das atividades previstas em convênios: a) Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA); b) Conselho Nacional de Controle Interno (CONACI); c) Fundo Estadual de Combate à Corrupção (FUNCOR); d) Programa de Fortalecimento de Corregedorias (PROCOR); e) Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR); e f) Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).
- ▶ Realização de inspeções ordinárias físicas e remotas em órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, com emissão orientações e de recomendações vinculantes, para direcionar a adoção de providências para o aprimoramento das atividades de correição no órgão ou para correção de falhas.
- ▶ Continuidade dos trabalhos das comissões nos processos administrativos de apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos previstos nas Leis Federais n.o 12.846, de 1º de agosto de 2013 e n.o 8.666, de 21 de junho de 1993 (concessionárias de pedágio do anel de integração - trâmites suspensos por decisão liminar em mandados de segurança).
- ▶ Realização de Inspeções Correcionais em órgãos e entidades pertencentes ao Poder Executivo Estadual.
- ▶ Instauração de aproximadamente 1.800 processos administrativos correcionais pela CGE e pelas unidades correcionais.
- ▶ Acompanhamento de 11 Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), celebrados após a vigência da Lei Estadual n.o 20.656, de 3 de agosto de 2021.
- ▶ Instauração de processos administrativos de apuração de responsabilidade de pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos previstos na Lei Federal n.o 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- ▶ Instauração de Procedimentos Investigativos Preliminares (PIP).
- ▶ Instauração de Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares (PAD).
- ▶ Estudos quanto à aderência da estratégia *Environmental, Social and Governance (ESG)* nas atribuições da área de auditoria, buscando a incorporação das diretrizes no planejamento e execução das atividades.
- ▶ Encaminhamento de 26 Informações Técnicas, com objetivo de apurar e orientar a respeito de eventuais falhas, erros e/ou inconformidades em processos licitatórios e contratos, que totalizam cerca de R\$ 704 milhões.
- ▶ Averiguação de aproximadamente 60 denúncias sigilosas feitas através do canal de denúncias da CGE, referente a temas diversos, como possíveis irregularidades em processos licitatórios e possíveis condutas inadequadas de agentes públicos.

- ▶ Verificação no sistema de gerenciamento de abastecimento da frota oficial do Estado do Paraná, com objetivo da conferência de conformidade contratual e a correta prestação do serviço.
- ▶ Realização de inspeção e avaliação de eixos *Environmental, Social and Governance (ESG)* em obras paralisadas de grande vulto de nove órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, apontando no total oito macros riscos, 84 achados, 14 impactos distribuídos nos três eixos *ESG*, nove recomendações quanto a melhoria dos processos e retomada das obras e sete recomendações quanto ao aprimoramento da estratégia *ESG*.
- ▶ Realização de auditoria em contratos de maior vulto das Secretarias de Estado, objetivando a avaliação da atuação de gestores e fiscais de contratos, resultando na emissão de relatórios com o total de 159 recomendações de melhoria e aproximadamente R\$ 6 bilhões analisados.
- ▶ Elaboração e revisão metodológica e de fluxos de auditoria, buscando a evolução e melhoria nos resultados alcançados, acrescentando melhores práticas de apuração de denúncias e combate a irregularidades.
- ▶ Resolução CGE 43/2022 - assinada pelo Controlador-Geral do Estado e pela Especialista Sênior do Banco Mundial, Susana Filomeno Amaral, aprova o Referencial Técnico da Atividade de Auditoria Interna do Poder Executivo do Estado do Paraná, que estabelece os princípios, as diretrizes e os requisitos fundamentais para a prática profissional da atividade de auditoria interna do Poder Executivo Estadual.
- ▶ Avaliação dos Relatórios da Gestão Fiscal, emitidos pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA).
- ▶ Implementação de auditoria no Programa Paraná Eficiente, financiamento do Banco Mundial, de aproximadamente US\$ 130 milhões, com foco na melhoria dos controles e gestão do empréstimo.
- ▶ Implementação de auditoria na Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR), com foco no mapeamento da entidade e taxas de regulação.
- ▶ Realização de consultoria conjunta com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) para mapeamento dos fluxos e dos controles dos processos de repasses financeiros dos recursos para quitação de convênios de prestação de serviços ambulatoriais e hospitalares de atenção à saúde dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), que envolve em média R\$ 800 milhões ao ano.
- ▶ Participação na Comissão de Implementação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais.
- ▶ Participação das Câmaras Técnicas IA-CM - a câmara técnica do *Internal Audit Capability Model (IA-CM)* conta com representantes de várias Controladorias Estaduais e da Controladoria-Geral da União, onde são debatidos temas e uniformizados entendimentos sobre o *IA-CM* e as normas internacionais de auditoria.
- ▶ Programa de Integridade e *Compliance* - início da implementação em toda administração indireta do Poder Executivo Estadual, entrega de 10 Planos de Integridade e 25 em processo de elaboração, mais de 4.170 servidores e funcionários públicos entrevistados para identificação de riscos,

graduados de acordo com o impacto e a frequência, foram recebidos mais de 942 formulários por meio das urnas do *Compliance*.

- ▶ Prevenção ao assédio sexual e moral - continuidade da campanha com distribuição de cartazes e cartilhas nos órgãos e entidades estaduais, ampliando a divulgação dos canais de denúncia. Publicação da Resolução CGE 33/2022, que define o procedimento para recebimento e tratamento de denúncias de assédio moral e sexual no âmbito da Administração Pública.
- ▶ *Due Diligence* nas contratações - proposição de texto que resultou na publicação do Decreto Estadual n.o 11.420, de 20 de junho de 2022, que institui o procedimento de *Due Diligence* nas contratações públicas estaduais, a política de relacionamento do Estado com terceiros é um dos pilares do Programa de Integridade e *Compliance* do Estado do Paraná.
- ▶ Sistema e-CGE - manutenção dos novos fluxos na ferramenta institucional da Controladoria-Geral do Estado, utilizada para avaliar os controles institucionais dos órgãos e entidades vinculadas ao Poder Executivo Estadual, permitindo a emissão automática de relatórios, com recomendações a serem observadas pelos dirigentes da administração pública estadual, referentes às avaliações dos controles administrativos existentes nos órgãos e entidades.
- ▶ Proposição, aos dirigentes dos órgãos e entidades, de ações mitigatórias, dentre as quais: a) a avaliação das transferências voluntárias e pessoal; b) o monitoramento e avaliação do plano plurianual; c) acompanhamento dos atestados médicos e d) demandas de controle externo.
- ▶ Acompanhamento, através do diário eletrônico do Tribunal de Contas do Estado, das decisões sobre as contas anuais dos órgãos e entidades, apresentando resultados parciais positivos, que demonstram a atuação e a integração do controle interno e o comprometimento da alta administração na resolução das inconsistências. O número de recomendações, ressalvas e determinações para o ano de 2021 sofreram queda em comparação ao ano anterior, passando de 58 para um, de 42 para dois e de 25 para um, respectivamente.
- ▶ Controla Paraná - acordos de cooperação com municípios do Estado, visando dar mais segurança aos responsáveis pelo controle interno dos municípios, por meio da troca de experiência e capacitação em um fórum permanente de discussão. Realização de três eventos presenciais para divulgação do programa e interesse de adesão de aproximadamente 140 municípios.
- ▶ Seleção de capacitações direcionadas aos agentes atuantes nas áreas finalísticas da CGE, direcionando aos servidores mais de 1.500 horas de cursos, na modalidade a distância.
- ▶ Realização do 3º Simpósio Paranaense de Combate à Corrupção - Governança e Controle na Nova Lei de Licitações, capacitação dos servidores para utilização da Nova Lei de Licitações e Contratos.
- ▶ Atualização e Capacitação - promoção de cursos, nas modalidades presencial e a distância, voltados ao aperfeiçoamento quanto ao uso de novas legislações e disseminação de conhecimentos necessários para efetivo controle e combate à corrupção, promoveu mais de 100 horas, 16 capacitações, com mais de 4.200 participantes certificados.

- ▶ Núcleo Gestão de Projetos - implementação de unidade administrativa responsável pelo apoio, acompanhamento e supervisão dos projetos da Controladoria-Geral do Estado, com foco na execução do financiamento firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).
- ▶ Lei Gera de Proteção de Dados (LGPD) - emissão da Resolução CGE 36/2022 que institui a Política de Privacidade de Dados Pessoais no âmbito da Controladoria-Geral do Estado, realização de capacitações, treinamentos e atendimentos personalizados quanto à aplicabilidade da Lei.

6.1.2 Transparência, Controle Social e Atendimento ao Cidadão

- ▶ Alcance do 3º Lugar entre os estados no *ranking* Índice de Transparência e Governança Pública, da Transparência Internacional - Brasil, que avalia os níveis de transparência e governança pública, atingindo o conceito ótimo.
- ▶ Portal da Transparência - atingiu mais de um milhão de usuários e sete milhões de páginas acessadas, foram solicitadas mais de 100 melhorias para garantir melhor navegabilidade.
- ▶ Monitoramento de mais de 7.500 informações constantes nos portais institucionais dos órgãos e entidades para garantia de transparência e acesso à Informação.
- ▶ Lei de Acesso à Informação - mais de 1.700 atendimentos realizados e criação da cartilha orientativa sobre solicitação de pedidos de acesso à informação.
- ▶ Capacitação dos agentes de transparência - realização de mais de 100 ações de capacitação entre eventos *online* e capacitações personalizadas.
- ▶ CGE Itinerante - visita a 16 municípios, aproximadamente 1.500 entrevistas em mais de 50 locais, a verificação do atendimento à população, divulgação dos canais de comunicação e do Portal da Transparência realizou ações em diversas frentes, com destaque para a operação *ferryboat*, saúde, educação e segurança.
- ▶ Capacitação dos ouvidores setoriais - realização de aproximadamente 75 ações de capacitação entre encontros, eventos *online*, visitas técnicas e capacitações personalizadas sobre o uso do Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO).
- ▶ Sistema Integrado para Gestão de Ouvidorias (SIGO) - implantação de 12 melhorias no sistema, resultando em otimização no atendimento ao cidadão. O sistema, e respectivo treinamento de uso, foi disponibilizado gratuitamente às prefeituras, para auxiliar as ouvidorias municipais nos atendimentos prestados e controle da gestão.
- ▶ Ouvidoria - até meados de novembro registrou aproximadamente 140.000 manifestações, a maioria respondidas em um tempo médio de 10 dias, muito abaixo do previsto em lei, que é de 30 dias prorrogáveis por mais 30.

- ▶ Denúncias investigadas - as denúncias recepcionadas pela Ouvidoria-Geral do Estado são todas consideradas, analisadas e compiladas, foram formalizadas 12 Informações Técnicas que resultaram em investigações e sindicâncias
- ▶ Conselhos de Usuários de Serviços Públicos - através da Resolução n.o 35/2022 ficou estabelecido a criação de Conselhos de Usuários de Serviços Públicos, visando avaliar a qualidade e efetividade da prestação dos serviços públicos, propor melhorias e contribuir para a definição de diretrizes para o adequado atendimento ao usuário.
- ▶ Selo Diamante - atingiu o mais alto conceito na avaliação da transparência do poder executivo, no Levantamento Nacional de Transparência Pública, do Programa Nacional de Transparência Pública, de iniciativa da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas (ATRICON) e dos Tribunais de Contas. O Poder Executivo do Paraná foi o único do país a atingir o conceito diamante, com índice de transparência de 98,51%.

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

7 PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO (PGE)

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) é órgão do Poder Executivo, vinculado à Governadoria, com as competências fixadas no artigo 132 da Constituição Federal e artigo 124 da Constituição Estadual, destacando-se dentre outras: a representação judicial e extrajudicial do Estado e suas autarquias; a consultoria jurídica da administração pública direta e indireta do Poder Executivo e a cobrança judicial da dívida ativa do Estado e suas autarquias.

7.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

7.1.1 Ações Judiciais de Grande Relevância

- ▶ Liminar em ações rescisórias que impediram o sequestro de R\$ 4,7 bilhões do erário para repasse ao Fundo Estadual de Saúde (FUNSAÚDE), abrindo espaço para negociação com o MP para que a recomposição do referido Fundo se opere de forma gradual. As decisões rescindendas decorrentes de condenação judicial pela não aplicação do percentual mínimo em Saúde em vários exercícios e alcançam o valor aproximado de no máximo R\$ 18 bilhões.
- ▶ Atuação junto ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), que possibilitou a liberação das propagandas institucionais voltadas às companhias da Vacinação e de educação no trânsito do DETRAN/PR.
- ▶ Atuação Judicial e Consultiva que obteve a manutenção das obras no litoral (engorda, microdrenagem, macrodrenagem e restauro da restinga), envolvendo questões de licenciamento ambiental, minerárias e do processo de licitação.
- ▶ Procedência em todas as ações que discutiam os problemas ligados a travessia Guaratuba/Caiobá, *Ferryboat*, em especial a caducidade do antigo contrato.
- ▶ Procedência no IRDR sobre a forma de cálculo da hora de trabalho de professores, ficando referendada a decisão da SEED sobre o tema.
- ▶ Ajuizamento de 112 ações de ressarcimento contra a União no valor aproximado de R\$ 27,5 milhões, para devolução de valores gastos com cumprimento de ordens judiciais sobre medicamentos. A AGU, após haver sentença favorável para o Estado em 81 das ações, efetuou negociação, concretizando acordo para pagamento em 107 das ações, no valor total de R\$ 18 milhões.
- ▶ Defesa do Estado do Paraná na ação de declaração de inconstitucionalidade da Lei Estadual 18.469/2015 - Lei da Reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná, evitou que o Estado do Paraná tivesse um grande prejuízo financeiro.

7.1.2 Dívida Ativa do Estado

7.1.2.1 Cobrança da Dívida Ativa Tributária e Não Tributária do Estado do Paraná

Foram ajuizadas pela Procuradoria da Dívida Ativa (PDA), até 31/10/2022, 16.654 certidões de dívida ativa em 2.496 processos de execução fiscal, com valor total superior a R\$ 1,8 milhão. No mesmo período foram enviadas a protesto 344.296 certidões de dívida ativa, com valor total aproximado de R\$ 145,9 milhões.

7.1.2.2 Arrecadação da Dívida Ativa Ajuizada e Enviada a Protesto

Até 20 outubro, a arrecadação da dívida ativa ajuizada e enviada a protesto somou mais de R\$ 374,7 milhões. Esse resultado representa um acréscimo de quase 77% (setenta e sete por cento) em relação à arrecadação efetiva do mesmo período no ano anterior.

Somente a arrecadação da dívida ativa ajuizada somou mais de R\$ 361,5 milhões, sendo que destes R\$ 176,2 milhões por meio de parcelamentos.

7.1.2.3 Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (Cira/PR)

Criado através do termo de cooperação técnica entre a Procuradoria-Geral do Estado, o Ministério Público do Paraná e a Secretaria de Estado da Fazenda, o comitê promoveu um Projeto-Piloto de Audiências Conciliatórias com 25 grandes devedores de tributos estaduais. Foram promovidas duas rodadas de conciliações ao final das quais 11 empresas aderiram ao programa Retoma Paraná, garantindo a recuperação aos cofres públicos de mais de R\$ 169 milhões.

7.1.2.4 Procuradoria da Dívida Ativa Contra Grandes Devedores

Em 2022, a Procuradoria da Dívida Ativa promoveu diversas medidas judiciais de combate à sonegação e à fraude fiscal e nesse contexto, entre outras, ajuizou 29 medidas judiciais especiais para a recuperação de créditos tributários no valor aproximado de R\$ 325 milhões.

7.1.2.5 Outra Ações de Cooperação Interinstitucional

No âmbito da cooperação interinstitucional da Procuradoria-Geral do Estado, destaca-se a operação deflagrada pela Polícia Civil do Paraná em 11 de janeiro de 2022, na região de Maringá, contra um grupo suspeito de sonegar mais de R\$ 12,5 milhões em impostos estaduais. A Polícia Civil do Paraná, por meio da Divisão de Combate à Corrupção (DECCOR), promoveu trabalho de investigação criminal e representou perante o Poder Judiciário pela deflagração da operação. Durante a investigação criminal foram identificados indícios da prática de outros crimes, como o estelionato contra instituições financeiras e lavagem de dinheiro. Ao todo foram cumpridos 46 mandados judiciais:

08 mandados de prisão, 19 de busca e apreensão, 18 de sequestro de veículos e 01 de arresto de imóvel.

7.1.2.6 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

Desenvolvido em colaboração entre a Procuradoria-Geral do Estado e a Secretaria de Estado da Fazenda no âmbito do PROFISCO II, o projeto de Requisições de Pequeno Valor (RPV) é o novo sistema de gestão e pagamento das requisições de pequeno valor devidas pelo Estado do Paraná em razão de condenações judiciais. O sistema abarca todo o ciclo de vida da RPV no âmbito da Administração estadual, desde o seu recebimento após a emissão pelo Poder Judiciário até a comprovação do pagamento perante o credor, e garantirá o incremento da eficiência, da agilidade e da transparência do processo de pagamento de dívidas judiciais do ente público.

7.1.3 Passivo Judicial e Precatórios

- ▶ Orientação sobre retenção legal de imposto de renda sobre honorários advocatícios.
- ▶ Implementação do Enunciado n.o 49-PGE nas unidades especializadas (autorização genérica para não apresentação de impugnação a Cumprimento de sentença, embargos à execução, recursos correlatos e outras manifestações, conforme critérios de valor).
- ▶ Orientação sobre aplicação da taxa SELIC - art. 3º da Emenda Constitucional n.o 113/2021.
- ▶ Análise jurídica e colaboração com a Secretaria de Estado da Fazenda para a elaboração de Plano de Pagamento de Precatórios para o exercício de 2023.
- ▶ Caso FTC/TRANSFERRO X FERROESTE - provimento parcial do agravo de instrumento interposto do Estado para, reformando decisão do juízo de origem que determinou a devolução de todos os bens requisitados pela FERROESTE, limitar a devolução a cinco locomotivas e oito vagões. Decisão ainda não transitada em julgado.

7.1.3.1 Câmaras de Conciliação de Precatórios

Foram realizados acordos diretos de precatórios pela 5ª e pela 6ª Câmaras de Conciliação de Precatórios, abrangendo credores de precatórios que são, ao mesmo tempo, devedores tributários do Estado do Paraná. Assim, ao serem firmados tais acordos, realiza-se o pagamento de créditos de precatórios ao respectivo credor, ao mesmo tempo em que se arrecada, na mesma medida, receitas para o Estado, referentes a imposto estadual, além de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária. O valor total arrecadado com acordos diretos de precatórios pela 5ª e pela 6ª Câmaras de Conciliação de Precatórios, de janeiro a outubro de 2022, corresponde a R\$ 171,8 milhões.

7.1.4 Atuação Consultiva

7.1.4.1 Consultoria Jurídica Referente a Obras e Serviços de Engenharia

Entre janeiro e outubro, somando os protocolos mais relevantes analisados pela Procuradoria Consultiva de Obras (PCO/PGE), referente a Obras e Serviços de Engenharia, chega-se ao montante aproximado de R\$ 870,8 milhões, destacando-se as seguintes ações:

- ▶ SEIL - convênios entre Estado, DNIT e ITAIPU, visando a duplicação e manutenção de segmentos das rodovias: BR-469, Rodovia das Cataratas; BR-487(estrada da Boiadeira); BR-163- Contorno Oeste Cascavel; Termos Aditivos.
- ▶ SESA - convênios para construção/reforma/ampliação de hospitais: Hospital Geral de Colombo; Hospital Universitário do Oeste (ala materno/Infantil), Hospital Municipal de Rio Branco do Sul. Hospital Municipal de Salto do Lontra, Hospital da Providência Materno Infantil e União Oeste Paranaense de Estudos e Combate ao Câncer, Hospital Dr. Paulo Fortes.
- ▶ SEED - convênios e licitações para construção/reforma de salas de aula, nova unidade escolar em Cascavel.
- ▶ SESP - convênios e licitações para projeto e construção da Penitenciária Estadual de Ribeirão do Pinhal, da BOPE e RONE de São José dos Pinhais, da sede do 5º Comando Regional da PM em Cascavel.

7.1.4.2 Consultoria Jurídica em Licitações, Contratos, Convênios e Instrumentos Congêneres

Considerando os valores somados de todos os protocolados de janeiro a outubro, que foram analisados pela Procuradoria Consultiva de Aquisições e Serviços (PRC), em conjunto com os analisados pelos Advogados do Poder Executivo, que atendem algumas autarquias estaduais, mais os protocolados que ainda serão analisados até final deste exercício, estima-se que o montante aproximado será de R\$ 12,0 bilhões, o que é um recorde para a Procuradoria Especializada. Desses destacam-se as seguintes ações:

- ▶ SESA - aquisição e serviços: Leitos de UTI, serviços hospitalares - programa Opera Paraná, contratualização da Santa Casa de Paranaíba, estruturação do novo hospital do câncer de Guarapuava, contratualização Hospital N. Sra. Rocio em Campo Largo.
- ▶ SEED - aquisição e serviços: merenda escolar, mobiliário, equipamentos, materiais didáticos e uniforme escolar.
- ▶ SESP - aquisição e serviços: fardamento para PM, veículos, contratação de monitores de ressocialização prisional.
- ▶ SEAP - aquisição e serviços: atualização do sistema Meta 4, locação de veículos e serviços continuados de telefonia fixa.
- ▶ SEFA - aquisição e serviços: Sistema de Gestão Tributária.

7.1.5 Honorários da Advocacia Dativa

Atuação no cumprimento da política estabelecida pela Lei Estadual n.o 18.664, de 22 de dezembro de 2015, promovendo e defendendo o erário no pagamento dos honorários da advocacia dativa, apresentando os seguintes números: a) pagamentos administrativos - foram promovidos análise e pagamento de 108 mil requerimentos, totalizando cerca de R\$ 84 milhões; e b) RPV - foram promovidos análise e pagamento de 2.538 requerimentos, totalizando cerca de R\$ 6 milhões.

Com isso, mantém-se em queda a quantidade de processos judiciais relativos à cobrança destes honorários, o que demonstra o sucesso nas estratégias de desjudicialização das cobranças a esse título.

7.1.6 Uniformização da Orientação Jurídica da Administração Pública

- ▶ Regulamentação da Lei Federal n.o 14.133/2021, que unifica o regime jurídico sobre licitações e contratos administrativos no Brasil - a PGE instituiu sete Grupos Especiais de Trabalho (GETs) para elaborar a minuta do decreto estadual o decreto 10.086/2022, que contaram com a participação de 36 procuradores do Estado e de advogados da PGE. Este decreto regulamenta a Lei Federal n.o 14.133, de 01 de abril de 2021, a nova Lei de Licitações e Contratos, tendo sido expedidas as seguintes minutas padronizadas: a) Res. 186/2022-PGE - Minuta Pregão Eletrônico- Aquisição de Bens - sem objeto definido; b) Res. 192/2022-PGE - Minuta Pregão Eletrônico - Serviços de Engenharia Comum - sem objeto definido; c) Res. 213/2022-PGE - Edital na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, para contratação de obras e serviços especiais de engenharia - sem objeto definido; d) Res. 135/2022- PGE - Termo de Convênio e Cooperação entre DETRAN/PR e Municípios.
- ▶ Capacitação sobre a Lei Federal n.o 14.133, de 1º de abril de 2021 - a Procuradoria-Geral em conjunto com a Escola de Gestão, efetuaram a capacitação de 1.650 servidores, na nova Lei de Licitações e Contratos, realizando três cursos em junho/2022 com as seguintes temáticas: a) licitações e contratos para obras e serviços de engenharia com ênfase na Nova Lei de Licitações e Contrato (dias 13, 14 e 15 de junho); b) licitações e contratos para aquisições de bens e prestações de serviços em geral com ênfase na Nova Lei de Licitações e Contratos (dias 20, 21 e 22 de junho); e c) convênios e termos de cooperação com ênfase na Lei Federal n.o 14.133/2021 e no Decreto Estadual n.o 10.086/2022 (dias 23 e 24 de junho).
- ▶ Orientações Administrativas - foram publicadas, sete Orientações Administrativas que dispõe sobre os temas de interesse a seguir informados: a) Orientação Administrativa n.o 51 - acordos, transações, termo de ajuste de conduta ou termo de acordo judicial envolvendo matérias sob judiciais e de interesse de autarquias representadas pela PGE; b) Orientação Administrativa n.o 52 - ajustamento de conduta previsto no Capítulo IV, da Lei Estadual n.o 20.656/2021; c) Orientação

Administrativa n.o 53 - possibilidade de utilização, de modo excepcional e transitório do Portal de Transparência do Estado do Paraná em substituição ao Portal Nacional de Compras Públicas; d) Orientação Administrativa n.o 54 - possibilidade de adesão às Atas de Registro de Preços do Estado do Paraná por parte dos municípios; e) Orientação Administrativa n.o 55 - aplicação dos prazos gerais estabelecidos na Lei n.o 20.656/2021 aos atos e processos regidos por decretos; f) Orientação Administrativa n.o 56 - cobrança pelo município de Cascavel de taxa de proteção a desastres; g) Orientação Administrativa n.o 57 - elaboração do Plano de Contratações Anual dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual (PAC), e do Plano de Contratações Anual do Estado (PAC-E).

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES

8 SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E PROJETOS ESTRUTURANTES (SEPL)

A Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL) é o órgão de assessoramento e apoio direto ao governador do Estado para o desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do governo, dos assuntos e programas intersecretariais, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Compõe sua atuação, dentre outras atividades, a elaboração, coordenação e apoio ao desenvolvimento de projetos estruturantes, estratégicos e prioritários do Governo Estadual; a formulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas de desenvolvimento de caráter multissetorial; a coordenação da política de desenvolvimento integrado do território paranaense visando à sustentabilidade local e regional; a formulação de políticas públicas de indução e de estímulo ao desenvolvimento produtivo integrado voltado à sustentabilidade econômica local e regional, bem como a execução dessas políticas afetas às microempresas e empresas de pequeno porte, e o acompanhamento da implementação pelos órgãos e entidades competentes; a coordenação da elaboração, monitoramento, revisão e atualização do Plano Plurianual (PPA) e dos Planos Regionais de Desenvolvimento e a análise de resultados; a coordenação da elaboração da Mensagem Anual do Governador à Assembleia Legislativa do Paraná; o planejamento e modernização da estrutura organizacional de órgãos e entidades estaduais, com a respectiva criação, remanejamento, transformação e extinção de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública; e a coordenação técnica e funcional do Sistema Estadual de Planejamento.

A Administração Indireta da SEPL é constituída pela autarquia Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico Social (IPARDES) e, para auxiliar na viabilização de suas competências legais, a SEPL conta, ainda, com o suporte especializado do Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, que se vincula à Pasta por contrato de gestão.

As principais realizações da Pasta, no ano 2022, podem ser verificadas na sequência.

8.1 PLANEJAMENTO MACRO GOVERNAMENTAL

8.1.1 Ações de Monitoramento e Avaliação

- ▶ Plano Plurianual (PPA) 2024-2027 - construção de nova metodologia para elaboração do PPA, por meio de relatório do Grupo de Trabalho instituído pela Resolução SEPL n.o 11/2022. O relatório final deste grupo tem subsidiado os trabalhos de elaboração de Manual Técnico e das Capacitações para a elaboração do PPA 2024-2027 que estão em fase de desenvolvimento.

- ▶ Plano Plurianual 2020-2023: a) coordenação do processo de acompanhamento do PPA 2020-2023 dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público e Defensoria Pública, referente ao exercício 2021, com consequente elaboração e entrega de relatório para compor a prestação de contas do Governador junto ao TCE no primeiro trimestre de 2022; coordenação do acompanhamento quadrimestral de 2022 das Metas do Plano Plurianual, apresentando aos órgãos do Executivo e dos outros Poderes, relatórios resumidos do desempenho de implantação de suas Metas no PPA, relativos aos períodos janeiro a abril (1Q 2022) e janeiro a agosto (2Q 2022), oportunizando aos gestores públicos avaliar e realizar ajustes ou correções de execução quando necessários; b) Revisão do Plano Plurianual 2020 a 2023 - alterações técnicas por meio de processos contínuos junto aos órgãos executores do PPA e envio de projetos de lei para análise e aprovação do Poder Legislativo, buscando atualização e ajustamentos do Plano Plurianual.
- ▶ Mensagem à Assembleia Legislativa - coordenação do processo de elaboração da Mensagem à Assembleia Legislativa - 2022, compreendendo os relatórios de atividades das pastas do poder executivo, contendo as principais realizações do governo, com o objetivo de cumprir com o previsto no inciso X do artigo 87 da Constituição do Estado do Paraná.
- ▶ Plano de Governo - conclusão, no primeiro bimestre de 2022, do acompanhamento da realização das propostas contidas no Plano de Governo referentes ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021. Conclusão, em junho de 2022, do acompanhamento do Plano de Governo para o período de janeiro de 2019 até maio de 2022. No período de novembro a dezembro de 2022, se dará o processo final de acompanhamento do Plano de Governo 2019-2022, que informará o andamento das propostas para todo o período deste ciclo de gestão.

8.1.2 Ações de Modernização Institucional

Planejamento governamental, mediante a orientação especializada, normativa e metodológica ao Poder Executivo do Estado, na concepção e aprimoramento da sua estrutura organizacional, tendo como premissas a racionalização, modernização, aperfeiçoamento e funcionalidade do conjunto estrutural da Administração Pública Estadual, garantindo perenidade ao processo de inovação da gestão institucional e sintonia com as mudanças administrativas, com foco na melhoria de desempenho para potencializar a obtenção de resultados e na excelência no cumprimento das suas metas e obrigações legais.

Deu-se continuidade à revisão da Administração Direta e Indireta, em decorrência da implementação da Lei Estadual n.o 19.848, de 03 de maio de 2019, tendo como principais ações:

8.1.2.1 Na Administração Direta

- ▶ Reestruturação e aprovação dos regulamentos: a) regulamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST); b) reestruturação organizacional no âmbito da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil com a criação de Funções Privativas Policiais.

- ▶ Criação do Programa Agências para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação (AGEUNI), no âmbito da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI);
- ▶ Anteprojetos de Lei elaborados: a) estabelecimento da lei orgânica da Polícia Científica do Paraná - Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP); b) redefinição de competências e criação de cargos de provimento em comissão no âmbito da Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC); c) instituição de gratificação aos membros do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná pelo efetivo comparecimento às sessões (SESP); d) alteração da estrutura organizacional da Polícia Militar do Estado do Paraná (SESP); e) criação de Funções Privativas-Policiais na estrutura organizacional da Polícia Militar do Paraná (SESP).
- ▶ Instituição do Sistema Esportivo Estadual e Fundo Estadual do Esporte do Estado do Paraná (FEE-SEED).
- ▶ Alteração da Comissão de Política Salarial para Conselho de Política Salarial, no âmbito da Casa Civil.
- ▶ Alteração de dispositivos da Lei n.o 16.575, de 28 de setembro de 2010, Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná (SESP).
- ▶ Criações no âmbito da SESP: a) 10º Subgrupamento de Bombeiros Independente; b) terceira Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Especialização de Praças (3ª ESFAEP); c) batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE); d) Academia Policial Militar do Guatupê; e) fundação de Saúde dos Militares Estaduais do Paraná (FUSAME); f) Centro de Atendimento Psicossocial (CAP).
- ▶ Alteração da Lei n.o 17.430, de 20 de dezembro de 2012, de criação da Função Privativa Transitória (FPT) da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL) e alteração da Lei n.o 17.425, de 18 de dezembro de 2012, que instituiu o Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR) na Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF).
- ▶ Criação da Agência de Desenvolvimento de Economia Criativa e Solidária na Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC).
- ▶ Alteração do Decreto n.o 2.405, de 15 de setembro de 2015, que instituiu o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua no Estado do Paraná (CIAMP) no âmbito da SEJUF.
- ▶ Criação das penitenciárias: a) Foz do Iguaçu III; b) Foz do Iguaçu IV - PEF IV; c) Ponta Grossa II; e d) Guaíra.
- ▶ Estudos sob a supervisão da Coordenação de Modernização e Desburocratização do Estado (CMD), em desenvolvimento: a) Superintendência-Geral de Parcerias (SGPAR); b) regulamento - Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), da Governadoria; c) alteração de nomenclatura de Funções Privativas Policiais (SESP); d) regimento da Polícia Científica do Paraná (SESP); e) alteração da área de atuação de unidades do Corpo de Bombeiros (SESP); f) reestruturação da Procuradoria Consultiva de Matéria Residual (PCR - PGE); g) modificação das Áreas Integradas de Segurança Pública (AISP); h) regimento interno do Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO).

8.1.2.2 Na Administração Indireta

- ▶ Anteprojetos de Lei elaborados: a) adequação do quadro de cargos de provimento em comissão e funções de gestão pública para atendimento da estrutura organizacional pretendida para o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER); b) reestruturação do Quadro Próprio do Departamento de Trânsito do Paraná (QPDE - DETRAN/PR); c) regulamento do Instituto Água e Terra (IAT).
- ▶ Criação da Coordenadoria de Obras de Arte Especiais e alteração do regulamento do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná (DER).
- ▶ Regulamento do Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM/PR).
- ▶ Reestruturação do quadro do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR).
- ▶ Alteração de dispositivos do anexo do Decreto n.º 6.265, de 24 de novembro de 2020, que aprovou o regulamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (AGEPAR).
- ▶ Adequação do Estatuto do Serviço Social Autônomo PALCOPARANÁ.
- ▶ Estudos sob a supervisão da Coordenação de Modernização e Desburocratização do Estado (CMD) que estão em desenvolvimento: a) proposta de regulamento para o Departamento de Estradas de Rodagem (DER); b) proposta de regulamento para a PARANÁ ESPORTE; c) regulamento do IPARDES; d) criação da Agência Metropolitana do Estado; e) regulamento da Biblioteca Pública do Paraná (BPP).

8.1.3 Ações de Planejamento Setorial

O objetivo da Coordenação Estadual de Planejamento (CSP) é promover o gerenciamento da ação setorial de forma alinhada à estratégia governamental, em conformidade com as diretrizes técnicas estabelecidas pela SEPL, e à integração governamental. Dentre as ações realizadas em 2022, destacam-se:

- ▶ Participação no Grupo de Trabalho instituído pela Resolução SEPL n.º 011/2022, de 08 de agosto de 2022, que produziu o relatório que propõe uma Nova Metodologia de Elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2024 a 2027.
- ▶ Realização em conjunto com os 15 Chefes de Núcleo de Planejamento Setorial (NPS), de relatório para subsidiar a Casa Civil, contendo o mapeamento dos sistemas informatizados adotados pelos órgãos da administração pública direta e indireta, objetivando um panorama prévio junto aos órgãos vinculados para apresentação ao Comitê de Política Digital (CPD) do Governo do Estado do Paraná. Os Chefes de Núcleo de Planejamento Setorial (NPS) atuaram, em suas respectivas Pastas, no desenvolvimento e acompanhamento quadrimestral do PPA 2020-2023, no acompanhamento do Plano de Governo 2019-2022, referente às 305 propostas monitoradas no Sistema SIGAME, bem como, em diversos projetos e demandas específicos de cada Secretaria de Estado.

8.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROJETOS ESTRUTURANTES

8.2.1 Ações de Integração Econômica

A Coordenação de Integração Econômica (CIE) realizou atividades pertinentes à coordenação técnica do Programa de Desenvolvimento Produtivo Regional Integrado - Paraná Produtivo e atividades relacionadas ao Programa Feito no Paraná.

8.2.1.1 Programa Paraná Produtivo

A SEPL desenvolveu e está executando o Programa Paraná Produtivo, instituído pelo Decreto Estadual n.o 9.518, de 22 de novembro de 2021, que tem por objetivo desenvolver territórios do Estado do Paraná, integrando os agentes locais e governamentais com o intuito de criar uma dinâmica positiva que fomente o desenvolvimento produtivo regional.

- ▶ Conclusão da Primeira Fase do Programa - estruturada para a mobilização de atores e realização de oficinas regionais, se encerrou com a publicação dos Planos Regionais de Desenvolvimento Produtivo. Estes planos foram organizados em um *box* contendo 10 livros técnicos, sendo: a) um livro contendo a metodologia do programa e para a formação das governanças regionais; b) oito livros contendo um panorama de cada uma das regiões atendidas, bem como, as ações priorizadas nas oficinas; c) um livro contendo informações das demais ações de desenvolvimento regional que podem ser fortalecidas pelo Paraná Produtivo. Em 2022, foi realizada a publicação e entrega do *box*, nas oito regiões contempladas pelo programa, com os Planos Regionais de Desenvolvimento Produtivo que sintetizam o resultado do trabalho realizado desde a concepção do programa, passando pelas oficinas regionais até a identificação das ações primordiais para o desenvolvimento produtivo de cada região.
- ▶ *Workshops* Técnicos de Formação das Comissões Provisórias - em parceria com o Paraná Projetos e o IPARDES, foram realizados *Workshops* Técnicos com o objetivo de apoiar a instituição da governança regional. Com os *workshops* foram instituídas as comissões provisórias e a estruturação do estatuto que irá reger a governança, além de eleger a diretoria e definir o início das ações priorizadas.
- ▶ Eleição de Diretorias por região - foram eleitos os integrantes da diretoria executiva em cada uma das oito regiões, a qual será formada por: a) um presidente; b) um vice-presidente; c) um coordenador executivo e um representante da equipe técnica regional. Estes integrantes compõem o Conselho Gestor Regional da governança do Programa Paraná Produtivo.
- ▶ *Workshops* Técnicos de Implementação das Ações - realização de reuniões técnicas, contando com a participação tanto das governanças regionais quanto do Comitê Técnico Interinstitucional, com o intuito de traçar as diretrizes para a execução das ações priorizadas de cada região.

8.2.1.2 Programa Feito no Paraná

O Programa Feito no Paraná é uma iniciativa do Governo do Estado que objetiva conscientizar o consumidor da importância da valorização dos produtos paranaenses, estimulando-o a priorizar nas suas compras os produtos que tenham sido fabricados dentro do Estado do Paraná.

- ▶ No ano de 2022 o programa participou do evento Mercosuper, a maior feira supermercadista do Estado, que trouxe tendências e inovações para os mercados atacadistas com mais de 300 estandes e reuniu mais de 15 mil pessoas.
- ▶ Foram realizadas campanhas publicitárias em rádios, TVs, *outdoors* e em ônibus metropolitanos. O site do Programa teve o credenciamento de 200 empresas paranaenses dos mais diversos setores, tais como: alimentos, bebidas, vestuário, tecnologia, beleza, entre outros.

8.2.2 Ações de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes

Responsável pelo planejamento e a coordenação da formulação, acompanhamento da execução, do monitoramento e avaliação da implementação de políticas públicas de caráter multisetorial, voltados ao desenvolvimento do Estado, a SEPL atuou, por meio da Coordenação de Desenvolvimento Governamental e Projetos Estruturantes (CDG), nas ações a seguir elencadas.

8.2.2.1 Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC)

A Comissão de Coordenação e Controle das Operações de Crédito e Concessão de Garantias (COPEC), instituída pelo Decreto Estadual n.o 4757, de 28 de maio de 2020, presidida pela SEPL, tem como objetivo analisar, avaliar e deliberar sobre as operações de crédito interno e externo que poderão ser firmadas, e das garantias, que poderão ser concedidas pelas entidades e órgãos estaduais, além de acompanhar e monitorar as operações de crédito já contratadas e em contratação.

- ▶ Operações de Crédito em Contratação - efetivação de uma nova operação de crédito: Programa de Infraestrutura (SEPL - Chamamento Público) sem contrapartida, resultado das deliberações da COPEC e que se encontra em processo de chamamento público, no valor máximo de R\$ 1,4 bilhão (ver Figura 1).

Figura 1 - Operações de Crédito em Contratação

EM CONTRATAÇÃO			
PROGRAMA (RESPONSÁVEL)	AGENTE FINANCEIRO	VALOR	INVESTIMENTO
PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA SEPL		R\$1.485.000.000	Infraestrutura logística

*Cotação do dólar referente ao último dia útil do último RREO publicado
31/12/2021 R\$ 5,5805

- ▶ Operações de Crédito Contratadas - atualmente, o Estado do Paraná detém 10 operações de crédito contratadas, com ingresso de recursos ainda pendente, e que totalizam um montante previsto de R\$ 3,5 bilhões a serem desembolsados nos próximos anos (ver Figura 2).

Figura 2 - Operações de Crédito Contratadas

CONTRATADAS			
PROGRAMA (RESPONSÁVEL)	AGENTE FINANCEIRO	VALOR	A DESEMBOLSAR
FAMÍLIA PARANAENSE SEJUF		US\$ 100.000.000	R\$ 17.843.724,44
PARANÁ SEGURO SESP		US\$ 112.000.000	R\$ 184.373.399,87
BID V SEIL		US\$ 435.000.000	R\$ 505.310.273,96
PARANÁ URBANO III SEDU		US\$ 236.740.100	R\$ 337.276.386,81
AVANÇA PARANÁ SEPL		R\$1.600.000.000	R\$ 800.000.000,00
PROFISCO II SEFA		US\$ 55.000.000	R\$ 209.597.882,77
MODERNIZAÇÃO DA CGE CGE		R\$51.454.342	R\$ 46.308.908,00
RODOVIA PR317 (Maringá-Iguaraçu) DER		R\$233.000.000	R\$ 209.700.000,00
EDUCAÇÃO PARA O FUTURO SEED		R\$631.712.600	R\$ 505.370.080,00
PARANÁ EFICIENTE SEPL		US\$ 130.000.000	R\$ 725.465.000,00
VALOR A DESEMBOLSAR**			3,5 bilhões

*Cotação do dólar referente ao último dia útil do último RREO publicado
31/12/2021 R\$ 5,5805

- ▶ Programa de Infraestrutura - a SEPL atuou no processo de contratação de nova operação de crédito, que se encontra nos trâmites entre a instituição financeira selecionada no chamamento público, o Estado do Paraná e o Governo Federal, com o intuito de encaminhar o pleito à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) nos Pedidos de Verificação de Limites e Condições (PVL), e consequentemente, consumir o espaço fiscal disponível restante de 2022. O recurso, no valor de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, será destinado a obras de infraestrutura e mobilidade, que serão executadas pelo DER, COMEC e SEAB.

8.2.2.2 Projeto Paraná Eficiente

A SEPL atuou diretamente, por meio da Coordenação de Desenvolvimento Governamental (CDG), junto ao Banco Mundial, na estruturação do Projeto Paraná Eficiente, cujo objetivo é apoiar o governo estadual na mitigação do impacto geral da pandemia COVID-19, melhorando a prestação de serviços e a eficiência da saúde e de outros serviços públicos prioritários. Este projeto tem a aprovação da COFIEX e da lei autorizativa n.o 20.569, sancionada em 12 de maio de 2021, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo, até o montante de US\$ 130 milhões de dólares junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), para financiamento do Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública do Paraná. O projeto multissetorial envolve as

seguintes instituições do estado: a) SESA; b) SEPL; c) SEAP; d) SEDEST/IAT; e) Casa Civil. As principais ações, em 2022, podem ser verificadas na sequência.

- ▶ Missão de Apoio à Implementação do Projeto - realizada entre os dias 7 e 9 de junho de 2022, de forma presencial e com algumas reuniões virtuais, onde estiveram presentes todos os executores do projeto. A missão teve como objetivos: a) conhecer a situação dos trâmites no governo estadual e federal para a assinatura e efetividade do contrato de empréstimo; b) verificar e apoiar a prontidão para a implementação do projeto, incluindo apoio para a finalização do Manual Operacional, revisão da resolução da Secretaria de Estado de Saúde (SESA) para a implantação das Unidades de Cuidado Multiprofissionais (UCMs); c) revisão dos documentos necessários para reembolso dos gastos retroativos referente às despesas com leitos hospitalares para atender a COVID-19 e confirmação dos protocolos de verificação dos indicadores de desembolso; d) discussão das atividades de assistência técnica; e) discussão sobre a gestão de riscos sociais e ambientais, incluindo documentos relevantes; f) discussões relacionadas a arranjos institucionais, orçamentários, contábeis e de fluxos financeiros, controles internos, auditoria interna e auditoria externa.
- ▶ Aprovação da versão do Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS) pelo BIRD, elaborado pela CDG em conjunto com especialistas do BIRD.
- ▶ Aprovação dos documentos Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) e - Procedimentos de Gestão de Mão de Obra (PGMO) pelo BIRD, elaborados pela CDG, parte dos requisitos obrigatórios das Normas Ambientais e Sociais do BIRD.
- ▶ Elaboração do Termo de Referência (TR) para contratação de consultoria para elaboração do modelo de gestão de investimento público que o Estado do Paraná pretende implantar com o intuito de aumentar a eficiência da gestão, preparação e implementação dos projetos de infraestrutura física e social, buscando formar gestores e responsabilizando-os pelos projetos e seus resultados. Essa é uma ação da assistência técnica do projeto.
- ▶ Apoio na elaboração de outros termos de referência do projeto como é o caso do TR do Paraná Produtivo, Sistema de Assistência à Saúde (SAS), Recursos Humanos e Controladoria Geral do Estado.
- ▶ O Contrato n.o 9378BR - Projeto de Inovação e Modernização da Gestão Pública no Paraná, entre o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), e o Banco Mundial, foi assinado em 23 de novembro de 2022.

8.2.2.3 Sistemas de Gerenciamento e Monitoramento

- ▶ Sistema de Gerenciamento, Monitoramento e Acompanhamento de Programas e Projetos (SIGMA-PP) - gerenciado pela CDG, é o sistema oficial de gerenciamento das operações de crédito do Estado. Após a implantação do módulo de carta consulta em 2021, o módulo financeiro encontra-se em processo de aprimoramento visando atender às necessidades de monitoramento dos indicadores de desembolso e controle de gastos do Projeto Paraná Eficiente do BIRD, tendo algumas

funcionalidades sendo incorporadas neste módulo para validação da Agência de Verificação Independente (IVA) e para a auditoria interna promovida pela CGE.

- ▶ Projeto Avança Paraná - gerenciado pela CDG, em parceria com o DER/SEIL, SEDEST, SEAB e SESP, tem por objetivo apoiar ações de investimento em obras rodoviárias, implantação de estradas rurais, atendimento da população do litoral do Estado, com a recuperação da orla de Matinhos e implementação de ações de segurança pública através do financiamento parcial do Projeto Olho Vivo. O contrato firmado em 2020, no valor de R\$ 1,6 bilhão, está em execução. Destaca-se em 2022 a entrega de três relatórios de desempenho semestral aos financiadores, e o segundo desembolso do projeto no valor de aproximadamente R\$ 677 milhões.

8.2.2.4 Rede +Brasil

O Estado do Paraná aderiu à Rede +Brasil, conforme o Acordo de Cooperação Técnica n.o 15/2020, firmado pela União e pelo Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL). A CDG atua como responsável pela gestão do objeto do acordo, por meio do desenvolvimento de ações compartilhadas, através de três pilares fundamentais:

- ▶ Melhoria da gestão nos processos de transferência da União, operacionalizadas por meio da Plataforma +Brasil - a Coordenação Estadual da Rede +Brasil, instaurada na CDG, atuou diretamente no fomento e apoio à implantação do Modelo de Excelência em Gestão - Gestão.Gov.br, que deve ser aplicado pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta estadual e municipal que atuam nas transferências de recursos da União.
- ▶ Promoção e realização de ações de capacitação - realizou ações de divulgação de eventos e capacitações realizados pela Rede +Brasil, em âmbito nacional e regional, aos entes envolvidos na captação de recursos federais.
- ▶ Aprimoramento e implementação de comunicação e transparência - auxiliou nos trâmites para a liberação de recursos de emendas parlamentares, na modalidade transferências especiais, destinadas ao Estado do Paraná, no valor global de aproximadamente R\$ 2,6 milhões, além de apoiar na captação de cerca de R\$ 24 milhões para subsidiar a Gratuidade do Idoso no Transporte Público, EC n.o 123, de 14 de julho de 2022, operacionalizado pela COMEC, e de cerca de R\$ 154 milhões para garantia de acesso à *internet* a alunos e professores da educação básica pública, Lei Federal n.o 14.172, de 10 de junho de 2021, operacionalizado pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED).

8.3 ESTUDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS E AVALIAÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Com o objetivo de subsidiar com informações e análises científicas o processo de tomada de decisões dos agentes sociais atuantes nos interesses do Estado do Paraná, com foco no

desenvolvimento sustentável, foram realizados os seguintes estudos pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) ao longo de 2022:

- ▶ Elaboração de estudo socioeconômico situacional e prospectivo para nortear ações do PPA. Publicação do material “Desenvolvimento Paranaense, contexto, tendências e desafios”.
- ▶ Apoio ao monitoramento dos programas financiados pelo BIRD, coordenados pela SEPL, incluindo a aferição dos indicadores de desembolso, e desenvolvimento de modelos lógicos para alguns programas.
- ▶ Apoio na definição de indicadores e participação no processo de revisão metodológica do PPA.
- ▶ Apoio ao Conselho e Desenvolvimento Econômico e Social (CEDES), na construção periódica de indicadores.
- ▶ Construção da Tabela de Recursos e Usos (TRU) e da Matriz Insumo-Produto (MIP) do Estado do Paraná, tendo 2018 como ano-base.
- ▶ Apoio ao Plano de Desenvolvimento Produtivo Integrado (Paraná Produtivo), desenvolvido pela SEPL, por meio da produção de indicadores para regiões específicas, de modo a subsidiar ações futuras de desenvolvimento.
- ▶ Cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado e dos 399 municípios paranaenses para o ano de 2020, além do cálculo do PIB do Paraná para os trimestres de 2022.
- ▶ Apoio à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) na construção do Plano Estadual dos Direitos da Mulher, por meio da elaboração do capítulo “Estado Situacional” do Plano.
- ▶ Elaboração de projeções e acompanhamento de indicadores da pandemia no Paraná até abril de 2022.
- ▶ Cálculo do Índice IPARDES de Desempenho Municipal (IPDM) geral e nas áreas de renda, saúde e educação para cada município, com divulgação dos resultados para 2020.
- ▶ Apoio à Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) por meio da reavaliação do índice de vulnerabilidade das famílias.
- ▶ Apoio à Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) no desenvolvimento de relatório apresentando indicadores, resultados de entrevistas e recomendações sobre o Programa Paraná Seguro.
- ▶ Cálculo do Índice de Preços Regional (IPR) de alimentos e bebidas.
- ▶ Depuração de informações e descrições de produtos alimentares e de bebidas, bem como, a elaboração de classificação segundo taxonomia de itens de consumo final.
- ▶ Disponibilização de painéis de dados interativos com plataforma *BI* no *site* institucional para usuários em geral.
- ▶ Apoio à Controladoria Geral do Estado (CGE) por meio do desenvolvimento de amostras para pesquisas na área de *compliance* junto a órgãos do Estado do Paraná, como as universidades estaduais, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR) e o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN).

- ▶ Disponibilização de informações socioeconômicas do Paraná e seus municípios aos usuários através do *site* institucional.

8.4 PROMOÇÃO, ELABORAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PROJETOS

As principais ações desenvolvidas por meio do contrato de gestão firmado com o Serviço Social Autônomo Paraná Projetos, podem ser verificadas na sequência.

8.4.1 Apoio ao Programa Paraná Produtivo

- ▶ O Paraná Projetos, juntamente com a SEPL, atuou nas oficinas de entrega dos planos produtivos regionais nas oito regiões contempladas pelo Programa Paraná Produtivo. O material possui o detalhamento das ações prioritárias, em fichas técnicas desenvolvidas em parceria com o Comitê Técnico Interinstitucional, de modo a viabilizar as prioridades estabelecidas no processo de planejamento.
- ▶ Apoio nos *Workshops* de instituição das governanças regionais - apoio à estruturação das governanças regionais e implementação das ações prioritárias dos planos de trabalho, por meio do planejamento, criação e aplicação de dinâmicas específicas para a estruturação dos Conselhos Gestores Regionais do Paraná Produtivo junto às Comissões Provisórias instituídas.
- ▶ Sistema informatizado Trello - gestão dos projetos através da plataforma *web* de apoio metodológico (www.paranaproductivo.com.br), onde criou-se uma aba para dar suporte à implementação de uma estrutura de governança e gestão nas oito regiões contempladas pelo Programa, de modo que os representantes locais possam acompanhar, monitorar e avaliar a execução das políticas públicas e ações priorizadas.
- ▶ Apoio à instituição do Conselho Gestor Regional - de maio a agosto de 2022, as regiões 1, 2, 3, 5, 7 e 8 realizaram as primeiras reuniões do Conselho Gestor Regional do Programa Paraná Produtivo. As reuniões realizadas inauguraram um novo estilo de gestão de políticas públicas, centrado na eficiência dos projetos, no protagonismo da sociedade civil organizada, na transparência, no planejamento integrado, no olhar amplo e inovador e na responsabilização descentralizada.

8.4.2 Laboratório Público de Inovação

O projeto de criação do laboratório de inovação do Sistema Estadual de Agricultura do Paraná é a primeira iniciativa de um laboratório de inovação voltado ao tema agro dentro do setor público brasileiro. Em 2022, o Paraná Projetos entrou na fase de implantação, com a concepção do projeto executivo de arquitetura de interiores, com objetivo de criar um espaço que favoreça a criatividade, a colaboração e a disseminação da cultura de inovação pelas coordenadorias regionais. O laboratório de inovação possui instalação em Curitiba no bairro Cabral (Rua da Bandeira, 500).

8.4.3 Ferramenta Interativa de Planejamento

Criação da ferramenta interativa denominada Agroturismo, direcionada aos agentes públicos e também à área fim (turistas, agricultores familiares), estabelecendo-se um espaço virtual em que toda a informação sobre o tema possa ser democratizada, de forma organizada, disponibilizando um canal para o planejamento e conexão de ações relacionadas à agricultura familiar.

8.4.4 Manual de Rotas Cicloturísticas

O Paraná Projetos desenvolveu um manual para subsidiar o planejamento, implantação e gestão de rotas cicloturísticas no Estado, de modo que os atores locais e os gestores públicos possam acessar o conteúdo técnico sobre o processo de planejamento de rotas cicloturísticas, disseminar o conteúdo técnico, contribuir com o tema de cicloturismo no Estado e disponibilizar informações que possam subsidiar futuros estudos e projetos técnicos. O Paraná Projetos também coordenou a realização do 1º Encontro Paranaense sobre Rotas Cicloturísticas que ocorreu no Dia Mundial da Bicicleta.

8.4.5 Paisagismo em estradas cênicas

O Paraná Projetos elaborou diretrizes e proposta de intervenção paisagística, tendo como projeto piloto a Estrada Bela (Apucarana), com 12,8 km de extensão. Com início no acesso ao Patrimônio do Barreiro, onde fica o portal de entrada, passando por alguns atrativos e pontos importantes para os turistas: mirantes, chácaras, recantos, pesqueiros, viveiros, parque, pesque-pague e capela.

8.4.6 Projetos de Estruturas Náuticas

Em 2022, o Paraná Projetos desenvolveu um caderno orientativo aos municípios para a implantação de estruturas náuticas. O material, que se encontra em processo de aperfeiçoamento, contemplará oportunidades de turismo náutico no Paraná, critérios para a elaboração de projetos de estruturas náuticas, legislação a ser seguida na elaboração do projeto, documentação necessária para o licenciamento e dicas para a operação, gestão e fiscalização da estrutura náutica.

8.4.7 Acordo de Cooperação Técnica entre o Paraná Projetos e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER

Criação de materiais de divulgação de propriedades rurais assistidas pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER, nas diversas regiões do Estado, visto que a divulgação das propriedades é um dos pilares de consolidação da atividade turística como fonte adicional de renda para as famílias. Destaca-se a elaboração do material da Rota do Queijo, em que o Paraná Projetos identificou todas as queijarias do Paraná assistidas pelo Instituto.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA

9 SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E DA PREVIDÊNCIA (SEAP)

A Secretaria de Estado da Administração e da Previdência (SEAP), órgão de natureza instrumental, é responsável pelos Sistemas Estruturantes de Administração Geral e de Recursos Humanos. A Estrutura Organizacional desta secretaria é composta por diferentes níveis de atuação, dos quais, seu nível de Direção Superior compete ao Secretário de Estado as funções estratégicas institucionais e administrativas. No que se refere à assessoria, cabe ao Gabinete e à Assessoria Técnica o apoio direto, estratégico e especializado ao Secretário. Além disso, representada pela Diretora-Geral, em nível de Gerência, competem as funções relativas à inteligência e à liderança técnica do processo de integração interna da Secretaria.

Com a finalidade de proporcionar meios para a execução das ações finalísticas dos órgãos de natureza substantiva, o nível Sistêmico desta Secretaria compreende grupos e núcleos setoriais prestadores de serviços nas áreas de: a) planejamento - Núcleo de Planejamento Setorial (NPS); b) administração - Grupo Administrativo Setorial (GAS); c) recursos humanos - Grupo de Recursos Humanos Setorial (GRHS); d) finanças - Grupo Orçamentário Financeiro Setorial (GOFS); e) controladoria geral - Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial (NICS); e f) comunicação social - Núcleo de Comunicação Setorial.

A Execução Programática é representada por departamentos responsáveis pelas atividades fim desta Secretaria que incluem, no âmbito do Estado do Paraná: a) administração de serviços essenciais não inerentes à função pública para atender a demanda de órgãos e entidades Departamento de Operações e Serviços (DOS); b) gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário - Departamento do Patrimônio do Estado (DPE); c) gerenciamento do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) e da perícia médica dos servidores públicos - Departamento de Saúde do Servidor (DSS); d) condução de procedimentos licitatórios realizados por meio do Sistema de Registro de Preços - Departamento de Logística para Contratações Públicas (DECON); e) gestão da frota oficial - Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO); f) gestão de pessoas e previdência - Departamento de Recursos Humanos e Previdência (DRH); g) gerenciamento de arquivos e documentos públicos de valor histórico ou administrativo - Departamento de Arquivo Público (DEAP); e h) desenvolvimento do servidor voltada à capacitação dos quadros públicos do Estado - Escola de Gestão do Paraná (EGP).

9.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Dentre as ações necessárias para viabilização do regime de teletrabalho no âmbito da Administração Pública Estadual, vigente ainda em 2022 (Decreto Estadual n.o 4.230/2020), foi publicada a Resolução SEAP n.o 13.718/2022 que estabelece os procedimentos para o regime de Teletrabalho para os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual do Poder Executivo do Estado do Paraná. Por este meio, foi disponibilizado, configurado e orientado 28 novos processos de acesso a VPNs (Rede Privada Virtual) em 2022, tanto para atendimento a novos agentes públicos como para implantação de telemedicina de profissionais do Departamento de Saúde do Servidor (DSS), sem custo adicional ao contrato continuado com a CELEPAR.

Destaca-se a finalização de diversos procedimentos licitatórios em 2022, que representaram um montante de aproximadamente R\$ 1,3 bilhão, trazendo uma economicidade de 34% em relação ao estimado inicialmente, atendendo a necessidade de contratação de mão de obra especializada, telefonia fixa, telefonia móvel e telecomunicações, para atendimento dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual nos 399 municípios do Estado do Paraná.

9.1.1 Coordenação das Atividades dos Grupos Administrativos Setoriais e Demais Unidades Administrativas

No decorrer de 2022, o Departamento de Operações e Serviços (DOS) implementou e buscou auxiliar os usuários dos órgãos e entidades visando dar maior celeridade aos processos e gerar a desburocratização nos procedimentos. A remodelação da gestão engloba, entre outras ações, o aperfeiçoamento dos servidores públicos e a utilização de sistemas de tecnologia da informação visando maior eficiência nas atividades executadas pela Administração Pública Estadual.

No que tange ao aperfeiçoamento dos servidores públicos, foram capacitados, até outubro de 2022, 379 agentes públicos que atuam nos Grupos Administrativos Setoriais (GAS) e Departamentos correlatos para que esses usuários possam ter o pleno conhecimento das peculiaridades das fases de planejamento, escolha do fornecedor, execução, gestão e fiscalização; bem como da prestação de contas no sistema GMS.

Visando padronizar as atividades administrativas dos GAS, foram emitidos, até novembro, 24 avisos e 22 informativos com consolidação de entendimentos e orientações para atuação de servidores nesses Grupos. Destacam-se os temas: glosas e faltas de terceirizados; orientações sobre necessidade de adequação dos contratos para atendimento da LGPD; orientações sobre a contratação de assistentes administrativos e motorista; rescisão contratual; prorrogação contratual; repactuação de contratos de mão de obra especializada; vantajosidade das contratações; lançamentos no sistema GMS.

9.1.2 Definição de Metodologia, Normas e Procedimentos

O DOS teve participação em diversos novos grupos de trabalho por indicação do Gabinete do Diretor-Geral da SEAP, onde destacam-se: a participação de integrantes na composição da Comissão Gestora da LGPD da SEAP; e a formação de grupo de trabalho para adequação do GMS à Nova Lei de Licitações e Contratos (NLLC).

A utilização do sistema GMS permitiu o gerenciamento, fiscalização e prestação de contas dos contratos realizadas pela Administração Pública do Estado do Paraná, gerando maior transparência para a população. O sistema é elaborado e mantido por agentes públicos da SEAP e possui o maior número de integrações com outros sistemas estruturantes da administração, reduzindo o retrabalho de registro e mantendo o nível de confiabilidade e qualidade da informação tanto para tomada de decisões gerenciais como para a transparência à população. Até novembro, o sistema conta com 34.460 registros de contratos, sendo 5.294 somente em 202, 29.708 registros de atualizações e alterações contratuais, sendo 536 em 2022, além de 13.586 usuários cadastrados em algum nível de operação do sistema. Foram elaboradas e homologadas 12 melhorias e funções novas no sistema GMS, apenas no módulo contratos, em 2022.

Além disso, o DOS, em conjunto com o DECON está trabalhando na atualização do GMS para atender a nova lei de licitações, que promoverá a maior alteração já feita no sistema, além de novas integrações, tais como com o e-Protocolo e o SIAFIC.

9.1.3 Coordenação do Sistema Estadual de Administração Geral e Análise do Comportamento das Despesas Administrativas

Quanto à elaboração dos processos que viabilizam a estrutura da Administração Pública Estadual, destaca-se o processo de Pregão Eletrônico 1.474/2020 para contratação de operadora de telecomunicações para a prestação de Serviços de Satélite para a composição do Sistema de Telecomunicações do Paraná (STP), que atende cerca de 540 unidades da SEED, SESP, DER, ADAPAR e IDR-PR, em localidades de difícil acesso, como escolas indígenas, ribeirinhas, quilombolas e agrícolas que não possuem cobertura de *internet*; obteve economicidade de licitação de 69,21% em relação à anterior.

Também se destaca o Pregão Presencial n.o 033/2022 para contratação de operadora de telecomunicações para prestação de serviços Terrestres, para composição do Sistema de Telecomunicações do Paraná (STP), que envolve mais de 5.000 mil *links* de *internet*, distribuídos nos 44 órgãos e entidades participantes, para atendimento de todo o Estado do Paraná. A licitação teve uma economia de 58,29% em relação à anterior.

Também se destaca o projeto de terceirização nas Escolas Estaduais, oriundo da extinção das carreiras de Agente Educacional I e II ocorrida por meio da Lei Estadual n.o 20.199, de 05 de maio

de 2020. O projeto possibilitou a contratação de aproximadamente 20 mil postos de trabalho, fomentando o emprego em diversas regiões do Estado. A terceirização movimentou mais de 600 milhões de reais, representando uma economicidade de 15,38% em relação ao inicialmente estimado e atende 2.200 unidades escolares distribuídas nos 399 municípios do Estado do Paraná.

Além disso, foram realizados processos licitatórios visando a contratação de mão de obra terceirizada na área hospitalar, limpeza, asseio, conservação, assistente administrativo, motorista e vigilância, que visou a contratação de mais 5 mil postos de trabalhos, em um valor total aproximado de R\$ 285,5 milhões, para atendimento de diversos órgãos/entidades do Poder Executivo Estadual.

Os processos de terceirização de assistentes administrativos e motoristas, que buscaram suprir cargos extintos nos quadros próprios dos órgãos e entidades, foram inéditos no âmbito do Poder Executivo Estadual. Destaca-se que para assistentes administrativos, foi incentivada a contratação de jovens no primeiro emprego, tendo determinada parcela das vagas que deve ser destinada a esse grupo, criando oportunidades para crescimento profissional, reduzindo assim, as dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Foram estabelecidas ações para redução de consumo de energia elétrica, conforme dispõe o art. 6º, do Decreto n.º 8.968/2021, das quais destacam-se: a) informativos digitais; b) reuniões com integrantes do Grupo de Monitoramento de Economia de Energia; c) ações de TIC com vistas a reduzir gastos com energia de monitores; e d) demonstrativos de consumo de energia elétrica do Palácio das Araucárias.

9.2 GESTÃO DE LOGÍSTICA PARA CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Em 2022, a SEAP realizou seis audiências públicas, tais como: serviço contínuo referente à administração, gerenciamento, emissão, distribuição, fornecimento e recarga de cartão magnético/eletrônico; serviços continuados de monitor de ressocialização prisional; materiais didáticos complementares para apoio pedagógico e ensino híbrido; equipamentos de informática; veículos e monitoramento e telemetria da frota. As audiências públicas têm por objetivo melhoria na qualificação do objeto, diminuição dos riscos, inovação, redução de custos, instrumentalização do processo, entre outras atividades que promovam o aumento da eficiência operacional e a redução dos custos de compra ou contratação.

O Departamento de Logística para Contratações Públicas (DECON) direcionou esforços para a realização do projeto de adequação do Sistema de Gestão de Materiais e Serviços (GMS) em atendimento ao Decreto n.º 10.086/2022, que regulamenta a Lei Federal n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos).

Em julho de 2022, o DECON encaminhou à Procuradoria-Geral do Estado contribuições e sugestões relacionadas à consulta da 1ª Minuta Padronizada para aquisição de bens comuns com objeto definido nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021 e do Decreto Estadual n.º 10.086/2022.

O Governo do Estado, por meio da SEAP, ofertou até setembro de 2022, 94 procedimentos licitatórios, sendo quatro presenciais e 84 realizados *online*, assim, 95,45% das homologações ocorreram de forma eletrônica.

As licitações presenciais foram transmitidas ao vivo pelo canal do DECON no *YouTube*, de maneira a tomar as devidas precauções de distanciamento e cuidados sanitários necessários para o momento.

A maior parte dos processos licitatórios tem como base a oferta de menor preço. Com isso, em referência ao valor máximo dos itens licitados, dentro do praticado no mercado, o Estado obteve uma economia de 19,20%, que equivale a R\$ 517,2 milhões. O valor total dos procedimentos foi de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, até setembro de 2022. Desse total, o Estado adquiriu 28,5% (aproximadamente R\$ 767 milhões) das empresas de porte Microempresa (ME), Empresa de Pequeno Porte (EPP) e Microempreendedor Individual (MEI) do Estado do Paraná.

9.3 GESTÃO RECURSOS HUMANOS

Em 2022, 189 servidores foram nomeados em decorrência de aprovação em concursos públicos gerenciados por esta Pasta, sendo 23 Agentes de Execução e 134 Agentes Profissionais do Quadro Próprio do Poder Executivo (QPPE), 22 Fiscais da Defesa Agropecuária e dez Assistentes de Fiscalização da Defesa Agropecuária do Quadro Próprio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (QPDA).

Foram concedidas, até outubro, 38.266 promoções e progressões no valor mensal de R\$ 21.921.270,68, a todos os quadros e carreiras do Poder Executivo. A medida, ainda, contemplará mais promoções e progressões até o final do ano de 2022.

Diversas Carreiras precisaram ser revistas, por razões diversas, mas principalmente em virtude da necessidade de se adequarem às alterações na política remuneratória, administrativa, organizacional e estrutural do próprio Estado. Vale dizer, o Governo promoveu mudanças na máquina Administrativa, introduzindo novos requisitos gerais para os institutos de desenvolvimento funcional - promoções e progressões - novas vantagens remuneratórias. Ademais, algumas carreiras já se encontravam defasadas e não atendiam mais seus escopos quanto ao desenvolvimento funcional, ou quanto à própria natureza do cargo ou função, e ainda, quanto ao enquadramento de algumas categorias profissionais. Assim, tornou-se imperativa a revisão dessas carreiras, seja para corrigir distorções, seja para retenção de pessoal ou para se adequarem às referidas mudanças no âmbito da Administração Direta e Indireta. Tais alterações beneficiaram aproximadamente 35.600 servidores efetivos com um impacto anual de R\$ 378 milhões.

A carreiras revisadas foram: Quadro Próprio do Magistério (QPM); Quadro Próprio dos Peritos Oficiais (QPPO); Quadro Próprio da Polícia Civil (QPPC); Quadro da Polícia Militar (QPM); Quadro Próprio da Polícia Penal (QPPP); Quadro dos Procuradores Gerais do Estado; Quadro da Coordenação da Receita do Estado; Quadro Próprio da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (QPDA); Quadro

Próprio do Departamento de Trânsito (QPDE); Quadro Próprio das Instituições Estaduais de Ensino Superior (IEES); Quadro Próprio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (QPIDR).

Em relação ao QPPE, o governo enviou à Assembleia Legislativa mensagem de lei de proposta de reestruturação deste que é um dos principais quadros funcionais do Estado, pois atende aos mais diversos Órgãos da Administração Direta. Esta reestruturação corrigiu distorções históricas na estrutura da carreira, na tabela de vencimentos e, sobretudo, nos institutos de desenvolvimento, inaugurando um novo modelo de carreira, mais atrativa, mais promissora e mais eficiente.

Representa, ainda, uma valorização histórica do servidor, que estimula o crescimento profissional a partir de requisitos que premiam a qualificação e capacitação do profissional, conseqüentemente, sendo um modelo de carreira mais motivadora para quem nela permanece, e mais atrativa àqueles que almejam nela ingressar.

A reestruturação do QPPE contemplou cerca de 4.670 servidores ativos, e ainda, respeitando a regra do direito à paridade, beneficiou mais de 11.600 servidores aposentados e pensionistas.

9.3.1 Capacitações

Foram desenvolvidos pela Escola de Gestão do Paraná (EGP), em 2022, eventos educacionais para o atendimento à política de formação e profissionalização de recursos humanos do Estado do Paraná. A EGP está fomentando parcerias com órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta, Autárquica e Fundacional, para a elaboração de programas de capacitação, atendendo não apenas servidores, mas a sociedade civil interessada que utiliza dos serviços desses órgãos.

Destacaram-se os eventos educacionais desenvolvidos em dez eixos de aprendizagem para que os servidores possam desenvolver suas competências, são eles: a) Agricultura e Meio Ambiente; b) Educação; c) Ferramentas Digitais; d) Gestão e Administração; e) Infraestrutura e Logística; f) Inovação; g) Saúde e Bem-estar; h) Sistemas e Legislação; i) Liderança e j) Assistência Social.

Foram desenvolvidos 388 eventos com a divulgação de Boas Práticas, 2.592 cursos presenciais, 17.569 cursos a distância e 3.016 seminários/webinars.

A seguir, é demonstrado no quadro (1) que apesar da Pandemia da COVID-19 e do Estado ter reduzido os investimentos na área de capacitação, a EGP conseguiu se manter e superar as metas com o ensino a distância. Alinhada com a gestão do Governo do Estado, a capacitação de servidores públicos permanece como prioridade.

Quadro 1 - Comparativo por Períodos, entre Certificações Emitidas e Investimento Destinado à Capacitações

Período	Certificações	Investimento - R\$
2016	10.009	R\$ 1.865.471,36
2017	10.316	R\$ 3.029.045,82
2018	4.675	R\$ 1.856.580,84
2019	4.251	R\$ 183.502,50
2020	18.106	R\$ 18.005,00
2021	30.265	R\$ 400.521,00
Set/2022	23.585	R\$ 78.474,13

Fonte: Escola de Gestão do Paraná/SEAP

Em 2022, a EGP registrou a inscrição de 38.999 pessoas, entre servidores dos níveis estratégico, tático e operacional, assim como da comunidade para capacitação nas modalidades de ensino presencial, híbrido e a distância, em 133 ações de capacitação distribuídas em 169 turmas. Desse total, 14,53% dos inscritos foram na modalidade presencial e 85,47% na modalidade a distância e híbrido. Estas ações atenderam a 321 municípios paranaenses e todos os cursos foram ofertados de forma gratuita.

Durante dez dias no mês de junho de 2022 a EGP em parceria com a Procuradoria Geral do Estado (PGE), promoveu o maior ciclo de capacitação presencial já realizado pela Escola de Gestão em tão curto prazo, capacitando mais de 1.200 servidores que atuam com processos licitatórios para aquisições de bens e prestação de serviços, contratos de obras e serviços de engenharia, bem como pregoeiros, agentes de contratação, membros de apoio e de comissão de contratação, assessorias jurídicas e de gabinete, tendo como tema a Nova Lei de Licitações e Contratos e a sua Regulamentação no Estado do Paraná.

Em 2022, foram ofertados cursos de: a) Licitações e Contratos de obras e serviços de engenharia com ênfase na Nova Lei de Licitações e Contratos (24 horas); b) Licitações e Contratos para aquisições de bens e prestação de serviços em geral com ênfase na Nova Lei de Licitações e Contratos (24 horas) e c) Curso de Convênios e Termos de Cooperação Técnica com ênfase na Lei n.o 14.133/2021 e no Decreto Estadual Regulamentador (16 horas).

9.3.1.1 Programa de Residência Técnica (RESTEC)

A Escola apoiou o programa de residência técnica (RESTEC) da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), ao realizar ações para o processo seletivo de candidatos ao curso de especialização em gestão pública. O RESTEC tem por finalidade proporcionar a prática acadêmica-pedagógica aos alunos durante o curso de especialização, contribuindo para o desenvolvimento para o trabalho e a vida cidadã, com a aproximação da Academia aos Órgãos Públicos do Estado.

9.3.1.2 Pós-Graduação

Em parceria com a SETI, por intermédio de universidades estaduais, a EGP ofertou 455 vagas aos servidores públicos, nos seguintes cursos de pós-graduação *Lato Sensu* vinculados aos programas de residência técnica: Gestão Pública (100 vagas); Gestão Cultural (60 vagas); Projetos e Obras Públicas (16 vagas); Engenharia e Gestão Ambiental (dez vagas); Inovação, Transformação Digital e e-Gov (200 vagas); Gestão em Turismo (29 vagas) e Gestão de Ambientes Promotores de Inovação (100 vagas, sendo 40 para servidores e 60 para atores do ecossistema de inovação).

9.3.1.3 Programas de Capacitação nos Municípios

Apoiou programas de capacitação nos municípios como o Programa Reinvente sua Cidade - Da Crise à Oportunidade desenvolvido pelo SEBRAE, assim como as atividades desenvolvidas pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Estado do Paraná (FOPEME) e ainda os Programas Paraná Produtivo (SEPL), o Programa Ame-se, o qual, reúne diferentes Secretarias de Estado para integrar ações voltadas ao público feminino em um projeto único, o programa Qualifica Mais, da Superintendência Geral de Inovação (SGI) e o programa Capacita Mais (SEJUF), disponibilizando cursos da Escola de Gestão do Paraná de forma gratuita a todos os municípios paranaenses.

Nesta mesma seara a Escola de Gestão, por meio de Termos de Adesão ao Programa de Aprendizagem para Resultados (PAR), disponibilizou a todos os municípios paranaenses o acesso a eventos educacionais nas modalidades presencial, híbrido e a distância, sendo atendidos durante o ano de 2022 a 321 municípios paranaenses.

9.3.1.4 Articulação com Centros Formadores

Dentre as competências precípua desta Escola de Gestão do Paraná está a unificação e integração das bases de dados da Escola com os Centros de Formação e Desenvolvimento (CFD).

Através destas ações é possível realizar uma avaliação global dos resultados e melhor empregabilidade dos recursos públicos. Inclusive, promovendo o alinhamento das ações dos CFD à política de desenvolvimento de recursos humanos, diretrizes e estratégias da gestão estadual, para fins de planejamento integrado, execução financeira coordenada de modo a contribuir com a melhoria da qualidade da gestão.

As universidades e unidades de secretarias e autarquias são responsáveis pelos programas de qualificação de seus respectivos públicos específicos, aos quais também compete a implementação de ações de desenvolvimento de recursos humanos articuladas com a Escola de Gestão do Paraná e a promoção de eventos educacionais, dentro de suas áreas de competência e excelência.

9.3.1.5 Parcerias

É realizada permanentemente a busca pelo estabelecimento de parcerias com as demais unidades das escolas de governo nos âmbitos federal, estadual e municipal, para intercâmbio de experiências, visando o desenvolvimento de melhores práticas para a capacitação dos servidores públicos. A EGP tem sido protagonista de diversos programas, servindo como exemplo para outros estados, mas principalmente indo ao encontro das ações do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração (CONSAD), Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e Projeto Escola Federativa do Governo Federal.

9.3.1.6 Laboratório de Inovação

Por fim, destaca-se o acompanhamento do Laboratório de Inovação em Gestão Pública no Paraná, um espaço virtual de compartilhamento de boas práticas de gestão e produções acadêmicas, elaboradas pelos servidores públicos, que conta até novembro com 187 boas práticas e 209 trabalhos acadêmicos.

9.4 GESTÃO PREVIDENCIÁRIA ESTADUAL

A PARANAPREVIDÊNCIA aderiu ao programa Pró-Gestão da Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e da Previdência em 2020, no nível II e obteve a certificação em 2021 e a manteve em 2022, permanecendo assim, com um significativo nível de qualidade de Governança do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) paranaense.

Após 15 anos utilizando do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP) do Estado do Paraná obtido pela via judicial, a Gestora do RPPS paranaense estabeleceu tratativas com a Secretaria de Previdência - Ministério do Trabalho e Previdência, e depois de vários ajustes operacionais conseguiu atender às exigências para obtenção desse Certificado pela via administrativa. Esta conquista afasta a possibilidade de penalização do Estado, principalmente em questões financeiras, no seu relacionamento com órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União.

O Indicador de Situação Previdenciária (ISP) é um instrumento de avaliação dos RPPS de acordo com as dimensões de cumprimento de normas de organização e funcionamento, transparência e equilíbrio financeiro e atuarial. O RPPS paranaense saiu da pior colocação no Indicador em 2018, para atingir a melhor colocação em 2022, compartilhando esta posição atualmente com apenas mais dois Estados da Federação. Por consequência, o perfil de risco atuarial do RPPS atingiu o nível mais favorável possível - Perfil Atuarial IV.

Os técnicos da PARANAPREVIDENCIA foram convidados pelo Ministério do Trabalho e Previdência/Secretaria de Previdência para ministrar treinamentos na área de compensação previdenciária com o objetivo de capacitar servidores de regimes próprios de previdência de todo o

país. Além disso a PARANAPREVIDENCIA foi escolhida como representante dos estados brasileiros no comitê técnico do Conselho Nacional dos Regimes Próprios de Previdência Social (CNRPPS), conforme Resolução CNRPPS/ME n.o 04, de 10 de agosto de 2022.

No início do ano de 2022, a PARANAPREVIDÊNCIA concluiu o seu Plano de Integridade e *Compliance*, em conformidade com o disposto na Lei Estadual n.o 19.857/2019 e segue monitorando as ações de mitigação dos principais riscos levantados.

Com relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1956, o Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta em relação aos Art. 2º e Art. 100 da Lei estadual n.o 12.398/98 e, nessa parte, julgou improcedente o pedido formulado, reconhecendo a constitucionalidade do modelo institucional da PRPREV, assim como reconheceu a constitucionalidade da imunidade tributária.

Com relação à Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5350, o Tribunal, por unanimidade, em razão da superveniência da Emenda Constitucional n.o 103, de 2019, e da Lei Estadual n.o 20.635, de 2021, resolveu questão de ordem suscitada por Ministro do Supremo Tribunal Federal, no sentido de julgar prejudicada a presente ação direta, pela perda superveniente de objeto, consolidando a validade da segregação de massa operada pela Lei n.o 18.469/15.

Foi realizada a reestruturação dos quadros de carreira do DETRAN/PR, ADAPAR, CRE, PM, Polícia Civil, QPPO (Peritos Oficiais), QPPP (Polícia Penal), IDR e IES.

Foi realizado recadastramento em 2022, por meio de validação de sistemas entre a PARANAPREVIDÊNCIA e o Banco do Brasil, em razão da migração da folha, sem gerar transtornos aos beneficiários. O Recadastramento de 2023 será realizado por meio do aplicativo PRPREV, podendo ser antecipado para 2022, tornando mais fácil a vida dos beneficiários. A campanha publicitária de divulgação iniciou em novembro de 2022.

A partir de abril de 2022 foram implementadas as salas virtuais de treinamentos sobre a área previdenciária para Núcleos Regionais de Educação, GRHS e Polícia Militar. Mais de 1.500 servidores foram atendidos, multiplicando conhecimento para outros 116.456 servidores ativos até novembro.

A PARANAPREVIDÊNCIA requereu R\$ 1,6 milhão do INSS a título de compensação previdenciária (COMPREV). São 26 mil processos analisados, responsáveis também, pelo aporte mensal de R\$ 12 milhões. Até novembro, o estoque está em torno de R\$ 12,6 milhões, gerando um pagamento mensal de R\$ 1,5 milhão e um fluxo de compensação previdenciária de R\$ 8 milhões, pagos pelo tempo que durar os benefícios.

A PARANAPREVIDÊNCIA alcançou êxito máximo na transmissão das folhas de pagamentos e base cadastral ao Governo Federal, demonstrando a perfeita regularidade de processos e dados. O Projeto e-Social - RHPARANA Fase 2 - Periódicos foi implantado em maio de 2022; e o Projeto e-Social - RHPARANA Fase 3 foi implantado em agosto de 2022.

Além do cadastramento de universitários realizado em abril de 2022, foram implantadas em outubro as notificações via *push* no Projeto APP PRPREV.

As novas regras e alíquotas aprovadas na Reforma da Previdência propiciaram uma Capitalização do Fundo de Previdência de R\$ 1,2 bilhão, a partir de janeiro de 2020 fazendo com que o patrimônio atingisse em 2022, R\$ 7,15 bilhões.

9.5 SAÚDE DO SERVIDOR

Manutenção do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) dos Servidores Públicos Estaduais com serviços sem ônus ou contrapartida financeira pelo servidor, custeada integralmente pelo Tesouro Estadual, a 367 mil beneficiários.

Ampliação de pontos de atendimento para avaliação médico-pericial dos servidores através de clínicas especializadas em medicina do trabalho em mais sete regiões no interior do estado do Paraná, chegando a 15 unidades terceirizadas e mais três próprias, totalizando 18 juntas de inspeção neste ano de 2022. Essa iniciativa vem permitindo um atendimento mais humanizado aos servidores, sobretudo sem a necessidade de grandes deslocamentos.

9.5.1 Perícia Médica - Sistema De Avaliação Pericial Dos Servidores

Desde o advento da COVID-19 encontra-se implantado o sistema de avaliação pericial remota - totalmente digital via *Web* - para fins de afastamento por licença médica dentro da proposta de segurança sanitária imposta pela pandemia. Esse mesmo recurso permite o agendamento para atendimento presencial quando a situação requeira. Houve, de janeiro e outubro de 2022, mais de 18 mil acessos ao site.

O prontuário eletrônico no sistema META 4 proporcionou a expansão das Juntas de avaliação médico-pericial para atendimento ao servidor, com a contratação de clínicas especializadas em medicina do trabalho em 15 regiões no interior do estado do Paraná. Diante dessa inovadora perspectiva de sucesso, inédita na gestão dos servidores nos demais estados da Federação, encontra-se em andamento novo certame licitatório para contratações em menores regiões.

9.5.2 Assistência a Saúde do Servidor e Dependentes

Destaca-se como conquista do Sistema de Assistência à Saúde (SAS) dos Servidores Públicos Estaduais, a manutenção do benefício sem ônus ou contrapartida do servidor, o único entre as Unidades da Federação. A demanda aos serviços de saúde contratados pelo Estado vem atendendo o esperado, o que evidencia a facilidade de acesso à atenção. Entre setembro de 2021 e setembro de 2022 foram atendidos 156.746 beneficiários diferentes, de um total de 367.550 vidas com direito ao benefício, que corresponde a 42,6% do total em apenas um ano.

Estes beneficiários compareceram 703.043 vezes aos serviços, o que corresponde a um aumento de 17,06% em relação ao mesmo período de 2021. Os números de procedimentos também aumentaram, 2.308.758, correspondendo a um aumento de 7,05% em relação ao mesmo período de 2021. As internações em leitos hospitalares apresentaram também um aumento de 23% em relação ao mesmo período de 2021, chegando a 15.387 internamentos que consumiram 59.638 diárias entre clínicas, cirúrgicas e de UTI.

9.6 GESTÃO DO PATRIMÔNIO

Na Gestão Patrimonial de bens imóveis destaca-se o gerenciamento permanente do Sistema de Gestão Patrimonial de Imóveis do Estado do Paraná (GPI), o qual possui cadastrado 8.351 imóveis, sendo 4.723 de propriedade da Administração Direta, 947 da Administração Indireta e 2.681 de Terceiros (União, Municípios, Particulares: Pessoa Física ou Pessoa Jurídica).

Assim, buscando o controle e a gestão eficiente dos bens imóveis, está em fase de conclusão o Contrato SEAP n.o 3399/2021 firmado com a empresa NIP GLOBAL LTDA., em 12/2020, com vigência de 25 meses, objetivando a atualização cadastral de cerca de 1.430 imóveis. Em 2022, foram atualizados 767 cadastros, buscando o reconhecimento do patrimônio imobiliário estadual, bem como atendimento dos procedimentos contábeis para avaliação e depreciação dos imóveis.

O Departamento de Patrimônio do Estado (DPE) deu suporte para regularização cartorial de 48 unidades escolares estaduais e diversos processos de regularização estão em andamento, como: Cadeia e IML (Paranaguá), Cadeia (Jacarezinho), HEMEPAR (Curitiba), Academia Policial Militar do Guatupê, Regimento da Polícia Montada (Curitiba), Casa Andrade Muricy (Curitiba), Instituto dos Deficientes Físicos do Paraná (Curitiba), Delegacia da Polícia Civil (Pontal do Paraná), Colégio da Polícia Militar do Paraná, Colégio para Surdos Alcindo Fanaya, Escola Especial José Richa, Batalhão de Polícia Escolar Comunitária (BPEC), Cense Pato Branco, 12º BPM de Santa Felicidade, Colégio Estadual Santa Gemma Galgani, Colégio Estadual Sebastião Saporski, Colégio Estadual Walde Rosi Galvão e o antigo IML de Curitiba.

A fim de racionalizar os espaços e imóveis estaduais foi realizada a Concorrência Pública n.o 01/2022, por meio da qual foi alienado um imóvel localizado no Município de Medianeira, no valor de R\$ 1,575 milhão. Foi realizada em dezembro outra concorrência pública com intuito de alienar outros quatro imóveis desocupados, localizados nos municípios de Paranaguá, Curitiba, Guarapuava e Quitandinha.

Em virtude das vedações do §10 do art. 73 da Lei Eleitoral e do art.10 da Constituição Estadual, em trabalho pioneiro, foram realizadas 29 autorizações de uso onerosas dos imóveis públicos, totalizando o montante aproximado de R\$ 198,8 mil arrecadados.

Do mesmo modo, buscando regularizar a situação de uso dos imóveis estaduais foram conduzidos 11 processos de reversão, que possibilitam que imóveis recebidos em doação e que se

encontram sem uso, retornem ao patrimônio municipal. Além disso, foram conduzidos 186 processos de vinculação e responsabilidade de imóveis para os órgãos estaduais, objetivando a responsabilização pelo uso e manutenção do patrimônio público.

Da mesma forma, quanto a identificação de espaços potenciais, o DPE do Estado conduziu diversos processos para aproveitamento dos espaços públicos:

- ▶ Imóvel localizado na Vila Lindóia, em Curitiba - antes ocupado por associação de servidores foi retomado e vinculado à Polícia Militar.
- ▶ Antigo colégio estadual localizado no Bairro Cascatinha, em Curitiba - foi vinculado para o Corpo de Bombeiros.
- ▶ Imóvel localizado no Rebouças, em Curitiba - antes ocupado por associação de servidores foi retomado e vinculado para Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho.
- ▶ Imóvel desocupado no Centro, em Curitiba - foi vinculado para Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para uso da Universidade Estadual do Paraná.
- ▶ Barracão e terrenos ociosos localizados no Bairro Ahú, em Curitiba - foram destinados para pátio de veículos do DETO.
- ▶ Indicação de terreno em Piraquara para construção da Escola da Polícia Civil.
- ▶ Liberação de imóvel ocupado pela Polícia Civil, no centro de Curitiba, para ampliação do Museu da Imagem e Som.

Buscando o aperfeiçoamento constante dos sistemas de gestão e o controle dos recursos públicos, foi realizada a integração dos Sistemas de Gestão de Materiais e Serviços (GMS), de Gestão de Patrimônio Imobiliário (GPI) e de Gestão de Projetos e Obras (SGPO). Tal integração permite que fique registrado no Sistema GPI as obras públicas que estão em andamento e a informação de todas as obras realizadas no imóvel ao longo de sua vida útil; o próximo passo será a integração do Sistema GPI com o Sistema Financeiro Estadual.

Na busca da eficiência da gestão dos imóveis, foram desenvolvidos Termos de Referência para contratação de projetos de restauro de dois imóveis tombados pelo patrimônio histórico: antigo Hospital Hypólito, no Município da Lapa; e antigo Fórum do Município de Castro.

Com relação à gestão dos bens móveis destacam-se as melhorias constantes das funcionalidades do sistema de Gestão de Patrimônio Móvel (GPM) e capacitação continuada dos servidores estaduais dos procedimentos relativos a este sistema e à gestão de bem móveis.

9.7 GESTÃO DO TRANSPORTE OFICIAL

Dentre as ações realizadas na gestão do transporte oficial em 2022, destaca-se a alienação realizada através do Departamento de Gestão do Transporte Oficial (DETO) de 707 veículos; distribuídos em 678 lotes, estavam localizados em cinco pátios nos municípios de Curitiba, Cascavel, Marialva, Maringá e Londrina. A venda resultou na arrecadação de quase R\$ 6 milhões aos cofres públicos. A

realização de leilões para a venda de veículos é resultado do empenho da atual Administração, que trabalhou para superar entraves que dificultaram a contratação de leiloeiros desde 2017. Os leilões realizados resultaram no esvaziamento dos pátios, permitindo o recolhimento e a substituição de veículos obsoletos/antieconômicos que estavam nos órgãos, promovendo a modernização da frota; e o recurso arrecadado pode ser aplicado na modernização do patrimônio público.

9.8 REGISTRO MERCANTIL PÚBLICO

9.8.1 Descentralização do Atendimento

A descentralização do atendimento da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR) ocorre por meio de convênios com Entidades Empresariais (Associações Comerciais) ou Sindicatos Patronais (Sindicatos de Contabilistas ou Sindicatos de Comércio Varejista) e com as Prefeituras Municipais. Em 2022, a Junta Comercial manteve os Convênios para a manutenção das Agências Regionais no Estado do Paraná.

Apesar da continuidade na execução dos serviços e da manutenção das agências, em atendimento à determinação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), desde agosto de 2020 não são mais efetuados repasses às Agências Regionais.

Atualmente a JUCEPAR possui 67 unidades descentralizadas, nas principais cidades do Estado e uma unidade própria (Sede Central) em Curitiba. Com a redução da pandemia, a JUCEPAR reativou o atendimento em todas as agências do interior e região metropolitana.

9.8.2 Quadro de Pessoal - Contratação de Pessoal/Concurso Público

O Concurso Público da Junta Comercial do Paraná (Edital 079/2017) foi realizado, com a abertura de 78 vagas previstas no edital: 53 Agentes de execução, 06 Agentes Profissionais (Administradores), 18 Agentes Profissionais (Contadores) - 16 + 2 Cargos de Economista transformados em Contador; e 1 Agente Profissional (Bibliotecário) - o chamamento começou em maio de 2018 e findou em junho de 2022 durante o período do concurso.

Nesse período, tomaram posse e exercício 111 Servidores, porém, 22 candidatos tomaram posse, mas não assumiram o cargo, sendo considerados desistentes; 49 foram exonerados; um foi demitido por abandono de cargo e quatro foram removidos a outro Órgão. Com isso, a JUCEPAR conta com 35 Servidores atuando como Agentes de Execução; 17 Agentes Profissionais (Contadores) e cinco Agentes Profissionais (Administradores) - todos ativos, oriundos do referido Concurso.

9.8.3 REDESIM/EMPRESA FÁCIL

A REDESIM, Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios, é um sistema informatizado que integra os órgãos públicos envolvidos no Registro de Empresas, como Junta Comercial, Receita Federal, Secretaria de Fazenda Estadual e Prefeituras

Municipais. A proposta visa a desburocratização dos processos de abertura, alteração e baixa de empresas, sendo a JUCEPAR o órgão denominado Integrador Estadual nesse processo.

Em 2022, foram empreendidos esforços com o objetivo de realizar as integrações necessárias com os órgãos de registro e licenciamento de empresas, visando a total sincronização dos processos em cada órgão participante do processo. Até então, os resultados alcançados foram a redução para até 15 horas do tempo para abertura de empresas no Estado do Paraná e a total implantação da integração da REDESIM/EMPRESA FÁCIL com a Vigilância Sanitária, o Corpo de Bombeiros, o Instituto Água e Terra (IAT) e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA). Ao final de 2022 os 399 municípios do estado estavam integrados à REDESIM.

9.8.4 PROCESSOS ELETRÔNICOS - NATO DIGITAL

A Junta Digital - NATO DIGITAL - é o trâmite totalmente digital do processo levado à Junta Comercial para registro, em que os processos são assinados por meio de certificados digitais. No Paraná, está disponível, desde novembro de 2017, no Portal EMPRESA FÁCIL, para abertura, alteração e baixa que não envolva vinculados, transformações e exclusivos, nas naturezas jurídicas de Empresário Individual, Eireli e Ltda.

9.8.4.1 Tempo de Abertura de Empresas no Paraná

O tempo para abertura de empresas de baixo risco que ao final de 2021 girava em torno de 1 dia e 13 horas, passou ao final de 2022 a ser realizado em até 15 horas.

9.8.5 Digitalização

O processo para digitalização do arquivo físico da JUCEPAR, sob protocolo n.o 16.343.149-1, já consta homologado e a empresa ganhadora do certame, tem executado os trabalhos na sede da Junta Comercial do Paraná desde 06/10/2020, sendo que entre janeiro e outubro de 2022 foram geradas 8.566.986 imagens.

9.8.6 Balcão Único

Por meio da ferramenta Balcão Único, da Junta Comercial do Paraná (JUCEPAR), ativa desde 10/01/2022, o usuário consegue abrir uma empresa em minutos. O sistema pode ser usado nas naturezas jurídicas de Empresário Individual e Limitada, e o processo é realizado por meio da plataforma EMPRESA FÁCIL.

Trata-se de uma iniciativa do governo federal que faz parte das ações do governo do Paraná para a automatização e desburocratização no registro de empresas, reduzindo o tempo e facilitando o processo para o contribuinte. O sistema tem o objetivo de centralizar em uma plataforma todas as

etapas da constituição de um empreendimento, desde o registro até o licenciamento de novas empresas, tudo de forma digital, evitando duplicações ou erros de dados em diferentes sistemas.

9.9 METROLOGIA LEGAL E AVALIAÇÃO DE CONFORMIDADE

O Instituto de Pesos e Medidas (IPEM/PR) é uma Autarquia Estadual, vinculada administrativamente à SEAP e tecnicamente e financeiramente ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), de quem recebe a delegação para o exercício de suas atividades.

Dentro do escopo de atuação do IPEM/PR, foram realizadas no exercício de 2022, 162.030 verificações metrológicas, em instrumentos de medir e medidas materializadas. Com relação à verificação quantitativa em produtos pré embalados, foram efetuados 24.690 exames. Foram realizadas ainda, 8.100 ações de fiscalização em produtos com a conformidade avaliada. Foram executadas 1.350 calibrações em instrumentos de medir e medidas materializadas e foram realizadas 72 verificações em processos de registro de empresas.

9.10 GESTÃO DO ARQUIVO PÚBLICO

O Departamento do Arquivo Público do Paraná (DEAP), ligado à SEAP, realizou até setembro de 2022, 10.002 atendimentos, tanto presenciais quanto virtuais sobre documentação intermediária; 4.534 atendimentos a documentos permanentes; houve 1.154 publicações relacionadas à secretarias e órgãos ativos no estado; 1.201 atendimentos na biblioteca especializada; foram realizadas 125 oficinas arquivísticas com comissões distribuídas em todos os órgãos do Estado; e foram realizados tratamento e higienização de 358.391 documentos.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

10 SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA (SEFA)

A Secretaria de Estado da Fazenda, órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 27 da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar o desempenho da política econômico-tributária e fiscal, a gestão orçamentária, a gestão dos recursos financeiros, a gestão contábil estadual e as atividades pertinentes à gestão corporativa da Pasta.

Na busca por equilibrar as contas públicas e gerar recursos para fazer frente às despesas de custeio e aos investimentos necessários ao Plano de Governo Estadual, destacam-se os resultados e os avanços mais importantes, bem como as principais atividades da gestão financeira do Estado, seguindo as diretrizes de redução de despesas, renegociação de dívidas, incremento de receitas e melhoria da gestão.

10.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E DESTAQUES

10.1.1 Gestão Orçamentária

- ▶ Manutenção do equilíbrio fiscal do Estado e cumprimento das metas de resultado fiscal - mesmo diante do resquício do enfrentamento da emergência sanitária causada pela pandemia da COVID-19, e ainda, os reflexos da Guerra entre Rússia e Ucrânia, que provocaram aumento a nível internacional nos índices inflacionários, que impactaram no desenvolvimento econômico do país e acarretaram na adoção de medidas econômicas que afetaram a arrecadação do Estado, como por exemplo a alteração das alíquotas do ICMS nos combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, estabelecidas pela Lei Complementar n.º 194, de 23 de junho de 2022.
- ▶ Adoção de mecanismos para monitoramento do ingresso da receita arrecadada e da despesa realizada, mediante avaliação de planejamento da execução orçamentária elaborado pelos órgãos trimestralmente, visando o monitoramento das disponibilidades de recursos orçamentários e o comportamento da execução das despesas, atuando no suprimento das necessidades de ajustes orçamentários e abertura de créditos adicionais, mantendo a programação orçamentária suficiente e em tempo útil, possibilitando a eficiência do gasto dos recursos públicos e melhor execução dos programas e ações estabelecidos para o exercício em curso.
- ▶ Elaboração e encaminhamento à Assembleia Legislativa do Paraná, da proposta da Lei Orçamentária Anual (PLOA), referente ao exercício de 2023, sob o PL n.º 432/2022, assim como a aprovação da proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei n.º 21.228, de 06 de abril de 2022.
- ▶ Avaliação do Estado do Paraná (*Moody's*) - elevação do *rating* do Estado do Paraná pela agência *Moody's*, uma das principais agências de classificação de risco do mundo, que elevou os *ratings* do

Estado, de A1.br para Aa2.br, a maior nota da escala nacional entre os Estados avaliados pela Moody's, o que indica equilíbrio das contas públicas e uma gestão responsável.

- ▶ Acompanhamento mensal da execução do orçamento de investimento das empresas públicas das sociedades de economia mista no Sistema Integrado de Gestão, Avaliação e Monitoramento Estadual (SIGAME).
- ▶ Elaboração do Demonstrativo da Execução Física e Financeira do Estado referente ao exercício financeiro de 2021.
- ▶ Diligências junto aos órgãos do Estado para adoção de medidas voltadas à garantia da sustentabilidade das finanças estaduais diante das consequências econômicas decorrentes da alteração das alíquotas do ICMS nos combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo (Lei Complementar n.o 194, de 23 de junho de 2022).
- ▶ Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP) para implantação de um modelo de orçamento por Resultados.
- ▶ Elaboração do Termo de Referência para Seleção e Contratação de Consultoria Especializada com vistas a elaboração de um modelo e plano de implantação de Orçamento por Resultados no estado do Paraná.
- ▶ Realização de audiências públicas sobre os Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, do exercício de 2023, em cumprimento ao disposto no Inciso I do § 1º do Art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Federal n.o 101/2000). As audiências ocorreram em 08 de abril de 2022 e 23 de setembro de 2022, respectivamente, por meio do canal SEFA/PR no *Youtube*.

10.1.2 Dívida e Operações de Crédito

- ▶ Manutenção da Nota CAPAG B pelo Estado do Paraná - a Nota CAPAG mede os índices de poupança, liquidez e endividamento do Estado e apenas os Estados com Notas A e B podem obter garantia da União em suas operações de crédito. O Paraná ocupa a oitava posição entre os Entes Federativos.
- ▶ A Secretaria da Fazenda, por meio da Diretoria do Tesouro Estadual, teve participação ativa, inclusive nas negociações junto à Secretaria do Tesouro Nacional, em todas as operações de crédito celebradas ou negociadas em 2022.
- ▶ Dívida Interna: a) fortalecimento da CGE - BNDES (CGE) R\$ 46,31 milhões - implantação do Projeto de Modernização da Controladoria-Geral do Estado do Paraná; b) duplicação PR-317 - BNDES (DER) R\$ 209,7 milhões - duplicação e restauração da Rodovia PR-317, trecho Maringá - Iguaraçu.
- ▶ Dívida Externa: a) Educação para o Futuro - BID (SEED) R\$ 90,56 milhões - financiar, parcialmente, a execução do Programa Educação para o Futuro do Estado do Paraná; b) Paraná Eficiente - BIRD

(SEPL) R\$ 130 milhões - os recursos da operação de crédito serão destinados ao financiamento das ações previstas no Programa Paraná Eficiente.

- ▶ Com relação aos avanços no controle das dívidas do Estado, e no âmbito do Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO II), dois novos sistemas de gestão estão em desenvolvimento: o Sistema de Gestão dos Precatórios (em fase inicial) e o Sistema de Gestão de Requisição de Pequeno Valor (RPV).

O novo Sistema de Gestão de RPV aumentará o grau de automatização da gestão da dívida pública do Estado do Paraná, e possibilitará que o cidadão acompanhe o andamento do pagamento de maneira virtual, além de viabilizar a liberação do valor da requisição de pagamento direto à conta corrente do credor, dispensando a realização de depósito judicial e liberação por meio de alvará judicial.

- ▶ Contrato n.o 545/2021-SEFA - firmado entre a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e o Estado do Paraná, por intermédio da SEFA, e publicado no Diário Oficial Executivo, no dia 10 de junho de 2021, para contratação de serviços técnicos especializados na realização de auditorias operacionais no FGTS, PASEP, Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS) e Encargos Previdenciários e Trabalhistas. Foram constituídas três frentes de trabalho: a) Tributos Previdenciários; b) PASEP; e c) FCVS. Durante a execução do contrato, a empresa contratada mapeou a possibilidade de recuperação de valores em favor do Estado no decorrer dos próximos anos, a depender da tramitação de processos de restituição por vias administrativas ou judiciais perante a União.
- ▶ Implementação do Sistema Integrado de Arrecadação do Estado do Paraná (SIA-PR), que oferecerá serviço de administração tributária e não tributária, no âmbito do projeto do PROFISCO II - GRPR Única, em desenvolvimento pela Diretoria do Tesouro Estadual, Receita Estadual, e CELEPAR.

10.1.3 Contabilidade Pública

- ▶ Avanço significativo no Ranking da Qualidade da Informação Contábil da Secretaria do Tesouro Nacional. O Paraná pela primeira vez atingiu conceito A, com 95,30% das verificações possíveis atendidas, referente ao exercício de 2021 (<https://ranking-municipios.tesouro.gov.br/estados>).
- ▶ Diminuição significativa do número de ressalvas, recomendações e determinações em relação a parte contábil, na análise das contas do Chefe do Poder Executivo se comparada com exercícios anteriores.
- ▶ Diminuição significativa em relação a itens para contraditório específicos de contabilidade pública, pela Instrução Coordenadoria de Gestão Estadual - TCE/PR.
- ▶ O Estado não recebeu apontamentos quanto ao prazo de entrega dos dados ao Sistema SEI-CED, o que vinha ocorrendo desde 2017.
- ▶ Consistências nas Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público- DCASP (PCA) com o apurado pela unidade Técnica do TCE, através dos dados do Sistema Estadual de Informações - Captação Eletrônica de Dados (SEI-CED).

- ▶ Abertura do sistema SIAF para execução orçamentária em meados de janeiro de 2022, resultado do trabalho conjunto das áreas de Contabilidade, Tesouro e Orçamento. Desde a implantação do Novo SIAF, esta é a segunda vez que o sistema é liberado durante o mês de janeiro em anos anteriores ao de 2021, a liberação ocorreu em fevereiro ou março.
- ▶ Execução exitosa de recursos em ações contra a COVID-19.
- ▶ Publicação de normativos contábeis para fins de se buscar a devida confiabilidade da informação contábil, sendo: 14 Comunicados Contábeis, os quais auxiliaram, cada qual a sua medida, na melhoria do atendimento dos prazos legais, na confiabilidade do Novo SIAF e do resultado contábil do Ente.
- ▶ Notas Explicativas - realizada análise com objetivo de verificar se as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), dos órgãos e entidades que integram a Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Paraná, atenderam às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª edição) referente ao exercício de 2021.
- ▶ Cumprimento de boa parte das unidades contábeis do Estado quanto ao envio das Notas Explicativas, onde se efetua análise das mesmas, com objetivo de verificar se as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), dos órgãos e entidades que integram a Administração Pública Estadual Direta e Indireta do Paraná, atenderam às orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP - 9ª edição) referente ao exercício de 2022.
- ▶ Projeto de Implantação do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (SIAFIC-PR) - o sistema contemplará a realização das escriturações contábeis com fins de emissão dos relatórios de demonstrações contábeis, para tomada de decisão estratégica no âmbito do Estado do Paraná, de acordo com as legislações Federais e Estaduais vigentes e atendendo o Decreto n.º 10540/2020. Em 2022, foram feitas configurações e parametrizações da solução básica em estágio avançado para o novo SIAFIC, além de treinamentos para a equipe do projeto referente à Segurança, GOFs e Execução-LOA.
- ▶ Continuidade da comissão interpoderes para implementação uníssona da Portaria n.º 548, de 24 setembro de 2015, que dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais, além da Comissão instituída exclusivamente para o Poder Executivo, ambas sob a presidência da Contabilidade-Geral do Estado.
- ▶ Análise e acompanhamento mensal da integridade contábil de todas as unidades contábeis do Estado do Paraná com encaminhamento de comunicação quando encontradas divergências para a devida regularização.

10.1.4 Repasses de Recursos a Municípios

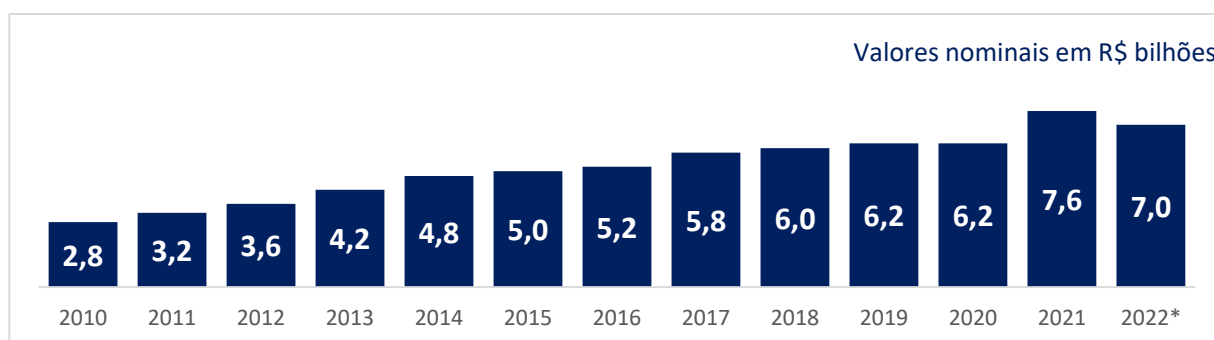
Até a primeira semana de novembro de 2022, foi transferido aos municípios o montante líquido de R\$ 9,74 bilhões, sendo que do valor bruto foi deduzida a cota parte destinada ao Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O valor repassado até a primeira semana de novembro supera em 17,1% o valor repassado no mesmo período de 2021.

Os repasses de ICMS efetuados pela SEFA aos 399 municípios paranaenses apresentaram crescimento em 2021, o que se manteve em 2022, apesar dos efeitos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19, e das LC n.o 192/2022 e LC n.o 194/2022, conforme demonstra o quadro a seguir:

QUADRO 01 - REPASSE LÍQUIDO DE ICMS AOS MUNICÍPIOS PARANAENSES

Fonte: http://www.transparencia.pr.gov.br/pte/assunto/4/100;jsessionid=wk5XVklZq9DDY4k6w_ojx9HyPUxjd mzKanWCgQ-.ssecs75004?origem=3



10.1.5 Loteria do Estado do Paraná (LOTEPAR)

Criação da Loteria do Estado do Paraná (LOTEPAR), pela Lei n.o 20.945/2021, alterada pela Lei n.o 21.231/2022, para exploração, administração e fiscalização do serviço público de loterias no Estado do Paraná, que terá como foco principal a geração de novos recursos para financiar atividades socialmente relevantes relacionadas à promoção de direitos sociais, com receita própria e autonomia técnica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial, com poder de fiscalização. A partir de janeiro de 2023, conforme estabelece o art. 6º da Lei n.o 21.231/2022, a LOTEPAR passará a ser vinculada à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência.

10.1.6 Paraná Competitivo e Benefícios Fiscais

- ▶ Atração de Investimentos e Novos Negócios - o Programa Paraná Competitivo proporcionou a atração de vários investimentos e novos negócios para o Estado do Paraná. De janeiro a outubro foram deferidos 61 projetos, com a expectativa de geração de 4.375 novos postos de trabalho e investimentos superiores a R\$ 2,98 bilhões; e há 75 projetos em análise cujo potencial de investimentos e geração de empregabilidade é de R\$ 12,6 bilhões e 6.737 empregos diretos.
- ▶ Usinas de Energia Renovável - em 2022, o Programa Paraná Competitivo regulamentou e vem concedendo um tratamento tributário específico de incentivo em contrapartida à implantação de usinas de energia renováveis - biomassa e fotovoltaicas - para as cooperativas paranaenses, por

meio de transferências de créditos de ICMS acumulados na conta Investimento. A adesão das cooperativas foi expressiva e possibilitará a construção de 409 usinas fotovoltaicas, com potência total estimada em 37,2 Megawatts e investimentos da ordem de R\$ 238 milhões de reais.

- ▶ **Benefício Fiscal** - em 18 de outubro de 2022, por meio do Decreto n.o 12.441, em atenção ao disposto na Lei Complementar n.o 186, de 27 de outubro de 2021, e no Convênio ICMS 68, de 12 de maio de 2022, e com vistas à manutenção da competitividade das empresas paranaenses que operam no referido segmento, foi promovida a alteração no Decreto n.o 6.434, de 16 de março de 2017, que dispõe sobre benefício fiscal de crédito presumido do ICMS concedido, no âmbito do Programa Paraná Competitivo, aos estabelecimentos que operarem exclusivamente na modalidade de comércio eletrônico, e-commerce, prorrogando o prazo final de vigência do benefício de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2028.
- ▶ **Recuperação de Recursos Retidos** - a Assessoria Econômica da SEFA concentrou esforços no trabalho de apoio e acompanhamento em ações impetradas no Supremo Tribunal Federal com vistas à recuperação de recursos financeiros retidos pela União em prejuízo ao Paraná, bem como em outros assuntos relacionados à participação interinstitucional de interesse econômico e tributário do Estado, em relação aos créditos de royalties e compensações financeiras junto à União houve o cumprimento de um precatório requisitório mediante depósito em conta judicial em favor da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná (PGE), no valor de R\$ 555,2 milhões, restando um saldo de R\$ 376,9 milhões (a preços de junho de 2022) a ser liquidado pela união, provavelmente em 2023.

Como fator negativo aos interesses econômicos do Estado, destaca-se a determinação do STF que o Paraná deixa de receber, bem como a devolução dos valores recebidos desde 1992, em razão das novas demarcações de áreas dos limites interestaduais para fins de distribuição dos *royalties* cujas explorações rendiam ao Estado do Paraná e que passam a render ao Estado de Santa Catarina.

Com relação ao acordo obtido em 2020 na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) 25 Kandir, em 2022 o estado recebe da União o montante de R\$ 217,3 milhões e os municípios R\$ 72,4 milhões.

Ademais, em 2022, após minuciosos estudos realizados no âmbito do Grupo de Trabalho formado em conjunto com SESA e SEED, em cumprimento ao contido no art. 158, inciso II, da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional n.o 108, de 2020, foi elaborada proposta de modernização do Índice de Participação dos Municípios (IPM), inclusive que contemplava um critério Saúde; porém, ao fim dos trâmites, promulgou-se a Lei Complementar n.o 249/2022, que reduziu o peso do critério do Valor Adicionado (VA) de 75% para 65%, abrindo espaço para a inserção do critério Educação, no peso mínimo previsto de 10%. Ressalta-se, no entanto, que cabe à legislação ordinária estadual regulamentar sobre os indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da

equidade, considerado o nível socioeconômico dos educandos, sob a responsabilidade da SEED. Neste interim, o setor vem trabalhando na adequação do seu sistema atual.

- ▶ No âmbito do Programa de Apoio à Gestão dos Fiscos do Brasil - PROFISCO II, a Assessoria de Assuntos Econômico-Tributários (AAET) executou o mapeamento de seus processos, tanto no como são hoje (AS IS), quanto como se deseja no futuro (TO BE); e, principalmente, vem envidando esforços junto à Assessoria de Modernização Fazendária (AMF), Assessoria de Tecnologia de Informação e Comunicação (ATIC e CELEPAR), com o objetivo de desenvolver Novo Sistema do IPM (PE-0045-2021) baseado majoritariamente em documentos fiscais eletrônicos - DF-e; hoje, a Escrituração Fiscal Digital (EFD) é primordial.
- ▶ É fundamental ressaltar, as melhorias que estão sendo implementadas para garantir maior transparência ao processo de apuração e elaboração do Índice de Participação dos Municípios como a atualização constante do material disponível no Portal da SEFA/PR (<https://www.fazenda.pr.gov.br/>), acessível mediante o seguinte caminho: Serviços para você! > Município > Índice de Participação dos Municípios (IPM).

10.1.7 PROFISCO II PR e Modernização Fazendária

- ▶ Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO II PR) - contrato de financiamento assinado em 30/09/2020 com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Realizou em 2022 (ano 2 de execução) a primeira missão de supervisão contemplando a avaliação e planejamento das aquisições e da execução dos projetos, inclusive dos produtos obrigatórios.

Contratações no âmbito do PROFISCO II - até novembro, um total de 59 contratações foram viabilizadas, com vigências desde 2021 até 2025, prazo final do contrato de financiamento, num valor total previsto de R\$ 167 milhões, ou 33,5 milhões de dólares, o que equivale a 62% do total do financiamento. Desses contratos, cabe destacar que 30 deles foram concluídos, 29 estão em execução e outros seis processos licitatórios estão autorizados, devendo ser contratados até o final de 2022, quando estima-se que o PROFISCO II terá aproximadamente 70% do volume de recursos comprometido em contratos assinados e em torno de 35% de valores executados e efetivamente pagos.

- ▶ Planejamento Estratégico - com os objetivos estratégicos já revisados, foi iniciado, junto a todas as áreas da SEFA e da REPR o levantamento e elaboração dos indicadores de processo e resultados, para acompanhamento e monitoramento das metas, bem como para gerenciar a evolução do trabalho em cada área e ter de forma rápida e eficiente os pontos fortes e os pontos a serem melhorados. O processo de Planejamento Estratégico é um dos braços sendo executado para chegar à Gestão Integrada da Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná.

Realização da segunda Reunião de Análise da Estratégia, envolvendo todas as diretorias da SEFA, contemplando a análise dos objetivos e dos projetos estratégicos, em linha com a modelo de

Gestão Integrada que irá englobar Gestão Estratégica, Gestão de Projetos, Gestão de Processos e Gestão de Riscos.

- ▶ Finalização do processo licitatório utilizando a modalidade Seleção Baseada em Qualidade e Custo (SBQC) e celebração de contrato visando a implantação da sistemática de gestão de riscos na SEFA.
- ▶ Modernização dos Processos Fazendários - a execução do projeto de Implementação da Gestão por Processos por meio da contratação de consultoria está em andamento. Foram mapeados mais de 130 processos de trabalho; elaborados 16 manuais (Procedimento Operativo Padrão) de trabalho, disponíveis no site da AMF; foi estruturado o Escritório de Processos dentro da AMF visando a continuidade da gestão por processos na SEFA; e elaborado o *book* de processos que auxilia no entendimento da metodologia de trabalho da Gestão por Processos.

10.1.8 Nota Paraná e Paraná Pay

O Programa Nota Paraná distribuiu mais de 250 milhões de reais em retorno do ICMS e entregou mais de 50 milhões de reais em prêmios, além de aproximadamente 9 milhões de reais em prêmios no âmbito do Programa Paraná Pay.

O Programa Nota Paraná passou a partir de janeiro de 2022, a distribuir mensalmente R\$ 10 milhões em crédito para compras efetuadas em postos de combustíveis, em valor proporcional à aquisição.

10.1.9 Administração Financeira

As diretorias de Contabilidade, Tesouro e Orçamento da SEFA participaram ativamente no processo de implementação do novo Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Paraná (SIAFIC PR).

10.1.10 Tecnologia da Informação e Comunicação

A Assessoria de Tecnologia da Informação e da Comunicação (ATIC) faz a gestão e fiscalização do Contrato n.o 5.154/2021 firmado entre SEFA e CELEPAR que contempla mais de 35 serviços com ampla abrangência, desde a infraestrutura básica de tecnologia da informação até o desenvolvimento e manutenção dos sistemas utilizados pelos servidores do Estado, contribuintes e o cidadão. Este contrato inclui definições de novos parâmetros de boas práticas de governança, permitindo maior transparência e gestão dos serviços contratados, além de amparar as ações necessárias para o apoio e desenvolvimento dos projetos previstos no PROFISCO II.

- ▶ Gestão do contrato do Sistema Integrado de Gestão Tributária (SGT) e implantação de aditivo contratual com o Consórcio Integra Paraná para prorrogação da operação assistida ao SGT de agosto de 2022 até março de 2023 - este novo sistema atende aos principais processos de negócio do ciclo de vida do IPVA e ITCMD e permite maior integração, com ampliação dos serviços

prestados aos cidadãos, de maneira *online* e incorporando a visão 360° do contribuinte, facilitando a pesquisa das transações com a SEFA e ampliando a acessibilidade aos serviços, utilizando a autenticação via Programa Nota Paraná.

- ▶ Contratação de uma nova prestadora de serviços para viabilizar a sustentação do Sistema Integrado de Gestão Tributária (SGT) - esta contratação visa a continuidade dos serviços prestados pelo Consórcio Integra Paraná no gerenciamento do IPVA e ITCMD.
- ▶ Gerenciamento do desenvolvimento de uma ferramenta de Gestão Integrada de Administração Orçamentária, Financeira e Contábil (SIAFIC) cuja implantação está prevista para janeiro de 2024 e com um piloto iniciando em janeiro de 2023.
- ▶ Contratação e Gestão dos contratos de infraestrutura e projetos da SEFA e REPR, sendo: Aconselhamentos do Gartner, Servidores HPE, Servidores Lenovo, *Software* Oracle, Fitoteca IBM, *Software* IBM, Oracle ZFS, *Software* AG, Oracle PSRM, Suíte Adobe *Creative Cloud*, *Hardware Superdome X*, 3PAR, *Switches* e licenciamento VMware OEM, SERPRO Infoconv-WS, Certificado Digital Infoconv-WS, *Software Red Hat*, SUSE Linux *Enterprise Server*, Trovale Solução de Análise de Vínculos, Solução b-cadastros (SERPRO), Oracle Exadata, suporte do ambiente do *Datacenter* da SEFA, Virtual TI, Aquisição de Estação de trabalho (*workstation*) e substituição de 300 computadores, Consultoria no Projeto de Gestão de Competência e Conhecimento.
- ▶ Contratação de soluções - Vídeo *Wall* para sala de situação da Inspeção-Geral de Fiscalização, Equipamentos para Sala de Conferência do 17º andar SEFA, Projeto de Renovação, atualização e modernização da redes de acesso da Receita Estadual e SEFA/PR, Projeto de Renovação, atualização e modernização da redes de acesso da Receita Estadual e SEFA/PR, Contratação de empresa especializada para Fornecimento de Solução de tecnologia em nuvem, no modelo SaaS, para gerenciamento de serviços empresariais (ESM) e serviços de TIC (ITSM).
- ▶ Contratação de empresa de métricas para assessorar a ATIC na análise de precificação e homologação dos serviços de TI.
- ▶ Assessoramento de TI nos projetos: PRPV, GRU-única, Dívida Pública, *WhatsApp* Cidadão, Portal de Malhas, SIAFIC, Integração CADIN, Estabilização Novo SIAF, Integração EFD-REINF, REDESIM, REFIS, Sistematização, CONFIA PR.

10.1.11 Comunicação Institucional

- ▶ Elaboração e divulgação da Campanha do IPVA 2022 com a novidade da opção de pagamento via PIX e a possibilidade de pagar em até 12x no cartão de crédito.
- ▶ Fortalecimento da comunicação interna da secretaria com a divulgação de ações locais como operações das Delegacias Regionais da Receita Estadual, bem como de outros setores da secretaria. Ainda no âmbito da comunicação interna foi criado o Quem Somos SEFA PR um artigo publicado nas redes sociais e *intranet* para prestigiar os servidores da secretaria.

- ▶ Atuou com a divulgação do REFIS 2022, reforçando constantemente as datas e demais prazos para adesão do benefício.
- ▶ Elaboração do *briefing* da série Transparência e Controle Social, vídeos educativos que reforçaram a importância da transparência fazendária no Governo.
- ▶ Através das transmissões dos sorteios do Nota Paraná pela Página no *Facebook* e *Instagram* da SEFA houve aumento do engajamento das redes sociais em cerca de 50%.
- ▶ Divulgação das ações em andamento dos projetos do PROFISCO II - Projetos de Modernização da gestão Fiscal do Paraná.
- ▶ Produção do Relatório de Gestão da Secretaria da Fazenda do Paraná (2019-2022).
- ▶ Atuação na elaboração, suporte/apoio e divulgação da III Semana de Conscientização Tributária que contou com a interação de 1,2 mil pessoas.
- ▶ Realização da elaboração e atualização do folder de Tira Dúvidas do SAC da Receita Estadual.

10.1.12 Capacitação e Eventos Abertos ao Público

- ▶ Execução do Programa de Capacitação e Desenvolvimento da SEFA, com realização de capacitações desenvolvidas por interações síncronas, utilizando sistemas de videoconferência, com alcance de 604 servidores e 4302 pessoas do público externo, incluindo ações de cidadania fiscal.
- ▶ Realização de eventos *online*, como a Semana de Conscientização Tributária: - Imposto justo, Sociedade solidária, com total de 4 mil visualizações no *Youtube*; a continuidade da Série Contabilidade em Foco, e da Comunidade de Boas Práticas em Gerenciamento de Projetos.
- ▶ Produção de série de vídeos educativos para o Projeto Educação Fiscal nas Escolas, contendo inicialmente 20 vídeos que serão aplicados em sala de aula do ensino fundamental e médio da rede estadual de ensino.
- ▶ Realização de 14 treinamentos, de forma presencial, na Diretoria de Contabilidade-Geral do Estado (DCG), com mais de 50 unidades do Estado, com duração de aproximadamente sete horas, totalizando mais de 95 horas diretas de treinamento com mais de 115 profissionais da área contábil, orçamentária e financeira para aprimoramento dos controles e da execução orçamentária.
- ▶ Capacitação de servidores da Controladoria-Geral do Estado (CGE) - capacitação realizada para apresentar as funcionalidades e utilização do Sistema Integrado de Finanças Públicas - Novo SIAF, como consultas de relatórios contábeis, de execução orçamentária, que abordou ainda assuntos relacionados a Prestação de Contas Governamental, como os relatórios atinentes à Lei de Responsabilidade Fiscal, quais sejam Relatório Resumido da Execução Orçamentário (RREO) e o Relatórios de Gestão Fiscal (RGF), bem como a Matriz de Saldos Contábeis (MSC), o *Ranking* da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal e Demonstração Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).
- ▶ Realização de quatro transmissões ao vivo de apresentações com orientações para a execução orçamentária, financeira e contábil para o exercício 2022.

- ▶ Capacitação da equipe sobre a implantação do SIAFIC-PR, de modo que possam atuar com segurança e domínio da estrutura, legalidade e requisitos necessários.
- ▶ Treinamento dos técnicos dos financeiros do Estado com os cursos EFD-REINF, Encerramento de Unidades Orçamentárias e Análise das Demonstrações Contábeis, com ementas de fundamental importância para a transparência, eficiência e integridade contábil.

10.1.13 Valorização Profissional

- ▶ Outorga do Mérito Fazendário a cinco personalidades que, com ênfase no equilíbrio das finanças públicas, contribuíram para o desenvolvimento econômico e social, em âmbito municipal, estadual ou nacional.
- ▶ Implementação do Teletrabalho - publicação da Resolução SEAP/SEFA 001/2022, que aprova o Plano de Implementação do Teletrabalho no âmbito da SEFA, conforme detalhamento contido na Avaliação da Distribuição de Trabalho da SEFA.

10.2 RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ (REPR)

A REPR é um órgão de Regime Especial, conforme especificado no artigo 113 da Lei n.o 8.485, de 3 de junho de 1987, cuja denominação foi alterada para Receita Estadual do Paraná (REPR), conforme especificado no artigo 91 da Lei n.o 19.848 de 3 de maio de 2019, integrante da estrutura organizacional básica da SEFA, nos termos do Decreto n.o 5.233/2016 e alterações introduzidas pelos Decretos n.o 6.905/2017, 9.112/2018 e 10.216/2018.

Sua estrutura é composta por um nível direção e assessoramento, a Administração Central da REPR, e em nível de execução, por Delegacias Regionais da Receita, Delegacia de Julgamento e Delegacia de Contribuintes Localizados em outros Estados.

10.2.1 Gestão Tributária

A Receita Estadual obteve expressivos resultados nas suas áreas de atuação, graças ao esforço e comprometimento de suas equipes na execução de ações proativas em busca pela excelência dos serviços e melhoria da gestão tributária.

Em 2022, a atual gestão do órgão priorizou a continuidade da execução dos projetos de Modernização da Gestão Fiscal do Estado do Paraná (PROFISCO II), amplo processo de modernização que vem sendo executado pela pasta desde 2019, pautado na construção de uma nova administração tributária, ágil e eficiente, com foco na simplificação e facilitação do cumprimento das obrigações tributárias e na transformação digital dos serviços oferecidos ao contribuinte, sem prejuízo das ações de cobrança e fiscalização, com foco estratégico sobre devedores contumazes, omissão de declarações de impostos e combate à sonegação por setores econômicos.

Estas medidas contribuíram sobremaneira para a obtenção de resultados expressivos em relação à arrecadação tributária, que alcançou, no ano de 2022, em valores nominais, o montante de R\$ 49,1 bilhões, considerando estimativas até novembro e dezembro de 2022, resultado que corresponde a um crescimento nominal de 10,69% em relação a 2021 (1,42%, com valores deflacionados pelo IPCA), mesmo diante do ambiente econômico e jurídico instável, com redução significativa na arrecadação do ICMS relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, em função das alterações promovidas pelo Governo Federal nas alíquotas destas mercadorias.

Destaques para as medidas de desburocratização, vetor de simplificação e melhorias no ambiente de negócios no estado, como a estruturação do pagamento instantâneo de tributos via PIX (facilidade que permitiu ao contribuinte quitar suas obrigações tributárias em qualquer banco, inclusive nos digitais, não se restringindo aos conveniados com o Estado), e a redução do tempo médio para a concessão de inscrições estaduais na abertura de novas empresas (o menor tempo da história), fruto das ações no programa Descomplica Paraná, colaborando com o bom ambiente de investimentos do setor privado, conforme os ditames da Lei de Liberdade Econômica (Lei n.º 20.436/2020) - Fonte: https://www.juntacomercial.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2022-11/10_-_tempos_de_abertura_de_empresas_-_outubro_-_2022.pdf.

Também foram desenvolvidas facilidades no âmbito da escrituração dos livros e documentos fiscais eletrônicos, como a Nota Fiscal de Energia elétrica eletrônica (NF3e), Nota Fiscal Fácil do Produtor e a Guia de Transporte de Valores eletrônica - GTV-e, com destaque para o aplicativo Nota Fiscal Fácil (NFF), que possibilitou a contribuintes paranaenses que produzem e vendem produtos primários no Estado pudessem emitir notas fiscais eletrônicas de forma simples e rápida por meio dos seus próprios dispositivos.

Ainda, obteve-se expressivos resultados nas ações de cobrança e fiscalização, configurando lançamentos de ofício da ordem de R\$ 1,5 bilhão de reais e R\$ 182,2 milhões em parcelamentos de débitos de devedores contumazes, com potencial de regularização de R\$ 489 milhões.

Soma-se a isso as estratégias de recuperação fiscal promovidas no âmbito da política tributária paranaense, como a implantação dos Programas Retoma Paraná (Lei n.º 20.634/2021), que teve como objetivo viabilizar a regularização de débitos de empresas em recuperação judicial, com resultado de R\$ 1,18 bilhão em débitos parcelados, e o Parcelamento Incentivado (REFIS/2022) estabelecido pela Lei n.º 20.946/2021, com resultado de R\$ 3,5 bilhões parcelados e R\$ 602 milhões recolhidos à vista.

Estas e outras realizações que serão apresentadas ao longo do relatório são objeto de muito trabalho em equipe com o contínuo objetivo de entregar resultados efetivos para a sociedade paranaense.

10.2.1.1 Fiscalização

- ▶ Coordenação das atividades de fiscalização e auditorias fiscais, encerramento da 7ª Programação Fiscal e elaboração e acompanhamento da 8ª Programação, com montante de lançamento de ofício na ordem de R\$ 1,5 bilhão.
- ▶ Análise estratégica e preparação para execução de trabalhos de auditoria em vários segmentos, com base nos levantamentos de malhas fiscais, destacando-se os projetos específicos de fiscalização a seguir: a) Setor de Combustíveis - com 21 Autos de Infração, no valor aproximado de R\$ 397,4 milhões de crédito tributário, além de nove operações conjuntas de fiscalização em revendedores varejistas de combustíveis, sendo uma em conjunto com o PROCON e oito em conjunto com o Grupo Estadual de Combate às Irregularidades no Mercado de Abastecimento de Combustíveis (GECIMAC), totalizando 62 postos fiscalizados, com 29 cidades visitadas, e lançamento de autos de infração no valor aproximado de R\$ 3,5 milhões; b) Setor de Fármacos - com autorregularização de operações indevidas de bonificação de medicamentos, envolvendo 1.809 contribuintes, onde foram regularizados R\$ 59,4 milhões, equivalentes à 85,80% dos valores apurados pelo fisco; c) Setor de Bebidas - com lavratura de 70 autos de infração, totalizando cerca de R\$ 263,6 milhões em créditos tributários; d) Autos de Infração lavrados decorrentes de fiscalizações de auditorias fiscais nas Delegacias Regionais da Receita (DRRs) - lavrados 1.431 Autos de Infração no valor aproximado de R\$ 1,0 bilhão; e) Auditorias Fiscais na Delegacia de Contribuintes Localizados em Outros Estados (DCOE) - lavrados dois Autos de Infração no valor aproximado de R\$ 41,4 milhões; f) fiscalizações de mercadorias em trânsito através de operações volantes e de carga e descarga, realizadas pelas DRRs - lavrados 1.301 Autos de Infração no valor aproximado de R\$ 35,9 milhões; g) Setor de Pesquisa e Investigação - com identificação de 218 empresas, comumente chamadas de Noteiras, com irregularidades em sua constituição, principalmente com a utilização, "como sócios", de Pessoas Físicas beneficiárias de programas sociais, cujas inscrições foram canceladas; destas empresas, quatro recorreram judicialmente, sendo três, sem êxito; dentre os principais ramos de atividade identificados estão: adubos e fertilizantes, cereais diversos, bebidas alcoólicas, resíduos de metais, etc.; h) ações conjuntas com MP/PR, RFB e DECCOR/PR, com identificação de fraudes estruturadas a partir de ações ilegais de empresas e contadores; i) acompanhamento e fornecimento de informações sobre as empresas envolvidas na operação Café-Expresso, que visa o combate ao comércio atacadista de café em grãos, identificando empresas paranaenses que se beneficiaram de créditos indevidos de ICMS, assim como informando outros estados, sobre créditos indevidos de ICMS originários de empresas paranaenses; j) Comércio Exterior - 238 lançamentos ou alterações nos seus Fundamentos Legais para o controle dos desembarços aduaneiros; e k) SISCRED - analisados e em análise 143 pedidos de Habilitação de Créditos, com habilitação de mais de R\$ 500 milhões.
- ▶ No desenvolvimento de ações e projetos de modernização do modelo de fiscalização das empresas, com foco no cumprimento voluntário das obrigações, tornando-a mais orientadora do que punitiva,

destacaram-se: a) Coordenação no PROFISCO II nos Projetos de Conformidade Fiscal, Central de Monitoramento, Autorregularização e Gestão da Ação Fiscal; b) entrega da Sala de Situação, que integra o Projeto da Central de Monitoramento da IGF, onde são desenvolvidas malhas fiscais; c) Finalização dos diagnósticos situacional e de eficiência do modelo de substituição tributária aplicado no estado, a fim de fomentar a tomada de decisões sobre a amplitude e o formato hoje existente no Paraná para esse regime; d) sistema informatizado para concessão de Regimes Especiais, com priorização da implantação do módulo de Regimes Especiais de Adesão, a fim de atender demanda de concessão de regimes especiais de conteúdo repetitivo; e) desenvolvimento do módulo programação fiscal estadual, que fará de forma automatizada a separação e distribuição dos trabalhos relativos às futuras Programações Fiscais, sem intervenção humana, atendendo em 100% às recomendações do TCE/PR; f) desenvolvimento de Termo de Cooperação entre a Receita Estadual do Paraná e a PRF, onde o fisco terá acesso a informações de mais de 900 câmeras OCR instaladas no território paranaense, o que possibilitará um controle mais efetivo sobre o trânsito de mercadorias no estado; g) Sistema de cálculo de ressarcimento de ICMS nas operações com biodiesel; h) sistema de pauta fiscal de bebidas, que visa apurar a base de cálculo da substituição tributária (em andamento); i) continuidade do desenvolvimento do novo modelo de concessão de créditos ao produtor rural - ficha automática de concessão de créditos - Nova FACC; j) sistema de cálculo do PMPF de medicamentos; k) no âmbito dos documentos fiscais eletrônicos, houve entrega do Sistema de Monitoramento Fiscal de Emissores (SiMFE), do Portal dos Municípios, da Nota Fiscal de Energia elétrica eletrônica (NF3e), da Nota Fiscal Fácil do Produtor, Guia de Transporte de Valores eletrônica - GTV-e, dentre outras alterações e atualizações no âmbito dos documentos que compõem o sistema público de escrituração digital (SPED); e l) início de desenvolvimento dos projetos da Plataforma da Fatura eletrônica (PLAC FAT-e), da dispensa da GIA-ST, do Controle de Entrega da DIMP, do Provedor Assinatura Avançada (PAA) e do destaque de imposto sobre combustíveis na NF-e/NFC-e (PAJ).

- ▶ Contribuição nas ações de educação fiscal, com o projeto Vendinha do Fisco - O Governo e Você, coordenando palestras para mais de 2.000 alunos da rede pública estadual do Paraná.

10.2.1.2 Tributação

Nas ações de assessoramento da construção da política tributária paranaense, destacaram-se:

- ▶ Prorrogação de diversos tratamentos tributários diferenciados.
- ▶ Implementação e gestão do Programa Retoma Paraná (Lei n.o 20.634/2021), que teve como objetivo viabilizar a regularização de débitos de empresas em recuperação judicial, falidas ou inativas, mediante a concessão de redução de multa e juros, bem como prazo estendido de parcelamento. Resultado: R\$ 1,18 bilhão parcelado.
- ▶ Regulamentação, definição de ajustes necessários e implantação do parcelamento de débitos de ICMS, sujeitos ao regime de substituição tributária, objeto de comunicado de auto regularização

pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos, de que trata a Lei Complementar n.o 239/2021 (Vigência março/2022).

- ▶ Implantação do parcelamento de débitos de ICMS, sujeitos ao regime de substituição tributária, objeto de comunicado de auto regularização pelo fisco estadual aos estabelecimentos varejistas de produtos farmacêuticos - bonificação de medicamentos (Lei Complementar n.o 239/2021 - Vigência março/2022), envolvendo 1.809 contribuintes, onde foram regularizados R\$ 59,4 milhões, equivalentes à 85,80% dos valores apurados pelo fisco.
- ▶ Regulamentação e implantação do Programa de Parcelamento Incentivado de créditos tributários de ICMS e ITCMD, bem como de dívidas não tributárias, estabelecido pela Lei n.o 20.946/2021, estabelecido pela Lei n.o 20.946/2021. Resultados: R\$ 3,5 bilhões parcelados e R\$ 602 milhões recolhidos à vista.

10.2.1.3 Arrecadação

Nas melhorias nos processos e procedimentos envolvendo o IPVA e o ITCMD, após a criação do Grupo de Especialistas IPVA e Grupo de Avaliadores de ITCMD, destacaram-se:

- ▶ Novo Sistema de Gestão Tributária de IPVA e ITCMD - em fase final de conclusão.
- ▶ Início da execução (primeiro módulo já entregue) do projeto de modernização da avaliação de bens imóveis para fins de incidência do ITCMD - a partir da contratação de serviços técnicos especializados para elaboração de estudo para o desenvolvimento e aplicação de metodologia para a estimação de valores de referência de imóveis urbanos nos 399 municípios do Estado do Paraná, que servirão de referência ao contribuinte no momento de preenchimento da Declaração do ITCMD.
- ▶ Projeto Doações RFB 2022, fatos geradores 2017 e 2018 - em fase de autuação.
- ▶ Implantação do piloto do Convênio REPR/TJ-PR - Fase 1 - processos de arrolamento sumário (art. 659, § 2º, CPC) - integração PROJUDI e banco de dados da REPR. A implantação do convênio em nível Estadual está prevista para janeiro/2023.
- ▶ Iniciadas as tratativas para a formalização de convênio com a Defensoria Pública do PR, no tocante a elaboração de declarações do ITCMD para os hipossuficientes assistidos pela Defensoria, onde foi realizado um treinamento presencial com membros da defensoria.
- ▶ Tratativas com a JUCEPAR para celebração de Resolução Conjunta a fim de padronizar procedimento quando detectada ocorrência de fato gerador do ITCMD nos registros de Contrato Social e Alteração Contratual (solicitação necessita de alteração de lei).
- ▶ Implantado o Pagamento de IPVA por Cartão de Crédito.
- ▶ Auditoria em concessões de isenções de IPVA, a fim de identificar possíveis fraudes neste procedimento, no período de 2021 e 2022.

- ▶ Projeto auditoria de IPVA em empresas locadoras de veículos - objetivando a identificação de fraudes na concessão de alíquota de 1% para essas empresas.
- ▶ Reuniões com o DETRAN/PR para alinhamentos relativos a um Convênio que será firmado entre DETRAN/PR a SEFA, para que o Departamento Médico daquele órgão faça a avaliação dos aspirantes a benefícios tributários que dependam de laudos médicos, inclusive quando não condutores.

Nas melhorias nos processos e procedimentos envolvendo a modernização do modelo de arrecadação de tributos, destacaram-se:

- ▶ Ações de assessoramento da construção da política tributária paranaense, com destaque para a elaboração e revisão da previsão das receitas tributárias conforme mudanças no cenário macroeconômico ou alterações legais, bem como apresentação de relatórios periódicos relativos ao desempenho da arrecadação tributária. Levantamento dos impactos das Leis Complementares n.o 192 e n.o 194/2022 na arrecadação de ICMS do Paraná.
- ▶ Início do projeto da nova sistemática de arrecadação, cujo objetivo é implementar o Sistema Integrado de Arrecadação do Paraná (SIA-PR).
- ▶ Projeto GRPR Única, que consiste na implementação de alterações no atual sistema de gestão e arrecadação tributária (Sistema SGR, especificamente na GRPR para possibilitar o acolhimento de recursos públicos de outras secretarias e órgãos estaduais, estabelecido na premissa de implantar a Guia Única do Estado, art. 38 da Lei 18.468/2015.
- ▶ Homologação do novo Sistema de Gestão Tributária (SGT), em rotinas de recolhimentos que envolvam IPVA e ITCMD.
- ▶ Desenvolvimento de nova funcionalidade no sistema de Cadastro, com deferimento automático em virtude da Lei de Liberdade Econômica (Lei n.o 20.436/2020), e para dar cumprimento ao Regulamento.
- ▶ Estruturação do pagamento instantâneo de tributos via PIX (facilidade que permitiu ao contribuinte quitar suas obrigações tributárias em qualquer banco, inclusive nos digitais, não se restringindo aos conveniados com o Estado) e a redução do tempo médio para a concessão de inscrições estaduais na abertura de novas empresas (o menor tempo da história), fruto das ações no programa Descomplica Paraná, colaborando com o bom ambiente de investimentos do setor privado, conforme os ditames da Lei de Liberdade Econômica (Lei n.o 20.436/2020).

10.2.1.4 Cobrança

- ▶ Execução da 6ª fase da notificação e inclusão de empresas no regime especial de Devedores Contumazes, considerando créditos de EFD relativas ao exercício 2021 - foram notificadas 84 empresas, com potencial de regularização de R\$ 489 milhões, montante total dos débitos inscritos em dívida ativa das empresas notificada; desses valores, R\$ 182,2 milhões foram parcelados.

- ▶ Elaboração, em conjunto com a Assessoria de Modernização Fazendária (AMF), do Manual de Gestão do Devedor Contumaz, que mapeou toda a Cadeia de Valores do Processo de Devedor Contumaz, visando criar procedimento padrão unificado na gestão do devedor contumaz, desde a definição de critérios para a seleção dos contribuintes até o acompanhamento dos contribuintes enquadrados no Regime Especial de Controle, de Fiscalização e de Pagamento aplicável aos Devedores Contumazes. Foram descritas detalhadamente cada uma das ações necessárias, bem como definidos modelos de documentos utilizados.
- ▶ Participação em reuniões do Grupo Estratégico de Recuperação de Ativos Relevantes (GERA) - formado pela Coordenação da Receita do Estado e pela Procuradoria-Geral do Estado, de 10 grupos empresariais com histórico de dívida ativa de grande montante.
- ▶ Participação em reuniões do Comitê Interinstitucional de Recuperação de Ativos (CIRA) - comitê formado entre Secretaria de Estado da Fazenda, Ministério Público do Paraná e Procuradoria-Geral do Estado. O Grupo Operacional realizou cinco reuniões ordinárias de trabalho no período de janeiro a julho de 2022, nas quais foram eleitos 11 grupos econômicos para atuação conjunta, envolvendo 69 pessoas jurídicas ligadas a diversos setores da economia, como combustíveis, medicamentos, tintas e bebidas, bem como diversas empresas “noteiras”. Até novembro, o valor total dos créditos tributários devidos pelos grupos econômicos objeto de análise do CIRA supera a cifra de R\$ 3 bilhões, sendo que, deste valor, encontra-se parcelado aproximadamente R\$ 331,9 milhões.
- ▶ Mapeamento de soluções para ajustes no legado de parcelamentos de créditos tributários parcelados decorrentes de Processo Administrativo Fiscal (PAFs) com multa superior a 100% do imposto.
- ▶ Atuação, em conjunto com a PGE, em estudos de casos de grandes devedores, que, utilizando-se ilicitamente de grupos econômicos e sucessão empresarial, visam ocultar patrimônio em detrimento da quitação de dívidas tributárias.
- ▶ Acompanhamento do projeto Novo Modelo de Gestão de Cobrança, vinculado ao PROFISCO II.

10.2.1.5 Tecnologia e Inteligência Fiscal

- ▶ Alavancagem da capacidade analítica do auditor fiscal (Iniciativa 02.01 PE SEFA), por meio de programas de treinamentos e mentoria; ampliação da disponibilização de dados internos e externos (Iniciativa 02.02 PE SEFA), seja na base de dados analítica *Data Warehouse* ou na camada de acesso *Business Intelligence*, para visualização e análise de dados; garantia da sustentação e modernização do *analytics, hardware, softwares* e serviços (Iniciativa 02.03 PE SEFA).
- ▶ Implementação da ciência de dados para melhorar a eficiência dos processos (Iniciativa 02.04 PE SEFA), com destaque para: a) o algoritmo de predição de alíquotas - visando identificação da alíquota aplicável a uma dada operação; b) a Cooperação Técnica Associação Brasileira de

Tecnologia para o Comércio e Serviços (AFRAC) - visando criação de cadastro homogêneo de produto; e c) a Cooperação Técnica Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) - curadoria de dados e uso de método estatístico para identificação de características de produtos.

- ▶ Aprimoramento na governança dos dados analíticos (Iniciativa 02.05 PE SEFA).
- ▶ Alavancagem da capacidade analítica institucional, por meio de produtos de acompanhamento e monitoramento de indicadores corporativos.
- ▶ Em conjunto com demais setores institucionais, projetada e construída arquitetura de identificação de empresas emissoras de notas frias, com bloqueio automatizado de emissão de documentos fiscais (SIMFE).
- ▶ Início de estudos do módulo de pós validação da EFD/ICMS.

10.2.1.6 Relacionamento com o Contribuinte

- ▶ Gerenciamento do serviço do *Call Center* e Fale Conosco.
- ▶ Acompanhamento da entrada e treinamento da nova equipe terceirizada de atendimento (aproximadamente 25 pessoas).
- ▶ Adoção de estratégias de separação de filas na URA (atendimento) para os assuntos mais volumosos e de menor complexidade: IPVA, Cadin, Receita/PR e Cadastro, que culminaram na melhora nos níveis de serviço do *Call Center* (tempo médio de espera: reduziu de 24 minutos em 2019 para quatro minutos em 2022; taxa de abandono: reduziu de 27% em 2019 para 8% em 2022).
- ▶ Ações para implantação do *WhatsApp* para o atendimento ao cidadão.
- ▶ Atualização e manutenção das Perguntas Mais Frequentes na página da SEFA.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

11 SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA (SESP)

À Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), Órgão auxiliar do Governador, nos termos do artigo 25, da Lei n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, compete: a promoção das medidas necessárias à realização da manutenção e preservação da ordem e da segurança pública; a apuração e repressão dos crimes, em especial, os praticados contra a pessoa, o patrimônio e a administração pública; a realização de perícias; a custódia de presos; a defesa das garantias individuais pessoais e da propriedade pública e particular, mediante a atuação de suas instituições policiais subordinadas, articuladas com o Governo Federal e demais Estados da federação; a realização e fomento de campanhas educacionais e de orientação à comunidade; as atividades de prevenção, combate a incêndios, busca, salvamento, resgate e socorros de urgências; a internalização da filosofia do respeito e do bem servir ao público, como setor responsável pela prestação de serviços em nível de indivíduo e de comunidade; a coordenação da aplicação da legislação de trânsito, exercendo o seu controle e fiscalização nos centros urbanos e nas rodovias estaduais; a adoção da filosofia do policiamento comunitário, focado à resolução de conflitos; e a coordenação da produção de conhecimento sobre a atividade de segurança pública no âmbito estadual.

11.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

11.1.1 Gestão Penitenciária - Polícia Penal

Através da Emenda Constitucional n.º 50, de 25 de outubro de 2021, foi criado, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (DEPPEN) e em 30 de março de 2022 foi instituído o Quadro Próprio da Polícia Penal.

No mês de outubro, três policiais penais assumiram os cargos de Diretor Geral, Diretor Adjunto e Corregedor do Departamento de Polícia Penal e com o suporte de 3.082 servidores concursados, administrou 120 estabelecimentos penais entre penitenciárias, casas de custódia e cadeias públicas, custodiando cerca de 33.500 pessoas privadas de liberdade (PPLs), além de monitorar, através de tornozeleiras eletrônicas, cerca de 12.340 pessoas e prestar assistência a outros 40.000 egressos no regime aberto. Foi autorizada a realização de concurso público para Policiais Penais, inicialmente para 70 vagas, e encaminhados às instâncias superiores o novo Perfil Profissiográfico do Policial Penal, o Código de Ética e Conduta da Polícia Penal e a proposta de Lei Complementar que Regulamenta o Conselho da Polícia Penal.

No mês de julho foram contratados 71 funcionários para apoio em funções administrativas na sede do DEPPEN, 145 profissionais da área da saúde, de serviço social e psicologia para atuarem no Complexo Médico-Penal e outros 3.092 monitores de ressocialização, para apoio em funções da área

de segurança em Penitenciárias, Casas de Custódia e Cadeias Públicas em todo o Estado e, em setembro, teve início a transição da realização do serviço de vigilância em guaritas e muralhas dos estabelecimentos penais pelo Setor de Segurança Externa (SSE), em substituição à Polícia Militar do Paraná (PMPR), bem como, a institucionalização do Setor de Escolta Penal (SEP) para suporte logístico estratégico à movimentação de pessoas presas, custodiadas ou sob condução coercitiva no âmbito do Estado do Paraná.

O DEPPEN investiu recursos da ordem de R\$ 43,4 milhões, incluindo aquisição de fardamento para os policiais penais, sendo 10 máquinas para confecção de pavers e blocos de cimento, mobiliário para as unidades penais e para as novas unidades de Foz do Iguaçu, Ponta Grossa, Guaíra e Londrina, 71 veículos (dois caminhões, 40 SUVs, 16 caminhonetes e 13 veículos com celas humanizadas), 21 drones para a recém criada Divisão de Operações Aéreas, 740 capacetes balísticos, televisores para sistema de circuito fechado de TV, máquinas para oficinas de trabalho, máquinas para lavanderia e computadores para atualização parcial dos equipamentos de informática.

A Escola de Formação e Aperfeiçoamento Penitenciário (ESPEN) formou, habilitou e certificou 1.571 servidores em 20 cursos ministrados presencialmente e em EAD.

Em média, 5.061 presos frequentaram as aulas do Ensino Fundamental, 1.958 do Ensino Médio, 150 do Ensino Superior, 2.846 em Remição pela Leitura e ainda, 4.066 prestaram exame ENCCEJA e 2.799 ENEM; frequentaram cursos de Qualificação Profissional nas áreas de construção civil, automotiva e serviços sendo que os cursos foram ministrados por entidades parceiras, beneficiando o total de 14.200 presos; em média, cerca de 5.100 presos trabalharam e atividades remuneradas em Oficinas de Trabalho, no interior dos estabelecimentos penais ou em empresas parceiras e outros 3.900 em atividades de artesanato, que geram possibilidade de renda aos familiares.

Obras concluídas, contratadas, em execução e licitadas - com investimentos da ordem de R\$ 85,3 milhões foram concluídos 29,4 mil m² referentes às obras de construção das Cadeias Públicas de Londrina, Guaíra, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa, bem como com a reforma das instalações elétricas da Penitenciária Feminina, em Piraquara, reparos nas Cadeias Públicas de Engenheiro Beltrão, Goioerê e Ivaiporã e com recursos do Fundo Penitenciário (FUPEN), reparos e reforma na Cadeia Pública de Cornélio Procópio.

Foi contratada a obra de reparos na cobertura da Penitenciária Industrial de Cascavel, com área aproximada de 6,5 m² e investimento de R\$ 640,0 mil.

Em execução a obra de ampliação da Penitenciária Industrial de Cascavel e a construção das Cadeias Públicas de Piraquara (CPJA) e de Arapongas, com área aproximada de 7,7 mil m² e investimento de cerca de R\$ 25,6 milhões.

Foi licitada a obra de reparos na Penitenciária Central do Estado - Unidades de Segurança e de Progressão, em Piraquara, com área aproximada de 8,1 m² e custo estimado de R\$ 1,5 milhão.

11.1.2 Polícia Civil

No ano em que se comemorou 169 anos de história da Polícia Civil do Estado do Paraná, foram realizadas ações visando à prevenção e a repressão criminal, bem como o planejamento e execução de atividades no âmbito de suas competências administrativas e de polícia judiciária.

Diversas operações policiais foram realizadas com a prisão dos envolvidos em crimes de homicídio, roubo, tráfico de drogas, porte ilegal de arma de fogo, receptação, estelionato e organização criminosa. Vale destacar a Operação Hórus que integra o Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA), do qual participam também as forças policiais do Estado do Paraná e Mato Grosso do Sul, Receita Federal, Força Nacional de Segurança Pública e Exército Brasileiro e a Operação Verão, com a realização de aproximadamente 4,4 mil procedimentos de polícia judiciária.

Foram solucionados 91,25% dos crimes envolvendo morte no trânsito, em Curitiba e através do trabalho de força tarefa e extrajornada foram concluídos cerca de 7,6 mil inquéritos policiais e digitalizados e convertidos 7,0 mil inquéritos policiais físicos da Capital. Realização de força tarefa integrada pelo Tribunal de Justiça do Paraná e o Ministério Público, que iniciou em outubro de 2019, durante a qual foi finalizada a 3ª fase de digitalização de inquéritos na capital, com 8,7 mil conversões realizadas.

Reforço do policiamento no Noroeste do Estado, para combater o crime organizado, com a participação de policiais do Paraná e da Força Nacional.

A Polícia Civil, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Universidades integram o projeto Reconstruir, projeto-piloto que visa atender as vítimas de crimes de estelionato e pretende integrar toda a justiça no atendimento ao cidadão.

Participação de evento de abertura da Campanha Maio Amarelo, que trata da conscientização sobre acidentes e mortes no trânsito; participação de ação educativa de trânsito, em Curitiba; realização de ato simbólico alusivo ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual Infantil; realização de ato simbólico alusivo ao Dia Internacional das Crianças Desaparecidas; realização da campanha - Estamos aqui, pode entrar!, com foco no atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica; recebimento de premiação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pelo Projeto Delegacia Amiga da Criança, em Marmeleiro.

A Corregedoria Geral da Polícia Civil realizou, até 31 de agosto, um total de 736 atividades, sendo 202 instaurações de investigação preliminar, 277 investigações preliminares concluídas, 27 correições ordinárias e extraordinárias executadas, 49 inquéritos policiais especiais instaurados 19 inquéritos policiais especiais relatados, 79 procedimentos disciplinares instaurados e 83 procedimentos disciplinares concluídos.

Na área da identificação civil e criminal foi ampliado o serviço da 2ª Via Fácil do RG, sendo que o cidadão poderá alterar a foto, o nome e outros dados pela *internet*. O serviço possibilita, também, a inserção de dados de outros documentos no RG, tais como Cartão Nacional de Saúde,

Carteira Profissional, Número de Identificação Social, Número do Programa de Integração Social do Servidor Público, Carteira de Trabalho, Cadastro de Pessoa Física, Carteira Nacional de Habilitação, Título de Eleitor e Certificado Militar, além de dados como doenças, tipo sanguíneo e símbolo do autismo. A emissão de atestado de cadastro negativo e antecedentes criminais a brasileiros e estrangeiros, também é feita pela *internet*, sendo que todos os atestados emitidos pelo Instituto de Identificação do Paraná (IIPR) são *online*. Entre primeiro de janeiro e 31 de agosto foram emitidos em torno de 206 mil atestados de antecedentes criminais e expedidas aproximadamente 559 mil carteiras de identidade (primeira e segunda via). Outras ações de destaque foram: digitalização de cerca de 860 mil fichas datiloscópicas individuais do acervo físico do IIPR e implantação do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS), utilizado pelo TSE para confronto biométrico.

Foram realizadas ações com o Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), com a confecção de 640 carteiras de identidade em Pontal do Paraná, 483 em Morretes, 433 durante o Programa Paraná Cidadão, em Antonina e 700 em Paranaguá.

Dentre as principais realizações da Escola Superior de Polícia Civil (ESPC) constam: entre primeiro de janeiro e 31 de agosto, foram formados mais de 3,5 mil policiais civis em cursos e capacitações, dos quais 401 estão realizando o curso de formação para as carreiras da Polícia Civil; foi desenvolvida nova matriz curricular de formação e atualização dos policiais civis, com o objetivo de modernizar o plano de ensino; implantado o Núcleo Docente Estruturante da ESPC.

Obras concluídas, contratadas, em execução e licitadas - com investimentos da ordem de R\$ 12,8 milhões foram concluídos 7,3 mil m² referentes às obras de construção da Delegacia Cidadã Padrão II - Delegacia de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), em Curitiba, da Delegacia Cidadã Padrão III, em São José dos Pinhais, das obras de reparos na fachada da Corregedoria-Geral do Departamento da Polícia Civil, em Curitiba e na Delegacia Cidadã de Matinhos e de construção de muro e instalação de gradil na Delegacia Cidadã de Matinhos.

Foram contratadas as obras de reparos na Delegacia de Polícia de Santo Antônio do Sudoeste, na sede do Instituto de Identificação, em Curitiba e na edificação ocupada pelas unidades da Polícia Civil - Delegacia de Explosivos, Armas e Munições (DEAM), Delegacia de Crimes contra a Economia (DELCON), Delegacia de Repressão aos Crimes contra a Saúde (DECRISA), em Curitiba, com área aproximada total de 3,2 mil m² e investimento de R\$ 302,1 mil.

Em execução as obras de construção das Delegacias Cidadãs Padrão II, nos municípios de Colombo, Araucária e Guaíra e Padrão III, em Cascavel e de obras de reforma na Central de Flagrantes da Polícia Civil, em Curitiba, com área total aproximada de 9,3 mil m² e investimento de cerca de R\$ 24,0 milhões.

Foram licitadas as obras de construção das Delegacias Cidadãs Padrão II, em Francisco Beltrão, Ivaiporã e Cianorte e Padrão III, em Londrina e Maringá e de obras de reforma das instalações da 5ª Subdivisão Policial, em Pato Branco, além de obras de reparos na Delegacia de Delitos de

Trânsito, em Curitiba, na Delegacia de Polícia de São Miguel do Iguçu e no 1º Distrito Policial da Capital. A área aproximada total é de 13,5 mil m² e custo estimado de R\$ 45,9 milhões.

11.1.3 Polícia Militar e Corpo de Bombeiros

A Polícia Militar do Paraná (PMPR) e o Corpo de Bombeiros do Paraná (CB), no cumprimento de suas missões institucionais, realizaram as atividades: implementação do Sistema de Atendimento e Despacho de Emergência (SADE) que renovará todo o sistema de atendimento às ocorrências da PMPR e do CB, com a centralização do atendimento 190, tendo concluído o desvio das chamadas de emergência de 105 municípios do Estado do Paraná; aquisição e implantação da Unidade de Resposta Automática (URA) para filtrar as chamadas de emergência e priorizar o atendimento; ampliação da infraestrutura de radiocomunicação digital visando à abrangência entre as regiões do Estado do Paraná para otimização do atendimento de emergência ao cidadão; operacionalização de leilões de viaturas policiais militares para substituição da frota antiga, cujos recursos arrecadados são revertidos em investimentos em materiais permanentes destinados às Unidades Operacionais e órgãos da atividade-meio da Corporação; articulação e atendimento do botão do pânico para mulheres que possuem medidas protetivas, em parceria com o Poder Judiciário do Estado do Paraná; incremento da Patrulha Rural em vários municípios para aumentar a segurança na área rural.

Para a realização do policiamento especializado e de missões especiais foram firmados novos convênios, renovando parcerias existentes há vários anos, com o Instituto Água e Terra (IAT), para continuidade da cooperação e integração do Batalhão de Polícia Ambiental - Força Verde (BPamb-FV), com o IAT nas ações de fiscalização ambiental no Estado e com a Itaipu Binacional, para suporte e intensificação das ações de policiamento ambiental na região do Lago da Itaipu e municípios adjacentes; realização da Operação Mata Atlântica em Pé V, a maior operação desenvolvida anualmente pelo BPamb-FV, conjunta com o Ministério Público do Paraná (MPPR), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), IAT e Polícia Científica, quando foram fiscalizadas 88 áreas desmatadas ilegalmente, somando 1.081 hectares, em 40 municípios, distribuídos em todas as regiões do estado e gerando R\$ 9,1 milhões em multas aplicadas.

Parceria entre o Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron) e a Embaixada Norte Americana, que culminou na doação à PMPR de cerca de seis toneladas de materiais e equipamentos importantes para a segurança pessoal dos policiais e à qualidade do serviço prestado à comunidade; celebração de convênio com a Itaipu Binacional no valor de R\$ 2,5 milhões, sendo que R\$ 1,5 milhão será utilizado na manutenção de viaturas do BPFron e R\$ 1,0 milhão para aquisição de embarcações empregadas no policiamento aquático; celebração de convênio junto ao Governo Federal para a execução do Programa Nacional de Segurança nas Fronteiras e Divisas (VIGIA), através da Operação Hórus/VIGIA, com aquisição de viaturas, sistema de rádio digital troncalizado e kits para Atendimento Pré-Hospitalar (APH); convênio celebrado

junto a Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (SENAD) para a aquisição de 21 viaturas plotadas e preparadas para o policiamento ostensivo de fronteira, no valor de R\$ 1,6 milhão.

Renovação do convênio com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), com a locação de uma aeronave de asas rotativas para apoio às ações de fiscalização ambiental no Estado do Paraná; aquisição de uma unidade de Abastecimento Móvel Tanque Reboque Rodoviário (TRR) e, em processo licitatório, a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) sendo 30 macacões anti-chamas e uma aeronave remotamente pilotada para emprego no serviço policial; aquisição de armamento de porte, no montante de 15.750 pistolas calibre 9x19 mm, com investimento na ordem de R\$ 36,9 milhões e de quatro embarcações para a Patrulha Costeira, cujo valor total do contrato foi da ordem de R\$ 3,4 milhões.

Prorrogação, por 24 meses, do convênio celebrado entre o DER e a SESP, com a interveniência da PMPR, por intermédio do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), com a programação de compra de 23 viaturas Fiat/Toro, 20 radares portáteis para fiscalização de velocidade nas rodovias estaduais e contratação de sistema de comunicação para a 1ª Cia do BPRv, atendendo a Capital e sua Região Metropolitana, Litoral e Região Sul do Estado.

Desenvolvimento e implementação do novo *software* de integração da rede de rádio digital do Projeto Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON - Projeto Harpia), em parceria com o Exército Brasileiro, atingindo os municípios da faixa de fronteira e compartilhando a infraestrutura de torres e sistema de rádio com as forças de segurança pública, atuantes na região (PMPR, PRF, EB, PF, RFB).

Foram finalizados alguns convênios federais com o objetivo de modernização da Polícia Militar e da Polícia Civil por meio da aquisição de 24 viaturas operacionais semiblindadas, no valor de R\$ 5,1 milhões e aquisição de equipamentos de informática para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros em Curitiba, no valor de R\$ 53,9 mil; e apresentadas propostas para fontes de recursos que se encontram em análise para sua efetivação em convênios.

Foi realizada a gestão de uso dos recursos do Convênio n.o 23/2018-DETRAN/PR, no valor de R\$ 5,4 milhões e do Convênio n.o 017/2018 - FUNRESTRAN, no valor de R\$ 46,0 milhões.

Na área de saúde, adaptação de carreta semirreboque para a implantação de ações de saúde preventiva itinerante nas unidades policiais militares do interior do Estado, desprovidas de atendimento de saúde preventiva; admissão de mais 18 técnicos de enfermagem por turno assistencial, o que possibilitou o funcionamento de 10 leitos em Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e 32 leitos de enfermaria; inauguração da Unidade de Internação Cirúrgica com 10 leitos, especificamente para atendimento pós-operatório; plantão de 24 horas do serviço de exames laboratoriais realizados internamente, sem a necessidade de envio para laboratório terceirizado externo, além da aquisição de novo equipamento de imunoquímica; convênios entre o 10º BPM, o 18º BPM e as respectivas Prefeituras Municipais para o atendimento de dentistas oriundos dos municípios

em favor dos militares dos batalhões; na Capital e em Ponta Grossa, foram admitidos dois cirurgiões dentistas para a atuação no 1º BPM e na sede do Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv) por intermédio do Programa de Residência Técnica (RESTEC), viabilizado pela SESP junto à Secretaria de Estado da Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

No Centro Veterinário foram realizadas atividades de estágio curricular dos estudantes de Medicina Veterinária da Universidade Federal do Paraná por meio de convênio, além de contar com mais um médico veterinário comissionado pela SESP; renovação do Termo de Cooperação Técnica entre o Centro Veterinário e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) para emissão de exames de anemia infecciosa equina e mormo; parceria do Centro Veterinário com a empresa Organnact no desenvolvimento de estudo científico para a suplementação nutricional animal; adaptação e reativação do centro cirúrgico de grandes animais, além da aquisição de um equipamento de ultrassom veterinário e dois equipamentos de ultrassonografia dentária para aplicação em animais.

As principais medidas adotadas por dispositivos legais no âmbito da Polícia Militar e suas unidades foram: criação do Comando de Missões Especiais (CME) e do Batalhão de Polícia de Rondas Ostensivas de Natureza Especial (BPRONE) que o integra; criação do 31º Batalhão de Polícia Militar, sediado no município de Assis Chateaubriand; criação do 10º Subgrupamento de Bombeiros Independente, com sede no município de Irati; criação da 3ª Escola de Formação, Aperfeiçoamento e Formação de Praças (EsFAEP), em Cascavel; criação da 12ª Companhia Independente de Polícia Militar; aprovação do Planejamento Estratégico da PMPR 2022/2035, composto do Plano Estratégico, do Mapa Estratégico e da Carteira de Projetos; implementação do Núcleo de Integridade e *Compliance* Setorial (NICS) na PMPR; adoção do Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas; instituição do Regimento Interno do Conselho de Gestão Estratégica da PMPR; instituição do slogan institucional da PMPR; produção ininterrupta de conteúdo audiovisual, inserido nas mídias sociais oficiais da PMPR, divulgando massivamente as atividades específicas de cada segmento da Corporação, com o objetivo de promover maior interação com a comunidade, com destaque ao *Facebook*, *Instagram* e *YouTube*, valorizando o militar estadual e elevando o trabalho da Instituição em prol da segurança pública, em benefício do cidadão paranaense.

Foi criada a Escola de Inteligência da Polícia Militar do Paraná (ESINT), em 12 de agosto, com o objetivo de abranger o maior número possível de profissionais de inteligência oferecendo capacitação de qualidade; aprimorar recursos, descentralizando o ensino para todas as regiões do estado. Realização do I Simpósio Latino-Americano de Inteligência, na cidade de Foz do Iguaçu, com o tema O Papel da Inteligência no Combate ao Crime Organizado e à Criminalidade na Região de Fronteira; iniciado em 31 de outubro de 2022, em andamento, o II Curso de Inteligência, Categoria Oficiais - Turma 2022.

Realização da Operação Guarapuava, haja vista o roubo a empresa PROTEGE, no dia 17 abril, em que cerca de 30 marginais, vieram a enfrentar as forças de segurança da região, chegando

inclusive a vitimar policiais militares, bem como a intensa comoção social. Diversos trabalhos foram realizados além de operações no Paraná e São Paulo, resultando na prisão de 24 indivíduos, oito óbitos e 17 armas apreendidas.

Foi realizada a avaliação quanto à condição pessoal, profissional e social, em conformidade com os editais de concurso, para Ingresso na PMPR; concluiu-se no ano de 2022, o certame do Curso de Formação de Praças (CFP), onde foram incluídos 2.724 novos Soldados da Polícia Militar do Paraná e 434 novos Soldados do Corpo de Bombeiros do Paraná.

De janeiro a outubro o CB/PMPR atendeu 87.988 ocorrências das mais diversas naturezas em todo o estado. Na esfera da Defesa Civil, em situações e fenômenos meteorológicos com risco potencial às comunidades, a corporação atuou diretamente em 523 eventos apoiando os municípios atingidos e suas coordenadorias locais de Proteção e Defesa Civil. Na Operação Verão 21/22, foram realizadas mais de 97,0 mil ações de orientação e advertência a banhistas nos 115 Postos de Guarda-Vidas (PGV's) distribuídos nas regiões balneárias oceânicas e de águas interiores em todo o estado. Foram realizadas, ao todo, 888 ações de salvamento aquático envolvendo vítimas nos diversos graus de afogamento.

Em quase um ano da Operação Rodovias, o CB/PMPR, em conjunto a outros órgãos, deu atendimento direto a mais de 1.978 ocorrências nas rodovias do Anel de Integração, que ainda não contam com o serviço de concessionárias, tendo socorrido mais de 2.450 pessoas. Diante de tal importante serviço colocado à disposição dos motoristas, o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER) realizou o repasse ao CB/PMPR de quase R\$ 20,0 milhões em viaturas, equipamentos, materiais de comunicação/informática e mobiliário, que antes estavam em uso pelas concessionárias.

Com relação à complementação de efetivo, além dos 436 novos Soldados, incluídos em 2022 e hoje em formação, 44 Bombeiros Militares (BMs) inativos, oriundos do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV), iniciaram suas atividades nos diversos setores administrativos da instituição.

Na área da prevenção de incêndio e pânico, praticamente passada a pior fase da pandemia COVID-19, o CB/PMPR realizou de janeiro a outubro, 19.520 análises de projetos de prevenção, mais de 10.600 ações de fiscalização preventiva e o gerenciamento de 213.736 processos de licenciamento.

O Centro de Ensino e Instrução (CEI) do CB/PMPR realizou sete cursos ao todo, formando e especializando 811 alunos, entre civis e militares voluntários. Dentro do Programa Previna, que tem o objetivo de prover mecanismos para a prevenção e para o combate aos incêndios florestais nas Unidades de Conservação Estaduais; foram capacitados, como Brigadistas Florestais Voluntários, 65 jovens, os quais atuarão na Região Metropolitana de Curitiba e no Parque Estadual de Vila Velha.

Em termos de investimentos para a área operacional, foram empenhados em torno de R\$ 13,1 milhões, o que possibilitará a aquisição de 18 viaturas tipo ambulância, oito veículos 4x4 para buscas e salvamentos, dez quadriciclos para utilização na Operação Verão e quatro embarcações de

busca e salvamento para a região de Paranavaí, entre outras aquisições. Para a região oeste será efetivada, nos próximos dias, mediante convênio estabelecido entre o Governo do Estado e a Itaipu Binacional, a entrega de sete caminhões especializados em combate a incêndio florestal no montante de R\$ 5,0 milhões.

No campo da captação de recursos alternativos, somente em emendas parlamentares impositivas para o orçamento de 2023, o CB/PMMPR já prospectou o valor de R\$ 10,0 milhões.

Na área do atendimento pré-hospitalar (APH) e SIATE, os municípios de Jacarezinho, Curitiba, Campina Grande do Sul, Colombo, Campo Largo e Almirante Tamandaré aderiram ao sistema integrado. Além disso, 111 novos Bombeiros Militares Socorristas foram formados pela parceria entre o Centro de Ensino e Instrução do Corpo de Bombeiros e Escola de Saúde Pública/SESA. E ainda, junto à SESA/PR, por meio de Termo de Cooperação Técnica, viabilizou-se a aquisição de 60 novas viaturas tipo ambulância, que deverão ser entregues em 2023.

Na área de tecnologia da informação e comunicação (TIC), o CB/PMMPR passa por uma reestruturação importante. Com isso, os sistemas de registro de ocorrências, gestão de pessoal e gestão de viaturas, que eram gerenciados por unidades do interior, passam a ser centralizados no comando da corporação em Curitiba. Em termos de reaparelhamento e complementação de estrutura, com recurso do próprio CB/PMMPR, houve a aquisição de 300 computadores com monitores, 100 monitores, sete computadores de alta capacidade de processamento para trabalhos com carga de trabalho gráfico ou de processamento e desenvolvimento. Em relação aos sistemas e infraestrutura, houve a implantação de sistema *help desk* com robô para atendimento a chamado de TIC, a migração de Serviços de DNS e DHCP para máquinas virtuais no *Data Center* do Comando do Corpo de Bombeiros, a implantação de servidor de *backup*, a reestruturação de rede cabeada em fibra ótica do primeiro piso do Quartel do Comando do CB em Curitiba, a reestruturação de rede e padronização de computadores do quartel de Telêmaco Borba, a implantação de uma *Wiki* para mapeamento e tutoriais de serviços TIC, entre outras iniciativas. Além disso, está se viabilizando o desenvolvimento da *Intranet* CB e novas aquisições para atender ao Plano de Aplicação 2023.

Desenvolvimento do sistema PREVFOGO, em substituição ao atual, de modo a atender às alterações das normas de prevenção e combate a incêndios e a desastres ao longo do tempo; atualização normativa de procedimentos administrativos do Corpo de Bombeiros; análise digital *BIM*, que visa à modernização da análise de projetos técnicos de prevenção a incêndios e a desastres, tornando-a completamente digital; desenvolvimento e implantação do novo sistema de atendimento e despacho - *Computer Aided Dispatch (CAD)*, que resultará em menor tempo-resposta para a chegada do socorro até a ocorrência; concluído o mapeamento da atual situação do atendimento telefônico de emergência e do despacho de viaturas nas unidades de todo o estado; projeto COBOM regional, que visa dimensionar os equipamentos e alterações normativas necessários para colocar em prática a intenção de formar um Centro de Operações Bombeiros Militares por região.

Obras concluídas, contratadas, em execução e licitadas para a Polícia Militar e Corpo de Bombeiros - com investimentos da ordem de R\$ 9,2 milhões foram concluídos 6,0 mil m² referentes às obras de construção da sede do Corpo de Bombeiros de Ivaiporã, de reforma na sede do 8º Batalhão de Polícia Militar, em Paranavaí, de reparos na cobertura do Bloco Administrativo da Academia Policial Militar do Guatupê (APMG), em São José dos Pinhais, na edificação do Pelotão de Choque do 14º Batalhão de Polícia Militar, em Foz do Iguaçu, nas instalações da Diretoria de Inteligência da PMPR e nas instalações do Quartel do Comando do Corpo de Bombeiros, em Curitiba.

Foram contratadas as obras de reparos nas sedes do 17º Batalhão de Polícia Militar, em São José dos Pinhais, do Destacamento de Polícia Militar, do município de Roncador e do 12º Batalhão de Polícia Militar, em Curitiba, com área aproximada total de 1,5 mil m² e investimento de R\$ 629,2 mil.

Em execução as obras de construção da Escola de Bombeiros, em São José dos Pinhais, das sedes do Batalhão de Polícia de Fronteira (BPFron), em Marechal Cândido Rondon, do Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), em Curitiba, do 9º Grupamento de Bombeiros, em Foz do Iguaçu e do Corpo de Bombeiros, em Colombo, além da reforma e ampliação do 9º Batalhão de Polícia Militar, em Paranaguá, com área total aproximada de 27,9 mil m² e investimento de cerca de R\$ 114,4 milhões.

Foram licitadas as obras de construção das sedes do 5º Comando Regional de Polícia Militar, em Cascavel, do Batalhão de Operações Especiais (BOPE), em São José dos Pinhais, do Destacamento da Polícia Militar, do município de Mandaguaçu, do Corpo de Bombeiros de Medianeira, de muros de divisa na sede do 15º Batalhão de Polícia Militar, no município de Rolândia, além de reformas no Bloco II da APMG, em São José dos Pinhais, no Destacamento da Polícia Militar, do município de Itaguajé, na sede do 13º Batalhão de Polícia Militar, em Curitiba e reparos na sede da 1ª Companhia do 22º Batalhão de Polícia Militar, no município de Colombo. A área aproximada total é de 17,4 mil m² e custo estimado de R\$ 60,5 milhões.

11.1.4 Polícia Científica

A Lei n.º 21.117, de 30 de junho de 2022, que instituiu a Lei Orgânica da Polícia Científica (PCP), estabeleceu uma série de aprimoramentos na estrutura do órgão. A gestão dos serviços de medicina legal e de criminalística foram unificadas, otimizando recursos e elevando a qualidade do serviço prestado à população. Desta forma, as sedes de atendimento da PCP em todo o Paraná passaram a ser denominadas Unidades de Execução Técnico-científicas (UETC).

Visando dar transparência às atividades da PCP, foi disponibilizado à população e aos órgãos de gestão e controle, painéis inteligentes onde é possível acompanhar, em tempo real, as metas e indicadores da Polícia Científica.

Em outubro, a PCP alcançou recorde histórico com a emissão de 15.662 Laudos de Perícia Criminal, maior volume de emissão mensal de laudos da história da instituição, fruto do trabalho e dedicação dos profissionais da área.

As Unidades Técnico-Científicas da Polícia Científica de Ponta Grossa, Cascavel, Guarapuava, Francisco Beltrão e Maringá receberam recentemente equipamentos de diagnóstico por imagem, do tipo *Flatscan*, os quais proporcionam um aumento significativo na qualidade do laudo pericial e agilidade no serviço de medicina legal prestado à população. Somando-se aos equipamentos já instalados nas UETCs Tarumã (Curitiba) e Londrina, há um total de sete equipamentos instalados no Paraná.

Implantação do Sistema de Identificação e Comparação Balística Automatizada, conhecido como Indexador Balístico, entregue e instalado na Seção de Balística Forense em Curitiba. O referido sistema é utilizado pelas forças de segurança de mais de 80 países, entre os quais Estados Unidos, Canadá, Argentina, Dinamarca, Escócia, Reino Unido, Noruega e Suécia, além da *International Criminal Police Organization (Interpol)*. O Indexador balístico permite a comparação de projetis disparados em diferentes locais criando um banco de imagens digitalizadas dos materiais periciados, que poderá determinar, de forma automatizada, eventual correlação entre eles, semelhante ao que já ocorre em relação ao Banco de Perfis Genéticos (RIBPG). Dessa forma, os peritos têm condições de identificar se uma munição recolhida em um local de crime é procedente da mesma arma recolhida em uma cena diferente. A tecnologia ainda possibilitou ao Paraná ser o primeiro Estado a se integrar ao Sistema Nacional de Análises Balísticas (SINAB), com adesão ao Banco Nacional de Perfis Balísticos (BNPB), e a ser palco do primeiro *match* cadastrado no referido banco.

Aquisição de um equipamento Microcomparador Balístico, o qual permite a identificação de uma arma de fogo, por observação de marcas específicas provenientes do disparo, permitindo dessa forma individualizar e identificar a arma. São as imagens geradas por este equipamento, através do SINAB, que alimentam o BNPM.

Através do projeto Em Frente Brasil, em parceria com o Ministério da Justiça, a PCP recebeu em 2022 um Espectrômetro Raman, equipamento utilizado na identificação de compostos químicos, em especial drogas. A técnica de espectroscopia Raman é altamente sofisticada e o equipamento já está sendo utilizado na rotina de identificação de drogas na Seção de Química Forense, porém, por ser portátil, pode ser utilizado em perícias de locais de produção ou refino de drogas, os chamados laboratórios de drogas, permitindo ao perito a identificação das matérias primas e das drogas propriamente ditas *in loco*.

Estão em processo de licitação duas unidades do equipamento Cromatógrafo Gasoso acoplado à Espectrometria de Massas (GC-MS), fruto do convênio Plataforma +Brasil entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública - Secretaria Nacional de Segurança Pública e a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná. Estes equipamentos serão incorporados na central analítica da Unidade Tarumã e são destinados à identificação de compostos orgânicos, como drogas, medicamentos, pesticidas, combustíveis e bebidas.

Aquisição em andamento de um Sistema de Cromatografia Líquida Acoplado a Espectrômetro de Massas Sequencial (LC-MS/MS), visando atender as necessidades de ampliação do

escopo de análises realizadas pelos Laboratórios de Química Forense e Toxicologia Forense da Polícia Científica do Paraná. A técnica LC-MS é considerada padrão ouro em análises forenses, motivo pelo qual, com a instalação deste equipamento a PCP será referência na análise química de substâncias na forma bruta e em matriz biológica.

Foi publicada, em outubro de 2022, a abertura de processo licitatório para aquisição de uma Plataforma Integrada de Sequenciamento Automatizado, Paralelo e de Alto Rendimento (Sequenciamento de Nova Geração), para atender demanda da Seção de Genética Molecular Forense, fruto do Termo de Cooperação Técnico-Financeira entre a SESP/PCP e a Secretaria de Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), para execução do Projeto DNA - Fim da Dúvida. Será o primeiro equipamento com esta tecnologia a ser instalado na Polícia Científica, visando à realização de análises de misturas complexas de DNA em vestígios de crimes sexuais e em amostras desafiadoras, constituídas por extratos de DNA com qualidade e quantidade comprometidas, tipicamente observada em amostras ósseas com longo tempo de exposição a intempéries. A produção da prova material em amostras dessa natureza subsidia a promoção da justiça, incluindo a responsabilização penal. Isto contribui para a redução deste tipo de crime pelo efeito dissuasor da aplicação da Lei Penal, ampliando o acesso das mulheres à justiça e aos serviços de segurança pública.

Aquisição de sete Aeronaves Remotamente Pilotadas (*drones*), para serem utilizadas em exames periciais de locais de crimes ambientais, de homicídio, de trânsito e de engenharia, permitindo a obtenção de imagens aéreas e novas perspectivas dos locais periciados e de um equipamento móvel de captura de imagens multiespectrais de vestígios em local de crime (*tablet forense*), destinado ao atendimento de locais de crime, de maneira a adequar e melhorar o trabalho do perito criminal de campo no tocante à coleta de vestígios em locais de crime, em especial para a Seção de Genética Molecular Forense, bem como, otimizar o trabalho pericial na produção da prova material.

Na área de recursos humanos destaque para a nomeação de 78 Peritos Oficiais e de quatro Agentes Auxiliares de Perícia, além da parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM) e com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) para a realização de processo seletivo para residência técnica em ciências forenses.

Foi instalado um posto avançado da PCP nas dependências da Casa da Mulher Brasileira, em Curitiba, em parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (SESA) e com o Hospital do Trabalhador (HT), a fim de atender vítimas de violência contra a mulher com maior agilidade e respeito, sendo o único posto avançado desta categoria no Brasil. Ainda em parceria com a SESA, houve a criação do Serviço de Verificação de Óbito (SVO) para a Região Metropolitana de Curitiba (RMC).

A Polícia Científica, em parceria com o Ministério da Justiça, está implantando o Laboratório de Metrologia e Inovação, único laboratório público desta área no Brasil.

Foi formalizada pelo Decreto Estadual n.o 10.497, de 11 de março de 2022, a instituição do Museu Paranaense de Ciências Forenses tendo como finalidades resgatar e preservar a história da Polícia Científica.

Foi oficializada com a promulgação da Lei Orgânica da PCP, a Academia de Ciências Forenses como órgão de ensino, pesquisa, desenvolvimento, doutrina, publicação científica, certificação, proficiência, metrologia, inovação e tecnologia.

Obras concluídas, contratadas, em execução e licitadas - com investimentos da ordem de R\$ 484,7 mil foram concluídos 666,0 m², referentes às obras de reparos nas instalações do Instituto de Criminalística e do Instituto Médico Legal, de Umuarama.

Em execução as obras de reparos no Instituto Médico Legal e Instituto de Criminalística de Ponta Grossa, na sede da Polícia Científica do Paraná, no município de Matinhos e na sede da Polícia Científica do Paraná, no município de Curitiba, bairro Tarumã, com área total aproximada de 7,7 mil m² e investimento de cerca de R\$ 592,2 mil.

Foram licitadas as obras de construção da nova sede do Instituto Médico Legal, em Ponta Grossa e de reparos na sede do Instituto de Criminalística, no município de Curitiba, com área aproximada total de 8,8 mil m² e custo estimado de R\$ 14,0 milhões.

11.1.5 Fortalecimento dos Conselhos Comunitários de Segurança

Os CONSEGs são colegiados comunitários deliberativos e consultivos, com o objetivo principal de mobilizar e organizar as comunidades para autoproteção e interagir de forma estritamente técnica e privilegiada com os órgãos de segurança pública.

No intuito de ampliar a participação nas discussões e soluções em torno da segurança, e de dar maior transparência às demandas apresentadas, foram promovidas atividades individuais e em parceria com outras instituições na orientação, assessoramento e treinamento dos seus membros, com a realização e divulgação das seguintes ações:

Análise situacional de bairros de Curitiba, apoiando as ações da Academia Policial Militar do Guatupê e servindo de interlocução entre a Escola de Formação de Oficiais e os Presidentes dos CONSEGs de Curitiba, a fim de envolver as comunidades no desenvolvimento de trabalho acadêmico junto à disciplina de Prática de Polícia Comunitária. Os cadetes realizaram análises, por meio de métodos científicos, a respeito dos problemas de segurança pública de bairros da capital e elaboraram propostas de soluções apresentadas à comunidade.

Realização de um seminário *online* sobre saúde mental e mobilização comunitária para estimular ainda mais a proximidade com a população.

Policiais militares, civis, penais e bombeiros dos cursos de especialização e atualização profissional oferecidos numa parceria da Secretaria da Segurança Pública (SESP) com a UNIASSELVI. A palestra foi mais uma etapa na formação dos 6,2 mil alunos dos cursos desenvolvidos em parceria com

faculdade desde outubro do ano passado e contou com o apoio da Coordenação Estadual dos Conselhos Comunitários de Segurança (CECONSEG) para seu desenvolvimento. O objetivo do evento foi abordar a saúde mental dos profissionais da segurança pública e a mobilização comunitária sobre temas que incentivam a interação entre as instituições vinculadas à Secretaria com a comunidade.

Realização do 1º Seminário Integrado dos Agentes da Segurança Pública e dos Conselhos Comunitários de Segurança das regiões de Curitiba, Região Metropolitana e litoral do estado. O evento reuniu 45 membros de CONSEGs e integrantes da Polícia Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal e da Câmara Municipal de Curitiba, em atividades de um dia inteiro, pensadas para compartilhar experiências e integrar a comunidade com as forças de segurança.

Realização da capacitação de integrantes dos CONSEGs locais - foram realizadas ações com intuito de capacitar e trocar experiências entre os líderes comunitários integrantes dos CONSEGs, com os seguintes temas: a) Segurança Pública: uma análise comunitária; b) Andar Urbano - como parte da série de palestras Por uma Questão de Segurança Pública; c) O Sistema de Segurança das Eleições, palestra ministrada pelo Tribunal Regional Eleitoral esclarecendo os mecanismos de segurança do processo eleitoral no Brasil.

Apoio e divulgação do projeto Olho Vivo, estimulando a comunidade a aderir a essa iniciativa desenvolvida pelo Governo do Estado e Polícia Militar, mediante a colocação de câmeras de monitoramento e o compartilhamento de imagens com os órgãos da Segurança Pública.

Realização de palestra aos cadetes da Polícia Militar com o tema Relações Institucionais entre o CONSEG e Órgãos Públicos, com intuito de capacitá-los a atuar em conjunto com a comunidade em suas ações de gestão na segurança pública.

Divulgação social dos índices de criminalidade, em conjunto com o Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE), por meio do *site* da CECONSEG, com a presença do Secretário da Segurança Pública e de membros dos CONSEGs de todo o estado, com a apresentação da primeira versão da Ferramenta *Business Intelligence (BI)*, criada para atender o cidadão, com estatísticas criminais abertas a toda população paranaense.

11.1.6 Centro Integrados de Denúncias 181

O Disque-Denúncia 181 passou a ser uma ferramenta eficaz a disposição das forças policiais no combate, no planejamento e na prevenção dos mais diversos crimes. A Central de Atendimento do 181 registra em média cinco mil denúncias todos os meses, numa média de 500 ligações por dia. As ações das polícias, em resposta às denúncias, levaram a mais de 5,7 mil prisões de pessoas ligadas diretamente ou associadas ao crime, tiraram de circulação mais de 1,4 mil armas de fogo e já foram responsáveis pela apreensão de mais de 15 toneladas de entorpecentes.

No cumprimento das suas funções, houve um avanço pela obrigação da divulgação do 181 nos estabelecimentos comerciais e outros, conforme Lei n.o 20.957, de 10 de janeiro de 2022, impondo multa pelo descumprimento, para vários segmentos.

As denúncias de maus-tratos a animais domésticos são uma das mais recebidas pelo Disque-Denúncia 181 no Paraná, ficando atrás apenas das denúncias contra o tráfico de drogas, principalmente após a alteração legislativa de 2020, que aumentou a pena para maus-tratos de cães e gatos, impondo inclusive o regime de reclusão ao apenado. Das aproximadamente 5,0 mil denúncias registradas todos os meses pelo 181, as de maus-tratos a animais domésticos representam 20%.

Conforme Termo de Cooperação Técnica n.o 175/2021, entre a SESP, a SEDEST e o Município de Cornélio Procópio, a SESP se comprometeu, por meio do Disque-Denúncia 181 a encaminhar as denúncias de maus-tratos a animais domésticos ao órgão indicado pela Prefeitura de Cornélio Procópio, cabendo a SEDEST prestar capacitação técnica por meio de um curso EAD, visando preparar os servidores do Município para o atendimento de animais domésticos em situação de maus tratos. Tal medida contou com o apoio do Ministério Público do Paraná, por meio do CAOP de Proteção ao Meio Ambiente e de Habitação e Urbanismo, que tem manifestado real interesse sobre o assunto.

O 181 passou a contar com um setor de comunicação próprio, responsável pela criação e desenvolvimento de campanhas de incentivo aos diversos tipos de denúncias, como por exemplo, denúncias de violência praticada contra crianças e adolescentes, de violência doméstica praticada contra as mulheres, idosos e pessoas com deficiência, denúncias contra o tráfico de drogas, crimes ambientais e maus tratos aos animais domésticos, dentre outras.

Foi colocado no ar o novo *site* do Disque-Denúncia 181, que pode ser acessado via rede mundial de computadores pelo endereço www.181.pr.gov.br. O objetivo foi atualizar as informações do antigo *site* existente, tornando-o mais interativo e de acordo com o padrão utilizado pelo Governo.

Especificamente o que se busca é que o *site* funcione como um portal onde a população possa ser informada sobre as principais notícias do 181, ter acesso a todas as campanhas de incentivo às denúncias desenvolvidas pela Comunicação Social, a um *e-book* contendo a cartilha Segurança, Você faz Parte, com informações detalhas sobre o 181, destinada a população em geral e a todos os materiais de interesse que podem ser baixados a partir daquele ambiente. Além disso, conter todas as informações sobre como denunciar, o que denunciar, sobre como acompanhar uma denúncia, possibilitando efetuar denúncias de maneira anônima clicando no *link* Denuncie agora. A partir disso, o usuário é direcionado ao endereço www.denuncia181.pr.gov.br, onde de maneira totalmente segura e anônima é possível fazer denúncias por meio do preenchimento de um formulário desenvolvido sobre cada tipo de denúncia.

11.1.7 Centro Integrado de Comando e Controle Regional (CICCR)

As principais atividades consistem em vídeo-monitoramento, suporte operacional a agentes de segurança pública, participação como órgão centralizador nos grandes eventos e operações diversas e apoio técnico em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC).

O plantão CICCR é constituído por um grupo de militares estaduais plantonistas, destinado a ofertar suporte a policiais e demais agentes de segurança pública empregados nas atividades operacionais, mediante consultas e pesquisas ao sistema INFOSEG, disponibilizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Investigação Policial (SESP-*Intranet*). O trabalho prestado visa a auxiliar os solicitantes com informações contidas na base de dados, obtendo-se o histórico de pessoas, veículos e possíveis pendências judiciais provenientes de outros estados da Federação e Paraná. Foram realizados 5.400 atendimentos sendo: Polícia Militar - 4.618; Polícia Civil - 58; Guarda Municipal - 615; Polícia Rodoviária Federal - 03; Polícia Federal - 04; Polícia Militar de outros estados - 41; Polícia Civil de outros estados - 13; DEPPEN - 48. Esses atendimentos resultaram em 322 prisões sendo a natureza motivadora: roubo - 03; furto - 02; tráfico - 08; porte/posse de arma de fogo - 03; receptação - 06; mandados de prisão - 269; e outros - 31. (Fonte: SIMO; PABXIP/CICCR - 2022).

Foram realizadas operações com o apoio operacional do CICCR através da reunião de profissionais de segurança pública de órgãos federais, estaduais e municipais, a exemplo de Forças Armadas, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Polícia Civil e DEPPEN, além de Guardas Municipais e órgãos de trânsito municipais, as operações foram de abrangência nacional e regional, destacando-se: a) Operação ENEM 2021; b) Operação Divisas Integradas 7; c) Operação Campo Seguro; d) Operação GPS; e) Operação 7 de Setembro; f) Operação Maria da Penha, g) Operação Eleições; h) Operação Bloqueios; i) GGFRON - Operação Albatroz - Guardiões das Fronteiras; j) CGFRON - Operação Hórus - Guardiões das Fronteiras e k) Operação ENEN 2022; entre outras.

11.1.8 Conflitos da Terra

As operações policiais, em apoio aos Oficiais de Justiça responsáveis pelo cumprimento dos mandados de reintegração de posse, continuaram suspensas em todo o país até 31 de outubro e, a partir de tal data, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou novas regras para a realização de despejos e desocupações após a pandemia, com a criação de comissões de conflitos fundiários para mediar desocupações coletivas em todo o país, fixando desta maneira uma regra de transição.

A Assessoria de Conflitos da Terra participou de 31 audiências de conciliação presenciais e/ou virtuais ocorridas nas Comarcas do Estado e no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC Fundiário), até o mês de outubro, com vistas a instruir os processos judiciais (apresentação do planejamento operacional elaborado pela PMPR e sugestão de medidas com vistas à desocupação voluntária dos imóveis), auxiliar na promoção do acesso à Justiça aos ocupantes dos

imóveis, cuja ordem judicial esteja pendente de cumprimento, e evitar o desgaste do Estado decorrente de possíveis confrontos entre ocupantes dos imóveis e o efetivo policial disponibilizado.

A elaboração de cronograma mensal de operações policiais em reforço aos Oficiais de Justiça e efetivação de reintegrações de posse com desocupação voluntária dos imóveis, urbanos e rurais, ficou restrita às ações de desforço imediato e cumprimento de liminares ajuizadas em 2022, referentes às ocupações de áreas públicas e privadas no total de três ocorrências no ano de 2022.

Foi dada continuidade à adoção de medidas de autocomposição e implementação de mecanismos operacionais estratégicos, em complemento às atividades promovidas pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC Fundiário/TJPR), cuja parceria entre o Poder Judiciário e Governo do Estado do Paraná, busca resolução consensual de conflitos fundiários coletivos com respaldo no Código de Processo Civil e no Plano Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH-3).

11.1.9 Cidade da Polícia

A Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP) mudou de sede para uma edificação que permite a elaboração de atividades de gestão e planejamento integrado, onde todas as unidades se concentram, favorecendo a troca de informações de forma ágil e conjunta. Agora, o Paraná contará com duas estruturas da Cidade da Polícia: o Centro de Integração, Inteligência e Planejamento, onde estão sediados órgãos de segurança competentes à Secretaria, e o Centro Operacional, onde ficam integrantes de todas as forças policiais, além do Disque-denúncia 181, Centro Integrado de Comando e Controle Regional e força-tarefa de combate ao crime organizado.

11.1.10 Políticas sobre Drogas

Dentre as principais ações está a realização da 1ª Conferência Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, no mês de junho, em parceria com o Conselho Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas (CONESD), contando com a presença de aproximadamente mil pessoas, onde todos os municípios do Estado foram convidados a participar, tendo a oportunidade de conhecer o Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas que vem sendo construído de forma participativa desde 2019 e que norteará as políticas na área nos próximos cinco anos.

A Conferência foi realizada na sede da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), em Curitiba, de forma presencial com o tema Plano Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas: desafios e perspectivas, e teve abrangência estadual e interestadual, com a participação de 154 representantes municipais que tiveram direito a voto nas plenárias, além da participação de 22 Conselhos Municipais de Drogas. Em relação às instituições da sociedade civil e órgãos públicos convidados, 27 tiveram representação e participação.

Foi realizada, também, a sexta edição do Concurso Estadual de Produção de Material Audiovisual Sobre Drogas, que consiste na produção de vídeos pelos alunos de Ensino Médio, com o

tema de prevenção às drogas, sendo que o material produzido pelo vencedor será transmitido nas salas de cinema de todo o Estado do Paraná, no mês de junho/2023.

11.1.11 Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP)

O Departamento de Inteligência do Estado do Paraná (DIEP) é órgão central do Sistema Estadual de Inteligência de Segurança Pública do Estado do Paraná (SEINSP), composto dos Subsistemas de Inteligência da Polícia Civil, Polícia Militar, Departamento Penitenciário e Polícia Científica.

Com atribuições de assessoramento ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública no cumprimento do Decreto n.º 11.615/2018, que cria o SEINSP, tem por finalidade: a) planejar, coordenar, executar e integrar as atividades de inteligência de segurança pública, visando subsidiar a formulação de políticas públicas nessa área, bem como, assistir na execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública, prevenção e controle da criminalidade; b) assessoramento ao Secretário de Segurança Pública e demais órgãos, no tocante a grandes eventos como o pleito eleitoral, e eventuais situações de crise, como as manifestações e bloqueios de pista que ocorreram pós-eleição; c) coordenação e gestão compartilhada do Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública - Região Sul, que congrega servidores dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, bem como servidores de órgãos federais (ABIN, PRF, DEPEN FEDERAL), tendo como missão o assessoramento na área da segurança pública, por meio de produção de conhecimentos no plano estratégico e operacional; d) identificação e acompanhamento das Organizações Criminosas (ORCRIMs), com produção de conhecimentos sobre a temática, objetivando o assessoramento no campo estratégico ao tomador de decisão.

Em 2022 foram realizadas capacitações do efetivo junto aos órgãos de inteligência e a aquisição de solução inteligente para extração e processamento de dados, visando a maximização da produção de conhecimento.

11.1.12 Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE)

O Centro de Análise, Planejamento e Estatística (CAPE) é o gestor técnico dos termos de cooperação com 32 municípios do Estado, a fim de aumentar a integração das informações do Estado e Municípios em relação aos dados de segurança pública, trazendo também a integração de câmeras de leitura de placas e câmeras de videomonitoramento para utilização das polícias. O CAPE também é o gestor pelos termos de cooperação firmados com a Receita Federal, Polícia Rodoviária Federal, FEBRABAN, Estado do Mato Grosso do Sul, Sistema Brasil Mais, entre outros, que permitiram ao Estado do Paraná o compartilhamento de dados de extrema relevância para a segurança pública e os órgãos de inteligência do Estado.

Como resultados, a melhoria da transparência dos dados Estatísticos Criminais da Secretaria de Segurança, por meio de uma ferramenta mais interativa para acesso e divulgação das informações de criminalidade no Estado, atualmente disponíveis na página da *internet* e a melhoria na avaliação do Fórum de Segurança Pública, no quesito Qualidade de Informação sobre os dados Estatísticos de Segurança Pública, subindo 15 posições, permanecendo atualmente em 6º lugar no *Ranking* de Competitividade dos Estados, seguindo os requisitos de avaliação internacional do Protocolo de Bogotá.

Participação do CAPE, e das Polícias Civil e Militar, no Estudo de Monitoramento do Mercado de Drogas Ilícitas no Estado do Paraná, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas e, em conjunto com a PMPR, no estudo e experimento científico de aplicação de policiamento em pontos quentes, promovido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e no processo de validação e homologação do novo Sistema de Atendimento e Despacho de Emergência (SADE), que permitirá um novo processo de gestão no atendimento de ocorrências e integração com o Boletim de Ocorrência Unificado (BOU).

11.1.13 Planejamento Estratégico

Em fase de conclusão a constituição do Comitê Estratégico para a elaboração do Plano Estadual de Segurança Pública e Defesa Social.

11.1.14 Projeto Prumos

O Programa Estadual de Saúde Mental dos Profissionais da Segurança Pública do Estado do Paraná (PRUMOS) foi instituído com o objetivo de estabelecer políticas de qualidade de vida, bem-estar, saúde, desenvolvimento pessoal, exercício da cidadania e valorização desses profissionais. Visa melhorar a qualidade de vida do policial, prevenir a tentativa e/ou consumação do suicídio, suprir as necessidades socioassistenciais que venham a ter, prevenir e identificar o uso abusivo de substâncias psicoativas, bem como o Transtorno de Estresse Pós-traumático. Além disso, também é visado o atendimento e tratamento psicossocial de todos os profissionais que atuam na segurança pública do estado, assim como de seus dependentes, dessa forma diminuindo os índices de tentativas, efetivas ou não, de suicídio entre este nicho profissional e ainda, ações de prevenção e capacitação.

São 50 locais de atendimento em Saúde Mental, divididos entre Seções de Atendimento Psicossocial (SAP) e Centros de Atendimento Psicossocial (CAP). As SAP são salas dentro das instituições em vários municípios do Estado, além de quatro Centros de Atenção Psicossocial implantados em 2021, em Curitiba, Londrina, Maringá e Cascavel, sendo que neste ano está sendo implementado o novo Centro de Atendimento Psicossocial, no bairro Jardim Social, em Curitiba.

Para atendimento ao programa foram contratados, em 2020, profissionais por meio de Processo Seletivo Simplificado (PSS) e tendo em vista o término do prazo contratual mencionado, está

em andamento a realização do novo Edital PSS visando a contratação de 70 vagas para psicólogos e 15 para assistentes sociais.

Até outubro, o programa realizou 18.985 atendimentos aos policiais e seus dependentes e dentre as ações desenvolvidas estão inclusas, desde atendimento psicológico e social, permeando entre avaliações psicológicas, pós-confronto, e ainda, ações de cunho preventivo como palestras e reuniões em grupo.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) tem o papel de administrar a política educacional do Estado e, a partir de 2019, tornou-se também responsável pelas políticas e diretrizes do Estado para o esporte, lazer e qualidade de vida.

Com aproximadamente 75 mil servidores e 15 mil funcionários terceirizados, atende diariamente mais de um milhão de estudantes em 2.109 escolas estaduais, nos 399 municípios. Além disso, o Sistema Estadual de Ensino do Paraná conta com 5.221 escolas municipais e 2.127 escolas privadas, das quais 400 são instituições parceiras que ofertam a educação especial.

À SEED também estão vinculadas duas autarquias, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR) e a Paraná Esporte; a Superintendência Geral do Esporte (SGE); 32 Núcleos Regionais da Educação e do Esporte (NRE) e um órgão de regime especial, o Colégio Estadual do Paraná (CEP).

O FUNDEPAR assegura adequada infraestrutura escolar aos estabelecimentos da rede estadual, atuando nas áreas de alimentação escolar, transporte escolar, disponibilização de mobiliários, equipamentos e utensílios, repasse de recursos financeiros descentralizados às escolas, construção, ampliação e reparos dos prédios escolares.

A Paraná Esporte realiza a implementação de ações de desenvolvimento, incentivo, fomento e inovação do esporte, nas perspectivas de formação, excelência esportiva e estímulo à prática continuada do esporte por toda a vida, sensibilizando as pessoas sobre a importância da prática do esporte, assegurando oportunidades e condições de acesso.

Frente aos desafios diagnosticados, a SEED delineou o seu Mapa Estratégico com foco em três principais eixos: Melhoria da Aprendizagem, Eficiência na Gestão e Inovação Pedagógica; a partir dos quais traçou objetivos estratégicos e desenhou políticas que nortearam o trabalho da rede estadual.

Em 2019, um dos desafios identificados foi a busca pela melhoria do desempenho da rede estadual do Paraná no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que nas últimas edições havia sofrido declínio em relação a outros estados, ocupando a 7ª posição em 2017, tanto no Ensino Fundamental - Anos Finais quanto no Ensino Médio. Em 2020, publicados os resultados do IDEB 2019, o Paraná passou para a 3ª posição nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Mais uma vez o Paraná foi destaque nacional no (IDEB). Os resultados de 2021, divulgados pelo INEP em 2022, mostram que o Paraná manteve a evolução nos índices do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Finais), alcançando o 1º lugar nacional no Ensino Médio. Os índices alcançados em 2019 e 2021 foram, respectivamente, 6,8 e 7,1 nos Anos Iniciais do EF; 5,1 e 5,2 nos Anos Finais; e 4,4 e 4,6 no Ensino Médio.

12.1 MELHORIA DA APRENDIZAGEM

- ▶ **Ganhando o Mundo** - programa de intercâmbio internacional de estudantes matriculados no Ensino Médio da rede Estadual, que selecionou e enviou, em 2022, 100 estudantes para o Canadá no 1º semestre, que retornaram ao Brasil em julho, e 100 estudantes para a Nova Zelândia no 2º semestre, que retornaram em outubro. Ambas as turmas permaneceram por um semestre letivo no país de intercâmbio. Para o mês de novembro, foi publicado edital para selecionar 1.000 estudantes para intercâmbio, em 2024, nos países de língua inglesa Austrália, Canadá, Estados Unidos, Inglaterra e Nova Zelândia. Foi lançado, como projeto-piloto, um edital de seleção para 40 estudantes para intercâmbio na França, na modalidade reciprocidade, ou seja, o estudante que faz o intercâmbio naquele país deve receber um estudante francês aqui no Paraná.
- ▶ **Sistema de Avaliação da Educação do Paraná (SAEP)** - compreende o conjunto da Prova Paraná Mais (uma avaliação de desempenho anual); Prova Paraná (três avaliações diagnósticas anuais); e a Avaliação de Fluência (oralidade). As avaliações foram retomadas em setembro de 2021, com ampliação dos componentes curriculares para 1.046.263 estudantes, sendo 910.191 da rede estadual e 136.072 da rede municipal. Outra novidade foi a aplicação da Atividade Paraná SAEB, avaliação voltada aos estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental e 3ª e 4ª séries do Ensino Médio, como preparação, em forma de simulado, para o processo avaliativo do SAEB 2021.
- ▶ **Registro de Classe Online (RCO)** - sistema que permite o registro das atividades diárias, frequência, conteúdo e avaliação, de forma rápida, pela *internet* e em tempo real. É um suporte pedagógico que dispõe de planos de aulas prontas para o professor, organizadas de acordo com o currículo. Desde 2021, são produzidas 2.350 aulas por trimestre para cada dia do período letivo, além de videoaulas disponibilizadas com os slides das aulas, listas de exercícios e plataformas digitais interativas para potencializar o processo de ensino e aprendizagem. Em 2022, foram produzidos pela SEED mais de 7 mil planos de aulas integrados, nos quais os professores têm autonomia para fazer adaptações à sua realidade escolar, para todos os componentes curriculares ofertados pela rede. A adesão foi totalmente oportunizada a todas as instituições de ensino das redes estadual, municipal e particular, sendo utilizado por mais de 2,1 mil escolas estaduais e 1,7 mil escolas municipais.
- ▶ **Tutoria Pedagógica** - metodologia de formação continuada em serviço das equipes gestoras das escolas estaduais, com ênfase na gestão pedagógica, por meio do desenvolvimento de ações com foco na aprendizagem dos estudantes. O objetivo é viabilizar o acompanhamento pedagógico das escolas construindo encaminhamentos integrados, que fortaleçam a aprendizagem dos estudantes, reduzam o abandono e a reprovação, bem como oportunizar a socialização das boas práticas observadas.
- ▶ **Programa Mais Aprendizagem (PMA)** - atende em contraturno os estudantes com necessidade de superação das defasagens e lacunas de aprendizagem relacionadas às habilidades de leitura, escrita, raciocínio lógico, cálculo, resolução de problemas e problematização, envolvendo todos os componentes curriculares, nos estágios de recuperação, reforço e aprimoramento, para avançar

na alfabetização e no letramento e, conseqüentemente, contribuir para o aumento da taxa de aprovação e diminuição na taxa de abandono escolar.

- ▶ Presente na Escola - programa criado em 2019, tem como objetivo monitorar diariamente a frequência dos estudantes e trabalhar de forma integrada com a Rede de Proteção de Crianças e Adolescentes para combater o abandono e a evasão escolar. Para isso, é utilizada a ferramenta Power BI, alimentada pelos dados do Registro de Classe *Online* (RCO), preenchido regularmente pelos professores, a qual a equipe diretiva consulta diariamente, evidenciando as faltas dos estudantes “pula-pula” e os casos que venham a necessitar de busca ativa e inserção no Sistema Educacional da Rede de Proteção.
- ▶ Formadores em Ação - Grupo de Estudos Formadores em Ação - lançado em 2020, é uma formação *online* e síncrona que tem como essência a formação de professor para professor. Em 2022, a oferta de temáticas para formação aumentou de 16 para 45 temas, incluindo componentes curriculares, pedagógicos e transversais. Com mais de 400 professores e pedagogos atuando como formadores, foram atendidos em torno de 64.800 cursistas da rede estadual.
- ▶ Educação Agrícola - em 2022, destacaram-se: a) Elaboração do Projeto de Lei Cooperativa Escola; b) Destinação de recursos para agricultura; c) Torneio de Produtividade de Soja; e d) Prova Paraná Agro. O Estado do Paraná possui 23 Colégios Agrícolas, sendo que 20 escolas possuem áreas agricultáveis capazes de gerar receita. O Projeto de Lei Cooperativa Escola tem por finalidade tornar estas instituições autossuficientes, além do benefício que o modelo cooperativo trará aos alunos, por meio de sua participação na gestão dos recursos e resultados gerados. Abrange 5 mil estudantes matriculados nessas instituições. Sobre os recursos destinados à agricultura, as cotas especiais do Fundo Rotativo repassada aos Colégio Agrícolas foram empregadas na implantação das lavouras de verão. Até então as áreas destinadas às práticas pedagógicas não eram utilizadas em sua totalidade. O montante enviado a cada instituição foi de R\$ 50 mil, aplicados integralmente nas áreas de cultivo. Este recurso trará receita e aprendizado aos alunos, dada a possibilidade de investimento em novas tecnologias por parte da instituição. O Torneio de Produtividade de Soja, seguiu as tendências do agronegócio, buscando por meio de competições, fomentar a inovação e a competitividade. A SEED elaborou junto aos diretores de colégios agrícolas um torneio de produtividade de soja específico, em que os diretores tiveram a opção de apontar áreas de maior produtividade (entre 1,5 e 2,5 hectares) e as inscrições ocorreram em três categorias: Alta Tecnologia, Convencional e Alta Rentabilidade. A competição foi muito bem aceita pelas instituições que estão desenvolvendo o trabalho junto aos alunos. A SEED desenvolveu a Prova Paraná Agro, visando avaliar a qualidade do ensino técnico dos Colégios Agrícolas. Trata-se de avaliação específica contando exclusivamente com disciplinas de caráter técnico, sendo uma avaliação diagnóstica, que fornecerá dados que nortearão a tomada de decisões no tocante a estas instituições.

- ▶ Parque da Ciência Newton Freire Maia - maior museu de ciência do Estado, abrange cerca de 8 mil m² de área expositiva interna. Desenvolve atividades de divulgação e educação científica e tecnológica, recebendo escolas de todo o estado e comunidade em geral. Em 2022, foram repassados R\$ 100 mil do Fundo Rotativo para custeio da instituição, além de uma cota especial de R\$ 16,5 mil para materiais permanentes. Também foram investidos cerca de R\$ 150 mil em ferramentas, equipamentos técnico-científicos, mobiliário e maquinários diversos, que possibilitaram a melhoria das atividades de manutenção, bem como a criação de novos experimentos interativos. Vale destacar também a implantação do LABCRIE, projeto capitaneado pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) e financiado pelo MEC. Consiste em um espaço munido de impressora 3d, *notebooks*, cortadora laser, projetor, sistema de som, câmera, mobiliário e ferramentas diversas, com o objetivo de estimular o movimento *maker*, a aprendizagem criativa, a inovação e tecnologias de informação e comunicação diversas para educação. A instalação do Laboratório de Criatividade e Inovação para a Educação Básica (Labcrie) envolveu um investimento de R\$ 629 mil.
- ▶ Educação Profissional - o fortalecimento e ampliação da modalidade compreendeu em 2022: a) Expansão da Oferta de Cursos da Educação Profissional - foram abertas 15.890 novas vagas em cursos técnicos na rede estadual para o início do ano letivo de 2022, ampliando o atendimento da Educação Profissional e Técnica em 259 municípios do Estado do Paraná, em mais de 750 escolas; b) Implantação de novos Cursos da Educação Profissional e Atualização dos Planos de Cursos - implantação de oito novos cursos técnicos nas áreas de Programação de Jogos Digitais, Planejamento e Controle de Produção, Estética, Farmácia, Gastronomia, Agenciamento de Viagens, Hospedagem e implantação do primeiro curso técnico em Enfermagem Integrado ao Ensino Médio do Estado, além da atualização do currículo dos planos de cursos técnicos já ofertados na rede estadual em consonância com as novas demandas do mundo do trabalho; c) Elaboração de material de apoio docente para Cursos da Educação Profissional e Técnica - a partir da ampliação da oferta dos cursos técnicos, estão sendo construídos materiais de apoio docente, que estarão disponíveis no Livro de Registro *Online* (RCO), a princípio, para os seis cursos com maior número de matrículas da rede pública estadual, com o objetivo de subsidiar o trabalho docente e elevar a qualidade dos cursos técnicos ofertados na rede.
- ▶ Educação de Jovens e Adultos (EJA) - encerrou o 1º semestre de 2022 com uma taxa de aprovação de 50,18%. A SEED está trabalhando ativamente para a implantação da oferta da EJA EaD, que está prevista para o início de 2023. Outra demanda que a modalidade entregará no 2º semestre de 2023 é a possibilidade de os estudantes cursarem um Curso de Qualificação de Auxiliar Administrativo, demanda solicitada pelos próprios estudantes.
- ▶ Cooperação Pedagógica com Municípios - Programa Educa Juntos - contempla diversas ações que têm o objetivo de fortalecer o regime de colaboração pedagógica com os municípios, por meio de

iniciativas que contribuam para melhoria da qualidade da Educação Infantil e dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Desenvolve ações com o propósito de ampliar o suporte técnico e pedagógico oferecido aos municípios e promover ações colaborativas na educação, com foco na melhoria da aprendizagem e alfabetização de todos os estudantes paranaenses. As principais frentes de atuação são: Prova Paraná, Prova Paraná Avaliação de Fluência, Conexão Professor, Plano Municipal de Educação, Programa Mais Alfabetização, Proposta de Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e do 5º para o 6º ano, material de apoio didático Língua Portuguesa e Matemática, formação continuada para gestores e professores da rede municipal de ensino, LRCOM, Aula Paraná Municípios. Em 2022, foram entregues materiais de apoio pedagógico de Língua Portuguesa aos municípios, beneficiando 233 mil estudantes de 1º e 2º ano. O Estado também enviou 11.300 livros para professores do Ensino Fundamental.

- ▶ Implementação da 1ª série do Novo Ensino Médio (NEM) - foi iniciada a implementação do NEM do Paraná, para isso, ao longo de 2021 e 2022, foram realizadas ações articuladas entre a SEED, FUNDEPAR e Conselho Estadual de Educação, que viabilizaram a ampliação da carga horária em 200 horas, a reorganização curricular e a reorganização da prática pedagógica. Desde 2021 foram realizadas as seguintes ações: a) 10 seminários presenciais de formação, que contemplaram mais de 4 mil participantes; b) 44 formações híbridas e 29 formações presenciais, com equipes pedagógicas de todas as 1.587 escolas que oferecem o NEM; c) três formações presenciais para direções das escolas de todas essas escolas; d) cursos EaD sobre a Formação Geral Básica, que contou com a participação de 4.200 participantes; e e) curso de Formação Docente de caráter híbrido sobre a Formação Geral Básica, com a participação de 15.000 professores.
- ▶ Educação Especial (EE) - destacam-se as seguintes ações: a) formações realizadas de forma presencial, via *meet*, Canal do Professor e Formadores em Ação - foram atendidos aproximadamente 65 mil professores que atuam nos serviços da EE, diretores, tutores, pedagogos e professores dos componentes curriculares que atendem os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, por meio do trabalho colaborativo; b) aplicação da Prova Paraná aos estudantes cegos e de baixa visão - foram preparadas 118 provas em Braille; c) Prova Paraná em Libras - atendendo estudantes surdos da rede estadual nas disciplinas de Português e Matemática; d) implantação do Atendimento Educacional Especializado Integral para os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação nas instituições da rede estadual que ofertam Educação em Tempo Integral; e) implantação do Projeto de Altas Habilidades Paraná - tem como objetivo ampliar a identificação dos estudantes com indicativos de altas habilidades/superdotação, bem como expandir a oferta do atendimento por meio das salas de recursos multifuncionais e das 20 Escolas de Referência; f) Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), com atendimento a aproximadamente 5 mil estudantes em

tratamento de saúde que receberam mais de 20 mil atendimentos pedagógicos em 18 Unidades de Saúde; g) atendimento à rede de escolarização domiciliar, com aproximadamente 642 estudantes afastados do ambiente escolar com atendimento pedagógico; e h) apoio financeiro às 400 instituições parceiras, referente à escolarização e atendimento educacional especializado, para o atendimento de 43 mil estudantes, no valor de R\$ 454,8 milhões (período de 18 meses).

- ▶ Educação do Campo - novo Termo de Fomento celebrado entre a SEED e a Associação de Cooperação Agrícola e Reforma Agrária do Paraná (ACAP), no total de R\$ 4.474.600,00 (para 18 meses), para contratação de 106 profissionais da educação, entre inúmeras outras ações específicas.
- ▶ Educação em Direitos Humanos - em 2022, foram realizadas as seguintes ações: a) produção de materiais, participação e promoção de cursos de formação e estabelecimento de parcerias interdepartamentais e intersetoriais, com o objetivo de promover a saúde mental, prevenir e combater as diversas formas de violências nos contextos intra e extraescolares; b) participação na elaboração do Ato Interinstitucional (SEED, SESP, SEJUF, SEAP, CGE, MPPR, Defensoria Pública do Paraná, TJPR e OAB), com o objetivo de estruturar uma Comissão de Perícia Técnico-Pedagógica com integrantes da SEED e dos NRE (o ato estrutura protocolos para atendimento, apuração e investigação de situações de violência contra estudantes, crianças e adolescentes, ocorridas e/ou noticiadas nas instituições de ensino da rede pública estadual do Paraná); c) auxílio na construção da Minuta da Resolução da Comissão de Perícia Técnico-Pedagógica da SEED; d) representação da SEED em Conselhos e Comitês que tratam das temáticas de prevenção e proteção de crianças e adolescentes, proteção e garantia de direitos das populações LGBTQIA+, igualdade de direitos das mulheres e garantia dos direitos dos idosos; e) projeto piloto Estratégias Metodológicas para o Desenvolvimento de uma Cultura de Paz e Prevenção às Violências nas Instituições de Ensino da Rede Pública do município de Paranaguá (Projeto SEED/UNESCO); f) projeto na temática de saúde mental dos estudantes e o desenvolvimento das competências socioemocionais nos NRE de Curitiba, Área Metropolitana Norte e da Área Metropolitana Sul (SEED/UNESCO); g) participação na divulgação do 7º Seminário de Prevenção do Suicídio da UFPR, com representatividade dos 32 NRE; h) projeto Ministério Público do Trabalho na Escola - com o objetivo da erradicação do trabalho infantil e proteção ao trabalhador adolescente da rede estadual; entre diversas outras ações.
- ▶ Educação Escolar Quilombola - em 2022, destacam-se: a) elaboração das treze novas ementas dos itinerários formativos para o Novo Ensino Médio, para o 2º Ano; b) ementas que visam subsidiar a organização dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP), bem como da criação e reestruturação das Propostas Pedagógicas Curriculares (PPC) das unidades escolares quilombolas e daquelas que atendem estudantes oriundos de comunidades quilombolas e comunidades tradicionais negras paranaenses; c) formação continuada em serviço, com elaboração e realização de dois cursos de curta duração junto às equipes técnicas dos 12 NRE que possuem comunidades quilombolas; d)

realização de dois cursos voltados à formação pedagógica das equipes gestoras e do corpo docente das unidades escolares quilombolas.

- ▶ Educação das Relações Étnico-raciais - em 2022, foram realizadas as seguintes ações: a) homologação de equipes multidisciplinares nas escolas da rede estadual de educação, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à educação das relações étnico-raciais e ao ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena durante o período letivo, na perspectiva de contribuir para que o aluno negro, quilombola e indígena mire-se de forma positiva, pela valorização da história de seu povo e da sua participação efetiva na construção de riquezas e da identidade do país; b) formação continuada para as equipes multidisciplinares, e c) mediação pedagógica da Educação das Relações Étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, que contou com a participação de 18 mil cursistas (professores, funcionários, estudantes e comunidade).
- ▶ Educação Escolar Indígena - recebeu em 2022 um complemento de professores auxiliares de regência para atuar no contraturno das turmas de Educação Infantil e Anos Iniciais nas Escolas Estaduais Indígenas com atividades de reforço escolar para os estudantes que apresentavam defasagens de aprendizagem por conta do processo da pandemia da Covid-19. Além disso, o processo de implementação do novo Ensino Médio demandou esforços na formação de profissionais, com a realização de quatro cursos de formação específicos em Educação Escolar Indígena para profissionais que atuam na parte flexível obrigatória do currículo do Novo Ensino Médio das Escolas Indígenas. Também foram desenvolvidas estratégias específicas para o estudo e planejamento dos profissionais da Educação Escolar Indígena nesses momentos de formação intraescolar. Em 2022, as escolas estaduais indígenas ainda contaram com o acompanhamento de técnicos pedagógicos especializados na Educação Escolar Indígena em todos os NRE que têm territórios indígenas jurisdicionados. Por fim, foi implementada uma nova matriz curricular para o Ensino Médio dos Colégios Estaduais Indígenas, feita em diálogo e colaboração com os profissionais, lideranças comunitárias e escolas indígenas.
- ▶ Programa Saúde na Escola (PSE) - política intersetorial que une ações da SEED e da SESA com o objetivo de contribuir para a formação integral dos estudantes, por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino; teve adesão de 373 municípios no ciclo 2021/2022, com 3.636 escolas municipais e 1.138 escolas estaduais pactuadas, totalizando 1.005.231 estudantes, sendo 675.170 da rede municipal e 330.061 da rede estadual.
- ▶ Escolas Cívico-Militares (Modelo Federal) - contando inicialmente com nove instituições - Cascavel (02), Curitiba (02), Colombo (01), Londrina (01), Rolândia (01), Foz do Iguaçu (01) e Ponta Grossa (01), em 2022 dois colégios do modelo estadual passaram a pertencer ao modelo federal (Lapa e Guarapuava)

e uma nova escola aderiu ao programa (Apucarana), totalizando 12 instituições. A SEED permanece com o convênio da Itaipu Binacional, para reforma e aquisição de materiais didáticos, componentes de informática, equipamentos de laboratório, mobiliário, atendendo cerca de 3 mil estudantes.

- ▶ Programa Colégios Cívico-Militares no Estado do Paraná - conta atualmente com 195 colégios em regime de cooperação entre SEED e SESP. Em 2022, houve entrega de uniformes a cerca de 115.000 estudantes, no valor de R\$ 45 milhões. O programa conta com 420 militares estaduais inativos voluntários. Foram ofertados quatro eventos de formação destinados à equipe diretiva, pedagógica e militares, para os dois modelos (Federal e Estadual), presencial e *online*, atingindo 1.052 profissionais.
- ▶ Programa de Atividade de Ampliação de Jornada Periódica - conta com atividades em diversas áreas do conhecimento, entre elas: a) Educação Empreendedora/Atividade Empreendedorismo, consolidada pelo Convênio de Cooperação Técnica com o Sebrae; b) Programa *Edutech* (aulas de Programação); c) Programa de Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo; d) Programa Vôlei em Rede; e) Centro de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM); f) Componente Curricular Pensamento Computacional; g) Plataforma Matific, propõe aperfeiçoar o ensino e aprendizagem de matemática para os estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental II; h) Aluno Monitor, oportuniza aos estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio a atuarem como monitores, auxiliando estudantes da mesma etapa de ensino, objetivando a melhoria da aprendizagem e a valorização do protagonismo dos estudantes.
- ▶ Educação Integral - em 2022 a rede estadual apresenta 167 instituições de ensino com oferta de Educação em Tempo Integral, que atendem cerca de 40 mil estudantes. As instituições de ensino estão em 103 cidades de todos os NRE, e fazem parte do programa Paraná Integral, que consiste em colégios com todas as turmas em tempo integral, ou do programa Integral Mais, instituições em que algumas turmas dos colégios adotam a oferta em tempo integral. Para 2023, o objetivo é chegar a cerca de 50 mil estudantes distribuídos em 254 instituições com oferta em tempo integral. A proposta conta também com ofertas diferenciadas no tempo de permanência dos estudantes nas escolas, com regimes de tempo de nove horas diárias, e ainda com a proposta de oferta de Educação Profissional em Tempo Integral. O Programa Paraná Integral apresenta rotina escolar com nove aulas diárias para as turmas. Há dedicação exclusiva dos profissionais, com permanência de 40 horas semanais na instituição.
- ▶ Centro de Artes Guido Viaro - em 2022, destaca-se a realização dos seguintes cursos e eventos de artes: a) Cursos de Formação Continuada para Profissionais da Educação - 1.200 profissionais inscritos; b) Cursos de Formação em Arte para Estudantes do Curso de Formação de Docentes - 629 participantes na modalidade *online* e 300 participantes de Curitiba e Municípios da Região Metropolitana na modalidade presencial; c) Cursos de Arte para estudantes e comunidade - 254 participantes; d) FormArte - 100 cursistas; e) Te Encontro no Guido - atendeu cerca de 1.700 pessoas; f) Visitas Mediadas - atendeu cerca de 1.300 pessoas; g) ExperimentARTE - mais de 1.000

participantes; h) IV Convocatória de Arte Postal, com o tema “ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - Você está fazendo a sua parte?”, onde é proposto bienalmente que artistas, professores, estudantes e demais interessados façam o envio de imagens no formato postal, em técnica livre, a partir de um tema, nesse ano disseminando o compromisso e a responsabilidade de todos com a Agenda 2030, além de fomentar a arte e aproximar pessoas de diferentes lugares do mundo por meio de exposições coletivas destes postais; entre diversas outras ações.

12.2 EFICIÊNCIA NA GESTÃO

- ▶ Escola Legal - projeto que tem por objetivo realizar a regularização cartorial das escolas da rede estadual, por meio de uma equipe multidisciplinar dedicada à regularização e contando com o apoio da SEAP, PARANAEDUCAÇÃO e FUNDEPAR. Em 2022, foram regularizadas 88 escolas.
- ▶ Escola Segura - parceria com o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, visa adotar medidas preventivas de segurança em escolas dos municípios de Foz do Iguaçu, Londrina e Região Metropolitana de Curitiba. Ocorre em 107 instituições de ensino com aproximadamente 100 mil estudantes atendidos por um contingente de 117 policiais.
- ▶ Curso de Capacitação em Segurança Escolar - parceria com o Batalhão de Patrulha Escolar Comunitária, está em funcionamento desde outubro de 2022 e conta com mais de mil inscritos, entre professores, militares do Paraná e de outros estados e comunidade em geral. A formação é oferecida pela Escola de Gestão do Paraná, com carga horária de 30 horas.
- ▶ Censo Escolar da Educação Básica - em 2022, o Estado do Paraná declarou ao Censo Escolar pouco mais de 2,5 milhões de estudantes da Educação Básica atendidos em 9.535 escolas nas quatro redes de ensino (federal, estadual, municipal e privada). O Resultado Final de 2021, coletado em fevereiro de 2022, apresentou o menor índice de reprovação e abandono escolar da história do Paraná. Até 2018, a soma dos percentuais de reprovação e abandono ultrapassava em média 13% no Ensino Fundamental e 20% no Ensino Médio; atualmente o índice é de 2,1% no Fundamental e 4,1% no Ensino Médio.
- ▶ Matrícula *Online* - desde 2019 o Estado do Paraná iniciou a adequação do processo de matrículas para o formato *online*. Em 2022, este processo tornou-se 100% *online*, desde o cadastramento do estudante à assinatura do Requerimento de Matrícula. Para 2023, a meta é ofertar o mesmo processo para toda a rede municipal.
- ▶ 1º Encontro Colaborativo entre Estado e municípios - a SEED reuniu mais de mil técnicos municipais, estaduais e secretários municipais de educação, com objetivo de reforçar a colaboração e parceria entre SEED e os municípios, capacitar e incentivar o uso das novas funções e ferramentas digitais (assinatura eletrônica de documentos escolares, pasta individual virtual do estudante, transferência *online* e matrícula *online*) implementadas no Sistema Estadual de Registro Escolar (SERE) e adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

- ▶ Pasta Virtual do Estudante - com este avanço, implementado em 2022, os documentos dos estudantes passam a ser arquivados digitalmente, não havendo mais necessidade de armazenamento físico. Os documentos digitalizados asseguram autenticidade, integridade, confiabilidade, proteção e preservação do documento contra alteração e destruição. A utilização da Pasta Virtual restringe-se aos estudantes com matrícula ativa no SERE. Foram criadas cerca de 1 milhão de pastas.

12.3 INOVAÇÃO PEDAGÓGICA

- ▶ Redação Paraná - plataforma de produção textual que permite aos estudantes aprimorar suas habilidades de escrita e argumentação. A inteligência artificial corrige a estrutura da língua e gramática para que, posteriormente, o professor analise a estrutura do texto, sua coerência e coesão. De acordo com o currículo, contempla os gêneros trabalhados no planejamento pedagógico, auxiliando alunos e professores no desenvolvimento das aprendizagens previstas para cada etapa. Desde sua criação, em 2020, a plataforma contribuiu para a melhoria dos índices de proficiência não só em Língua Portuguesa, mas também em todos os componentes curriculares. Só em 2022, os alunos da rede estadual produziram mais de 3 milhões de redações.
- ▶ Inglês Paraná - desde 2021, foram contratadas 520 mil licenças de acesso à plataforma de Língua Inglesa *English Life, 100% online*. A proposta seguiu com a formação de professores e depois foi implementada junto aos estudantes. Após o teste de nivelamento, a plataforma indica aos estudantes a trilha de aprendizagem mais adequada a seu nível de estudos. Os estudantes têm acesso aos conteúdos e atividades que atendem ao seu ritmo de aprendizagem, sua faixa etária, acompanham sua progressão e os auxiliam nas dificuldades de aprendizagem. As atividades são interativas e objetivam desenvolver habilidades de escrita, leitura e conversação na Língua Inglesa, contribuindo especialmente para o desenvolvimento da oralidade. São 4.164 professores atendidos, meio milhão de estudantes matriculados e investimento de aproximadamente R\$ 15 milhões. Em 2022, foram registradas mais de 11 milhões de lições realizadas pelos estudantes.
- ▶ Robótica Paraná - visa desenvolver nos estudantes da rede conhecimentos e habilidades relacionadas à tecnologia e ciência, contribuindo com as novas aprendizagens, como: pensamento crítico, afinidade digital, resiliência, resolução de problemas, colaboração, comunicação, entre outras habilidades. Para 2022, foram adquiridos mais de 18.300 *kits* de robótica para as 2.117 escolas estaduais. Cada *kit* é composto por um *notebook* (modelo Chromebook) e uma caixa com 383 componentes eletrônicos, acompanhado por material didático exclusivo, desenvolvido pela SEED, com videoaulas, conteúdos e atividades específicos para a faixa etária atendida. Foram desenvolvidas aulas para o Ensino Médio, Ensino Fundamental II, Escolas em Tempo Integral, Projetos para Altas Habilidades e Trilha de Robótica para Novo Ensino Médio.
- ▶ Leia Paraná - implementação da plataforma de leitura Odilo, disponibilizada em 2022 a mais de 1 milhão de usuários da rede estadual. Visa possibilitar a universalização do acesso à leitura, com a disponibilização

de amplo acervo bibliográfico aos estudantes e professores da rede, atendendo ao projeto de leitura elaborado pela SEED que enseja a melhoria do nível de letramento em leitura entre os estudantes da rede estadual. A plataforma permite o acompanhamento do desenvolvimento dos estudantes pelos professores e pode ser acessada através de navegador *web* e aplicativos nos sistemas *Android* e *iOS*.

- ▶ Infraestrutura de rede - todas as instituições da rede estadual de ensino tiveram melhorias na infraestrutura; após a ampliação da rede lógica (2021), foi realizado, em 2022, *upgrade* da velocidade de *internet* nas escolas da rede pública estadual do Paraná, com a migração de todas para 100 MBPS. Todas as escolas estaduais do Paraná possuem *wi-fi* nas salas de aula, para acesso de professores e estudantes. Aproximadamente 20% das escolas com *internet* via satélite migrarão para *internet* por fibra óptica em 2023.
- ▶ Segurança digital - com a disponibilização de acesso à *internet* a todos os estudantes da rede, para garantir a segurança dos estudantes na navegação na *internet*, foram adquiridas soluções de *firewall* e filtro de conteúdo, que impossibilitam o acesso a conteúdo impróprio.
- ▶ Parque Tecnológico - o parque tecnológico da rede estadual está em fase de robusta ampliação e atualização. Foram adquiridos: 25 mil *kits* multimídia/videoconferência, os chamados *Educatrons*, que permitem maior conectividade e interatividade na sala de aula; mais de 40 mil *desktops* para atividades pedagógicas e administrativas nas escolas, NRE e na sede da SEED; e 18.320 *notebooks* destinados às escolas. Está em fase de aquisição 50.000 *tablets* e 2.000 lousas interativas, acompanhadas dos projetores, com previsão de entrega nas instituições em 2023.
- ▶ Reconhecimento Facial - implantação de solução para registro da frequência dos alunos por meio de reconhecimento facial integrado ao aplicativo de Registro de Classe do professor. Testado por 83 instituições de ensino e implantado em 423, tem previsão de uso por todas as escolas estaduais em 2023.
- ▶ Cenários de (*Business Intelligence*) *BI* - foram desenvolvidos cenários de *BI* para a gestão administrativa e pedagógica da SEED, tais como: Presente na Escola, Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Plataforma de Tarefas, Mais Aprendizagem, Prova Paraná, Gestão de Equipamentos, Colégios Cívico-Militares.
- ▶ Assistente Virtual - solução de atendimento virtual por *chatbot*, disponível nos portais da SEED.
- ▶ Sistema de Gestão de Parcerias - foi criado o Sistema de Gestão de Parcerias com as instituições parceiras de Educação Especial, para formalização, gestão e acompanhamentos dos termos de parceria com essas organizações.

12.4 INFRAESTRUTURA ESCOLAR

- ▶ Alimentação Escolar - foram investidos cerca de R\$ 380 milhões para a aquisição de 11 mil toneladas de alimentos não perecíveis, congelados, ovos, frutas e temperos *in natura*. Outros R\$ 80 milhões para aquisição de 18,8 mil toneladas de produtos oriundos da agricultura familiar, beneficiando alunos com produtos de qualidade além de aproximadamente 20 mil famílias de pequenos agricultores. Foi ampliada a oferta de proteína de carne e, em 2022, foi implantado em toda a rede

o Programa Mais Merenda, com oferta de lanches na entrada e saída de cada turno, além das refeições tradicionais no intervalo das aulas, melhorando a segurança alimentar e nutricional. Ao todo, foram cerca de 50 mil toneladas de alimentos distribuídos. São servidas diariamente mais de 1,4 milhão de refeições aos quase 2,2 mil estabelecimentos de ensino do Paraná.

- ▶ Mobiliário, Equipamentos e Suprimento Escolar - foram investidos cerca de R\$ 60 milhões para aquisição de mobiliário e equipamentos para salas de aula, ambientes administrativos e refeitórios, tais como: armários, estantes, conjuntos escolares, ventiladores, aparelhos de ar-condicionado, bebedouros, conjuntos para refeitórios; bem como suprimentos como papel sulfite e vales gás.
- ▶ Obras - foram concluídas 50 obras (R\$ 37 milhões) e quatro unidades escolares novas (R\$ 32 milhões). Outras 173 obras encontram-se em andamento, sendo três unidades escolares novas, totalizando um investimento de R\$ 143 milhões, que contemplam reformas, ampliações e construções. Além disso, o Programa Escola Mais Bonita 2 - que tem a finalidade de atender as demandas de serviços de engenharia emergenciais e urgentes, adequação de espaços físicos e pequenos reparos nas estruturas físicas das escolas - disponibilizou aproximadamente R\$ 26 milhões para o atendimento de 428 instituições de ensino.
- ▶ Fundo Rotativo - em 2022, foram investidos mais de R\$ 180 milhões em recursos destinados as unidades da rede estadual de educação, isso por meio do atendimento de Cotas Normais, Cotas Extras e Cotas Especiais. Foi implementada a modalidade de cartão pagamento para todas as escolas, visando o atendimento das despesas do programa, possibilitando a execução dos recursos pelos gestores com maior agilidade.
- ▶ Transporte Escolar - foram repassados, aos 399 municípios, R\$ 160 milhões para o custeio do transporte escolar de 204 mil alunos da rede estadual. Para implantação do Novo Ensino Médio, que aumentou a carga horária com a sexta aula, foram investidos cerca R\$ 40 milhões repassados por meio de cota extra mensal aos municípios. Para renovação da Frota, o Estado investiu aproximadamente R\$ 2 milhões, firmando convênios com municípios para aquisição de veículos e embarcações. Por meio do Programa de Ações Articuladas (PAR), foram adquiridos 340 ônibus em uma ação conjunta, onde o Estado aportou R\$ 58,5 milhões em complementação à emenda federal.
- ▶ Mãos Amigas - o programa completou 10 anos de atuação junto aos prédios públicos escolares estaduais de oito NRE. Todas as ações são realizadas em parceria entre SEED, FUNDEPAR, PARANAEDUCAÇÃO e SESP/DEPPEN. O Programa consiste em realizar consertos, manutenção e conservação dos prédios escolares, tendo como mão-de-obra os apenados, que adquirem renda e ressocialização, além de geração de economia ao Estado. Em 2022, foram atendidas 230 instituições da rede estadual; as equipes foram ampliadas de 12 para 23, com trabalho diário para 184 presos; está em trâmite o Projeto de Lei que institui o Programa Mãos Amigas; houve aquisição de equipamentos, veículos e maquinários para maior suporte aos NRE envolvidos. A projeção para 2023 é atender todos os 32 NRE.

- ▶ Brigadas Escolares - de acordo com o sistema SisBrigadas, cerca de 94% das escolas da rede estadual estão certificadas, ou em processo de certificação, no programa, ou seja, elas atendem aos requisitos mínimos das normas de prevenção contra incêndios e contam com no mínimo cinco técnicos brigadistas treinados. Em 2022, o Programa capacitou mais de 4 mil novos brigadistas e realizou mais de 4 mil simulados de abandono emergencial.

12.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

- ▶ Bem Cuidar - criado em 2022, o programa é uma parceria entre SEED e UEL que oferece consultas psicológicas, por meio de teleconsultas via aplicativo, a todos os servidores da rede estadual de educação, efetivos ou temporários. A atual capacidade do programa é de realização de até 490 consultas psicológicas por semana. Desde novembro ofereceu também teleconsultas psiquiátricas. Foram realizadas aproximadamente 5 mil consultas no seu primeiro ano em execução.
- ▶ Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) - programa de formação continuada de professores da rede estadual, foi retomado em 2022 com a publicação do Edital n.º 32/2022-GS/SEED, que selecionou 2 mil professores que estejam nas classes 8 a 11, do nível II, da carreira do Quadro Próprio do Magistério (QPM). O novo formato será totalmente a distância, com carga horária de aproximadamente 400 horas. A previsão de início da edição é para o 1º semestre de 2023. Após a certificação no programa, o professor será promovido para o nível III da carreira.
- ▶ Processo Seletivo Simplificado (PSS) - desde 2021, a SEED tem aprimorado a contratação de professores em Regime Especial (CRES). Os processos passaram a realizar provas objetivas, além de prova de títulos. O PSS realizado em 2022, para contratação para o ano letivo de 2023, também realizou prova didática, por vídeo, como forma de classificação, visando garantir a qualidade da educação paranaense.
- ▶ Piso do Magistério - em 2022 os vencimentos básicos dos professores da rede estadual foram reajustados de R\$ 2.888,18 para R\$ 3.903,32, acima do piso Nacional do Magistério.
- ▶ Gratificação de Tecnologia e Ensino (GTE) - além do reajuste do piso, foi criada por meio da Lei Complementar n.º 242/2021, e regulamentada pelo Decreto n.º 10.051/2022, e corresponde ao valor de R\$ 800,00 para jornada de 40 horas semanais, devida a todos os professores da rede estadual, efetivos e temporários.

12.6 GESTÃO DO ESPORTE

- ▶ Jogos Oficiais do Estado - com especial enfoque no desenvolvimento regional e na universalização do atendimento, os Jogos Oficiais são uma importante ferramenta para manutenção das práticas esportivas nos municípios, abrangendo o esporte em todas as suas manifestações, em especial na formação, no aperfeiçoamento esportivo e na prática continuada do Esporte: a) Jogos Escolares do Paraná - 57.030 participantes; b) Jogos Escolares Eletrônicos - 3.794 participações; c) Jogos

Abertos do Paraná - 19.000 participantes; d) Paraná Bom de Bola - 7.000 participações; e) Jogos Universitários do Paraná - 1.797 participações; f) Jogos Universitários Eletrônicos/*E-sports* - 82 participações em sua primeira edição; g) Jogos da Juventude do Paraná (JOJUPS) - 15.000 participações; h) Jogos Paradesportivos do Paraná (PARAJAPS) - 1.700 pessoas atendidas; i) Jogos Escolares Bom de Bola - 23.000 participações; j) JAPS Master - 900 participações; e k) Paraná Combate - 2.000 pessoas atendidas. O Estado apoiou dois grandes eventos: as Olimpíadas Especiais das APAES - com 1.050 participantes; e o Campeonato Pan-americano de *Kickboxing* - com mais de 1.500 pessoas atendidas. Em média, os Jogos Oficiais permeiam anualmente cerca de 130.000 atendimentos, entre técnicos, atletas e dirigentes esportivos.

- ▶ Jogos de Aventura e Natureza - idealizados para impulsionar a economia e o turismo, consistindo em um conjunto de atividades e competições esportivas de variadas modalidades, atreladas ao potencial natural e turístico do Paraná. Em 2022, abrangeram os municípios das regiões Norte, Noroeste, Oeste e um festival de inverno no Litoral do Estado, com um total de 21.865 participantes, paralelo ao *Rally* Transparaná, projeto que está na sua 28ª edição e incluiu competições de motociclismo e ciclismo, totalizando, em seus 1.330 quilômetros de percurso, 60 municípios participantes, finalizando com uma competição *open* de ciclismo com 217 atletas participantes. Ocorridos em novembro, na região de Lindeiros, atenderam cerca de 5.000 pessoas.
- ▶ Pedala Paraná - sob cooperação técnica da UFPR, DETRAN/PR, Conselho Paranaense de Ciclomobilidade (CONCICLO-PR), Sesc, Senac, Paraná Turismo, Paraná Projetos e o apoio da Federação Paranaense de Ciclismo, Sebrae e municípios participantes, tem como principais objetivos incentivar a prática da atividade física e o lazer através da bicicleta, além de contribuir com o desenvolvimento regional, atraindo recursos ao pequeno empreendedor, promovendo com parcerias a capacitação dos envolvidos. Em 2022, o maior programa de instalação de ciclorrotas do Brasil atendeu 29 municípios em 1.300 quilômetros de ciclorrotas pelo Estado, com mais de 15 mil atendimentos.
- ▶ Jogos da Terceira Idade - têm o objetivo de estimular a participação, o prazer e a ludicidade por meio de atividades esportivas adaptadas, recreativas, artísticas, socioculturais e de integração, garantindo melhor qualidade de vida aos idosos. Em 2022, foi ofertado um programa de capacitação para os profissionais de Educação Física que trabalham com idosos, somando 2 mil participações efetivas, entre atletas, comissões técnicas, professores, enfermeiros e colaboradores.
- ▶ Jogos Regionais - os Jogos Abertos da Região de Cantuquiriguaçu é o maior evento regional do esporte amador e, em 2022, contou com 21 municípios participantes e 1.151 pessoas atendidas. Também ocorreram os Jogos da Reforma Agrária, que englobaram os assentamentos e acampamentos de Rio Bonito do Iguaçu e registraram um total de 210 participações.
- ▶ Verão Paraná - em 2022, com a retomada das atividades presenciais, o Verão Paraná foi chamado de “Viva a Vida”. O programa realizou ações voltadas aos veranistas e comunidade local, com atividades esportivas e de lazer, aulas de ginástica, dança, caminhada, recreação infantil, torneios

e eventos esportivos, além de uma série de outras práticas relacionadas ao entretenimento, como apresentações circenses. Nesta edição foi batido o recorde de atendimentos à população, com 607 mil participantes nas ações esportivas e culturais do Governo do Estado, além de grandes eventos esportivos, com destaque ao Campeonato Mundial de *Beach Tennis*, que reuniu 800 atletas de várias regiões do mundo se apresentando nas areias de Caiobá.

- ▶ Geração Olímpica e Paralímpica - desenvolvido pelo Governo do Estado com o patrocínio da COPEL, concedeu 1.260 bolsas distribuídas em seis categorias para técnicos, atletas e paratletas do alto-rendimento. Em reconhecimento aos atletas paranaenses que participaram das Paralimpíadas de Tóquio 2021, com desempenho de destaque nos Jogos, o Governo do Estado mudou o nome do programa Geração Olímpica para Geração Olímpica e Paralímpica. O lançamento oficial do novo nome aconteceu durante homenagem a todos os representantes do Paraná em Tóquio e a inclusão oficial do nome “paralímpico” à logomarca começou a ser utilizada no ciclo do programa de 2022.
- ▶ PROESPORTE - em 2022, o Programa de Fomento e Incentivo ao Esporte (PROESPORTE) do Estado do Paraná lançou edital com o valor de R\$ 9 milhões, contemplando aproximadamente 75 projetos. Ao longo do ano, o PROESPORTE fez a gestão dos editais anteriores, no total de 124 projetos em execução.
- ▶ Esporte no Nota Paraná - programa do Governo do Paraná onde, em 2022, 1.416 entidades paranaenses sem fins lucrativos na área do esporte foram beneficiadas, somando créditos e prêmios no valor de mais de R\$ 2 milhões.
- ▶ Escola do Esporte - por meio de convênio entre a Paraná Esporte, a SETI e a UEPG, foi estabelecida a abertura da segunda turma do curso EaD de especialização *lato sensu* em Gestão Pública do Esporte, beneficiando em torno de 280 matriculados. Foram estabelecidas cooperações técnicas com a UEL, por meio do projeto de extensão Formação de Treinadores, tendo em vista o aprimoramento e qualificação de profissionais de Educação Física, alcançando a participação de 1.115 pessoas em diferentes cursos, sendo eles: Planejamento e Gestão Esportiva dos Jogos Oficiais do Estado do Paraná (693 participantes), Desenvolvimento da Ginástica Rítmica no Estado do Paraná (24 participantes), Capacitação de Pareceristas para Análise de Mérito de Projetos de Incentivo ao Esporte (45 participantes), e Garotas Jogam Futsal - Fundamentação e Aprendizagem da Prática Esportiva (77 participantes).
- ▶ Esporte na Cidade - programa de chamamento público à promoção de ações voltadas ao desenvolvimento esportivo regional, mediante projeto esportivo e incentivado com a entrega de materiais esportivos. Em 2022, contabilizou 300 projetos esportivos atendidos, alcançando 153 municípios, 32 associações, 22 Escolas APAES e 82 escolas das redes estadual e municipal.
- ▶ Programa Paraná Mais Cidades - foram desenvolvidas iniciativas para implementação e aperfeiçoamento de infraestruturas esportivas em áreas de vulnerabilidade social, contabilizando o atendimento a 274 municípios e, dentre estas, foram entregues pelo estado: 255 Academias ao

Ar Livre, 250 Cadeiras de Rodas para modalidades no Paradesporto, 130 *Kits* esportivos de modalidade única, 265 *Kits* esportivos multimodalidades, 37 *Kit* esportivo de integração da Melhor Idade, 11 *Kits* Multimodalidades Paradesportivas e 110 Parques Paradesportivos Adaptados.

- ▶ Programa Estruturante O Esporte Que Queremos - em 2022, após a capacitação dos 399 municípios que, a partir de edital de chamamento público, foram estimulados a desenvolverem as suas respectivas políticas, sob a consultoria da UFPR e incentivo da Paraná Esporte, ocorreu a entrega do incentivo ao desenvolvimento da Política Municipal de Esporte, um *kit* multimodalidades no valor de R\$ 30 mil a cada um, que totalizou o valor de R\$ 2,16 milhões, entregues a 72 municípios por meio de um circuito regional em seis encontros de gestores, abrangendo as 13 regiões esportivas, contabilizando 206 municípios representados e 439 participantes.
- ▶ O Paradesporto Que Queremos - programa lançado em 2022, visa criar uma estrutura de aprimoramento das políticas públicas para o paradesporto, em consonância com as premissas e a legislação vigente do Sistema Esportivo Federal e a Lei Geral do Esporte do Estado do Paraná. Irá ampliar as ações voltadas à prática paradesportiva por todo o Estado, que é referência nacional nessa área. Os investimentos chegam a aproximadamente R\$ 6,5 milhões.
- ▶ Ginásio do Tarumã - em 2022, foi palco para a circulação de mais de 72 mil pessoas aos finais de semana em eventos como *Disney On Ice*, *WGP Kickboxing*, Copa Renault, Campeonato Paranaense e Brasileiro de *Jiu-Jitsu*, Curitiba *Internacional Summer*, Curitiba *Internacional Spring*, Jogos da Liga Nacional de Handebol, Jogos do Colégio Militar, Maestro da Bola, Campeonatos de Basquetebol, Karatê, além de sediar etapas de Jogos Oficiais do Paraná e durante a semana o atendimento se deu por meio da Gestão Compartilhada com a Prefeitura Municipal de Curitiba sob Cooperação Técnica com a Secretaria de Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ), chegando a 43.200 atendimentos, no incentivo aos alunos da rede estadual a praticarem atividades físicas e esportes.
- ▶ Centro nacional de Treinamento em Atletismo (CNTA) - complexo esportivo ligado ao Ministério dos Esportes do Brasil, localizado no município de Cascavel, é um dos cinco centros de excelência e referência na modalidade de atletismo do país, sendo o único do Sul do Brasil. Numa Gestão Compartilhada com a Prefeitura Municipal de Cascavel e parceria com a Universidade de Cascavel (UNIVEL), na área de saúde e educação física, o complexo iniciou o contraturno escolar com atendimento de 70 crianças por dia e subsidiou um treinamento para aproximadamente 50 atletas do Rendimento Esportivo em várias categorias. Em 2022, o complexo foi sede para 17 competições da Federação de Atletismo do Paraná, com destaque para o Campeonato Sul-Americano Sub-23 e o Campeonato Brasileiro Sub 16. Também aconteceram eventos como a Meia Maratona da Itaipu, o *Kettlebell Sport*, a Corrida de Rua do Velho Oeste, as finais dos Jogos Oficiais do Estado, Jogos da Juventude do Paraná, Jogos Abertos do Paraná e Jogos Escolares do Paraná. Nas suas instalações são desenvolvidas ações de iniciação esportiva pela escolinha de *kickboxing* de Cascavel com atendimento de 90 crianças por dia.

SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

13 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR (SETI)

A Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tem como atribuições coordenar, implementar e executar políticas e diretrizes nas áreas da Ciência, Tecnologia, Inovação e Ensino Superior que possam contribuir com o desenvolvimento da sociedade paranaense. Norteiam os programas e projetos coordenados pela Superintendência três eixos temáticos: Desenvolvimento Regional e Popularização da Ciência; Inovação e Competitividade e Reestruturação da Gestão Administrativa.

Integram o Sistema Estadual de Ensino Superior: Universidade Estadual de Londrina (UEL), Universidade Estadual de Maringá (UEM), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP), Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR); e as instituições de educação superior - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAN), Faculdade Municipal de Educação e Meio Ambiente (FAMA), e o Centro Universitário de União da Vitória (UNIUV), mantidas pelo Poder Público Municipal. Em novembro, o sistema contava com 81.746 alunos matriculados, sendo 66.641 regularmente matriculados nos cursos de graduação; 6.290 alunos nos cursos de pós-graduação (lato sensu) e 8.995 matriculados nos programas de Mestrado e Doutorado. Integram ainda o sistema 7.718 docentes (95% com Mestrado e Doutorado) e 3.697 agentes universitários. São 434 cursos de graduação, 162 cursos de especialização, 194 cursos de mestrado e 94 cursos de doutorado.

O Paraná é o Estado que, proporcionalmente, mais investe em ensino superior no país. Por meio da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), o Governo do Estado do Paraná continua atuando para fortalecer o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação e para avançar nos processos de cooperação entre o setor público, o setor privado e as universidades.

13.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

13.1.1 Regulação de Cursos e Instituições

Ao total, foram tramitados e concluídos 42 processos de renovação de reconhecimento de cursos de graduação; 02 reconhecimentos de cursos de graduação e 04 autorizações de funcionamento de cursos de graduação; e ainda, foram nomeadas 16 Comissões de Avaliação Externa para verificação das condições para efeitos de Reconhecimento/Renovação e Reconhecimento de Cursos de Graduação e de Recredenciamento Institucional.

13.1.2 Ensino a Distância

A Universidade Virtual do Paraná (UVPR) é um programa estratégico da SETI, em parceria com as setes universidades estaduais, em parceria com diferentes órgãos do governo e instituições de ensino. A implementação é feita mediante práticas colaborativas e em rede. Foram atingidas as metas planejadas que se sintetizam nas ações desenvolvidas e detalhadas a seguir: a) atendimento de demandas para a formação de pessoas em nível superior; b) manutenção da plataforma da UVPR, na qual as IEES compartilharam e integralizam Ambientes Virtuais de Aprendizagem, bem como materiais e recursos digitais, com interação com redes sociais e outras ferramentas tecnológicas; c) implantação de projetos pedagógicos inovadores de acordo com os interesses dos diferentes setores do Estado, ou em parcerias, para atendimento de demandas específicas frente às necessidades sociais, tais como parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Turismo, Escola de Gestão, Agência de Defesa Agropecuária do Paraná, Instituto do Desenvolvimento Rural, Secretaria da Fazenda e IEES do Paraná; d) produção de conteúdos didáticos para cursos, projetos e processos de formação; e) apoio financeiro aos Núcleos de Educação a Distância por meio do Projeto Paraná + Virtual, que auxilia os setores das universidades na compra de equipamentos, em especial, de informática, de áudio, vídeo e foto, além de *softwares* específicos, ao desenvolvimento de trabalhos em educação digital; f) promoção de cursos e eventos que visem a divulgação científica, a formação de pessoas, a esfera pública e as ações governamentais e de cunho científico e cultural das universidades, a exemplo do evento Paraná faz Ciência e do III Simpósio Internacional de Inovação no Ensino Superior.

13.1.3 Programa de Residência Técnica (RESTEC)

Foram iniciados cinco novos Programas de Residência Técnica, com investimento de aproximadamente R\$ 74 milhões, totalizando 13 programas em execução, com 2.261 vagas ativas para residentes e 896 vagas para servidores e trabalhadores públicos.

13.1.4 Conselho Estadual de Distribuição de Cadáveres (CEDC)

Realizou-se a doação de sete corpos destinados às Instituições de Ensino, conforme a sequência atualizada em lista mantida pelo CEDC; e foram nomeados novos representantes para comporem o CEDC, via Decreto n.o 12.466/2022.

13.1.5 Relações Internacionais e Interinstitucionais

Foram atendidos projetos e programas vinculados a parcerias internacionais e interinstitucionais da SETI: a) Programa *AWARD* -21 editais ofertados pelas sete universidades estaduais; foram realizadas 67 traduções e revisões de artigos científicos pelos centros de escrita acadêmicos vinculados ao Programa; b) Webinar Internacional de Educação, Ciência, Tecnologia e

Inovação - realizadas quatro edições, atingindo 300 participantes e 2,5 mil visualizações; c) Programa de Apoio ao Fomento, Manutenção e Consolidação da Política de Internacionalização das IEES do Estado do Paraná - organizada uma chamada pública via Fundação Araucária, na ordem de R\$ 1 milhão, tendo como finalidade financiar a manutenção e a consolidação de uma política de internacionalização das IEES; d) Criação dos perfis profissiográficos de Tradutor de Idiomas e Agente de Assuntos Internacionais - foram criados os perfis profissiográficos de Tradutor de Idiomas e de Agente de Assuntos Internacionais (Lei n.º 21.118, de 30 de junho de 2022).

13.1.6 Outras Atividades Desenvolvidas

Além das atividades já citadas, a assessoria da Coordenadoria de Ensino Superior da SETI realizou: a) coordenação da Comissão de Especialistas, até abril, quando do fim da Emergência Sanitária; b) criação e organização da exposição de retorno às atividades presenciais - parceria SETI - REMUP -MCG (UEPG), alcançando 500 visitantes por dia; c) assessoria e criação do Museu de Arte Popular da UENP, vindo a atender em média 400 pessoas/semana; d) assessoria na criação do Museu de Ciências Naturais da UEPG, com atendimento médio de 1000 visitantes/dia; e) coordenação do Mês da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e a 19ª Semana Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, juntamente com o Lançamento do *website* Paraná Faz Ciência, organizado em parceria com CCT, UVPR e UEM; f) organização da 16ª Primavera dos Museus em parceria os Museus universitários das IEES da REMUP, atingindo um público médio de 30 mil visitantes; g) organização do curso Autenticação e Valoração de Peças do Patrimônio Cultural em parceria com a Polícia Federal, UFPR e SECC - com participação de funcionários de Museus e centros de documentações, peritos e estudantes, num total de 126 cursistas; h) implantação do Laboratório Central de Conservação Preventiva e Cultural em parceria com a UNESPAR; i) Implantação de uma plataforma de Digitalização em 3D, em parceria com o Museu Campos Gerais (UEPG) dos acervos dos espaços museais e divulgação no *website* Paraná Faz Ciência - primeiro portal de divulgação científica estadual; j) aprovação de Termo de Parceria Técnica com a SEED para implantação da Escola 4.0 Newton Freire Maia e a remodelação do Parque da Ciência.

13.1.7 Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação

Considerada uma das principais ações recentes do Governo do Estado, é uma iniciativa que estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, com foco no crescimento socioeconômico baseado em uma economia do conhecimento. Com efeito, o Marco Legal estimula a inovação nas empresas e instituições de ciência, tecnologia e ensino superior, promovendo interação e cooperação entre o setor público e os segmentos produtivos. Para tanto, foi realizado o Seminário Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná, nos dias 20 e 21 de junho, no Auditório Paul Garfunkel da Biblioteca Pública do Paraná, que reuniu cerca de 130 participantes. Foi

instituída a Comissão Especializada sobre o Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação do Paraná (Portaria SETI n.o 40/2022) com o objetivo de articular as regulamentações internas das IEES para promoção do seu trabalho em rede, minutar instrumentos de cooperação, alinhar ações e divulgar o Marco Legal de CT&I do Paraná. Também foi instituída a Rede Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação das Universidades Estaduais com o intuito de consolidar a integração das iniciativas de CT&I, articular as diferentes regulamentações da Política de Inovação das IEES e alinhar o papel das Agências de Inovação e NITs das IEES.

13.1.8 Desenvolvimento Regional

O Governo do Estado sancionou o Decreto n.o 10.769/2022, que regulamenta o Programa de Estímulo às Ações de Integração Universidade, Empresa, Governo e Sociedade. O Programa Agências para o Desenvolvimento Regional Sustentável e Inovação do Paraná (PROGRAMA AGEUNI) tem por objetivo aumentar a competitividade das empresas paranaenses, agregando tecnologia aos processos de produção de bens e serviços. Nesse cenário, a capilaridade regional das instituições estaduais de ensino superior é essencial para criar uma sinergia entre os diversos atores e ecossistemas de inovação, fortalecendo o relacionamento entre academia, setor produtivo empresarial, sociedade civil organizada e setor público. Além do Decreto Estadual n.o 10.769/2022 que dispõe sobre a criação do PROGRAMA AGEUNI e dá outras providências, foram publicadas as Portarias SETI n.o 65 que define a composição do Comitê Gestor Estadual AGEUNI; n.o 111 - que define os requisitos para adesão dos Núcleos de Inovação/Agências de Inovação das IEES ao PROGRAMA AGEUNI; n.o 110 - que define critérios para funcionamento dos Comitês Regionais do PROGRAMA AGEUNI e n.o 125 - que cria o Grupo de trabalho para definir e propor protocolos de operacionalização da AGEUNI. Até novembro foram investidos cerca de R\$ 11,3 milhões.

13.1.9 Obras Públicas e Infraestrutura Urbana

Manutenção do Programa de Apoio às Agências de Inovação para o Desenvolvimento Regional Sustentável - Escritório de Projetos de Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, utilizando de Tecnologia *BIM* (Modelagem de Informação da Construção) chamados de Projetek. Esses escritórios visam atender demandas de municípios de pequeno porte com menos de 30 mil habitantes, nas regiões em que se localizam os *campi* das IEES e que não dispõem de profissionais nos setores de projetos. O intuito é executar as obras em tempo hábil, evitando gastos extras aos cofres públicos municipais. O portfólio de serviços abrange infraestrutura urbana e predial, incluindo drenagem e pavimentação de ruas, bem como projetos de empreendimentos voltados a serviços para a população, como creches, escolas e postos de saúde.

13.1.10 Promoção de Saúde e Combate à Pandemia

Implementado pelo Governo do Estado, o Programa de Apoio Institucional para Ações Extensionistas de Prevenção, Cuidados e Combate à Pandemia do Coronavírus foi reconhecido como uma das principais iniciativas de extensão do Brasil para o enfrentamento à Covid-19. O programa viabilizou a disponibilização do serviço de telessaúde à população dos 399 municípios, por meio do aplicativo Saúde *Online* Paraná. O Saúde *Online* Paraná deu continuidade ao contingenciamento da COVID-19 no retorno às aulas presenciais das IEES do Paraná, para complementar os esforços executados pelas instituições, por meio da execução de um serviço de telessaúde para assistência médica e psicológica a toda a comunidade acadêmica. O Paraná foi o primeiro estado a oferecer um programa de telessaúde no cuidado da saúde mental dos professores. A Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED), em parceria com a UEL e a SETI, implementaram o projeto Bem Cuidar, programa multiprofissional em que são ofertados atendimentos especializados com psicólogos e psiquiatras aos professores e demais servidores da SEED. Em seis meses *online*, foram mais de 5,5 mil consultas.

13.1.11 Empreendedorismo e Inovação

Foi implantado o Programa de Propriedade Intelectual com Foco no Mercado *Prime* Mulher, que consiste em uma pré-aceleração de negócios, voltado a estudantes e professores de universidades e centros universitários paranaenses, públicos e privados, e empreendedores assistidos por agências de inovação e núcleos de inovação tecnológica (NITs). A iniciativa tem foco na transformação do resultado de pesquisas acadêmicas em produtos com potencial de mercado, a fim de contribuir ao desenvolvimento econômico e social do Paraná. O programa estimula a criação de *startups* para comercialização e produção de tecnologia, licenciamento de tecnologia e *networking* com possíveis sócios e investidores, além de ampliar os conhecimentos para transformar diferentes pesquisas científicas e tecnológicas em produtos, identificando os potenciais mercadológicos. Um dos principais objetivos é gerar valor e proporcionar *royalties* de transferências de tecnologia em um processo contínuo de desenvolvimento de novas pesquisas nas instituições paranaenses de ensino superior e auxiliar na superação de obstáculos comuns no início da trajetória empreendedora. Na edição 2022, pesquisadoras mulheres participaram de uma trilha sobre empreendedorismo feminino.

13.1.12 Empreende Mais

O Programa de Apoio ao Empreendedorismo, subprograma Paraná Empreende Mais consiste na capacitação gerencial a micros, pequenos e médios empresários e aos Microempreendedores Individuais (MEIs), tendo em vista a criação de novos empreendimentos e o fortalecimento dos existentes. Também atua no sentido de impulsionar empreendimentos geradores de produtos, processos e serviços inovadores que proporcionem a geração de emprego e renda no

campo e na cidade. Por meio da Chamada Pública 15/2021, foi possível o investimento de cerca de R\$ 2,3 milhões para a disponibilização gratuita de aulas, mentorias e demais atividades de capacitação. Entre maio e outubro, foram realizadas 3.212 capacitações em 348 municípios do Estado.

13.1.13 Rede de Laboratórios Multiusuários

Foram desenvolvidos trabalhos com vistas à implementação da Rede de Laboratórios Multiusuários, que visam dar suporte às atividades de pesquisas científicas e tecnológicas, disponibilizando equipamentos e serviços especializados, atendendo as demandas das Universidades Estaduais, TECPAR e do setor produtivo, com o uso compartilhado dos espaços e equipamentos específicos. Foram assinados o Termo de Cooperação n.o 59/2022-SETI-TECPAR-UEPG-UNICENTRO-UNIOESTE-UEL-UENP-UNESPAR-UEM e a Portaria Conjunta n.o 03/2022 - TECPAR/SETI, que dispõe sobre o regulamento da Rede de Infraestrutura Multiusuária de Pesquisa do Paraná (RIMPP). Foram investidos, aproximadamente R\$ 2 milhões.

13.1.14 Programa Vida Ativa

Voltado à construção dos condomínios Viver Mais Paraná (40 unidades por condomínio), destina-se a idosos com renda de 1 a 6 salários mínimos. Estão em vias de implantação e construção condomínios em Francisco Beltrão, Cornélio Procópio, Irati, Prudentópolis, Telêmaco Borba, Arapongas, Cascavel, Cianorte, Dois Vizinhos, Fazenda Rio Grande, Guarapuava, Londrina, Maringá, Palmas, Pato Branco, Piraquara, Ponta Grossa e Sarandi. Em Foz do Iguaçu, Jaguariaíva e Prudentópolis, os condomínios já se encontram habitados e em funcionamento.

13.1.15 Programa de Extensão Aurora

Tem como objeto apoiar o desenvolvimento de estudos e pesquisas que tratem do envelhecer como um processo de transformações biopsicossociais, de idosos viventes em condomínios, cujas atividades avaliativas serão aplicadas por profissionais multidisciplinares, a fim de identificar o perfil social, físico, funcional e cognitivo destes idosos e promover a convivência social, a valorização de si e do meio no qual está inserido, bem como a capacitação dos agentes envolvidos no atendimento às necessidades e demandas existentes. Termos de convênios assinados: SETI/UGF/UEPG; TC89/22-SETI/UGF/UNICENTRO; TC90/22- SETI/UGF/UNIOESTE. Investimento de aproximadamente R\$ 775 mil.

13.1.16 Cidade Amiga do Idoso

Em parceria entre o Ministério da Cidadania e a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho estabeleceu-se uma rede de pesquisadores das Universidades Estaduais e a UTFPR, para execução do

projeto de extensão para auxílio aos municípios paranaenses que aderiram à Estratégia Brasil Amigo da Pessoa Idosa (EBAPI). O público-alvo atingido pelo presente projeto envolve diretamente gestores e profissionais de diferentes setores da sociedade civil e, de modo especial, as pessoas idosas e a comunidade geral, residentes nos 42 municípios do Estado do Paraná que aderiram à EBAPI. O projeto é executado pela UTFPR em parceria com a UNICENTRO, UEL, UEM, UNIOESTE, UEPG. Foram certificados 22 municípios no ano.

13.1.17 Vestibular Indígena

A inserção de estudante indígena nas universidades estaduais paranaenses e na UFPR ocorre desde 2002. Com a aprovação da Lei Estadual n.o 14.995/2006 cada universidade estadual passou a destinar 6 vagas para estudantes indígenas e 10 vagas na Universidade Federal do Paraná - UFPR. Para o vestibular de 2022 foram investidos aproximadamente R\$ 473 mil. Também foi aprovada nova Regulamentação da Comissão Universidade para os Indígenas (CUIA) - Portaria SETI n.o 037/2022.

13.1.18 Universidade Sem Fronteiras

Com início em 2007, instituído em 2010 por meio da Lei n.o 16.643 como política pública de Estado, tem por objetivo desenvolver projetos de extensão, prioritariamente, em municípios paranaenses com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e bolsões de pobreza. Os projetos executados atendem áreas prioritárias definidas em edital, tais como: Inclusão e Direitos Sociais; Educação; Agricultura Familiar e Agroecologia; Diversidade Cultural; Promoção da Saúde e Inovação Social. O investimento ultrapassou R\$ 6,3 milhões.

13.1.19 Programa Institucional de Apoio à Extensão Universitária

Tem por objetivo oferecer apoio financeiro às universidades a fim de suprir a necessidade de custeio, bolsas e equipamentos destinados à melhoria e modernização da infraestrutura para a realização de projetos e programas de extensão. Visa ainda atender projetos extensionistas nas áreas do conhecimento que apresentem aderência aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) fomentados pela Fundação Araucária ou que apontam aderência a algum dos ecossistemas de inovação e áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia. Investimentos superaram R\$ 1,5 milhão, em 2022.

13.1.20 Vale do Genoma

O propósito do Vale do Genoma foi definido como um Ecossistema de Inovação orientado à pesquisa e desenvolvimento em genômica e inteligência artificial aplicado à saúde, agropecuária e meio-ambiente, que integra governo, academia, empresas e sociedade civil. Este ecossistema foi criado

em 23/07/2021 (Termo de Cooperação 04/2021) com a participação das seguintes instituições: SETI, Fundação Araucária, Instituto de Pesquisas para o Câncer, *Cilla Tech Park* (Guarapuava), Centro de Inovação no Agronegócio (CIAg) e Fundação *Shunji Nishimura* de Tecnologia. A governança deste ecossistema foi definida por seu Conselho Curador, com representantes de cada uma das seis instituições conveniadas. Contará ainda com um Comitê Executivo, também composto por representantes das instituições supramencionadas. Em setembro, foi aprovada a Convenção de Governança e Gestão do Ecossistema de Inovação Vale do Genoma. Foi lançado o projeto de pesquisa em genética com foco na prevenção de doenças, denominado Genomas Paraná que tem como objetivo identificar marcadores de predisposição genética e metabólica dos paranaenses a partir de técnicas de inteligência artificial e ciência de dados, que pretende descrever o perfil genético e epidemiológico da população. O propósito deste projeto de pesquisa é embasar estratégias de Medicina de Precisão, área interdisciplinar que alia ao perfil genético dos pacientes os aspectos convencionais de diagnóstico e tratamento, como sintomas, história pessoal e familiar e exames complementares. O projeto recebeu aporte de mais de R\$ 3 milhões, sendo metade da Fundação Araucária e o restante do Fundo Paraná.

13.1.21 Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia do Paraná (CCT/PR)

O Conselho aprovou as seguintes áreas prioritárias, aptas a receberem recursos do Fundo Paraná, a saber: Agricultura e Negócios; Biotecnologia e Saúde; Energias Sustentáveis/Renováveis; Cidades Inteligentes e Sociedade, Educação e Economia, tendo como condicionantes-chave a Transformação Digital e o Desenvolvimento Sustentável.

Com orçamento aproximado de R\$ 96,8 milhões em 2022, dentre as ações da Unidade Gestora do Fundo Paraná, destacaram-se: a) apoio às unidades experimentais para o desenvolvimento de pesquisas e inovação (IDR/PR), com valor investido de R\$ 2,5 milhões; b) investimentos de aproximadamente R\$ 43,4 para a implantação do Laboratório de Pesquisa e Produção de Insumos para Diagnóstico Veterinário, com nível de biossegurança NB3; c) Investimento de R\$ 1 milhão para o desenvolvimento, pesquisa, produção industrial e validação de F(AB')₂ - frações de imunoglobulina na neutralização do vírus SARS-COV-2 em parceria com a Secretaria da Saúde; d) recursos na ordem de R\$ 264 mil para a implementação de ações que visam o desenvolvimento de maturidade tecnológica de um biofungicida microbiano para controle da ferrugem asiática da soja; e) apoio à estruturação do Laboratório de Pesquisa em Radiações Ionizantes do curso de Física Médica da UEM, *campus* Goioerê, - com recursos investidos na ordem de R\$ 560 mil; f) investimentos de aproximadamente R\$ 2 milhões, com o objetivo de dar continuidade às pesquisas/extensão do Projeto Imbituvão: técnicas silviculturais e de manejo florestal como estratégias de recuperação, uso e conservação de fragmentos antropizados de Floresta Ombrófila Mista em pequenas propriedades rurais no centro-sul do Paraná e g) Apoio à implantação do Centro de Análises de Leite e Derivados (UTLAC) na UTFPR, *campus* Francisco Beltrão,

por meio da construção de laboratório de análise, visando a melhoria da qualidade e valorização dos alimentos produzidos na região Sudoeste do Paraná; o projeto prevê recursos na ordem de R\$ 780 mil.

13.1.22 Fomento, Formação e Disseminação

Fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e à Inovação; verticalização do Ensino Superior e Formação de Pesquisadores e Disseminação da Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação compõem o eixo a partir do qual os projetos da Fundação Araucária, são desenvolvidos.

Dentre as principais realizações nestas áreas tem-se: a) promoção do II Fórum Brasil & China; b) criação do Programa Paranaense de Acolhida a Cientistas Ucranianos - até novembro, possuía 16 pesquisadores inscritos, que já tiveram seus planos de trabalho aprovados; desses sete estão no Paraná; com valor global de R\$ 18 milhões, conta com o apoio de instituições parceiras acadêmicas, governamentais e de outros segmentos nacionais e internacionais; c) criação da Cátedra Araucária para o Desenvolvimento Territorial Sustentável do Eixo Capricórnio - fundamentada na teoria dos *commons*, engenharia e gestão do conhecimento e educação digital; mais de 30 instituições localizadas nos estados e países englobados pelo Eixo Capricórnio assinaram o protocolo de intenções de criação da Cátedra em evento realizado no Parque Nacional do Iguaçu; d) aprimoramento da plataforma laraucaria - permite identificar e localizar pesquisadores do *Lattes*, suas produções científicas e técnicas, perfis de formação e de atuação, informações do CNPq e a identificação da infraestrutura em que atuam (ex: universidades, laboratórios, centros de pesquisa); em novembro a plataforma contava com 600 pesquisadores cadastrados; e) continuidade das parcerias com o Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) e Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) - com a primeira instituição, por meio da participação em chamadas públicas como: Amazônia +10, que tem como objetivo apoiar pesquisas que contribuam para a resolução de problemas prioritários para o avanço sustentável na região amazônica; em parceria com a FIEP na realização do segundo ciclo do projeto para a construção coletiva de rotas estratégicas regionais de ciência, tecnologia e inovação no Paraná, que englobou os ecossistemas do Sudoeste, Norte Pioneiro, Noroeste, Centro-Sul e Campos Gerais (nove ecossistemas no total); foram lançadas 17 chamadas públicas de projetos e 29 processos de inexigibilidade de chamamento público disponibilizando cerca de R\$ 64,9 milhões (Fundação Araucária - cerca de R\$ 43,7 milhões, recursos de parceiros - em torno de R\$ 21,1 milhões); f) ações para fortalecimento dos ecossistemas de inovação seguindo as características dos NAPIs - a prioridade é a condução da produção de conhecimento de forma colaborativa pelos pesquisadores paranaenses com base em demandas reais de desenvolvimento de setores estratégicos para o Estado, há cerca de 30 NAPIs em diferentes estágios de criação e funcionamento.

13.1.23 Gestão do Sistema Estadual de Parques Tecnológicos (SEPARTEC)

O Estado do Paraná é responsável por investimentos em pesquisa e desenvolvimento que contribuem para o avanço da cadeia de inovação.

Dentre as principais ações do SEPARTEC destacam-se: a) Qualificação dos Agentes promotores de Inovação - início do curso de Especialização em Gestão de Ambientes Promotores de Inovação RESTEC/GAPI, com seleção e matrícula de 31 Residentes Técnicos, 24 Servidores Públicos e 75 Atores do Ecossistema de inovação; implementação do programa de Residência Técnica em Gestão de Ambientes Promotores de Inovação, com a seleção de 18 alunos recém-formados; b) Credenciamento provisório e/ou definitivo das iniciativas de Parques Tecnológicos - assinatura do termo de reinvestimento entre o Governo do Paraná e a SIG COMBIBLOC DO BRASIL para aplicação dos incentivos fiscais decorrentes do programa Paraná Competitivo, no programa Galha Azul totalizando R\$ 850 mil, apoiando as iniciativas e Parques Tecnológicos no Estado do Paraná e visando garantir a *performance* necessária para que se transformem em ativos de base tecnológica no desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná, através do Sistema de Credenciamento Definitivo dos Parques Tecnológicos; c) Construção de parcerias para o fortalecimento das iniciativas de Parques Científicos e Tecnológicos como Habitats promotores de Inovação - com a Secretaria da Fazenda o Programa Paraná Inovador visa conceder um tratamento tributário do ICMS para empresas de base tecnológicas, estabelecidas no âmbito dos Parques Tecnológicos do Paraná credenciados pelo SEPARTEC; com o BIRD- Banco Mundial para criar o Sistema de Sistemas - Paraná Inova Digital (PID) - estruturar uma plataforma digital que congregue todas as informações e dados de sistemas desenvolvidos e em desenvolvimento num único ambiente digital, composto por *Business Intelligence (BI)*, Inteligência Artificial e uma estrutura construída com a utilização de métodos e ferramentas da Engenharia do Conhecimento, num sistema de multiplataformas e em camadas distintas.

13.2 INSTITUTO DE TECNOLOGIA DO PARANÁ (TECPAR)

O Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), empresa pública do Governo do Estado, fundada em 1940, é um instituto de ciência e tecnologia que, com seu corpo técnico, apoia a inovação e o desenvolvimento econômico e social do Paraná e do Brasil. Tem como missão atuar em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, e na Produção e Soluções Tecnológicas, que agreguem valor aos clientes e à sociedade. Com objeto social de colaborar com a consecução de políticas públicas por meio do desenvolvimento científico e tecnológico e da produção e disseminação para a área da saúde e oferta de bens e serviços para os setores público e privado, provendo soluções científicas, tecnológicas e inovadoras, por meio da mobilização de competências que favoreçam a competitividade da economia brasileira, em consonância com as orientações estratégicas do Estado do Paraná e atuando sob o

princípio da indissociabilidade entre educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, soluções tecnológicas e difusão tecnológica e inovação.

13.2.1 Principais Realizações

Três pilares sustentam sua atuação: o empreendedorismo tecnológico inovador, a indústria da saúde e o desenvolvimento tecnológico e inovação. Retornou ao Orçamento Fiscal do Estado, pela Lei n.º 20.873/2021, culminando com o ingresso de recursos para custeio de despesas correntes e de capital. Entre as ações para seu fortalecimento destacaram-se:

- ▶ Único laboratório público a produzir a vacina antirrábica animal no Brasil - firmou contrato com o Ministério da Saúde para fornecer 21 milhões de doses do produto, que serão usadas nas campanhas de vacinação de cães e gatos em todo o País.
- ▶ Exames sorológicos antirrábicos em animais - com a modernização dos laboratórios no seu câmpus Juvevê, em Curitiba, o TECPAR se tornou o primeiro do Sul do Brasil habilitado pelos Estados Unidos e pela União Europeia para o exame. O credenciamento registrado no Centro para Controle e Prevenção de Doenças (CDC), dos EUA, e na agência francesa *Anses-Nancy*, laboratório de referência da UE. Os testes de sorologia antirrábica são aceitos na Europa, América e Ásia, somando 36 países. Este documento comprova que o animal que recebeu a vacina antirrábica no Brasil realmente está imunizado e produziu anticorpos contra o vírus da raiva.
- ▶ Periódico *Brazilian Archives of Biology and Technology* (BAPT) - lançou a Edição Especial, para celebrar o marco de 75 anos, do *periódico*, editada pelo TECPAR, consolidado entre os mais estruturados periódicos nacionais na disseminação dos resultados das pesquisas e dos avanços científicos e tecnológicos gerados pela comunidade científica. Destaca-se a internacionalização da revista científica, que dentre as 143 publicações científicas divulgadas na edição 65, até novembro de 2022, 82 foram enviadas por pesquisadores de países da Ásia, África e América do Sul.
- ▶ TECPAR Certificação - completou 25 anos de atuação, alinhada com os mais rígidos padrões internacionais de certificação. A unidade é referência nacional dado ao pioneirismo e à melhoria contínua na qualidade dos serviços prestados ao longo dos anos. Em março, chegou à marca de 19 mil auditorias em sua atuação no Paraná e no Brasil.
- ▶ Celebrou uma década de parceira com o Instituto LIFE, sendo o único organismo de certificação brasileiro acreditado pelo Instituto para conceder a Certificação LIFE. O reconhecimento, realizado pelo TECPAR Certificação, é voltado para empresas que quantificam os impactos de suas atividades no meio ambiente e executam ações voltadas para a conservação da biodiversidade.
- ▶ O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), inaugurou em 13 de dezembro o Centro de Saúde Pública de Precisão, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP). Iniciou suas atividades ainda no

mês de dezembro. O projeto visa um estudo sobre a genética da população acometida por cânceres e doenças raras no Paraná.

- ▶ O TECPAR junto com o Instituto Carlos Chagas (Fiocruz) e o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP) receberão do Governo do Paraná um investimento de mais de R\$ 200 milhões para fortalecimento do Parque Tecnológico da Saúde. Com a parceria, será implantada uma fábrica para produção de insumos para vacinas e de produtos biotecnológicos de nova geração. Em dezembro foi concluído o processo de licitação das obras. As construções devem ter início ainda no primeiro trimestre de 2023.
- ▶ Coordenador do segmento da saúde do *Roadmap* Biotecnologia 2031, proposto pelo Sistema FIEP, o Instituto é o articulador de ações de curto, médio e longo prazo no segmento da saúde, incentivando a indústria com aplicação de biotecnologia orientada para a saúde humana e animal. O primeiro tema neste sentido foi debatido por especialistas do Estado, que é o estímulo da pesquisa sobre o uso de células-tronco como produto de terapia celular avançada.
- ▶ Celebrado Acordo de Parceria e Fornecimento com o Instituto de Biologia Molecular do Paraná (IBMP) para atuarem em conjunto para fornecer produtos a estados e municípios que tenham interesse em fazer compras descentralizadas do Sistema Único da Saúde (SUS).
- ▶ Realizou um projeto pioneiro, desenvolvido em parceria com a Associação dos Municípios do Paraná (AMP), para ampliar a certificação de produtos orgânicos no Estado - por meio de *workshops* com as prefeituras, buscou estimular a geração de empregos e renda, com foco no desenvolvimento regional sustentável, em alinhamento com as ações do Governo do Estado.
- ▶ *Hackaday Kids* - promoveu junto com a Secretaria de Ciência Tecnologia e Inovação de Pato Branco, um *hackathon* voltado ao público infantil, que teve como tema Como a tecnologia pode auxiliar na solução de problemas na cidade e na sociedade.
- ▶ Acordos de Cooperação Técnica - em consonância com as diretrizes do Governo do Estado em interiorizar as ações de base científica e tecnológica, celebrou com a Prefeitura de Ivaiporã um acordo de cooperação técnica e outro com a prefeitura de Londrina para elaboração de um projeto de inovação aberta. O objetivo é identificar oportunidades de soluções em tecnologias que possam promover o desenvolvimento social, econômico e ambiental do município, por meio de ações de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).
- ▶ Celebrou Acordo de Cooperação com a Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e as Universidades Estaduais para unir competências para o desenvolvimento da Rede de Laboratórios Multiusuários, com a finalidade de dar suporte às atividades de pesquisas científicas e tecnológicas, disponibilizando equipamentos e serviços especializados, com o uso compartilhado dos espaços e equipamentos específicos.
- ▶ Protocolo de Intenções: a) com a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba - para promoverem ações conjuntas de modernização da tecnologia hospitalar por meio de prospecção

de pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e serviços; b) com o Instituto de Transporte e Infraestrutura (ITTI) da UFPR - em conjunto promoverão ações de pesquisa, capacitação, desenvolvimento tecnológico e inovação, gestão, supervisão e certificação de projetos e obras na área de infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

- ▶ Abertura de Edital para a seleção da empresa que será responsável pela obra da nova planta de produção de insumos para o diagnóstico da brucelose e tuberculose bovina.
- ▶ Editais de chamamento público na área da saúde para fornecer ao Ministério novos produtos: a) Prospecção de mercado para fornecimento e Transferência de Tecnologia para Fabricação de Fórmulas infantis para necessidades dietoterápicas específicas para pacientes com APLV; b) seleção de parceiros para fornecimento e transferência de tecnologia para fabricação de vacina meningocócica ACWY destinada ao mercado público; c) seleção de parceiros para fornecimento e transferência de tecnologia para fabricação de vacina pentavalente (DTP/HiB); d) seleção de parceiro para transferência de tecnologia de *kits* de diagnóstico para Dengue, Zika, Chikungunya e COVID-19.
- ▶ Por meio de Agência de Inovação, o TECPAR mantém sua incubadora tecnológica e seu parque tecnológico, que apoiam o desenvolvimento de novos negócios para geração de emprego qualificado e aumento de renda - realizou abertura de edital de chamamento público a novos empreendedores, específico para seleção de *startups* da área da saúde, tendo duas empresas habilitadas.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

À Secretaria de Estado da Saúde (SESA) compete a formulação, o desenvolvimento, o monitoramento e a avaliação da Política Estadual de Saúde, visando a organização e a regulação do Sistema Único de Saúde no Paraná e a promoção, prevenção, atenção, recuperação e a vigilância em saúde com qualidade e igualdade, por meio de uma gestão estratégica e participativa, articulada com outras áreas governamentais e a sociedade civil, e com resultados para a saúde da população paranaense. Respeitando o princípio da universalidade, o seu público-alvo é a população que aqui se encontra (residente ou de passagem).

As ações prioritárias que a SESA desenvolve tem como base o seu Mapa Estratégico e as Diretrizes do Plano Estadual de Saúde do Paraná (PES) 2020-2023, instrumentos guia para as principais realizações.

Uma das premissas do projeto de saúde é a regionalização. Ou seja, fazer valer a possibilidade de acesso pelos paranaenses, de forma efetiva e com qualidade, aos serviços assistenciais. O Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, pautou suas ações voltadas para estes objetivos de forma concreta.

Colocou em prática um olhar, segundo o lema, de levar a saúde perto da casa das pessoas, diminuindo trajetos e assegurando que as portas estejam sempre abertas nas comunidades, nas localidades onde o cidadão encontre o suporte necessário, e que em tempos remotos eram praticamente inacessíveis.

Reduzir o deslocamento de pacientes aos grandes centros é a meta do Governo. Neste sentido, o fortalecimento da Atenção Primária, em sólida parceria com os municípios, foi aprimorado. Obras, equipamentos, insumos, incentivos financeiros, veículos, bem como diretrizes foram traçadas em conjunto com o Estado para melhorar a vida das pessoas.

Ademais, contratos com hospitais foram ampliados, serviços e procedimentos expandidos, novos convênios formalizados.

A descentralização da saúde, em parceria com os Consórcios Intermunicipais de Saúde, também se tornou realidade; com estratégias ambulatoriais e um investimento de mais de R\$ 203 milhões para a construção de dez Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME), as novas obras dos AMEs pavimentaram uma rede capaz de ofertar, com o respeito ao paranaense, diversas especialidades e exames especializados de média complexidade em localidades de relevância regional.

A pandemia exigiu um grande esforço estratégico da SESA, comprovando que o Sistema Único de Saúde (SUS) é robusto e inabalável. Três hospitais próprios foram colocados para funcionar exclusivamente no enfrentamento da COVID-19; a dualidade com os prestadores privados e filantrópicos também permitiu o conforto e a capacidade instalada no Paraná em receber as pessoas

em leitos de UTI e enfermaria, especialmente durante os últimos dois anos, com atendimento de qualidade.

O legado desta estratégia ficou no Paraná na rede de hospitais. Não houve inclinação para abertura de “hospitais de lona”, que com o arrefecimento da pandemia seriam rapidamente desmontados. Pelo contrário, o caminho foi de potencializar e oportunizar o que historicamente o Estado tem de melhor na sua rede, com unidades de tijolo e cimento.

Uma forte política de vacinação foi desencadeada, colocando o Paraná como um dos estados mais efetivos no planejamento e na distribuição de imunizantes contra a COVID-19, contando sempre com o apoio da Casa Militar, com as aeronaves que fizeram a logística de entrega dos frascos nos municípios; normalmente em menos de 24 horas - para ser aplicado no braço dos paranaenses.

Este cenário, naturalmente, exigiu da gestão da saúde um esforço concentrado no combate à pandemia. Entretanto, outras políticas públicas de permanência e inclusão foram desempenhadas neste período.

Em relação à promoção da equidade em saúde, considerando as condições de vida e necessidades das populações específicas, negra, migrantes, refugiados e apátridas, privadas de liberdade, em situação de rua, LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros), comunidades tradicionais, adolescentes em conflito com a lei, a SESA manteve as articulações intra e intersetoriais com os demais órgãos do Estado e com instâncias de controle social, objetivando dar visibilidade e efetivar o cuidado integral a essas populações.

Dentre as ações que contribuem para a redução das iniquidades em saúde, destacaram-se: a) repasse anual de incentivo financeiro estadual no valor de cerca de R\$ 309 mil destinados a 18 municípios do Estado que possuem nos seus territórios 43 Comunidades Quilombolas e ou Negras Tradicionais; b) repasse de recurso de custeio, referente a contrapartida estadual para o cuidado das pessoas privadas de liberdade no valor anual de mais de R\$ 330 mil. Este recurso é destinado a municípios que possuem Equipes de Atenção Primária Prisional (eAPP) credenciadas pelo Ministério da Saúde, de acordo com a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional (PNAISP).

Foi implantada a Linha de Cuidado às Pessoas com Sobrepeso e Obesidade. Entre as ações desenvolvidas destacam-se, a realização de seis seminários intersetoriais do Programa Auxílio Brasil, os quais abrangeram aproximadamente 2.300 gestores municipais da saúde, educação e assistência social dos 399 municípios do Estado.

Dando continuidade à parceria com a Secretaria da Educação e do Esporte (SEED), para inclusão de temas relacionados à saúde na formação continuada de professores da Rede Estadual de Ensino, foram realizados mais cinco webinários com as seguintes temáticas: Prevenção de doenças negligenciadas: Hanseníase; Cenário da Tuberculose no Paraná; Cultura de paz e direitos humanos; Promoção de práticas corporais e atividade física no ambiente escolar; e Alimentação adequada e saudável. Foram mantidas as

reuniões do Grupo de Trabalho Intersetorial Estadual do Programa Saúde na Escola e apoio aos municípios para implementação do Programa. Realizada a distribuição de 115 mil unidades do gibi Turma da Mônica - Alimentos Saudáveis para uso no âmbito do Programa Saúde na Escola.

Destacaram-se ações importantes sobre a promoção da saúde, prevenção e controle das doenças crônicas e tabagismo: a) disponibilização de aproximadamente 1 milhão de kits para coleta do exame citopatológico do colo do útero, para 398 municípios do estado, perfazendo um investimento de R\$ 2,1 milhão; b) disponibilização de 2.350 agulhas para biópsia de mama, com investimento de cerca de R\$ 88 mil; c) escolha do Paraná pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA), como um dos cinco estados para implementação do Projeto de Aprimoramento da Política Nacional de Controle do Tabagismo; d) realização da Semana Nacional de Combate ao Fumo, entre os dias 23 e 27 de maio, com atividades com parceiros intersetoriais e evento na Boca Maldita, com ações de avaliação para detecção precoce de câncer bucal; e) capacitação sobre Prevenção à Iniciação ao Tabagismo, proposta pelo INCA, para profissionais da saúde e educação, vinculados ao Programa Saúde na Escola (PSE) e à Atenção Primária à Saúde, com 597 participantes; f) capacitação para tratamento de cessação do tabagismo, em parceria com o INCA, com profissionais de saúde da rede SUS do Paraná, com 740 profissionais habilitados; g) implementação do Laboratório de Monitoramento Externo da Qualidade dos Exames Citopatológicos do Colo do Útero, no Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP) que tem por objetivo, avaliar a qualidade dos exames em todas as suas fases; h) realização de 10 Oficinas de Estratificação de Risco para Hipertensão Arterial e Diabetes mellitus, com a participação de cerca de 3 mil profissionais da saúde; i) organização do Curso de Detecção Precoce do Câncer do Colo do Útero; j) adesão ao Projeto TeleOnco em parceria com a Onco Ensino, com projeto piloto nos municípios da 1ª Região de Saúde, visando a detecção precoce do câncer.

A prevenção de violências e acidentes é uma das estratégias de promoção da saúde e da cultura de paz, buscando atuar sobre os fatores de risco e de proteção, promovendo ambientes e entornos seguros e saudáveis. Neste sentido, foram destaques: a) realização do II Simpósio de Cultura de Paz e Promoção da Saúde: a prevenção das violências e seu reflexo na saúde, b) realização da Capacitação na Metodologia do Programa Vida no Trânsito; c) realização do VII Fórum Estadual do Programa Vida no Trânsito do Paraná, em novembro, com o tema Convergência das agendas do PVT e do Pnatrans rumo à Visão Zero, em parceria com o Departamento de Trânsito do Paraná.

Na Atenção Primária à Saúde (APS) houve a capacitação dos técnicos das Regionais de Saúde sobre a estratégia e-SUS (e-SUS APS) - Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) para dar suporte e orientação junto aos municípios.

No que se refere aos recursos estaduais transferidos aos municípios pelo Programa de Qualificação da Atenção Primária à Saúde, foram realizados os repasses do incentivo de custeio da APS, nas competências de janeiro a novembro de 2022, perfazendo um montante de R\$ 52 mil aos 391 municípios elegíveis, também a habilitação dos municípios para o recebimento de incentivo financeiro de investimento na modalidade fundo a fundo para a implantação do transporte sanitário, previsto o

valor de R\$ 88 milhões e para a aquisição de equipamentos de UBS, o valor total de R\$ 10 milhões aos municípios elegíveis.

No que se refere à Linha de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa, destacaram-se: a) manutenção de capacitações para a identificação precoce e manejo da Fragilidade Multidimensional com o uso do instrumento denominado Índice de Vulnerabilidade Clínico-Funcional 20 (IVCF-20); b) ampliação da divulgação do Manual de Prevenção de Quedas para Idosos e da Cartilha Exercícios Físicos para Você Fazer em Casa; c) continuidade das ações conforme a Nota Orientativa n.o 41 com Medidas de Prevenção, Controle e Testagem para COVID-19 nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI); e) disponibilização de 200 vagas do curso Atenção Integral à Saúde da Pessoa Idosa-PROADI-SUS aos profissionais da SESA/Regionais/Municípios e Ambulatórios Especializados.

Em março de 2022, foi realizado o Seminário de Atualização da Linha de Cuidado Materno Infantil, marcado pelo lançamento e desenvolvimento de ações prioritárias com a participação de 1.200 profissionais de saúde, da atenção primária, ambulatorial e hospitalar à saúde.

Foi realizado o lançamento da 8ª edição da Linha Guia Materno Infantil (2002), construída de forma ascendente e participativa, em consonância com o Planejamento Regional integrado (PRI) e a Planificação da Atenção à Saúde (PlanificaSUS), implantado o Sistema de Monitoramento da Estratificação de Risco da Gestação e da Criança ao Nascer.

A SESA, altera os critérios e valores do Programa de Apoio e Qualificação de Hospitais Públicos e Filantrópicos do SUS Paraná (HOSPSUS), com incremento de 100% no valor para os partos de risco habitual e intermediário, na Estratégia de Qualificação do Parto (EQP) e 30% a mais para os hospitais/maternidades que atendem às gestantes, bebês e partos de alto risco.

O investimento em equipamentos para qualificação desta Linha de Cuidado alcança R\$ 5 milhões distribuídos entre os serviços da atenção hospitalar estratégicos do estado. São equipamentos de ultrassom para radiologia, cardiologia, obstetrícia e vascular, ultrassons de extraordinária resolução dedicado à ginecologia e obstetrícia, 2D e volumetria, torre de vídeo e conjuntos de endoscópio, óticas, camisas operatórias e pinças área cirurgia na área de medicina fetal.

A notificação e monitoramento do *Near Miss* Materno no REDCap foram descentralizados para as Regionais de Saúde e para os Municípios de Londrina, Curitiba e São José dos Pinhais.

A tradução de parte da Carteira da Gestante foi realizada para qualificar a atenção às imigrantes, para inclusão no *site* da SESA (inglês, creole e francês).

Para o fortalecimento da Linha de Cuidado em Saúde Mental foram investidos R\$ 5.3 milhões em sete Serviços Integrados de Saúde Mental no Paraná, sendo a junção dos CAPS AD III e Unidade de Acolhimento, para atendimento à população de álcool e outras drogas no âmbito regional; ampliado em 40 % a complementação do valor das diárias para hospitais especializados em psiquiatria, no valor de R\$ 20,5 milhões até a competência junho/2022, e para os Serviços de Reabilitação Psicossocial Assistida o repasse financeiro anual foi de R\$ 5,6 milhões. Na educação permanente em

saúde mental foram lançados e estão disponíveis os cursos de Estratificação de Risco em Saúde Mental; o de Psicofarmacologia para Profissionais da Rede de Atenção à Saúde e o de Aperfeiçoamento em Saúde Mental para a Atenção Primária à Saúde.

Foram distribuídos 364.250 sachês de fluoreto de sódio para a manutenção do Programa do Bochecho com Flúor; também foram distribuídos frascos de biópsia para o Programa de Detecção Precoce de Câncer Bucal e realizados 144 exames histopatológicos; finalizado o processo de registro de preço referente a aquisição de 5.018 kits de cimento de ionômero de vidro para manutenção do Programa da Mínima Intervenção em Odontologia e 600.020 sachês de fluoreto de sódio, ambos para distribuição em 2023; realizada a formação de Grupo de Trabalho para revisão e validação da estratificação de risco em saúde bucal; formação de Grupo de Trabalho com Universidades para trabalhar vigilância dos teores de flúor na rede de abastecimento em alguns municípios do Paraná; repassado incentivo financeiro para Centros de Especialidade Odontológica pertencentes aos Consórcios e Universidade de gestão estadual no valor de R\$ 1,573 milhão/ano e aos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária no valor de R\$ 1,494 milhão/ano; etapa final de registro de preço para compra de 250 consultórios odontológicos completos para expansão da cobertura de saúde bucal no estado.

As ações da Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência, no ano de 2022, visaram a implementação das políticas de saúde com foco na prevenção, promoção de saúde e a qualificação do cuidado às pessoas com deficiência.

Destaque para a implementação do Sistema de Triagem Neonatal que tem como objetivo monitorar a realização e seguimento clínico da triagem neonatal (testes do pezinho, orelhinha, olho e coraçãozinho) de cunho obrigatório no Estado do Paraná.

Com o intuito de ampliar o atendimento em saúde às pessoas com deficiência, foi instituído o Incentivo Financeiro de Investimento e Custeio para Aquisição de Equipamentos de Reabilitação Multiprofissional, para a Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência e Reabilitação da Síndrome Pós-COVID-19, com o repasse em 2022, de R\$: 4 milhões a 142 municípios paranaenses.

Entre as ações de educação permanente, destacaram-se a continuidade da Capacitação Multiprofissional em Análise do Comportamento Aplicada voltada ao Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) e da Capacitação em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para pais, cuidadores e educadores, em parceria com *The Scott Center for Autism Treatment/Florida Institute of Technology*, atualmente com 24.578 inscritos, a Capacitação em Puericultura - Manejo de uma Criança com Deficiência na Atenção Primária à Saúde, e a elaboração do Protocolo de Avaliação e Atendimento à Pessoa com TEA na Linha de Cuidado à Saúde da Pessoa com Deficiência da Rede de Atenção à Saúde do Paraná.

Implementação da Linha de Cuidado às Doenças Cardiovasculares, Cerebrovasculares e Traumatismos; aquisição de medicamento (trombolítico) para a Linha de Cuidado do IAM (Infarto Agudo do Miocárdio) e disponibilização nos serviços estratégicos, com inclusão da 5ª Regional de Saúde, devido a implantação do SAMU em municípios desta região, bem como o monitoramento da

utilização correta da medicação pelas equipes das USAs. Desde maio de 2020, foram utilizadas 407 ampolas, dessas 176 em 2022 até o dia 1º de novembro; realizada a contrapartida estadual de custeio para o funcionamento do SAMU, totalizando o valor de R\$ 6 milhões mensais; para o projeto de cobertura do anel de integração, desassistido de atendimento de urgência devido ao encerramento do contrato de concessão de rodovias, a SESA/PR realizou reuniões e tratativas para viabilizar o suporte para atendimento rodoviário de 30 ambulâncias de suporte básico de vida e seis ambulâncias de suporte avançado de vida, totalizando o repasse mensal de R\$ 2 milhões, até novembro; realização de curso para Formação de Socorristas Militares e Civis, capacitando 136 profissionais em todo estado em 2022; ampliação para 100% de cobertura da Rede de Atenção às Urgências à população paranaense pelo SAMU; realizada a Operação Verão Maior 2021/2022, com aproximadamente 8.868 atendimentos pelo SAMU 192 e 538 atendimentos aero médicos; assinatura do Termo de Cooperação entre a SESA e SESP, para que 67 municípios possam firmar parceiras regionalizadas para oferta do serviço do SIATE, garantindo equidade, normatização e unificação de protocolos de atendimento, já com três municípios que aderiram ao Termo; realizada em parceria com a Força Nacional do SUS a capacitação Resposta a Incidente com Múltiplas Vítimas - IMUV, voltada aos profissionais civis e militares que compõem os serviços que prestam atendimento de urgência, totalizando 200 profissionais; capacitação de aproximadamente 70 profissionais médicos e enfermeiros dos serviços de urgência habilitados pelo Ministério da Saúde, por meio do Curso de Capacitação Qualificação de Profissionais do Sistema Único de Saúde em Urgências e Emergências Adulto e Pediátrico, com Simulação Realística, em parceria com o Hospital Albert Einstein, via PROADI-SUS; realizada capacitação de 156 profissionais para o Suporte Básico de Vida (BLS) para Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, em parceria com o Hospital Beneficência Portuguesa, via PROADI-SUS; realizada Reunião de Alinhamento Técnico: Rede de Atenção às Urgências, com participação dos coordenadores das Centrais de Regulação de Urgência e Centrais de Regulação de Leitos; realização de visitas técnicas *in loco* em bases descentralizadas do SAMU e Centrais de Regulação de Urgência, para averiguação e orientação técnica em todo o estado; análise e orientação junto às Regionais de Saúde, para elaboração e pactuação do Plano de Ação Macrorregional da Rede de Atenção às Urgências, visando junto ao Ministério da Saúde, a habilitação e qualificação dos componentes da Rede de Urgência; realização do Mapeamento *REDMINE*, que é uma ferramenta de gestão, proposta pelo Ministério da Saúde, para acompanhamento da frota e estrutura do SAMU. Neste processo, os dados foram inseridos de forma centralizada de 267 ambulâncias e 12 Centrais de Regulação de Urgência.

Na Vigilância Sanitária foram realizados diversos movimentos no sentido de consolidação das práticas de gerenciamento do risco sanitário, como no delineamento contínuo da atualização do Sistema Estadual de Informação em Vigilância Sanitária (SIEVISA), que se encontra em fase final de testes para implantação, alinhado com as diretrizes do Programa Descomplica PR e da Lei de Liberdade Econômica.

O Programa Estadual de Vigilância da Qualidade dos Serviços de Mamografia do Paraná (PEVQSM/PR), foi realizado o mapeamento do universo de Serviços de Mamografia ativos no Estado e o diagnóstico preliminar das condições de funcionamento destes estabelecimentos.

Nos processos de trabalho, destacaram-se a implementação do Sistema Numeração Auto/Termo SESA-PR para o gerenciamento dos Processos Administrativos Sanitários (PAS) instaurados no âmbito do Estado, com atualização do Procedimento Gerencial do PAS para orientação permanente das equipes de inspeção do nível central e das 22 Regionais de Saúde (RS). Desde a vigência do Sistema (em 01/06/2021) até novembro foram expedidas mais de 2.000 medidas administrativas pelas equipes de Vigilância Sanitária, sendo este um dado inédito, pois historicamente não existem registros relacionados à quantidade de medidas adotadas, tão pouco ferramentas que possibilitassem acompanhar o seu andamento.

No que se refere à qualificação contínua da Vigilância em Saúde, foi instituído o Programa Estadual de Fortalecimento da Vigilância em Saúde (PROVIGIA PARANÁ), com o estabelecimento de 12 ações estratégicas e repasse de recurso financeiro aos 399 municípios. No primeiro incentivo do programa (dezembro/2021) foram repassados R\$ 30 milhões e para 2022 já foi definido o repasse de R\$ 50 milhões, como forma de apoiar o desenvolvimento e fortalecimento da Vigilância em Saúde em todo o estado.

Na Vigilância Ambiental, devido ao êxito da ferramenta Relatórios Automatizados de Dengue, com informações epidemiológicas atualizadas para cada município, em parceria com a Universidade Estadual de Maringá (UEM), Centro Universitário Ingá (UNINGÁ) e Universidade Centro de Ensino Superior de Maringá (UNICESUMAR), amplia a parceria com a participação do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR), na construção de painel de informações *online (dashboard)* que compilará os dados epidemiológicos sobre Dengue em ambiente virtual dinâmico, para ser utilizado pelos 399 municípios na tomada de decisões e adoção de medidas de combate à Dengue.

A SESA implantou 60 Unidades Sentinelas de Arboviroses em 57 municípios para a detecção por biologia molecular dos quatro sorotipos de dengue (DENV1, DENV2, DENV3 e DENV4), zika, chikungunya e febre amarela de forma efetiva e precoce. Atualmente, o LACEN-PR está em processo de validação de metodologias analíticas para a detecção dos vírus Mayaro e Oropouche por PCR a ser implantado nessas 60 Unidades Sentinelas de Arboviroses.

Em parceria inédita entre a SESA, a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST) e o Instituto Água e Terra (IAT), estabelece efetivamente meios para a realização da logística reversa dos inseticidas utilizados no controle químico do vetor *Aedes aegypti*, responsável pela transmissão da dengue, zika e febre chikungunya no Paraná.

Em projeto pioneiro no Brasil, iniciou-se uma parceria da SESA com a Itaipu Binacional e Instituto Butantan em São Paulo, com o objetivo de identificar as principais espécies de peixes peçonhentos que ocorrem na área do reservatório da Itaipu, bem como caracterizar as toxinas

produzidas e suas ações fisiopatológicas envolvidas nos acidentes, com vistas a contribuir para a melhoria da promoção à saúde das populações expostas, buscando o aprimoramento do manejo clínico nos atendimentos aos acidentados por peixes peçonhentos.

Em parceria com a Fiocruz do Rio de Janeiro e Ministério da Saúde no monitoramento da vigilância de roedores reservatórios e treinamento de manejo clínico da Hantavirose, realizando trabalhos de campo e implantação da vigilância do óbito, compondo a equipe de referência nacional na vigilância do agravo.

Foi implantada a vigilância da Esporotricose no estado, que torna o agravo de interesse estadual e de notificação compulsória, tanto para casos animais quanto para casos humanos.

Foram realizadas as seguintes ações relacionadas a Doenças Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCIT): descentralização da prevenção após exposição (PrEP) para 566 serviços no estado; descentralização de autotestes para as 22 regionais de saúde; reunião sobre Protagonismo Juvenil e realização de seis webinars; participação nas reuniões da Comissão Nacional de Validação da Transmissão Vertical do HIV/Sífilis (quatro municípios paranaenses com mais de 100 mil habitantes aptos a receberem a certificação ou Selo de Boas Práticas para eliminação da transmissão vertical do HIV e mais quatro municípios para o Selos de Boas Práticas rumo à eliminação da transmissão vertical da sífilis); continuidade do projeto piloto para detecção da clamídia e gonococo, com a inclusão de um sítio sentinela do corrimento uretral masculino na cidade de Curitiba; participação e monitoramento dos casos suspeitos de hepatite aguda grave de etiologia a esclarecer com registros no Redcap nacional; participação de reuniões do Comitê STORCH-Z em integração com a APS; incentivo ao projeto da microeliminação da hepatite C nas clínicas de hemodiálise; ampliação da rede laboratorial de biologia molecular com a doação de um equipamento GeneXpert para a População Privada de Liberdade (PPL); participação de reuniões para controle e planejamento das ações referentes ao *Monkeypox*; seminário de mobilização para o enfrentamento da sífilis no Paraná, presencial e virtual, com mais de 800 visualizações *online*; ação extramuro, no centro de Curitiba, com orientações e acesso ao diagnóstico do HIV por meio de testes rápidos para a população em geral.

Em relação à vigilância do óbito materno/mulher em idade fértil, infantil e fetal, no ano de 2022, a redução do número de óbitos maternos foi evidente, com queda de 78% e estando a Razão de Mortalidade Materna em 36,8/100 mil nascidos vivos, indicador que reflete a qualidade da assistência prestada às mulheres desde o planejamento familiar, gestação, parto e período puerperal. Esse decréscimo evidenciou como as ações realizadas durante a pandemia e até o momento atual foram eficazes, destacando a campanha de vacinação contra a COVID-19 para gestantes e puérperas até 42 dias pós-parto e a elaboração e divulgação de notas técnicas e capacitação dos profissionais de saúde.

Implantação do Serviço de Verificação de Óbito da 2ª Regional de Saúde (Curitiba e Região Metropolitana) com o Instituto Médico Legal do Paraná; elaboração da Linha Guia de Atenção ao Óbito.

O Paraná realizou nos 399 municípios a 8ª Campanha de Seguimento do Sarampo nos

meses de abril a junho e a Campanha Nacional de Vacinação Contra a Poliomielite e Multivacinação para atualização da caderneta de vacinação da criança e do adolescente em agosto e setembro de 2022.

O Paraná é o 5º estado que mais vacinou contra a COVID-19 no Brasil, registrando ao todo a aplicação de 27.876.265 vacinas contra a COVID-19. Destas, 10.179.981 foram primeiras doses (D1), 9.378.983 segundas doses (D2), 338.346 doses únicas (DU), 6.115.097 primeiras doses de reforço (REF), 1.414.520 segundas doses de reforço (R2) e 449.338 doses adicionais (DA).

A cobertura vacinal do público acima de cinco anos para D1 e DU é de 97,86% e para D2 de 92,38% e o Paraná caminha com a vacinação contra a COVID-19 na população de crianças, estando em andamento a vacinação contra a COVID-19 na população de 3 e 4 anos de idade.

A SESA aderiu à campanha nacional de incentivo à vacinação denominada Vacina Mais, realizando dois dias de mobilização estadual Dia D de Vacinação (11/06 e 23/07), conseguindo um expressivo resultado de 469.413 doses aplicadas nestes 2 dias.

Intensificada a vacinação de fronteiras que ocorreu em setembro e outubro nos municípios de Foz do Iguaçu, Barracão e Santo Antônio do Sudoeste e acontecerá em novembro do ano em curso no município de Guaíra, coordenada e planejada entre o Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais de Saúde (SES) e Secretarias Municipais de Saúde (SMS) envolvidas, a fim de ampliar a cobertura vacinal nos municípios de fronteira do estado com os municípios do Paraguai e Argentina.

Em resposta à Emergência da *Monkeypox* no Paraná foram elaborados boletins semanais, para avaliação e monitoramento dos casos no Estado, e criado grupo de trabalho para discussões da evolução dos casos.

As ações de destaque do Centro Estadual de Saúde do Trabalhador (CEST) no ano de 2022 foram: estudos de casos dos acidentes de trabalho que resultaram em óbito, amputação e envolvendo crianças e adolescentes, em conjunto com as regionais de saúde e municípios; capacitação sobre a vigilância da população exposta ao agrotóxico, com ênfase nos municípios silenciosos em notificação de intoxicação exógena por agrotóxico relacionado ao trabalho, e organização do II Seminário do Câncer Relacionado ao Trabalho.

O Laboratório Central do Estado (LACEN) implantou a Metodologia Molecular para detecção, identificação e resistência antimicrobiana para Tuberculose.

O Centro de Produção e Pesquisa de Imunobiológicos produziu mais 101.477 tubos de Meio de Transporte Viral MTV-COVID-19, insumo que compõe o *kit* para diagnóstico pelo teste RT-PCR - Reação de Transcriptase Reversa seguida pela reação na cadeia de polimerase. Em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (FUNED-MG) e com o Instituto de Pesquisa Pelé, do Hospital Pequeno Príncipe, processou industrialmente 120 litros de plasma hiperimune, resultando em 3.000 ampolas para testes clínicos e não clínicos do Soro AntiCovid para uso humano (casos graves e moderados). Produziu insumos farmacêuticos ativos para retomada do processo de industrialização dos medicamentos para tratamento

de acidentes com aranha-marrom (Soro Antiloxoscélico) e de jararacas (Soro Antibotrópico). No processo de modernização do parque tecnológico do CPPI foram finalizadas quatro obras e revitalizados dezesseis pavilhões que compõem a indústria farmacêutica pública, como laboratórios de controle de qualidade, biotérios, administração, serpentário e aracnidário.

Em 2022, a Coordenação de Auditoria, Avaliação e Monitoramento da Diretoria de Gestão em Saúde, participou da avaliação e monitoramento para pagamento dos serviços de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar que totalizaram, até outubro, aproximadamente R\$ 695 milhões. Destes, R\$ 306 milhões, com recursos federais e R\$ 389 milhões com recursos estaduais. Os pagamentos se referem aos contratos emergenciais mantidos com Estabelecimentos de Saúde e repasse aos Fundos Municipais de Saúde para atendimento aos cidadãos paranaenses acometidos pela COVID-19, programas e incentivos estaduais e, produção ambulatorial/hospitalar cujo pagamento se dá mediante avaliação de metas estabelecidas nos contratos.

A Central Estadual de Transplantes (CET/PR), atuando em conjunto com as quatro Organizações de Procura de Órgãos (OPOs) - Cascavel, Curitiba, Londrina e Maringá, nos processos de notificação de morte encefálica, doação, captação e distribuição de órgãos e tecidos para transplante, alcançou resultados importantes com destaque no cenário nacional.

Ainda, a CET, viabilizou o fornecimento de líquido de preservação de córneas para o efetivo funcionamento dos bancos de tecidos oculares do Estado do Paraná através do investimento realizado pela SESA, por meio do qual foi possível efetivar 744 transplantes de córneas no Estado;

No aspecto logístico a CET/PR fomentou a integração das OPOs com as equipes de transporte das Regionais de Saúde a fim de viabilizar as ações de diagnóstico de Morte Encefálica, doação, captação e transporte de órgãos e tecidos. Além disso, manteve o convênio com a Casa Militar para o transporte aéreo dos órgãos para transplantes, com 40 acionamentos realizados em 2022 (até o mês de outubro) e a parceria com o *Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas* (BPMOA) e o Serviço Aeromédico do Estado.

Em conjunto com as atividades destacadas, as ações realizadas diariamente pela CET e pelas OPOs viabilizaram até outubro, 970 notificações de Morte Encefálica com 383 doações de órgãos totalizando 654 transplantes de órgãos e 551 doadores de Parada Cardiorrespiratória (doação de córneas) que culminaram com 744 transplantes de córneas.

Com esses resultados o Paraná foi novamente destaque nacional em doação e transplantes de órgãos, estando em outubro, na liderança em doação de órgãos com 40,2 doações pmp (doadores por milhão da população) e em transplante de rim com 41,4 transplantes/pmp.

Para o Programa Parananense de Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, Opera Paraná, a SESA destinou o valor de R\$ 150 milhões. Este valor foi distribuído de forma *per capita*, sendo repassado recurso aos fundos municipais para os municípios que possuem a gestão do TETO MAC de forma a realizar as cirurgias.

A SESA contratou leitos de UTI que não são habilitados e qualificados pelo Ministério da Saúde. Valor destinado de até R\$ 39 milhões para contratação de até 1.570 leitos de UTI, sendo adulto/pediátrico/neonatal.

A SESA realizou procedimentos de Catarata e Pterígio no valor de R\$ 10 milhões para a realização de 5.308 cirurgias de Catarata e 573 cirurgias de Pterígio. Ações realizadas de forma descentralizada por meio de carretas e ônibus para os atendimentos pré-operatórios.

Foram realizados 77 convênios de equipamentos para 59 instituições, o equivalente ao valor de R\$ 90 milhões.

Sobre o Fortalecimento da Gestão dos Serviços Próprios, ressaltam-se os investimentos em equipamentos no montante de R\$ 2 milhões aplicados nas Unidades Próprias do Estado com recursos Estaduais.

O Complexo Hospitalar do Trabalhador, reconhecido regionalmente e em nível nacional por manter um modelo de gestão técnica voltada à eficiência assistencial e de qualidade, foi formalizado por meio do Decreto n.o 11.825, de 28 de julho de 2022, administrando o Hospitalar do Trabalhador; Centro Hospitalar de Reabilitação Ana Carolina Moura Xavier; Hospital Oswaldo Cruz; Hospital Regional da Lapa São Sebastião; Centro de Atendimento Integral ao Fissurado Lábio Palatal (CAIF); Centro de Atendimento Integral ao Deficiente (CRAID) e; Centro Regional de Especialidades (CRE) Kennedy.

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde do Paraná (FUNEAS), mediante Contrato de Gestão com a SESA, mantém seu papel de mantenedora das unidades: Hospital Regional do Litoral - Paranaguá, Hospital Regional de Guaraqueçaba, Hospital Infantil em Campo Largo, Hospital Regional do Sudoeste em Francisco Beltrão e Hospital Regional do Norte Pioneiro em Santo Antônio da Platina, Hospital de Dermatologia Sanitária do Paraná, Hospital Anísio Figueiredo - Zona Norte de Londrina, Hospital Eulalino Ignácio de Andrade - Zona Sul de Londrina. Além das incorporações do Hospital Regional de Guarapuava, do Hospital Regional de Ivaiporã, do Hospital Regional de Telêmaco Borba e, do Hospital Adauto Botelho, em 2022.

Desta forma, encontram-se sob Gestão FUNEAS doze (12) unidades hospitalares que visam o atendimento hospitalar e ambulatorial especializado, com foco em ações para o incremento ao atendimento eletivo cirúrgico, promovendo atendimento integral ao paciente com equipe multiprofissional especializada.

Quanto aos resultados nas áreas de sangue e hemoderivados a Cobertura Transfusional no SUS pela Rede HEMEPAR apresentou abrangência de 91,5% para 20.980 leitos. No que tange investimentos em hemoterapia é importante ressaltar o novo modelo de equipamentos de avaliação de bioparâmetros hematológicos não invasivos para triagem dos candidatos à doadores de sangue.

No tocante ao fortalecimento das instâncias de regulação de acesso aos serviços contratualizados foi concluída a implantação do módulo de regulação de cirurgias eletivas no Sistema

Estadual de Regulação CARE, em parceria com a CELEPAR, já em utilização por todos os municípios e prestadores de serviço para encaminhamentos dos pacientes do Programa Opera Paraná e de Cirurgias de Oftalmologia. Essa ferramenta é de fundamental importância para acompanhamento do fluxo de encaminhamento do paciente por parte do município, da autorização por parte da gestão e da assistência ao paciente por parte dos prestadores de serviço, garantindo transparência e conformidade de ações do começo ao fim do processo.

Da mesma forma, visando a transparência do acesso dos usuários ao atendimento ambulatorial, foi disponibilizado no *site* da SESA o *link* Saúde Transparente que permite ao usuário e gestores consultar a situação de inserção em fila para agendamento de consultas e exames eletivos.

Em relação ao fortalecimento da Política de Assistência Farmacêutica, em 2022 (janeiro a outubro) foram distribuídos pela SESA 260,3 milhões de unidades de medicamentos, com valor financeiro correspondente a R\$ 1,7 bilhão.

Referente ao Componente Básico da Assistência Farmacêutica, continuam vigentes dois convênios com o Consórcio Paraná Saúde para aquisição de medicamentos básicos, destinados aos 398 municípios consorciados, tendo sido os mesmos aditivados em valor: a) Contrapartida Federal no valor de R\$ 124,1 milhões e b) Contrapartida Estadual R\$ 66,1 milhões. Ainda em relação ao Componente Básico, foram transferidos ao município de Curitiba (não consorciado) R\$ 5,5 milhões referentes à contrapartida estadual.

Quanto ao número de pacientes cadastrados para recebimento de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, até outubro, havia pouco mais de 349 mil cadastros ativos. Até essa mesma data, o serviço Remédio em Casa contava com 14 mil pacientes cadastrados dos municípios de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu.

Encontra-se em processo de aquisição 29 câmaras frias modulares, no valor de R\$ 2 milhões, que serão implantadas em 16 Regionais de Saúde do Estado, de modo a ampliar a rede de frio para a adequada conservação de medicamentos, soros e vacinas.

Nas ações de Fortalecimento da Gestão do Trabalho e da Educação Permanente em Saúde (EPS), por meio da Escola de Saúde Pública do Paraná (ESPP), foram realizadas formações para Agente de Combate à Endemias (ACE) e Cuidador de Idosos totalizando 250 alunos formados.

No ensino técnico profissionalizante foram realizados cursos de Técnico em Enfermagem (TE) e Técnico em Saúde Bucal (TSB) totalizando 62 profissionais formados.

Na formação de profissionais especialistas foram ofertados cursos de Especialização nas áreas de Enfermagem Obstétrica e Modelagem de Processos Aplicada à Saúde Pública com 73 alunos atendidos.

Na formação de profissionais em Programas de Residência, seguem em andamento seis programas da SESA com 39 residentes matriculados. São quatro programas em área de Residência Médica: Ginecologia e Obstetrícia, Neonatologia, Psiquiatria e Cirurgia Geral. Os dois últimos foram iniciados em 2022 conforme credenciamento do MEC. Além dos programas na área da medicina, ainda

foram ofertados: um Programa Multiprofissional em Saúde mental e um programa Uniprofissional em Enfermagem Obstétrica.

Foram ofertados dois cursos de aperfeiçoamento nas áreas de Auditoria do SUS e Saúde Mental para profissionais que atuam na APS com qualificação de 1.011 profissionais.

A ESPP chega ao seu 4º ano de ofertas educacionais na modalidade EaD com 121 cursos ativos e mais de 97 mil inscritos na plataforma ESPPVIRTUAL (<http://esppvirtual.pr.gov.br>). Em 2022, foram capacitados mais de 13.500 profissionais. No canal institucional da ESPP no *Youtube* (@esppvirtual) foram transmitidos 52 eventos totalizando 33.500 pessoas capacitadas.

Ainda em 2022, a ESPP apoiou o desenvolvimento de 51 projetos de educação permanente em saúde, propostos por áreas/setores da SESA, com oferta de 16.051 vagas em cursos ou eventos técnicos-científicos nas modalidades presencial, remota e/ou híbrida para trabalhadores do SUS do Paraná.

Por meio das Ouvidorias de saúde que utilizam o Sistema Integrado de Gestão de Ouvidorias (SIGO), de janeiro a outubro, foram acolhidas 55.975 manifestações. Dentre elas, os assuntos mais registrados, foram, nessa ordem: a) Informações na Área da Saúde; b) Reclamação do Atendimento; c) Solicitação de Medicamento Não Padronizado pelo SUS; e d) COVID-19.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

15 SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO (SEJUF)

A Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) é responsável pela formulação e implementação de diretrizes e políticas que busquem garantir os direitos fundamentais, a justiça, a cidadania, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e assistência social, visando a superação da condição de vulnerabilidade social e a melhoria da qualidade de vida em diversas áreas.

Atua de forma plural no âmbito de nove grandes políticas: Justiça, Cidadania e Direitos Humanos; Proteção, Defesa, Educação e Orientação ao Consumidor; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente; Política Estadual para Promoção dos Direitos e Inclusão da Pessoa com Deficiência; Política Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher; e Política Estadual dos Direitos do Idoso; Sistema de Atendimento Socioeducativo; Política de Trabalho, Emprego e Renda; Política Estadual de Assistência Social.

Além da estrutura central da SEJUF, a atuação está descentralizada por meio dos 24 Escritórios Regionais (ERs) que assessoram os 399 municípios do Estado, efetivando a estratégia de atuação mais próxima dos municípios e da população, apoiando e assessorando os gestores municipais na busca conjunta de bons resultados. Integram, também, a estrutura sob a gestão direta da SEJUF: 19 Centros de Socioeducação, 09 Casas de Semiliberdade, o Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM/SEJUF), o Centro de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) a Agência do Trabalhador de Curitiba (Centro) e o PROCON-PR (em Curitiba).

Dentre os Programas/Projetos sobre a responsabilidade da SEJUF estão: o Projeto Paraná em Ação, o Programa Energia Solidária, o Programa Nossa Gente Paraná (parceria BID), o Programa Paraná Seguro (parceria SESP/BID) e o Programa de Transferência de Renda Comida Boa.

15.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

15.1.1 Garantia de Direitos

A SEJUF é a Secretaria que reúne o maior número de Conselhos, sendo: 16 conselhos de direitos, 02 Conselhos de Gestão de Programas, 06 comitês, 01 Colegiado de Gestores da Assistência Social (COGEMAS/Paraná) e 01 Comitê Intergestor Bipartite (CIB), que tratam de diferentes áreas do interesse público, funcionando como espaços de participação e controle social. Os Conselhos ligados à SEJUF que receberam apoio, assessoramento técnico, e custeio de despesas (estrutura, viagens, diárias) foram: a) Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná (COPEDE); b) Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR); c) Conselho Estadual de Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estado do Paraná (CPICT/PR); d) Conselho Estadual dos

Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná (CERMA/PR); e) Conselho Estadual de Proteção às Vítimas de Abuso Sexual (COPEAS); f) Conselho Gestor do Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (CONFECON); g) Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER); h) Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS/PR); i) Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA/PR); j) Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/PR); k) Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM/PR); l) Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR); m) Conselho Estadual de Juventude do Estado do Paraná (CEJUV); n) Conselho Estadual da Ação Solidária (CAS); o) Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES); p) Conselho Estadual Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (CEG/FEID).

Em relação às Políticas de Garantias de Direito, a SEJUF atua em atividades relacionadas à formulação e implementação de diretrizes e políticas, à articulação, orientação técnica, capacitação, e execução das ações especializadas, bem como o gerenciamento de repasses de recursos destinados às políticas ligadas a Secretaria. As ações estão divididas em função do público alvo prioritário das políticas. Ressalta-se que uma ação pode impactar em mais de um público alvo por serem transversais.

A SEJUF tem em sua estrutura a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH), que é o Centro Formador da Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF). A missão da ESEDH se traduz no planejamento e realização de programas de capacitação e desenvolvimento profissional dos servidores públicos estaduais e municipais que atuam com demandas sob responsabilidade da SEJUF. Elabora, em conjunto com as equipes técnicas, conteúdos, metodologias e procedimentos a serem adotados em cursos de formação, capacitação e reciclagem sintonizados aos interesses, estratégias e objetivos da SEJUF.

A Escola de Educação em Direitos Humanos realizou 69 eventos de capacitação de servidores, dos diversos setores da SEJUF, até outubro de 2022, incluindo dos Escritórios Regionais, totalizando assim 5.862 participantes certificados de vários municípios do Estado do Paraná. Até dezembro serão realizadas outras 04 capacitações, nas quais se espera capacitar por volta de 700 pessoas.

Cabe destacar que, em 27 de outubro de 2022, a ESEDH realizou, no Plenarinho da Assembleia Legislativa, o II Seminário Estadual de Educação em Direitos Humanos nas modalidades presencial e *online*, a fim de abranger todo o público Paranaense, em seus diversos municípios. Teve como principal objetivo promover espaço de formação e reflexão acerca da temática Educação em Direitos Humanos, atendendo ações que implementam o Plano Estadual de Educação em Direitos Humanos, visando a formação continuada dos servidores da SEJUF e a participação da comunidade externa, promovendo a Educação em Direitos Humanos.

O projeto Paraná em Ação (Lei n.o 16.583/2010) tem a finalidade de oferecer serviços que promovam cidadania, defesa de direitos e inclusão social da população. Suas principais atividades são a realização das Feiras de Serviços Paraná em Ação e Programa Criança e Adolescente Protegidos (Lei n.o 19.634/2018). Foram realizadas 18 Feiras até o início de dezembro de 2022 nos seguintes

municípios: Antonina, Cambará, Capanema, Cornélio Procópio, Cruzeiro do Oeste, Ivaiporã, Jesuítas, Loanda, Mariluz, Medianeira, Nova Laranjeiras, Paulo Frontin, Pontal do Paraná, Prudentópolis, Santo Antônio da Platina, Tapejara, Tomazina e Ubiratã, onde foram realizados mais de 81 mil atendimentos. Entre os serviços disponibilizados à população estão: emissão de documentos pessoais, cadastro de pessoa física, intermediação de vagas de emprego, seguro desemprego, orientação de programas habitacionais, cadastro e emissão no Programa Nota Paraná, tarifa social de água e luz, orientação jurídica, direito do consumidor, direito do cidadão, palestras e informações de direitos humanos, Assistência Social (CRAS e CREAS), saúde, programas de aprendizagem, etc. Em 2022, foram confeccionadas 6.849 identidades, sendo 2.705 dentro do Programa Criança e Adolescente Protegidos.

15.1.1.1 Criança e Adolescente

O Atestado de Regularidade Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) é critério para repasses do Governo Estadual. É o que referencia se o município está em ordem com a documentação exigida para receber os recursos. Foram analisadas documentações e foram emitidos 388 ARCPF, que equivale a 97,24% dos municípios aptos a receberem recursos.

O serviço Disque 181, é o canal de denúncia paranaense da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), desenvolvido com o objetivo de combater a criminalidade, por meio de denúncias anônimas encaminhadas aos órgãos competentes, auxiliando na prisão de autores de crimes e da apreensão de ilícitos, além da busca de foragidos da justiça e de pessoas desaparecidas. A SEJUF recebe as denúncias específicas relacionadas a crianças e adolescentes, realiza o registro no Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (SIPIA) para controle e encaminha aos Conselhos Tutelares e Ministérios Públicos do Paraná. Até 31 de outubro foram recebidas 1.097 denúncias, sendo identificadas com maior frequência as temáticas de violência física (384) violência sexual (259), negligência/abandono (219), violência psicológica (93) e fornecimento/uso de drogas (74).

Os municípios e instituições recebem recursos do Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), por meio de repasses fundo a fundo, termos de fomento e de cooperação técnico financeira, dependendo das características. À SEJUF cabe, também, a orientação técnica durante todo o processo.

Em execução, em diversas fases, repasses aos municípios nas modalidades: Fortalecimento de Programas de Aprendizagem (adolescentes), Fortalecimento de Programas de Qualificação Profissional (adolescentes), Fortalecimento dos Conselhos Tutelares (estruturas dos Conselhos Tutelares), Implantação e Fortalecimento de Ações/Estratégias de Prevenção ao Uso, Abuso e Transição à Dependência de Álcool e Outras Drogas (crianças, adolescentes e suas famílias), Incentivo para os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente (controle social), Apoio e Fortalecimento de Projetos de Atenção a Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social, Incentivo Atenção à Criança e Adolescente, Programa Crescer em Família - Acolhimento Institucional e Familiar, Programa Crescer em Família - Acolhimento Familiar, Programa de Atenção às

Famílias dos Adolescentes Internados por Medida Socioeducativa (AFAI), Programa Liberdade Cidadã (medidas socioeducativas em meio aberto), Fortalecimento das Ações Voltadas à Primeira Infância, Programas de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência e Autores de Violência, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo (SCVF).

Como resultado do processo do Edital Geral de Chamamento Público de Apoio as OSCs (Edital n.o 001/2021), recursos FIA, que tem como objetivo fomentar a realização de ações voltadas à prevenção, promoção, defesa ou garantia dos direitos de crianças e adolescentes que tiveram suas vulnerabilidades acentuadas pela pandemia da COVID-19, foram formalizados 152 termos de fomento e repassados aproximadamente R\$ 23,5 milhões. As áreas de atuação dos projetos contemplados são: a) Direito à Vida e Saúde - 02 termos, com o montante de R\$ 883,2 mil; b) Direito à Convivência Familiar e Comunitária - 07 termos, com repasse de R\$ 873,9 mil; c) Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer - 90 termos, montante de R\$ 14,9 milhões; d) Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho - 21 termos com R\$ 3,2 milhões; e) Direito às Crianças e Adolescentes com Deficiência - 28 termos no montante total de R\$ 3,0 milhões; f) Direito às Crianças e Adolescentes Indígenas e de Comunidades Tradicionais - 01 termo no valor de R\$ 80,0 mil e g) Direito às Crianças e Adolescentes ao enfrentamento as situações de violência - para 03 termos , no valor de R\$ 494,4 mil.

O Programa Criança Feliz (PCF), tem como objetivo promover e apoiar o desenvolvimento integral na primeira infância, ao trabalhar com gestante e família na preparação ao nascimento da criança e nos cuidados pós-gravidez e ao promover o fortalecimento dos vínculos e papel das famílias no cuidado, proteção e educação de crianças de até seis anos de idade. Entre os municípios que aderiram ao Programa, 63 foram mantidos e realizaram 195.116 visitas domiciliares, que correspondem a 8.162 são famílias, sendo 1.451 gestantes, 7.818 crianças com idade de 0 a 36 meses e 58 crianças com deficiência e que possuem Benefício de Prestação Continuada (BPC), de 0 a 72 meses.

Ressalta-se, ainda, que foi constituída a Comissão Estadual Interinstitucional para Enfrentamento das Violências contra Criança e Adolescente no Paraná pelo Decreto n.o 12.599, de 10 de novembro de 2022 e a implementação do Comitê de Participação de Adolescentes - propiciando que a sensibilização, mobilização e formação de crianças e adolescentes quanto a seu papel como sujeitos de direitos na construção de políticas públicas e na efetivação da cidadania.

15.1.1.2 Pessoa Idosa

O Paraná aderiu ao Pacto Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa em 20/04/2022. O Pacto Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (PNDPI) é uma política pública de implementação e melhoria das ações de promoção e defesa dos direitos da Pessoa Idosa, por meio de um conjunto de projetos, programas e ações a serem realizadas pelos entes envolvidos. Com sete ações articuladas, há, inclusive, o fortalecimento das redes de proteção e defesa da pessoa idosa e das Cidades Amigas da

Pessoa Idosa, 321 cidades já firmaram esse compromisso no Estado do Paraná. Em fase de conclusão, uma parceria com a Universidade de Viçosa- MG, viabilizará uma capacitação exclusiva aos municípios e conselhos municipais. A partir desse olhar, a intenção é unir sete ações do Pacto com as demais previstas no 2º Plano Estadual dos Direitos do Idoso do Paraná e fomentar parcerias em prol da população idosa.

A Rede de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa (RENADI) está em fase de implantação em 07 municípios do Paraná: Almirante Tamandaré, Fazenda Rio Grande, Pontal do Paraná, Guarapuava, Toledo, Francisco Beltrão e Foz do Iguaçu, com encontros, orientações e capacitações para o pleno desenvolvimento da Rede nos municípios.

Dos 399 municípios do Paraná, 349 já realizaram adesão ao Pacto Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (87,47%), todos os municípios possuem Conselhos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa, 392 instituíram Fundos para a Pessoa Idosa (98,25%), 372 municípios têm Planos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa e mais de 6.600 conselheiros municipais estão atentos a promoção, defesa, proteção e garantia dos direitos da população idosa do nosso Estado. Como resultado dos esforços realizados, o Estado do Paraná recebeu em 22/12/2022 o prêmio/diplomação de Estado Amigo da Pessoa Idosa, e é uma referência nacional na consolidação das instâncias de garantia de direito.

Ainda com o olhar atento em relação ao enfrentamento à COVID 19, em junho/2022 foi investido R\$ 1,5 milhão para a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs).

Foram elaboradas propostas e aprovadas junto ao CEDI/PR, no âmbito da proteção, promoção e defesa dos direitos, em consonância com o Conselho Estadual dos Direitos do Idoso (CEDI/PR), sendo deliberados aproximadamente R\$ 11,4 milhões para atendimento às pessoas idosas. Do montante, cerca de R\$ 5,4 milhões para a implementação de Centros de Convivência para Pessoa Idosa (Deliberação n.o 015/2022-CEDI/PR), onde foram contemplados 215 municípios, sendo 174 de Pequeno Porte I (até 20 mil/hab.), 32 de Pequeno Porte II (até 50mil/hab.) e 09 municípios de Médio Porte (até 100 mil/hab.). Outros R\$ 5, 0 milhões foram destinados para 151 ILPIs, sem fins lucrativos, presentes em 124 municípios do Estado. Os recursos foram repassados, fundo a fundo, aos municípios no início de dezembro.

Com foco na inclusão digital da pessoa idosa, a parceria com a CELEPAR instrumentalizou mais de 30 mil pessoas, entre gestores, técnicos, conselheiros municipais por meio de capacitações, encontros, *lives* e cursos sobre a política da pessoa idosa, além de ofertar 16 cursos de *smartphones* em diferentes municípios. O evento Idoso.PR: Conectando Cultura e Tecnologia, realizado em dezembro, utilizando a arte, cultura e a tecnologia para melhoria da comunicação, da interação e da vida, contou com a participação presencial de 350 pessoas idosas no Teatro Guairinha em Curitiba, fechando as atividades de celebração ao Dia Internacional e nacional da Pessoa Idosa.

15.1.1.3 Mulher

Em março de 2022, foi lançado o Plano Estadual dos Direitos da Mulher 2022-2025, resultado do trabalho intersetorial entre diversos Órgãos do Estado do Paraná.

Foram registrados 2.481 atendimentos em 47 municípios das unidades itinerantes intitulados Ônibus Lilás. Entre as atividades realizadas estão: orientação e divulgação dos tipos de violência, Direitos das Mulheres, Lei Maria da Penha, etc. Nos ônibus há espaço específico para atendimento individual, caso necessário.

A sensibilização para criação e funcionamento de Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher, resultou em 106 municípios com Conselhos, fortalecendo a Rede de Apoio e Proteção à Mulher. Com foco no fortalecimento da rede, foram realizadas 35 reuniões, em 25 municípios com foco no desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência, bem como de orientação e prevenção.

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (CRAM) são espaços de acolhimento de mulheres em situação de violência, que visam proporcionar um ambiente de superação da situação de violência, assim como contribuir para o resgate da cidadania e fortalecimento da sua rede de apoio. Além da unidade sob gestão estadual, há 11 unidades municipais no Estado, em 2022 foram realizados cerca de 22.000 atendimentos.

Em relação ao AME-SE (www.amese.pr.gov.br), onde se concentram as ações e informações direcionadas às mulheres, como Saúde, Segurança, Assistência Social, Cidadania e Empreendedorismo, mesmo com o período eleitoral, onde os sites ficam “adormecidos”, resultou em 5.579 visitas com intuito de acessar o conteúdo disponibilizado.

15.1.1.4 Pessoas com Deficiência

O benefício Passe Livre, assegura a isenção tarifária nos transportes coletivos intermunicipais para pessoas com deficiência e renda familiar *per capita* inferior a dois salários mínimos. Essa isenção se estende às pessoas que possuem as doenças crônicas descritas na legislação, desde que em tratamento continuado fora do município de sua residência. Em 2022, foram emitidas 5.249 carteiras de Passe Livre Intermunicipal.

A Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), Lei Romeo Mion n.o 13.977/2020, visa facilitar a identificação e a prioridade no atendimento em serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social, nos serviços privados inclui supermercados, bancos, farmácias, bares, restaurantes e lojas em geral. Desde a implantação em abril de 2020, foram emitidas 5.385 carteiras de identificação, sendo 3.161 emitidas em 2022.

Em fase de homologação a Plataforma Paraná Acessível, sistema de informações e serviços voltados às pessoas com deficiência e também de interesse do cidadão de modo geral. Além de informar o público, a solução visa servir como base de informações para dados

estatísticos, o conhecimento das condições de acessibilidade e os serviços disponíveis nos municípios. Podendo ser um dos subsídios para a elaboração de soluções, bem como de Políticas Públicas.

Realizado, em setembro, o Dia D - Direito ao Trabalho, iniciativa focada na inclusão das Pessoas com Deficiência no mercado de trabalho, em conjunto com a Política do Trabalho e as 216 Agências do Trabalhador para o atendimento exclusivo às pessoas com deficiência, beneficiários reabilitados do INSS e Jovem Aprendiz PcD. Em 2022, aderiram ao Dia D, 42 Agências do Trabalhador, com mais de 1.200 vagas direcionadas às Pessoas com Deficiência.

Sistema de Denúncia de Violação de Direito da Pessoa com Deficiência (Disque 100 e Disque 181) - são realizadas ações de monitoramento e encaminhamento de Denúncias recebidas por *e-mail*. Foram recebidas, encaminhadas e apuradas 80 denúncias de Violação de Direitos.

Praia Acessível, parceria com a SANEPAR e SEED, visa o fortalecimento dos direitos da pessoa com deficiência garantindo o acesso à praia, em condições de igualdade com as demais pessoas, possibilitando o lazer de forma digna e segura. Na temporada 2021/2022 foram realizados 102 atendimentos, e para temporada 2022/2023 Verão Maior já está garantida a oferta do serviço.

Há disponibilidade de acesso aos óculos *Orcam My Eye* na Biblioteca Pública do Paraná, e nas Bibliotecas Municipais de Cascavel e Londrina. A tecnologia assistiva de visão artificial proporciona à pessoa cega ou com baixa visão mais autonomia. O aparelho, acoplado às hastes de um óculos, é capaz de ler qualquer texto impresso ou digital em tempo real.

Proposto e aprovado R\$ 2 milhões, recursos do Fundo da Criança e do Adolescente (FIA), para implantação de Parques Acessíveis, mediante aquisição de *kits* de brinquedos acessíveis para implementação em parques públicos em 88 municípios, permitindo assim a integração entre crianças com e sem deficiência. Em fase de adesão pelos municípios.

Foram elaboradas 12 informações técnicas para subsidiar projetos de Lei, bem como a elaboração da proposta de criação do Fundo Estadual para PcD. Em relação aos Conselhos Municipais para a Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência, o Estado do Paraná conta com 142 ativos e 33 em criação.

15.1.1.5 Jovens

Tem como objetivo articular e garantir o desenvolvimento de projetos e políticas públicas direcionada aos jovens paranaenses de 15 a 29 anos, de acordo com o Estatuto da Juventude (Lei n.o 12.852, de 05 de agosto de 2013). A principal missão é promover os direitos dos jovens, com iniciativas e articulação de ações e dos serviços que o Poder Público presta à população, de benefícios a cursos e linhas de financiamento estudantil, prezando pela qualificação dos jovens paranaenses para que possam ocupar cada vez melhores postos no mercado de trabalho. E ainda, tem-se o compromisso de

despertar na juventude paranaense o desejo de participação da vida política, como protagonistas das decisões e ações de políticas públicas.

O Conselho Estadual da Juventude do Paraná (CEJUV) elaborou o Processo Eleitoral para eleição da composição da sociedade civil para o biênio de 2022 a 2023, sendo eleitos (as) e empossados (as) os (as) conselheiros (as) da atual gestão.

O Identidade Jovem ou simplesmente o ID Jovem, foi criado para jovens, de 15 a 29 anos, que possuem renda familiar de até dois salários mínimos e estejam inscritos no Cadastro Único do Governo Federal. Em 2022, chegou aproximadamente a 15 mil jovens com a ID Jovem ativas no Estado.

No sentido de promover políticas públicas para a juventude, voltadas ao protagonismo juvenil, foi elaborado o projeto Escola de Formação de Novos Líderes, em parceria com a Escola de Direitos Humanos da SEJUF. Este projeto visa proporcionar aos jovens o conhecimento e o incentivo da importância das juventudes, tanto na sociedade, política, quanto no mercado de trabalho. Em 2022, foram realizados *workshops, online*, para 13 municípios, dentre eles os que possuem Centros da Juventude, com a participação de 300 jovens. Os municípios foram: Francisco Beltrão, Faxinal, Pinhais, Toledo, Curitiba, Piraquara, Almirante Tamandaré, Campo Largo, São José dos Pinhais, Lapa, Colombo, Quatro Barras e Campina Grande do Sul.

Em trabalho conjunto entre a Coordenação de Políticas Públicas para a Juventude e Departamento do Trabalho, foi criado o projeto +Primeiro Emprego, ação que envolve todas as Agências do Trabalhador do Estado do Paraná e conta com a participação de empresas parceiras e jovens que estão em busca do primeiro emprego. O objetivo é oferecer um espaço na própria Agência para que as empresas possam realizar o processo seletivo de candidatos a oportunidades de primeiro emprego. Neste dia, geralmente na última quarta-feira do mês, o atendimento é diferenciado. As Agências do Trabalhador atenderão prioritariamente jovens, em guichês exclusivos para esse atendimento, agindo diretamente nas ofertas de vagas de emprego para jovens inexperientes e estimulando a contratação destes, além de promover a descentralização das Agências visto que a ação pode também acontecer em pontos de maior fluxo no município. Mais de 50 agências de trabalhador e Postos Avançados participaram deste projeto em 2022, beneficiando mais de 1.500 jovens.

Realizado acompanhamento e monitoramento dos 26 Centros das Juventude do estado do Paraná, bem como atendimento a solicitações administrativas, além do auxílio no pagamento do auxílio financeiro aos jovens cadastrados com Bolsa Agentes de Cidadania. Em 2022, cerca de 470 jovens receberam este benefício.

15.1.1.6 Migrantes e refugiados

O Centro Estadual de Informação para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Paraná (CEIM/SEJUF) realiza recepção e acolhida a migrantes no estado do Paraná; e presta informações e orientações quanto ao acesso aos serviços públicos estaduais e municipais, respeitando as

especificidades destas populações. As ações e atividades do CEIM são realizadas de forma integrada e intersetorial com as diversas políticas públicas e órgãos de defesa de direitos.

Em 2022, foram contabilizados 5.832 atendimentos prestados, com 3.483 novos cadastros de 54 diferentes nacionalidades atendidas. A maior demanda foi pela regularização documental, com 3.239 atendimentos registrados, em seguida aparece a busca por vagas de trabalho com 2.026 atendimentos registrados, as demais modalidades de atendimento são relacionadas à atendimento psicossocial, revalidação de diploma, aulas de português e outros.

Em função da demanda concentrada, foi viabilizado o atendimento consular das Embaixadas do Haiti e da Venezuela nas dependências do CEIM, que resultou no atendimento de 600 haitianos e aproximadamente 40 venezuelanos que necessitavam de documentos consulares como passaporte, cédulas de identidade, bem como certidões de diversas modalidades.

Aprovado e realizado o lançamento do II Plano Estadual de Políticas Públicas para Migrantes, Refugiados e Apátridas do Estado do Paraná (2022 - 2025), o qual estabelece as diretrizes e metas direcionadas a esse público

O Estado participou do processo de certificação MigraCidades, iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Organização Internacional para as Migrações (OIM). Esse processo trata da aplicação de ferramentas que permitirão aos governos locais apreciar a abrangência de suas políticas migratórias bem como identificar potencialidades a serem desenvolvidas em benefício dos migrantes e das comunidades de acolhida. Como resultado, certifica o engajamento dos governos em aprimorar a governança migratória local e dá visibilidade às boas práticas identificadas nos estados e municípios brasileiros ao longo das etapas do processo por meio da oferta do selo MigraCidades. O Paraná foi certificado em 2020 e 2021, e submeteu as informações apreciação para 2022.

O objetivo do processo de certificação é contribuir para a construção e gestão de políticas migratórias de forma qualificada e planejada, ao encontro da Meta 10.7 das Nações Unidas, que prevê uma migração ordenada, segura, regular e responsável.

Com o intuito de propiciar oportunidades de geração de renda aos migrantes foi articulada parceria com a Vila Urbana Gastronomia (complexo gastronômico no centro de Curitiba), que propiciou a cessão gratuita de espaço por 30 dias para que grupos de migrantes pudessem ter a oportunidade de desenvolver a atividade gastronômica e exposição e comércio de artesanato. Além disso, nos mutirões do emprego realizados em parceria com a Política do Trabalho, houve destinação de vagas exclusivas à população migrante. Nas Agências do Trabalhador foi realizado atendimento a 586 migrantes.

Para divulgação das ações relacionadas ao funcionamento das Políticas Migratórias no Paraná e do CEIM foram realizadas palestras aos alunos de Relações Internacionais da Universidade Positivo e aos alunos da Escola Superior da Polícia Civil

Outras ações importantes foram as participações em eventos como o Vez e Voz da Mulher Migrante, onde foram abordados os temas Proteção de seus direitos e orientações sobre como entrar no mercado de trabalho; o evento Migração, em parceria com a OAB/PR e Instituto PluriBrasil, onde se trabalhou o tema Xenofobia e o evento PluriPovos em conjunto com a UniBrasil e o Instituto PluriBrasil.

Dentre o trabalho conjunto das áreas da SEJUF, as informações da Política para Migrantes fizeram parte do Projeto Paraná em Ação, dentro das feiras de serviços realizadas no interior do Estado ou nos bairros da Capital, prestando atendimento a migrantes, refugiados e apátridas que necessitavam de orientações acerca de regularização documental e encaminhamentos para demais órgãos de prestação de serviços públicos. Serviços prestados, também, nos eventos Justiça nos Bairros, em parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná.

15.1.1.7 Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Foi realizado nos dias 16 e 17 de maio de 2022, o Programa de Capacitação Fortalecendo as Capacidades do Sistema de Justiça. O projeto é fruto da parceria firmada entre a Organização Internacional para as Migrações (OIM), Agência da ONU para as Migrações, e a SEJUF, por intermédio do Núcleo Estadual do Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Trabalho Escravo (NETP-PR), e visa capacitar toda a rede de atendimento às vítimas no município de Curitiba, Região Metropolitana, Foz do Iguaçu e Maringá, quanto ao fluxo de atendimento às vítimas de tráfico de pessoas.

Sensibilizações e capacitações em parceria com a Câmara Técnica de Foz do Iguaçu, Igrejas de diversas denominações, empresas da área de transporte, voluntários, Universidades em Municípios que aderiram a Campanha do Coração Azul, abordando os temas: Tráfico de Pessoas, Trabalho Análogo ao de Escravo, Exploração Sexual, Tráfico de Mulheres e Meninas, Adoção Ilegal, Violência e Aliciamento de Pessoas por meio digital, Contrabando de Migrantes.

Em parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), colaborou com o questionário relativo aos Desafios e Mudanças no Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas durante e pós-pandemia, que resultou no documento: Impacto da Pandemia COVID -19 no Tráfico de Pessoas - Conclusões preliminares e mensagens com base em um rápido balanço (https://www.unodc.org/documents/Advocacy-Section/HTMSS_Thematic_Brief_on_COVID19_-_PG.pdf).

Foi lançado o Sistema de Informações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (SISETP), programa patrocinado pela EUROFRONT que visa contribuir para a segurança, respeito e proteção dos direitos humanos dos migrantes no contexto do tráfico de pessoas e do contrabando de migrantes nos âmbitos nacional e regional na América Latina. Este projeto contou com a participação ativa do NETP/PR ao longo de dois anos até que pudesse resultar no modelo atual.

Foram registrados 954 casos acompanhados, sendo até novembro: 17 casos de exploração sexual, 124 por exploração laboral da prostituição, 810 por trabalho em condição análoga de escravo, 01 de remoção de órgãos e tecidos, 01 sobre prática de atividade criminosa e 01 de adoção ilegal.

15.1.1.8 Promoção da Igualdade Étnico-Racial

Foi realizada a V Conferência do Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial do Paraná - CONSEPIR/PR, nos dias 01, 02 e 03 de abril, no município de Maringá.

Foi realizada a Caravana da Promoção da Igualdade Racial, por intermédio do Fundo Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (FUNDEPPIR), onde foram destinadas verbas específicas para custear viagens dos conselheiros do CONSEPIR/PR. O movimento consistiu em visitas aos municípios do Estado do Paraná, com a finalidade de articular a criação dos Conselhos e Fundos Municipais de Promoção da Igualdade Racial Conselhos, visando à interiorização da política.

Por meio da Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEEDH) e do Conselho de Promoção da Igualdade Racial (CONSEPIR), promoveu o Seminário de Promoção da Igualdade Racial na Gestão Pública e Privada, com o objetivo de fomentar discussões envolvendo as atitudes e valores antirracistas, habilidades técnicas, administrativas e de gestão, necessárias ao enfrentamento das questões relacionadas à discriminação racial.

15.1.1.9 Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais

Elaboração de minuta do Projeto de Lei para a criação do Conselho Estadual Indígena, buscando dedicação exclusiva às demandas dos povos indígenas.

Atuou no grupo de trabalho, constituído junto à Secretaria de Estado da Cultura, integrado por diversos órgãos e acompanhado pelo Ministério Público do Paraná, para formalização de autorização de uso do Parque Histórico do Mate, em Campo Largo, na Região Metropolitana de Curitiba, pela comunidade indígena da Aldeia Kogun Já Má. O espaço poderá ser utilizado para moradia e promoção de atividades culturais e artesanais pela população indígena.

15.1.1.10 LGBTI+

Realização, em alusão ao Dia Internacional contra a Homofobia, do Dia de Empregabilidade LGBTI+. As 23 Agências do Trabalhador do Paraná proporcionaram atendimento prioritário ao público LGBTI+ na intermediação de mão de obra com vagas específicas, atualização cadastral na rede SINE (Sistema Nacional de Emprego), acesso ao Seguro-Desemprego, e inscrições nos programas gratuitos de qualificação profissional como as Carretas do Conhecimento e o Recomeça Paraná.

Apoio institucional ao lançamento do livro Ensaio sobre o perfil da Comunidade LGBTI+, obra que tem como base pesquisa com metodologia e análise crítica fundamentada em saberes científicos. O livro é uma realização do Instituto Brasileiro da Diversidade Sexual (IBDSEX). Ele permite

uma reflexão sobre estatísticas, explorando isso dentro da economia, do direito, da psicologia, da medicina e de todos os campos da saúde.

15.1.1.11 Defesa dos Direitos Humanos

Foi assinada parceria, em decorrência do Projeto Criança Protegida, formalizando a implementação do piloto Biometria Neonatal, o projeto piloto visa à identificação dos recém-nascidos ainda na sala do parto.

Em relação ao Conselho Permanente de Direitos Humanos (COPED) foi realizada uma reorganização, com a instituição das seguintes Comissões: Acompanhamento Legislativo, Litigância Estratégica e Monitoramento do Plano Estadual; Atenção à População em Situação de Rua, Direito à Cidade e Moradia; Combate ao Racismo e em Defesa dos Povos Tradicionais e das Religiões de Matriz Africana; Denúncias; Monitoramento e Privação de Liberdade; Direitos Sociais, Saúde, Educação, Segurança Pública, Cidadania, Cultura e Defesa dos Direitos da População LGBTI+. Entendendo-se, que com essa reorganização a proposição de ações e formulação de diretrizes será mais efetiva.

15.1.1.12 População em Situação de Rua

Alteração ao Decreto n.o 2405/2015 de criação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política da População em Situação de Rua (CIAMP Rua/PR) por meio do Decreto n.o 12.344/2022, estabelecendo cadeira permanente para a representação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR). No âmbito municipal, no Estado do Paraná estão ativos seis Comitês Municipais para a População em Situação de Rua e um em processo de criação.

Com intuito de divulgar e informar sobre as questões relacionadas à População em Situação de Rua, bem como instrumentalizar os municípios para o registro dos atendimentos foram produzidos os seguintes materiais gráficos: Do Ventre à Rua (cartaz), Aspectos das Políticas Públicas para a População em Situação de Rua (cartilha) e Levantamento da Criança e Adolescente em Situação de Rua (cartilha). Estes materiais foram lançados em 19/08/2022, em alusão ao Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua. Organização de registros das ações realizadas pelos municípios, relacionadas ao Dia Nacional da Luta da População em Situação de Rua.

Em relação às ações realizadas para o Inverno, período do ano que em função da temperatura impacta diretamente a População em Situação de Rua, pode-se destacar a elaboração e envio aos municípios de Diretrizes de Medidas de Proteção relacionada às baixas temperaturas, divulgação na mídia de matéria sensibilizando para o envolvimento fraterno da população e a articulação da Rede.

Orientação sobre Direitos Humanos para as Pessoas em Situação de Rua no I Seminário da Polícia Civil de Direitos.

Dentro da Política de Assistência Social são cofinanciados 20 municípios para o Serviço de Abordagem Social para a Pessoa em Situação de Rua (busca ativa) e também para o Serviço de Acolhimento Institucional. São cofinanciados, também, 15 municípios para o Serviço de Centro POP. Além disso, Curitiba e Foz do Iguaçu recebem recursos para Casa de Passagem, em função do fluxo de pessoas por estes municípios.

15.1.1.13 Consumidor

Foram atendidos pelo PROCON-PR e pelos PROCONs Municipais integrados ao SINDEC, de janeiro a abril de 2022, 44.656 consumidores. A partir de maio de 2022, em substituição ao SINDEC, passou a ser utilizada a plataforma ProConsumidor, que ainda não dispõe do módulo relatório para consulta pública dos atendimentos realizados pelos PROCONs Municipais, sendo de maio a outubro de 2022 foram realizados, somente pelo PROCON-PR, 46.328 atendimentos - o que totaliza 90.984 consumidores atendidos em 2022.

Além dos atendimentos acima mencionados, o PROCON-PR vem investindo cada vez mais no oferecimento de canais *online* para o consumidor reclamar, de modo a facilitar sua jornada e trazer resultados mais rápidos e satisfatórios, a exemplo da plataforma consumidor.gov.br, responsável por aproximadamente 98,9 mil atendimentos no ano de 2022.

A Plataforma consumidor.gov.br faz parte do Plano Nacional de Defesa do Consumidor (PLANDEC) e tem como foco principal a universalização do atendimento ao consumidor brasileiro e paranaense, possibilitando a reclamação por meio da *internet* de forma rápida e eficaz. Foram realizados, pelos consumidores paranaenses, 98.998 registros na plataforma em 2022, com índice de resolutividade de aproximadamente 78,0%.

Foram aplicadas, pelo PROCON-PR, 114 multas no valor total de R\$ 1,4 milhão (incluídas multas de decisões administrativas proferidas em 2021, que tiveram a informação da multa aplicada incluída no sistema em 2022). Foram realizados os pagamentos de 34 multas em 2022, perfazendo R\$ 1 milhão e foram inscritos em dívida ativa 24 procedimentos administrativos que resultam em R\$ 700,9 mil.

Realizada a inclusão, pelo PROCON-PR, de 13.244 processos administrativos de reclamação no Cadastro de Defesa do Consumidor nas categorias fundamentada atendida e fundamentada não atendida, em observância ao disposto no artigo 44 do Código de Defesa do Consumidor. Posteriormente, terão aplicações de sanção administrativa de multa.

Foram elaborados 1.831 pareceres e 1.999 decisões administrativas. Entre as decisões administrativas, 138 correspondem a processos com aplicação de sanção de multa e 101 a processos subsistentes sem a possibilidade de aplicação de sanção administrativa.

Foram elaboradas 08 Informações para a Assembleia Legislativa sobre projetos de lei na área da Defesa do Consumidor.

Vale ressaltar que devido à Lei n.º 20.532, de 14 de Abril de 2021, que instituiu que até o término do Estado de Calamidade Pública no Estado do Paraná, declarado pelo Decreto n.º 4.319, de 23 de março de 2020 e prorrogado pelos Decretos n.º 6.543, de 15 de dezembro de 2020, n.º 7.899, de 14 de junho de 2021 e n.º 9.792, de 14 de dezembro de 2021 e finalmente pelo Decreto n.º 11.496, de 27 de junho de 2022, estabelecendo como limite o dia 14 de agosto de 2022, todas as verbas depositadas que ingressarem no Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON) foram remanejadas ao Fundo Estadual de Saúde (FUNSAÚDE), no percentual de 70% e ao Fundo Estadual da Assistência Social (FEAS), no percentual de 25%. Estes recursos foram imprescindíveis para o atendimento à população.

15.1.2 Socioeducativo

O Sistema de Atendimento é composto por 28 Unidades de Atendimento socioeducativas, sendo 19 Centros de Socioeducação e nove Casas de Semiliberdade distribuídas regionalmente em 16 municípios do Estado do Paraná. Até novembro foram atendidos 1.661 adolescentes, sendo 418 em Medida Acautelatória de Internação Provisória, 1.039 em Medida Socioeducativa em Internação e 204 em Semiliberdade.

Em 2022, manteve-se a redução do número de atendimentos nas Unidades Socioeducativas do Estado em decorrência das medidas para enfrentamento da pandemia da COVID-19, estabelecidas na Recomendação n.º 62/2020 - CNJ, e na Recomendação Conjunta n.º 01/2020 - TJ/PR, que orientaram os juízes à aplicação preferencial de medidas socioeducativas em meio aberto e à revisão das decisões que determinaram a internação provisória e a aplicação das medidas de internação e semiliberdade, especialmente em relação a adolescentes que tenham cometido atos infracionais sem violência contra a pessoa. Destaca-se que as orientações objetivaram, de acordo com as normativas nacionais e internacionais, preservar a saúde dos adolescentes e servidores, evitando-se a transmissão do vírus e a sua disseminação no âmbito das Unidades Socioeducativas. Ressalta-se que foram tomadas medidas preventivas para o enfrentamento à COVID-19, bem como foram disponibilizados Equipamentos de Proteção Individual (EPI) tanto aos internados quanto aos servidores, bem como saneantes para limpeza e desinfecção.

Com a flexibilização de algumas das medidas preventivas, as visitas familiares nos CENSEs foram retomadas, assim como a execução do projeto Aproximando Famílias, que viabiliza passagens para os adolescentes das Casas de Semiliberdade visitarem suas famílias e para as famílias visitarem os adolescentes dos CENSEs. Até outubro, foram pagas 320 passagens, perfazendo o valor de R\$ 26.063,61.

O Governo Federal repassa incentivo financeiro aos municípios habilitados que possuem Unidades Socioeducativa, conforme o número de adolescentes e a natureza da medida socioeducativa. Os municípios também recebem recursos do Estado do Paraná, destinados ao custeio de ações

voltadas à atenção integral à saúde dos adolescentes. Os repasses variam de R\$ 1,5 mil/a.m a R\$ 10,2 mil/a.m. por município, montante de R\$ 892,3 mil/a.a.

O Programa de Educação nas Unidades de Socioeducação (PROEDUSE) tem como objetivo garantir a escolarização básica a adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, além de inseri-los na modalidade de ensino mais adequada após o término ou progressão da medida. Realizado em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED).

Aproximadamente 300 profissionais da SEED, entre professores, pedagogos e agentes educacionais, atuam no PROEDUSE, nas Unidades Socioeducativas do Estado.

Os adolescentes atendidos pelo PROEDUSE estão matriculados em um dos níveis de ensino da Educação Básica. Os adolescentes que cumprem medida nas Casas de Semiliberdade são matriculados na rede estadual de educação, próximo às Unidades, tendo em vista as especificidades do cumprimento da medida de semiliberdade.

Em outubro de 2022, 49 adolescentes realizaram as inscrições do Exame Nacional do Ensino Médio para Jovens sob Medida Socioeducativa ENEM PPL (Pessoas Privadas de Liberdade), que acontecerá em janeiro de 2023. Em relação ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA/PPL), que certifica quanto à conclusão do Ensino Fundamental ou do Ensino Médio, 180 adolescentes fizeram as provas.

O Programa Estadual de Aprendizagem, em atendimento à Lei do Aprendiz n.o 10.097/2000, prevê 350 vagas para a inserção, prioritariamente, de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas de privação e restrição de liberdade e, também, egressos do Sistema de Atendimento Socioeducativo e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Até outubro, 260 adolescentes se mantêm ativos no Programa.

O Projeto Arte a Ação prevê a oferta de atividades de cultura, esporte e lazer, em formato de oficinas e mostras culturais presenciais. Foram ofertadas oficinas de teatro, capoeira, esportes e música para 400 adolescentes, conforme capacidade contingenciada durante a pandemia da COVID-19.

O Projeto Karatê ofertou aulas práticas e intervenções teóricas e presenciais para 400 adolescentes, conforme capacidade contingenciada durante a pandemia de COVID-19. As atividades propostas possuem como pressupostos, toda a base filosófica do Karatê, bem como o objetivo de fazer deste aprendizado uma tática eficaz de reconstrução de vínculos e desenvolvimento de novos projetos de vida. O Projeto encerrou-se em outubro de 2022.

Foram disponibilizados cursos de Qualificação Profissional aos adolescentes das Unidades, por meio do Acordo de Cooperação Técnica n.o 027/2021 DP-DA, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e o Instituto Mundo Melhor, com cursos *online* de diversas áreas certificados por instituição de ensino superior.

No mês de novembro, os jovens das Casas de Semiliberdade de Curitiba participaram da 1ª edição do Qualifica Paraná, na qual foram ofertadas 420 vagas nas áreas de elétrica automotiva,

instalações elétricas, manutenção de motos, mecânica automotiva, mecânica industrial, soldagem e a automação.

Por meio do Projeto Cidadania e Diversidade em Foco, foram realizadas ações mensais, conforme calendário didático relacionado a temas sobre os direitos humanos. Sendo assim, em cada mês foram organizadas informações de uma forma didática com sugestões de atividades culturais e educativas, mantendo a autonomia de cada Unidade Socioeducativa. O projeto foi relevante por permitir uma aproximação dos/das adolescentes à cultura, história e aos conceitos de cidadania.

A Lei n.º 19.121, de 11 de setembro de 2017, institui o mês Junho Paraná Sem Drogas; foram desenvolvidas ações abordando a temática das drogas para promover e intensificar a discussão, reflexão e a integração do trabalho desenvolvido pela rede (ex.: unidades socioeducativas, prefeituras, universidades, sociedade civil) em relação ao uso/abuso de drogas.

Com a regulamentação do fluxo de atendimento ao adolescente vítima ou testemunha de violência em cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado (Resolução n.º 218/2021), de caráter inédito no Sistema Socioeducativo Nacional, foram realizadas três reuniões técnicas para alinhamento da normativa, bem como capacitações regionais em parceria com municípios e defensorias públicas para implementação e qualificação do atendimento.

Em agosto foram realizadas reuniões *online* com o Conselho Regional de Psicologia - CRP/PR para debate e qualificação do uso de testes psicológicos nas Unidades Socioeducativas. Neste mesmo mês foi criada a Comissão Permanente de Acompanhamento das Equipes Técnicas por meio da Resolução n.º 359/2022 - SEJUF/PR que tem por finalidade qualificar, socializar e divulgar a atuação dos profissionais de psicologia, serviço social e terapia ocupacional das Unidades que executam a medida socioeducativa de internação e de semiliberdade, por meio de elaboração de documentos, diretrizes e acompanhamento local das Unidades Socioeducativas.

Foram realizadas Campanhas de Saúde dedicadas à Prevenção ao Suicídio (Setembro Amarelo), Câncer de Mama/Colo do Útero (Outubro Rosa) e Câncer de Próstata (Novembro Azul), com ações voltadas à promoção da vida, despertando a consciência do autocuidado.

No mês de novembro foi realizado o Seminário Estadual de Execução de Medidas Socioeducativas - SEMENTES 2ª Edição, com o tema Os Planos Estadual e Municipais de Atendimento Socioeducativo: potencialidades e desafios.

Dentre as atividades de Formação a Servidores que atuam na Socioeducação, tanto em meio aberto, quanto fechado, está o Práticas e Saberes em Socioeducação, onde foram apresentadas experiências e produção acadêmicas realizadas nos últimos cinco anos.

15.1.3 Trabalho, Emprego e Estímulo à Geração de Renda

Tem como objetivo estabelecer diretrizes e prioridades às políticas de trabalho, emprego e renda no Paraná, promovendo a democratização dos direitos entre trabalhadores, empregadores e

os governos federal e estadual. Responsável pela gestão do Sistema Nacional de Emprego do Estado do Paraná - SINE/PR, composta por 216 unidades de atendimento, intituladas como Agências do Trabalhador, sendo uma estadual no município de Curitiba.

Existem, também, os Postos Avançados de Emprego, que são unidades de atendimento vinculadas à Agência mais próxima. No momento são 84 Postos. Cabe destacar que para alavancar o setor cultural, extremamente impactado durante a Pandemia da COVID 19, foi instituída a Agência do Trabalhador da Cultura, no final de 2021 em Curitiba, com intuito de atender exclusivamente o setor cultural e criativo. Até outubro/2022 foram realizados 3.751 atendimentos, entre empresa e trabalhadores, sendo abertas 409 vagas de emprego e realizados 376 encaminhamentos.

Soma-se à Rede de atendimento o Ônibus do Trabalhador, unidade itinerante que leva os serviços da agência a municípios que não tem unidades ou utilizado em ações específicas. Em 2022, foram atendidas cerca de 9.200 pessoas, resultando em 7.250 atendimentos em 92 municípios. Com isso, o Estado do Paraná ocupa primeiro lugar, a nível nacional, no que diz respeito a profissionais colocados no mercado de trabalho por meio da rede pública de emprego.

Em relação ao serviço de Intermediação de Mão de Obra, de janeiro a outubro de 2022, o SINE/PR alcançou um total de 533.509 trabalhadores encaminhados às vagas de emprego, resultando em 104.637 profissionais colocados no mercado formal de trabalho e 97.077 novas inscrições. No mesmo período, foram disponibilizadas aos trabalhadores 233.376 vagas de emprego, destas 8.224 foram exclusivas para pessoas com deficiência.

Como estratégia de atendimento são realizados Mutirões de Emprego, que podem ser focados em determinado público, vagas específicas ou empresas parceiras. Os mutirões promovem maior visibilidade e melhor aproveitamento das vagas de emprego, devido ao grande número de encaminhados. Foram realizados seis mutirões para grupos minoritários ou prioritários, sendo eles: a) Dia LGBTQIA+ - com oferta de 888 vagas e 314 encaminhados; b) Dia da Juventude - com oferta de 2.170 vagas e 859 encaminhados; c) Dia dos Migrantes - com 909 vagas ofertadas e 133 encaminhados; d) Semana do Outubro Rosa - com 973 vagas ofertadas e 2.025 mulheres encaminhadas; e) Dia D - com 950 vagas exclusivas para pessoas com deficiência e 322 encaminhados; e f) Dia da Empregabilidade de Pessoas Negras - realizado em 22 de novembro de 2022 com 3.500 vagas. Foram realizados 17 mutirões com vagas específicas tais como: a) mutirão para vagas de trabalhos temporários - onde foram ofertadas 826 vagas; b) empregos em bares e restaurantes - com 175 vagas; dois mutirões destinados às vagas de telemarketing, com um total de 3.265 vagas disponíveis.

Outro serviço que pode ser acessado nas Agências é o Seguro-Desemprego, do Governo Federal, de janeiro a outubro, foram 115.577 pessoas atendidas, e um total disponibilizado de aproximadamente R\$ 668 milhões

Em parceria com a Fomento Paraná, a Rede SINE/PR promove a disponibilização de linhas de crédito destinadas a micros e pequenos empreendedores (com faturamento anual de até R\$ 360.000,00). Em 2022 foram realizados 5.011 contratos, o que equivale a cerca de R\$ 55,6 milhões.

Voltado ao empreendedorismo e parte das ações/ projetos que compõem a estratégia de retomada econômica pós-pandemia, foi desenvolvido o Recomeça Paraná, no Programa Nossa Gente Paraná, com recursos do BID. Em parceria com o SEBRAE/PR foram disponibilizados cursos a distância com trilhas de conhecimento. O objetivo é o aperfeiçoamento das competências empreendedoras de indivíduos em situação de vulnerabilidade social, incluindo um auxílio econômico de até R\$ 900,00 aos que concluírem toda a capacitação. Foram 4.456 matriculados, sendo repassado até novembro R\$ 3,5 milhões. Ressalta-se, que foram atendidos os 156 municípios prioritários do Programa Nossa Gente Paraná e estendida a possibilidade a todos os municípios do Estado. No final, foram contemplados 363 municípios, que equivale a 91% do total.

Outra facilidade disponível para os paranaenses é o Aplicativo Paraná Serviços, que faz a interface de trabalhadores cadastrados e interessados em serviços. Entre os trabalhadores cadastrados estão diaristas, encanadores, pintores, garçons, cozinheiros, etc. Somente em 2022 foram 135 cadastros de contratantes, 781 cadastros de trabalhadores e 2.839 *downloads*.

No que se refere à qualificação profissional, o projeto Carretas do Conhecimento, parceria entre o Governo do Estado/SEJUF, Sistema FIEP/SENAI e Fundação Volkswagen disponibilizou 1.842 vagas em cursos como: Automação Industrial, Confecção, Elétrica Automotiva, Instalações Elétricas, Mecânica Automotiva, Mecânica Industrial, Manutenção de Motocicletas, Panificação e Refrigeração. Foram 1.291 matriculados, em 63 localidades e foram investidos aproximadamente R\$ 2,1 milhões.

A parceria com a Secretaria de Estado do Planejamento e Projetos Estruturantes (SEPL), o Fórum Paranaense da Micro e Pequena Empresa (FOPEME), a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Paraná (FECOMÉRCIO) e a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) viabilizou a disponibilização de 4.383 vagas para cursos de aprendizagem profissional, educação e formação para jovens e adultos. As práticas de ensino podem ocorrer presencialmente, parcialmente presencial ou a distância, abrangendo 29 municípios. Ao todo foram 3.128 pessoas matriculadas.

O Programa Cartão Futuro, incentiva a contratação de aprendizes em situação de vulnerabilidade social no mercado do trabalho, que ocorre a partir do pagamento de uma subvenção econômica destinada ao estabelecimento contratante, no valor de até R\$ 450,00. Em 2022, para agilizar os procedimentos administrativos, a Lei do Programa foi alterada, passando a beneficiar as empresas de aprendizagem, órgãos e entidades da administração pública e o terceiro setor. Ampliou-se, também, a faixa etária e a condição de vulnerabilidade dos aprendizes beneficiados pelo programa. Atende agora, jovens com até 24 anos de idade pertencentes a famílias com renda total de até três salários mínimos. Até outubro de 2022, foram inscritos 957 aprendizes e 230 estabelecimentos contratantes.

No âmbito do artesanato, foram cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB) 1.219 artesãos, no Estado do Paraná. O Paraná e seus artesãos estiveram presentes em todos os eventos nacionais de comercialização de artesanatos, sendo eles: a) 41ª Feira Internacional de Artesanato, em Curitiba; b) 15º Salão de Artesanato, em Brasília; c) Feira Nacional de Negócios do Artesanato (FENEARTE), que ocorreu em Pernambuco; e d) Feira Nacional de Artesanato e Cultura (FENACCE), no Ceará. Essa participação, propiciou a divulgação do Artesanato Paranaense, e conseqüentemente a comercialização, tanto no momento dos eventos venda quanto com encomendas futuras.

Com base no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), no acumulado de janeiro a outubro de 2022 foi de 147.955 postos de trabalho formais criados, com o quarto lugar no *ranking* de saldos de trabalho a nível nacional, atrás dos estados de São Paulo (primeiro lugar), Minas Gerais (segundo lugar) e Rio de Janeiro (terceiro lugar). No que se refere aos maiores setores do mercado de trabalho paranaense, destacam-se os seguintes: a) Serviços - com acumulado de 88.276; b) Indústria Geral - em especial Indústria de Transformação - Alimentos em geral, como abatedouros e Incubadoras), com 27.709 em trabalhadores acumulados; e c) Comércio - principalmente a área de reparação de veículos automotores e motocicletas, com um acumulado de 19.456.

Os dados disponibilizados pelo CAGED são analisados pelo Observatório do Trabalho, e divulgados, por meio de boletins. Também são analisadas a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Até outubro foram publicados cinco boletins estaduais sobre o CAGED, bem como 2.394 boletins municipais, destinados aos 399 municípios do Estado do Paraná. O objetivo é subsidiar, com informações, as diversas instâncias para tomadas de decisão.

Ressalta-se a parceria com o Conselho Estadual do Trabalho, Emprego e Renda (CETER), que atua efetivamente para garantia de direitos e políticas públicas destinados às classes de trabalhadores e empresários. Destaca-se a política de valorização do salário mínimo regional, que ocorre de forma democrática e tripartite, entre empresários, trabalhadores e o poder público estadual. Mais uma vez, resultou que o Estado do Paraná é o estado com maior salário mínimo do país, com os salários variando entre R\$ 1.804,30 a R\$ 2.071,72, a depender da categoria.

15.1.4 Assistência Social

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é, como estabelecem a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política de Seguridade Social não contributiva, prestada a quem dela necessitar, com o objetivo de atender necessidades básicas. Realizada por meio de um conjunto integrado de ações, a Política de Assistência Social (PAS) é organizada sob um sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse sentido, algumas das principais atribuições dos Estados, estabelecidas pela LOAS, são a realização de assessoramento técnico e apoio financeiro aos municípios. Em termos de transferências de recursos, são prestados repasses continuados ou pontuais voltados ao aprimoramento da própria gestão da política e dos serviços, programas e projetos ofertados por meio de níveis de proteção: básica, especial de média complexidade e especial de alta complexidade.

Em relação à Gestão do SUAS, o Estado atua no aprimoramento da gestão da Política de Assistência Social nos municípios paranaenses por meio da assessoria e apoio técnico, buscando instrumentalizá-los para o fortalecimento e aprimoramento da gestão. As cinco principais linhas de atuação são o Apoio na Gestão Descentralizada da Política Estadual de Assistência Social, Vigilância Socioassistencial, Gestão do Trabalho e Educação Permanente, Apoio às Organizações da Sociedade Civil de Caráter Socioassistencial e Assessoramento aos Conselhos de Assistência Social (Estadual e Municipais).

Prestado apoio técnico aos 399 municípios na elaboração, preenchimento e monitoramento dos instrumentos de acompanhamento do Governo Federal (plano de ação, demonstrativo sintético físico-financeiro, registro mensal de atendimento e Censo SUAS).

Em relação às Organizações da Sociedade Civil (OSCs) foram realizadas 642 análises de solicitação de OSC para o Programa Nota Paraná, em que as OSCs que atuam na Assistência Social podem acessar recursos para fortalecer as ações que desenvolvem. Há 1.047 instituições de Assistência Social cadastradas. No Programa Nota Paraná, foram destinados, até novembro, R\$ 16,6 milhões às OSCs da Assistência Social, em 2022.

Em processo de implementação o Programa Capacita SUAS, que tem por objetivo garantir oferta de formação e capacitação permanente para profissionais, gestores, e conselheiros da rede socioassistencial para aprimoramento da Gestão do SUAS no Estado e Municípios. Em fase de contratação de seis Universidades Estaduais: UEM, UEL, UNICENTRO, UNESPAR, UNIOSTE e UEPG. No total serão ofertadas 3.187 vagas distribuídas em três cursos de atualização da área da Assistência Social no âmbito do SUAS, com carga horária de 40 horas. O valor investido para essa fase do programa será de aproximadamente R\$ 3,8 milhões.

O Atestado de Regularidade do Conselho, Plano e Fundo (ARCPF) da Política de Assistência Social é critério condicionante para os repasses estaduais. As gestões municipais foram orientadas quanto aos requisitos e as adequações necessárias e como resultado, após análises, foram emitidos 399 ARCPFs, representando 100% dos municípios do Estado.

Os repasses aos municípios também são condicionados à regularidade e ao cumprimento de requisitos como: aferição de saldo bancário, anexação de extratos no sistema da conta bancária, preenchimento do Plano de Ação.

O Piso Paranaense de Assistência Social I (PPAS I), cofinancia 172 municípios de Pequeno Porte I (até 20 mil habitantes), que tem como característica principal a autonomia do município de

planejar, em que serviços da Assistência Social os recursos serão aplicados. Os municípios recebem R\$ 6.250,00/a.m., o que corresponde a R\$ 12,9 milhões/a.a.

Realizado o Curso de Capacitação voltado aos Conselheiros CEAS/PR, proposto pelo Núcleo Estadual de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social (NEEP/SUAS/PR) em parceria com a Escola de Educação em Direitos Humanos (ESEDH); com o objetivo de capacitar os Conselheiros Estaduais para o exercício de suas atribuições e promover um espaço de reflexão e aprendizagem, foi realizado de maneira presencial e *online* via *Google Meet* para os conselheiros que não puderam se fazer presentes. Foram abordados os seguintes temas: Participação e Controle Democrático na Política de Assistência Social; Do Orçamento destinado à Política de Assistência Social; O Papel dos Conselheiros Estaduais; O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a Política de Assistência Social e Funções e Instrumentos e Controle Social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social.

Na Proteção Social Básica (PSB), o assessoramento e apoio técnico é para o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Além disso, o Estado trabalha com o apoio aos Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais vinculados à PSB, além da Gestão do Cadastro Único para Programas Sociais e Programa Auxílio Brasil.

No Estado do Paraná 1.662.143 famílias estão inscritas no Cadastro Único, sendo que destas: a) 480.291 famílias estão na linha de extrema pobreza, ou seja, com renda mensal *per capita* até R\$ 105,00; b) 198.027 famílias na linha da pobreza, com renda mensal *per capita* entre R\$ 105,01 e R\$ 210,00; e c) 508.297 famílias com renda *per capita* até meio salário mínimo. O Programa Auxílio Brasil (PAB) no Estado, no mês de outubro de 2022 beneficiou 601.680 famílias.

Realizada reuniões virtuais (*lives*) quinzenais abordando as normativas e operacionalização do Programa Auxílio Brasil, Dialogando sobre o SUAS - no canal do *YouTube* da SEJUF.

Além disso, tendo em vista as mudanças realizadas nas normativas e sistemas do Cadastro Único e a implantação do Programa Auxílio Brasil em substituição ao Programa Bolsa Família, ficou urgente a capacitação dos profissionais dos 399 municípios do Paraná, desta forma, foram realizados em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde (SESA) e Secretaria de Estado da Educação (SEED), seis Seminários Macrorregionais da Gestão Intersectorial do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil, que propiciaram aos profissionais dos 399 municípios a atualização, aperfeiçoamento e a discussão dos assuntos relacionados ao Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil.

Realizada a capacitação Jornada Auxílio Brasil, encontro organizado e realizado em parceria com o Ministério da Cidadania (SECAD, SEISP, SAGI, SENARC E SNAS), com objetivo de capacitar coordenadores municipais da Assistência Social que atuam no Programa Auxílio Brasil, visando o aprimoramento na gestão e operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais e do Programa Auxílio Brasil. A capacitação, realizada no auditório da UniBrasil em Curitiba, teve 340 inscritos, com certificado emitido pela Escola de Gestão do Paraná.

Nos meses de novembro e dezembro de 2022, continuidade do Calendário de Capacitações Operacionais do Sistema do Cadastro Único - V7, ministrado pela CAIXA (GIGOV/CT - Gerência de Governo Curitiba) foram disponibilizadas, pelo Ministério Gestor, 175 vagas para o Paraná, totalizando sete turmas presenciais, todas realizadas em Curitiba.

Acompanhamento técnico aos 26 municípios que possuem Centros da Juventude (28 unidades) e ao Programa Bolsa Agente de Cidadania que tem como objetivo a participação social e cidadã e a inclusão sociocultural, e prevê o atendimento e pagamento de bolsa-auxílio no valor de R\$ 306,00 (que é regulamentado na Resolução SEJUF n.o 016, de 22 de Janeiro de 2021) aos adolescentes e jovens de 14 a 24 anos, prioritariamente em situação de vulnerabilidade e risco social, participantes dos Centros da Juventude. De janeiro a setembro de 2022 foram pagas 1.032 bolsas com recurso do BID/Paraná Seguro e 3.205 bolsas com recursos oriundos do Fundo para Infância e Adolescência (FIA).

Em decorrência da pandemia da COVID-19, foi Instituído pela Deliberação n.o 056/2021-CEAS o Incentivo COVID por meio de cofinanciamento estadual Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) aos respectivos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS), repasse fundo a fundo. Foram repassados R\$ 8,36 milhões para os 225 municípios paranaenses que aderiram a deliberação, com recurso destinado a Proteção Social Básica e a Benefícios Eventuais.

Aprovada a Deliberação n.o 012/2022 CEAS/PR - o Incentivo de Emergência Socioassistencial - com objetivo de cofinanciar a promoção, apoio e proteção às famílias e indivíduos atingidos por situações de desastres naturais ou não, que se encontrem desabrigados, em que a situação não caracterize reconhecimento municipal de emergência e calamidade pública. Nesse caso as emergências consideradas de caráter natural são incêndios, desabamentos, deslizamentos, alagamentos, dentre outras, e as emergências de origem humana são devido aos processos sociais, econômicos e culturais vivenciadas pelos intensos fluxos migratórios de povos indígenas, comunidades tradicionais e refugiados. Os recursos são destinados a ações de implantação e implementação de acolhimento provisório ou concessão de benefícios eventuais na forma de aluguel social quando devidamente regulamentado. O valor total disponibilizado é de R\$ 1,0 milhão e, após adesão, o município pode acionar o recurso preenchendo o Plano de Ação, caso ocorra a Situação de Emergência Socioassistencial. Do total, 317 municípios fizeram adesão a este incentivo e seis solicitaram recurso, sendo que apenas três atenderam os critérios da Deliberação, e destes, um está em processo para pagamento, no valor de R\$ 18 mil reais, e outros dois estão enviando documentos para proceder o pagamento R\$ 36 mil e R\$ 32,4 mil respectivamente.

O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) aprovou a deliberação n.o 038/2021, para execução do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, foram repassados R\$ 4,6 milhões para os 179 municípios que aderiram à deliberação.

Destaca-se que em relação a Política de Assistência Social, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública municipal descentralizada da Política de Assistência

Social, responsável pela organização e oferta de serviços da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) nas áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios. Dada sua capilaridade nos territórios, se caracteriza como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social (MDS, 2009).

Em 2022 o Estado do Paraná conta com 570 unidades de CRAS, nos 399 municípios (CadSuas, 2020), identificados no Censo SUAS 2021, que recebem o acompanhamento e o monitoramento de suas ações por meio dos 24 Escritórios Regionais da SEJUF.

A Proteção Social Especial é referência na oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinados a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com violação de direitos. O objetivo das ofertas socioassistenciais é contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, o fortalecimento de potencialidades e aquisições, além da proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos. De acordo com os níveis de agravamento, a natureza e a especificidade do atendimento ofertado, a Proteção Social Especial se divide em dois níveis de complexidade: Média Complexidade e Proteção Alta Complexidade.

Em relação aos serviços de Média Complexidade, a atuação do Estado durante 2022 concentrou-se nos seguintes temas: No processo de apoio técnico foi realizado o acompanhamento e orientação a 195 unidades CREAS em 184 municípios.

Realizou o acompanhamento e apoio técnico às construções de três CREAS em diferentes estágios (contratação de projetos, licitação, e retomada de obras).

Dentro do processo de assessoramento aos municípios, foram elaboradas as seguintes notas técnicas: a) Nota Técnica n.o 001/2022 DAS/SEJUF/PR - que tece recomendações às gestões municipais de Assistência Social para atuarem de forma articulada no cuidado, proteção e atendimento as pessoas em vulnerabilidade e risco social diante das condições climáticas adversas de frio intenso; b) Nota Técnica Conjunta, com o CIAMP/PR n.o 003/2022 - traz orientações e estratégias quanto ao encaminhamento e transporte da população em situação proveniente de outros municípios.

Realização da live de formação Proteção Social para o Combate ao Trabalho Infantil, no dia 13 de junho, em alusão ao Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil - 12 de junho, e participação no Seminário Paranaense Proteção Social para acabar com o trabalho infantil, realizado em 30 de junho de 2022, organizado pelo Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil. Paineis do tema: As Ações Estratégicas do Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (AEPETI) - Um Panorama Estadual.

Na esfera do apoio financeiro foi mantido o cofinanciamento da expansão regionalizada para execução do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) em 23 municípios. O repasse previsto é de R\$ 2.500,00 ao mês por município. Até novembro, foram repassados R\$ 510 mil reais, considerando os critérios para pagamento.

No Serviço de Centro Dia para Pessoas com Deficiência foi efetivado o acompanhamento e repassado para Curitiba o valor de R\$ 240 mil reais.

O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) executa exclusivamente serviço especializado para pessoas em situação de rua. No Paraná, 15 municípios receberam o cofinanciamento estadual, em que a capacidade de atendimento é de até 2.300 pessoas em 17 unidades. O valor repassado até novembro foi de aproximadamente R\$ 1,3 milhão.

Para o Serviço Especializado de Abordagem Social houve a manutenção do cofinanciamento estadual do FEAS para 20 municípios, no montante de aproximadamente R\$ 118 mil reais ao mês. Foram repassados R\$ 735 mil reais, até novembro.

No Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) foram desenvolvidas ações de apoio técnico aos municípios, bem como o acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos dos 131 municípios que foram contemplados com o Programa Estadual Liberdade Cidadã, executados com recursos do FIA, bem como com a transferência e controle dos recursos do cofinanciamento federal para 17 municípios denominado Expansão MSE.

Com relação às Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (AEPETI) ocorreram a continuidade do apoio técnico aos municípios cofinanciados e não cofinanciados pelo governo federal, sendo trabalhadas as recomendações das reuniões de acompanhamento com o responsável federal pelo programa. Além disso: foram organizadas reuniões de orientação e assessoramento com os municípios que ainda possuem saldo das AEPETI; fortaleceu a articulação com o CEAS/PR e Ministério Público para o monitoramento dos municípios; bem como participou na realização e organização de processos de formação.

Em relação aos serviços de alta complexidade, foram realizados o apoio técnico e financeiro aos municípios que ofertam Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens até 21 anos, sendo que o apoio financeiro foi efetivado por meio do repasse do cofinanciamento estadual continuado do FEAS, denominado de Piso Paranaense de Assistência Social IV (PPAS IV), para 99 municípios, sendo repassado até novembro cerca de R\$ 6,2 milhões. Além do acompanhamento e monitoramento da execução dos recursos dos municípios contemplados com o Programa Estadual Crescer em Família, das diversas etapas, custeado com o FIA.

Para o Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, houve a continuidade do repasse financeiro do FEAS aos quatro municípios com Residências Inclusivas Municipais implantadas, que representa um valor anual de R\$ 300 mil reais.

Da mesma forma, deu-se continuidade do cofinanciamento do FEAS às duas Residências Inclusivas Regionalizadas, localizadas no município de Irati. O montante repassado será de R\$ 600 mil reais ao ano. Ainda, foi realizada a transferência e acompanhamento das parcelas do cofinanciamento federal. A fim de reduzir o impacto da redução dos repasses do governo federal, e não ocasionar

prejuízo ao serviço, foi deliberado no CEAS (Del. 31/2022) o Incentivo Residência Inclusiva II, no valor de R\$ 140 mil.

Com intuito de ampliar as possibilidades de atender demanda por Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, foram empreendidas as seguintes estratégias: marcar quais são para que eu trabalhe em formato de itens (marcadores) como os dois a seguir:

- ▶ Criação de repasse fundo a fundo para Municípios de Pequeno Porte I e II por meio da Deliberação CEAS PR 69/2022 que prevê o repasse de R\$3.500,00 mensais por usuário, limitado a 15 metas, para atender demandas emergenciais de acolhimento institucional para pessoas com deficiência ou idosas, totalizando um repasse anual de R\$630 mil.
- ▶ Elaboração de edital de chamamento público e credenciamento público da SEJUF/PR para firmar novas parcerias com Organizações da Sociedade Civil ou instituições privadas com fins lucrativos que ofertem serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas ou com deficiência, nos parâmetros da política socioassistencial, previstas inicialmente 20 metas ao todo, que poderão ser ampliadas futuramente, conforme demanda. Considerando o valor médio de R\$3.500,00 por meta, o investimento anual previsto para essas ações será de R\$ 840 mil.
- ▶ Ampliação de parcerias com instituições que possuem termo de colaboração com a SEJUF/PR para atendimento da demanda regionalizada de Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência.
- ▶ Contratação de vagas em instituições privadas com fins lucrativos para atendimento da demanda regionalizada de Serviço de Acolhimento Institucional de Jovens e Adultos com Deficiência e Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas, além do acompanhamento e monitoramento dos serviços ofertados a cinco pessoas com deficiência e duas pessoas idosas, totalizando um investimento anual estimado em R\$226,8 mil

No processo de análise e assessoramento aos municípios quanto às solicitações de acolhimento a indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco por violações de direitos, com ou sem determinação judicial foram realizadas reuniões técnicas com municípios, juntamente com os Escritórios Regionais de abrangência, com a finalidade de cumprir determinações judiciais de acolhimento ou respaldar resposta ao Poder Judiciário, no sentido de trabalhar de forma integrada com a assistência social e outras políticas setoriais para promover os direitos socioassistenciais dos usuários em situação de risco social.

No Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, o Estado do Paraná prestou o apoio técnico e a manutenção do cofinanciamento estadual (PPAS V) para quatro municípios e foram repassados, até novembro, R\$ 255 mil.

Com relação ao Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua foi mantido o cofinanciamento estadual para 20 municípios, até novembro, foram repassados cerca de R\$ 2,3 milhões.

Houve também a continuidade do cofinanciamento do FEAS para o Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência, repassado para cinco unidades, sendo pago até novembro de R\$ 58,5 mil. Nesse serviço, foram analisadas as solicitações de vagas de acolhimento para mulheres com ou sem filhos, em situação de violência doméstica e familiar, de municípios de pequeno porte I e II.

Por fim, com relação aos repasses continuados aos municípios dos serviços de Alta Complexidade, foi mantido o cofinanciamento do FEAS para Casa de Passagem Regionalizada aos municípios de Foz do Iguaçu e Curitiba, que representou até novembro cerca de R\$ 427 mil.

15.1.4.1 Programa Nossa Gente Paraná

O Programa é uma parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que tem por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida e reduzir a vulnerabilidade social das famílias residentes em territórios de maior concentração de pobreza, por meio da articulação de políticas e coordenação de serviços ofertados pelas diversas áreas do governo.

Cabe à SEJUF: a) articulação com todos os comitês intersetoriais, secretarias e órgãos envolvidos; b) administração dos instrumentos de gestão oficial do contrato, como Relatório de Monitoração do Progresso (PMR), Plano Operativo Anual (POA), Plano de Execução Plurianual (PEP), Plano de Aquisições (PA), Matriz de Resultados e Relatório de Progresso; c) execução, acompanhamento e monitoramento das ações inerentes ao Programa; d) avaliações; e) edições de legislações; f) aquisições, contratações, formalização de parcerias; g) capacitações; e h) prestações de contas.

No Acompanhamento Familiar Intersetorial, promove articulação e capacitações para a formalização dos comitês intersetoriais e inclusão de famílias no sistema para o planejamento de ações intersetoriais e acompanhamento familiar para a superação das vulnerabilidades. Em 2022, constam 30 mil famílias incluídas com mais 400 mil ações das mais diversas áreas previstas para as famílias em alta vulnerabilidade.

O programa Nossa Gente, em seu eixo habitacional, prevê a construção de moradias e melhorias habitacionais em um Programa inovador de acompanhamento familiar, superação das condições de vulnerabilidade das famílias e proteção ambiental, sem precedentes. Desenvolvido em parceria com a COHAPAR, os projetos preveem a construção de moradias nas modalidades de Redução do Déficit Habitacional e de Requalificação Urbana.

No que se refere à Redução do Déficit Habitacional, o município concede o terreno e a infraestrutura ao entorno do terreno e a SEJUF, em parceria com a COHAPAR é responsável pela infraestrutura interna da poligonal, assim como a construção das unidades habitacionais que são concedidas gratuitamente às famílias. Da previsão de construção de 917 unidades habitacionais, até 2022 foram entregues 846 unidades habitacionais em 32 municípios. Estão em construção mais 71

unidades habitacionais em 2022. Na Requalificação Urbana - Regularização Fundiária, é realizada a regularização fundiária com a requalificação urbana da área, com construção de equipamentos e unidades habitacionais, e titularidade dos terrenos sem custos para a família. O projeto consiste na ação em áreas irregulares de 05 municípios (Wenceslau Braz, Imbituva, Prudentópolis, Rebouças e Cantagalo), onde as famílias deixam os locais de moradia e recebem aluguel social enquanto as obras de construção e reurbanização estão sendo executadas. Da previsão de 535 unidades habitacionais, até 2022 foram entregues 334 unidades. Em 2022 foram entregues 73 unidades habitacionais e estão em construção mais 56 unidades habitacionais.

O Projeto Caixa D'Água Boa, em parceria com a SANEPAR, objetiva proporcionar às famílias em vulnerabilidade o armazenamento de água com a concessão e instalação de caixas de água. A SANEPAR fornece as caixas de água e suporte para instalação e a SEJUF efetua o pagamento direto às famílias no valor de R\$ 1.000,00 para compra de materiais e pagamento da mão de obra para instalação. Em 2022 o projeto atendeu 1.500 famílias de 52 municípios com investimento da SEJUF de R\$ 1,5 milhão.

O Recomeça Paraná é uma ação de fomento ao empreendedorismo que consiste na parceria entre a Unidade Técnica de Programas, Projetos e Benefícios para capacitar e incentivar o empreendedorismo das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade. Cada pessoa que fez o curso fornecido pelo SEBRAE, recebeu uma bolsa no valor de R\$ 900,00 para fomentar a conclusão no curso e início de sua atividade.

O Projeto Renda Agricultor Familiar é coordenado pela SEJUF em parceria com a SEAB e IDR-PR. Promove a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e transferência direta de renda na ordem de R\$ 3.000,00 por família. Este projeto tem atingido grandes resultados, sendo ganhador de prêmios. Em 2022 foram pagas 816 famílias, sendo o montante investido pela SEJUF de R\$ 2,5 milhões

O Projeto Inclusão Produtiva Solidária é coordenado pela SEJUF em parceria com a SEAB e IDR-PR. Promove a geração de renda para coletivos de famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, por meio da prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural e transferência direta de renda na ordem de R\$ 4.000,00 por família. Em 2022 foram pagas 290 famílias com investimento de R\$ 1,16 milhão.

No que se refere a cofinanciamento aos municípios, foram deliberados no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescentes, aproximadamente R\$ 30 milhões do Fundo Estadual da Criança e Adolescentes para que 354 municípios realizem o acompanhamento intersetorial de famílias que tenham dentre seus membros, crianças entre zero a seis anos, fortalecendo as ações voltadas a primeira infância.

Na transferência direta de renda, O Renda Nossa Gente Paraná, é complementar ao benefício federal, destinado às famílias em situação de extrema pobreza para que elas possam utilizar conforme suas

necessidades. Além de atender a família em suas necessidades emergenciais, aquece a economia local gerando emprego e renda. Em 2022 foram atendidas mensalmente 26 mil famílias, sendo no ano investidos R\$ 13,2 milhões em mais de 314 mil créditos efetuados diretamente nas contas das famílias.

O Programa Energia Solidária é um benefício estadual tarifário de energia elétrica destinado as famílias em vulnerabilidade econômica com objetivo de garantir o acesso e manutenção do serviço básico de energia elétrica, assim como possibilitar a compra de outros itens pela família com os recursos que não são dispensados com o pagamento das faturas de energia elétrica. O Energia Solidária isenta do pagamento da fatura as famílias com renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo e consumo de até 120 kWh e paga até 400 kWh de consumo para as famílias com renda familiar até 400 kWh que possuem dentre seus membros pessoas que sejam usuárias de equipamentos eletromédicos para o tratamento de saúde. Até setembro de 2022 foram atendidas mensalmente, em média, 365 mil famílias, sendo investidos R\$ 89,6 milhões em mais de 3,2 milhões de faturas isentas.

O Programa Estadual de Transferência de Renda - Comida Boa é um benefício estadual destinado às famílias em vulnerabilidade econômica com objetivo de garantir a segurança alimentar e demais itens inerentes à dignidade humana. O Comida Boa efetua o pagamento do valor mensal de R\$ 80,00 pago em cartão alimentação que é utilizado nas redes de estabelecimentos comerciais credenciadas no município. O benefício além de apoiar a família para a aquisição dos mínimos necessários ainda fomenta o comércio local. Até outubro de 2022 foram atendidas mais de 228 mil famílias, sendo investidos R\$ 86,4 milhões. Mensalmente são beneficiadas 112.500 famílias, somados R\$ 9 milhões/mês.

Em 2022 foram realizadas capacitações *online* e supervisões técnicas, destacando-se a retomada das capacitações presenciais aberta aos 399 municípios, sendo: a) Capacitações sobre o Programa Nossa Gente Paraná - evento com objetivo de capacitar os técnicos municipais para o acompanhamento familiar e a metodologia intersetorial, realizou 21 encontros descentralizados nas regionais da SEJUF com 1.432 participantes; b) Capacitações sobre os Programas de Transferência de Renda - evento realizado em conjunto com a Coordenação de Proteção Social Básica com objetivo de capacitar os técnicos municipais para os programas de transferência de renda estadual geridos pela SEJUF; em cinco macrorregionais com 1477 participantes; c) Seminário Internacional de Políticas de Enfrentamento à Vulnerabilidade Social - evento voltado a tratar políticas públicas de enfrentamento à vulnerabilidade social e combate à pobreza, abordando especialmente as ações do Programa Nossa Gente Paraná, da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho, no que toca ao seu desenvolvimento, resultados, perspectivas e práticas inovadoras de gestão; realizado em Curitiba com a participação de 1.800 pessoas.

15.1.5 Ação Solidária

Foi realizada a campanha Aquece Paraná (maio e junho) de incentivo à doação de cobertores (novos e seminovos), pois é a maior demanda, bem como roupas novas ou em bom estado de uso. Foram doados 103.615 itens, em 217 municípios.

Para o final do ano de 2022, o foco foi o Natal Voluntário, que sensibiliza a comunidade em geral, inclusive os servidores da Gestão Pública a realizarem ações voluntárias voltadas às crianças, adolescentes e pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, disponibilizando espaço digital para que as pessoas compartilhem os registros das ações realizadas.

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – JANEIRO A DEZEMBRO DE 2022

ATIVIDADES	EMPENHADO (R\$)	PAGO (R\$)
Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	83.664.275,19	78.130.872,14
Fundo Estadual da Saúde (FUNSAÚDE)	27.242.118,40	26.568.691,94
Fundo Estadual de Defesa do Consumidor (FECON)	167.993,82	88.472,90
Fundo Estadual dos Direitos do Idoso (FIPAR)	10.140.664,29	9.344.874,71
Fundo Estadual para Infância e Adolescência (FIA)	90.503.283,04	76.398.464,37
Fundo Estadual do Trabalho (FET)	779.599,55	551.032,00
Fundo Estadual de Proteção a Igualdade Racial (FUNDEPPIR)	152.212,00	152.212,00
Fundo Estadual de Interesses Difusos (FEID)	31.998,29	4.284,95
Garantia de Direitos da Mulher	378.396,01	214.204,50
Garantia de Direitos da Pessoa com Deficiência	84.548.719,00	793.860,26
Gestão Administrativa	32.925.419,56	28.688.250,92
Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda	5.897.639,38	5.067.325,68
Gestão do Sistema Socioeducativo	40.594.106,19	30.773.223,98
Energia Solidária	121.951.406,79	91.172.783,75
Pessoal e Encargos Sociais	163.668.432,46	159.653.827,68
Políticas Públicas de Cidadania e Direitos Humanos	2.808.484,96	2.731.209,16
Sistema Intersetorial de Proteção à Família	24.982.484,96	24.019.662,21
TOTAL	690.437.233,89	534.353.253,15

FONTE: Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD – SIAF – executado até 31/12/2022.

SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA

16 SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DA CULTURA (SECC)

Criada por meio da Lei Estadual n.º 19.848, de 03 de maio de 2019, a Secretaria de Estado da Comunicação Social e da Cultura (SECC) é responsável por gerir a comunicação institucional e legal do Governo estadual, estabelecer diretrizes de comunicação do Poder Executivo, incentivar e apoiar a cultura paranaense através de pesquisas e ações de preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico do Estado, fomento e incentivo à economia criativa, ao artesanato, à qualificação profissional dos agentes culturais, à articulação para promoção do intercâmbio, cooperação cultural e articulação de políticas, programas e projetos culturais do Estado do Paraná.

A SECC conta com os seguintes equipamentos culturais: Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu Casa Alfredo Andersen, Museu da Imagem e do Som do Paraná, Museu Oscar Niemeyer, Museu Paranaense. Também compõe sua estrutura o Centro Juvenil de Artes e as unidades vinculadas: Biblioteca Pública do Paraná, Centro Cultural Teatro Guaíra e Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE). Além das unidades vinculadas, seguindo a Constituição do Estado do Paraná em seu Art. 252, a SECC destina recursos orçamentários a fim de atender as demandas do Museu do Expedicionário, instituição administrada pela Legião Paranaense do Expedicionário.

16.1 POLÍTICAS CULTURAIS

O ano foi marcado por realizações na área cultural do estado do Paraná, que buscaram ir ao encontro dos anseios da população paranaense, fortalecer as políticas públicas da área, e ainda descentralizar as ações, apoiar e fomentar a economia criativa e solidária. Principais realizações:

- ▶ Bolsa Qualificação - Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Lei Aldir Blanc - o programa ofereceu vagas de formação qualificada em 10 segmentos da cultura, sendo eles: a) Artes Visuais; b) Audiovisual; c) Circo; d) Dança; e) Literatura e Livro; f) Leitura/Música; g) Ópera; h) Povos, Comunidades Tradicionais e Culturas Populares; i) Teatro; e j) Técnicos que atuam na cadeia produtiva da cultura. Voltado para pessoas físicas residentes no Paraná, o curso era dividido em três módulos de aprendizado. Ao final de cada módulo, o participante recebeu uma bolsa de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 3.000,00 ao final do curso. Esta qualificação tinha como objetivo incentivar a participação destes trabalhadores no processo de formação; garantir conhecimentos mínimos necessários para participação em editais e ações desenvolvidas pela SECC e qualificar os trabalhadores e trabalhadoras no segmento cultural em que atuam, deixando assim um legado de aperfeiçoamento do fazer Cultural e a possibilidade de geração de trabalho, emprego e renda. Fruto de um termo de cooperação técnica entre a SECC e a UEPG, o programa teve início em 2021,

mas realizou em 2022 uma segunda edição com o saldo remanescente de R\$ 11,48 milhões, contemplando um total de 4.321 mil bolsistas, entre remanescentes da primeira edição e bolsistas da segunda edição, de 231 municípios do Estado.

- ▶ Programa Bolsa Cultural Paraná Criativo - Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da UEL (FAUEL) - programa de qualificação para empreendimentos criativos do setor cultural do Paraná que teve por finalidade apoiar os empreendimentos criativos do campo da cultura que foram afetados diretamente pelos impactos negativos gerados pela pandemia da COVID-19. O edital foi resultado de um Termo de Cooperação Técnica e Financeira entre a SECC, a Universidade Estadual de Londrina (UEL) e a FAUEL que concedeu bolsa de incentivo para qualificar os integrantes dos empreendimentos criativos do estado do Paraná, além de mapear os empreendimentos criativos, projetos, atividades e ações, festivais e mostras do estado. Os empreendimentos culturais enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI) e Empresário Individual (EI) recebiam uma bolsa no montante de R\$ 7.500,00, já os empreendimentos culturais enquadrados como Microempresas Ltda. (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP), Entidades Culturais Privadas sem fins lucrativos e Cooperativas Culturais e também os Festivais e Mostras Culturais do Estado recebiam uma bolsa de R\$ 28.500,00. Ao todo, em 2022, foi aportado o montante de R\$ 16,1 milhões aos 1.052 bolsistas contemplados, atingindo proponentes de 140 municípios.
- ▶ Memorial de Vivências - Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - o Prêmio Memorial de Vivências foi realizado em parceria com a UNESPAR, por meio do Termo de Cooperação Técnica e Financeira. Teve como principal objetivo eternizar a produção cultural paranaense realizada durante a pandemia da COVID-19, por meio de um museu virtual, com produções de trabalhadores e trabalhadoras da cultura, residentes no Paraná, em vídeos de 15 a 30 minutos narrando em primeira pessoa suas histórias, trajetórias e vivências. O edital foi dividido em 09 áreas da cultura, sendo elas: a) Artes Visuais; b) Audiovisual; c) Cultura Tradicional - Cultura Indígena, Cultura Afro e Matriz Africana, Caiçaras, Faxinalenses, Ciganos, Manifestações culturais étnico-culturais, Cultura de Refugiados(as), Migrantes e Apátridas; d) Diversidade Cultural - manifestações culturais de gênero, Artistas de Rua, Culturas Urbanas, Hip Hop, Cultura LGBTQIA+); e) Dança; f) Ópera / Circo; g) Teatro; h) Literatura, Livro e Leitura; i) Música e Técnicos. Os trabalhadores e trabalhadoras da cultura contemplados receberam um prêmio no valor de R\$ 5.000,00 e ao todo foram contempladas 1.105 pessoas, de 108 municípios do Estado, totalizando um aporte de R\$ 5,5 milhões.
- ▶ Agência do Trabalhador da Cultura (ATC) - foram realizados 4.899 atendimentos a empresas, trabalhadores e trabalhadoras da economia criativa presencialmente e nos canais *online* da agência. Foram prospectadas 409 vagas formais e informais, foram emitidas 376 cartas de encaminhamentos, aproximadamente 700 currículos enviados 1.269 cadastros de trabalhadores com currículos na base da agência. No total, 767 prospecções ativas de empresas registradas. Foram realizadas ações conjuntas com a Agência Central para viabilizar diversos mutirões segmentados (2 LGTB+, 50+, Bares

e Restaurantes, Menor Aprendiz e PCD) com contribuição na captação de vagas, planejamento dos eventos e suporte local. Nestas ações de mutirões foram ofertadas 3.526 vagas e emitidas 1.412 cartas de encaminhamentos. A ATC, participou ativamente de eventos setoriais e de oportunidades para se aproximar da classe cultural e realizou ativações do Posto Avançado junto aos empregadores da Economia Criativa, a exemplo do Festival de Teatro (em que realizou a intermediação de 90% dos cenotécnicos), Festival de Cinema, Feiarte, *Smart Cities*, Expocine, Feira do Empreendedor do SEBRAE, Fórum de Gestores Municipais e demais eventos. Foram veiculadas ofertas de mão de obra em empresas de comunicação de massa como RPC, entre outros veículos com grande alcance e impacto de comunicação, a exemplo de cartazes na URBS distribuídos em dois momentos do ano em todas as frotas de ônibus e terminais de Curitiba e região metropolitana. O Festival de Teatro de Curitiba obteve 200 mil impactos diretos e 150 mil espectadores que tiveram acesso ao *teaser* nas aberturas dos espetáculos. Teve início um projeto de captação de vagas de grandes eventos de Curitiba e Região Metropolitana. Estão previstas prospecções de 1.500 vagas para ações natalinas dos projetos da Fundação Cultural de Curitiba e 200 vagas para a produção de um filme de uma produtora local. Aguarda-se a finalização dos editais do PROFICE e da Ação de Verão do Estado para avançar com os quantitativos e contatos junto aos fornecedores vencedores destes editais.

- ▶ Projeto Crianças no Teatro - é uma iniciativa do Governo do Estado, Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, Superintendência-Geral da Cultura e Palco Paraná, com apoio da Audi Brasil. Com o intuito de estimular o hábito de ir ao teatro e promover formas de acesso, inclusão social e formação de plateia, tem como objetivo fomentar a circulação de companhias paranaenses em teatros das oito macrorregiões do Estado. O projeto Crianças no Teatro propõe a descentralização e o acesso a bens culturais por meio de apresentações e ações de mediação teatral a crianças de todo o Estado, em conformidade com as premissas do Plano Estadual de Cultura. A primeira apresentação do projeto ocorreu no dia 26 de outubro, no teatro UNISEP, em Francisco Beltrão, na Região Sudoeste do Paraná, com a peça A Princesa Cansada e o Animal Bocejante. O projeto Crianças no Teatro realizou 132 apresentações com público estimado de 100 mil alunos da rede pública, na sua primeira edição. Após as apresentações realizadas em 2022 estão previstas agendas, a partir de 2023, em Maringá, Umuarama, Londrina, Cornélio Procópio, Cascavel, Foz do Iguaçu, Assis Chateaubriand, entre outros municípios. Além dos espetáculos, o projeto Crianças no Teatro prevê uma mediação de conhecimento entre o público e as histórias contadas envolvendo alunos e professores.
- ▶ Cinema na Praça - é uma iniciativa do Governo do Paraná, que leva sessões gratuitas de filmes a cidades do Estado que não possuem cinemas de rua nem em centros comerciais. Busca juntar a magia do cinema com a ocupação urbanística e democrática da praça. Para o cinema itinerante, a tela para exibição do filme é um painel de LED, de 7,6 metros por 2,5 metros, levado por uma carreta até a praça da cidade, onde cerca de 400 cadeiras completam a estrutura à espera da população. Em 2022, o projeto ocorreu em duas etapas: a) primeira etapa - o cinema circulou por

33 municípios atingindo um público de 15.480 pessoas; b) segunda etapa - em execução, com estimativa de levar ao cinema um público de 58.000 pessoas, em 54 municípios.

- ▶ Incubadora Paraná Criativo - programa da Secretaria de Estado da Comunicação e Cultura (SECC) de promoção ao desenvolvimento sustentável a partir da Economia Criativa. Fruto de um convênio com o Governo Federal o programa está alinhado ao Plano Estadual de Cultura do Paraná (PEC-PR). Trata-se de uma política pública de desenvolvimento a partir da Economia Criativa, com o objetivo de apoiar a geração e a qualificação de profissionais e empreendimentos criativos, além de contribuir para a identificação e fortalecimento dos setores criativos do Estado. Em 2022, por meio de convênio com o Ministério do Turismo e de convênio com o Parque Tecnológico Itaipu (PTI), iniciou-se a readequação do espaço físico da Incubadora, bem como o planejamento e desenvolvimento de metodologias e ações que visam o incentivo à inovação em novos modelos de negócios, qualificação em gestão, criação de novas soluções para o setor, gerando o fortalecimento do empreendedorismo e gestão para os empreendedores do setor da Economia Criativa do Paraná. Estima-se que com o projeto implementado serão atendidas até 500 pessoas por mês, com um investimento total do programa de R\$ 1,75 milhão. Com este projeto a SECC também tem como missão o cumprimento da Lei n.º 19.135, de 27 de setembro de 2017, que instituiu o Plano Estadual de Cultura e, em seu artigo 7º, inciso XVII, alínea m, entre as metas previstas, estabelece: “Consolidar a Incubadora Paraná Criativo como espaço de apoio à geração e à qualificação de profissionais e empreendimentos criativos, contribuindo para identificação e fortalecimento dos setores criativos do Paraná e para estimular e assessorar as produções artísticas culturais do Estado”.
- ▶ *Film Commission* - entendendo a importância de políticas públicas voltadas ao audiovisual, sendo este um setor que figura entre os mais dinâmicos e inovadores da economia criativa, desde o início da atual gestão há um trabalho de estudos técnicos e análises para a instituição de uma *Film Commission* local, sendo este um projeto para desenvolver estratégias que promovam a organização e o fortalecimento das políticas econômicas e culturais do setor audiovisual no âmbito do Estado do Paraná. O Paraná ocupa a 5ª posição do país em número de produtoras registradas na Agência Nacional do Cinema, figura em 4ª lugar na quantidade de Certificado de Produto Brasileiro (CPB) emitido, sendo este o documento concedido à obra audiovisual não publicitária brasileira, além de alcançar a segunda posição nacional em quantidade de Certificado de Registro de Título (CRT), documento que assegura e autoriza a obra a ser comercializada e veiculada no Brasil. Tais dados mostram o potencial de produção do setor paranaense frente ao cenário nacional.
- ▶ Programa de Apoio aos Municípios na Implantação do Sistema Municipal de Cultura - 20 Agentes Regionais de Cultura; Orientação na implantação do CPF da Cultura; Conselho Municipal de Cultura (CMC); Plano Municipal de Cultura (PMC); Fundo Municipal de Cultura (FMC); Apoio na alimentação do Sistema de Informações Culturais para construção do Mapa da Cultura.

16.2 MUSEUS

Os museus paranaenses intensificaram suas ações e realizações em 2022. As unidades museológicas pertencentes à SECC são: Centro Juvenil de Artes Plásticas; Museu Casa Alfredo Andersen; Museu de Arte Contemporânea do Paraná, Museu do Expedicionário, Museu da Imagem e do Som do Paraná, Museu Paranaense e Museu Oscar Niemeyer.

Dentre as atividades promovidas pelos Museus destacaram-se:

- ▶ Parcerias - dentre as parcerias firmadas em 2022 pode-se citar a realizada entre o Governo do Estado, a prefeitura de Cascavel e a Associação Amigos do MON, que levou um ao município de Cascavel um recorte da exposição África, Expressões Artísticas de um Continente. Destaca-se também o recebimento, por meio de doação ao MON, de cerca de 4.500 obras do artista curitibano Poty Lazzaroto (1924-1998), sendo mais de 3 mil desenhos e 366 gravuras, além de tapeçarias, entalhes, serigrafias e esculturas, entre outros. Esta doação foi feita pelo irmão do artista, recebida pelo governador do Paraná, e passa a pertencer ao Estado do Paraná; com essa nova coleção, o acervo do MON passa a abrigar, cerca de 14 mil obras. Foi firmada uma parceria institucional entre a Fundação Joaquim Nabuco (sediada em Recife, PE) e o Museu Paranaense, visando a promoção de ações em conjunto, como exposições, publicações, eventos e formações de capacitação.
- ▶ Exposições e Ações - Da Vinci *Experience* e suas invenções; Ásia: a Terra, os Homens, os Deuses; Jaume Plensa; Lados Lados; Pintura e Matéria; Volta ao Mundo em 80 anos; Bancos Indígenas do Brasil; Grid - Ascânio MMM; Ópera Citoplasmática; Luz & Espaço; Recortes de um Lugar; Fora das Sombras: Novas Gerações do Feminino na Arte Contemporânea; Sou Patrono; Poty, Entre Dois Mundos; Afinidades II - Elas!; África, Expressões Artísticas de um Continente; Múltiplo Leminski; A Violência sob a Delicadeza - Chicotadas; Paranauê Paraná; Enquanto Tudo Queima; Exposição Em Tempos de Opacidade; Insólitos; Acervo em revolta; Exposição 67º Salão Paranaense de Arte Contemporânea; Exposição 20 Anos de Faxinal das Artes - Lacunas e Processos; Interferências; Em tempos de opacidade; 16ª Primavera dos Museus; Clube de Colecionadores; Programa Arte Para Maiores; Artistas do Acervo - Projeto Afinidades; Mês das Mulheres; 20ª Semana de Museus; Edital de Ocupação do Espaço Vitrine e exposições selecionadas - 2022; Retomada da Imagem; Se enfiasse os pés na terra: relação entre humanos e plantas; Encontro dos indígenas Mebêngôkre-Kayapó com o acervo do MUPA; Nosso estado: Vento e/em Movimento; Julho das Pretas; projeto curadoria compartilhada para a exposição Ante ecos e ocos; projeto curadoria compartilhada com estudantes universitários indígenas; exposição Ainda sempre Ainda.

A Coordenação do Sistema Estadual de Museus (COSEM), em atendimento ao contido na Lei n.o 9.375, de 24 de setembro de 1990, promove a gestão, a integração e a articulação entre os museus do Estado do Paraná, com o objetivo de estabelecer um padrão museológico, promover a articulação entre os museus vinculados e desenvolver programas de assessoria e capacitação técnicas.

Atende, ainda, às demandas específicas de cada município, de forma a garantir a qualidade e continuidade das ações museológicas e museográficas de cada instituição.

A COSEM atua diretamente no apoio técnico de instituições museológicas paranaenses, entre as atividades desenvolvidas pelo sistema estão: realização de visitas técnicas, orientação para salvaguarda de acervos, conservação preventiva, curadoria, expografia, gestão de acervos museológicos e orientações técnicas sobre conceitos e padronizações utilizados no campo museológico. Essas ações pretendem traçar novos caminhos, modificar realidades e mostrar que é possível realizar mudanças, criar novas mentalidades com respeito à herança histórica e artística paranaenses, tão bem representadas pelos acervos dos museus.

16.3 PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio cultural do Estado, por meio da Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), mantém monitoramento, avaliação, integração e articulação entre suas unidades que recebem visitas técnicas, com o objetivo de controlar e avaliar suas condições físicas, além de levar informação e apoio aos eventos que acontecem nos espaços culturais. Realiza, ainda, os relatórios técnicos, as avaliações e os pareceres, que resultam em decisões sobre procedimentos a serem adotados para a proteção e conservação de todos os bens tombados do Estado.

Em 2022, foi possível concluir processo de tombamento dos Centros Históricos de Morretes e de Castro. As atividades no exercício foram intensificadas, para que se pudesse finalizar e/ou avançar em vários temas, entre eles: análise e autorização de intervenção para o projeto de restauro da Casa Andrade Muricy, futuro Museu ou Palácio da Seda, em Curitiba; inscrição do tombamento do Conjunto Histórico, Urbanístico e Paisagístico de Morretes nos Livros do Tombo I e II; análises de projetos de publicidade, de restauro e de reforma em imóveis localizados na Rua XV de Novembro, Rua Comendador Araújo e Centro Cívico em Curitiba; análises de projetos de intervenção em imóveis inseridos em setores e centros históricos tombados que recebem graus de proteção, além de imóveis localizados no entorno de Bens Tombados nos municípios de Curitiba, Castro, Lapa, Morretes e Paranaguá; conclusão do processo de tombamento do Centro Histórico de Castro, juntamente com a Prefeitura Municipal; análise e autorização de intervenção para o projeto de restauro da Casa do Brasão e Casa do Portão de Ferro, em Paranaguá; análise e autorização de intervenção para o projeto de construção da Reserva Técnica do Museu do Tropeiro, em Castro; análise e autorização de intervenção para o projeto de restauro do Palacete Miró, em Curitiba; análise e autorização de intervenção para o projeto de restauro da Casa de Sinhara, em Castro; atualização das normativas do Setor Histórico de Paranaguá; análise e autorização de intervenção para o projeto de restauro e paisagismo do Jockey Club do Paraná; elaboração das fichas dos imóveis do Setor Histórico da Lapa e de Paranaguá; revisão do entorno de Bens Tombados pelo Estado do Paraná; e definição dos gabaritos

de alturas quanto ao tratamento da paisagem no Entorno do Edifício Castelo Branco e anexo (Museu Oscar Niemeyer) e Parque Estadual Papa João Paulo II, no Centro Cívico de Curitiba.

16.4 CENTRO CULTURAL TEATRO GUAÍRA (CCTG)

O Centro Cultural Teatro Guaíra tem por finalidade promover o desenvolvimento das artes cênicas, da música, da dança e a apresentação de espetáculos artístico-culturais. De acordo com essas diretrizes, os Corpos Artísticos mantidos pelo CCTG realizaram as seguintes atividades:

- ▶ Balé Teatro Guaíra - realizou 31 apresentações com as obras coreográficas V.I.C.A, Piá, Outras Estações (com a participação da Orquestra Sinfônica do Paraná), O Lago dos Cisnes, Carmen e Lendas Brasileiras (com participação da Orquestra Sinfônica do Paraná). Dessas, oito apresentações foram de espetáculos didáticos dirigidos à rede pública municipal e estadual de ensino, com entrada franqueada aos alunos.
- ▶ Orquestra Sinfônica do Paraná - realizou 31 concertos com repertórios diversos, em várias cidades do Estado.
- ▶ G2 Cia de Dança - realizou seis apresentações com as obras La Cena e Banquete das Diferenças, bem como produziu a ópera Don Pasquale, com a participação da Orquestra Sinfônica do Paraná, realizando 03 récitas no Grande Auditório do Teatro Guaíra.

16.5 BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ (BPP)

A Biblioteca Pública do Paraná após o período de restrições sanitárias (COVID-19), retomou suas ações e atividades buscando suprir as necessidades do público paranaense.

Entre suas principais atividades, destacam-se: a) Jornal Cândido; b) Oficina de Leitura e Escrita; c) Biblioteca de Dança; d) Curso de Alfabeto *Braille*; e) Festival de Curitiba; f) Exposições; g) Cantateca; h) Uma Noite na Biblioteca; i) Festa Literária da Biblioteca Pública do Paraná; j) Semana Nacional do Livro e da Biblioteca; k) Lançamentos de Livros; l) Cine Inclusivo; m) Hora do Conto; n) Cine Pipoca; o) Aventuras Literárias; p) Cineclube Terra em Transe; q) Samba do Compositor Paranaense; r) Oficina de Música; s) Oficina de Leitura e Escrita Poética; t) Ampliando Horizontes: Poesia e Ficção; u) Prêmio Baobá - Grupo de Contação de Histórias Era uma vez; v) Encontros Regionais em Campo Mourão e Cascavel; w) Bicentenário da Independência do Brasil; e x) Ciclo de Leitura Viva Clarice.

16.6 COMUNICAÇÃO

A Comunicação ao longo do exercício cumpriu suas obrigações institucionais de forma efetiva, levando informação de qualidade aos moradores do Estado do Paraná.

Dentre as campanhas publicitárias produzidas, destacaram-se: Aviso aos Caminhoneiros; Cidade da Polícia; Destaque Paraná; Dia da Consciência Negra; Estado Sustentável; Litoral Moderno e Sustentável; Nova FERROESTE; Museu Pompidou; Ponte de Guaratuba e Verão Maior Paraná.

16.6.1 Rádio e Televisão Educativa do Paraná (RTVE)

Consiste na autarquia da emissora da TV Paraná Turismo e da rádio emissora da Paraná Educativa FM, ambas vinculadas à SECC.

A programação da TV Paraná Turismo está sendo disponibilizada em TV Aberta HD (*High Definition*) pelo sinal digital no canal 9.1 para toda Curitiba e Região Metropolitana; também pela TV a cabo dentro da Operadora NET e por meio do satélite Brasilsat D2, expandindo o sinal a vários países da América do Sul, com alcance potencial de mais de 28 milhões de parabólicas. Também, em conformidade com as normas da ANATEL, para algumas localidades no Interior do Paraná, a programação é disponibilizada por TV aberta através de transmissores analógicos.

A TV Paraná Turismo tem o objetivo de fomentar e divulgar o turismo e a cultura paranaense, com uma programação variada e abrangente. A emissora produz conteúdo de alta qualidade para difundir, propagar e apresentar as belezas naturais, a cultura, a história, o meio ambiente, a vida no campo, a gastronomia, os esportes, o turismo regional, o bem-estar e a arte no estado do Paraná. Em 2022, o estúdio foi modernizado para abrigar o programa de entrevista Paraná em Pauta Entrevistas.

Por meio de um *site* próprio a TV Paraná Turismo retransmite a programação no formato *streaming*: <https://www.tvparanaturismo.pr.gov.br/>. Nas redes sociais, o planejamento segue as diretrizes da RTVE e do governo do estado, estimulando o turismo e a cultura paranaense. Conta com 59 mil inscritos no *Youtube*; 17 mil seguidores no *Instagram* (@tvparanaturismo) e 59 mil seguidores no *Facebook*.

Por meio das Rádios AM e FM, o serviço de radiodifusão sonora é destinado à transmissão de conteúdo cultural, educativo, informativo, de utilidade pública, valorização da arte e das iniciativas artísticas locais. Tem como objetivo ser o principal canal de comunicação pública de valorização da cultura e da música brasileira, com destaque à produção paranaense, através de conteúdos dinâmicos e programação contemporânea. As Rádios Educativas, AM e FM, operam 24 horas por dia, 365 dias por ano. Ao todo, cada emissora transmite 2.080 horas de programação anualmente. Em 2022, da programação musical dedicada à Música Popular Brasileira, 20% foi destinada a artistas paranaenses, um acréscimo significativo em relação aos últimos três anos. Assim, a Educativa torna-se a principal plataforma de divulgação de artistas locais de gêneros como: MPB, Samba, Choro, *Indie*, *Blues*, *Soul*, *Pop* e *Rock*, com mais de 200 artistas paranaenses na grade de programação, em 2022 e para 2023, a política de valorização da música local desenvolvida tende a crescer. No que se refere a produções, próprias ou em parceria com colaboradores de grande renome, a Educativa levou ao ar mais de 600 horas de conteúdo cultural, educativo, informativo ou de utilidade pública, através de programas ou *drops* (programetes) distribuídos na programação.

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO

17 SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO (SEAB)

A SEAB tem por missão prover políticas públicas para o setor agropecuário visando o desenvolvimento rural sustentável (social, econômico, ecológico, cultural, geográfico), reduzindo as desigualdades regionais e garantindo segurança alimentar e nutricional à população, qualidade de vida aos agricultores e respeito ao meio ambiente, tendo como referência a inovação tecnológica, bem como a inclusão socioprodutiva do agricultor familiar individual ou em grupos, associações, cooperativas e outras formas de organização. Atua por meio de seus departamentos, núcleos regionais e suas unidades descentralizadas constituindo o Sistema Estadual de Agricultura (SEAGRI), que trabalham de forma sistêmica e em sincronia, na pesquisa, na prestação de orientação técnica especializada, no planejamento, na organização, no controle e na execução das atividades.

Compõem a SEAB os Departamentos a) de Desenvolvimento Rural Sustentável (DEAGRO); b) de Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional (DESAN); c) de Economia Rural (DERAL).

Vincula-se à SEAB o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR-EMATER (IDR - PR), as Centrais de Abastecimento do Paraná S.A (CEASA) e a Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar).

O IDR-PR resulta da incorporação do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Centro Paranaense de Referência em Agroecologia (CPRA) e da Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Tem como responsabilidades: a) a promoção do desenvolvimento rural, tecnológico, socioeconômico, político e cultural da família rural e seu meio, em atuação conjunta com a população rural e suas organizações; b) a pesquisa e a inovação técnico-científicas no meio rural mediante o desenvolvimento e a transferência de tecnologias e a execução de políticas públicas que priorizem a inclusão social e produtiva capazes de promover a competitividade da agricultura e o bem-estar do produtor rural e suas famílias; c) a divulgação, o apoio e a promoção de ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao desenvolvimento de modelos agrícolas sustentáveis baseados nos preceitos da ciência agroecológica; d) a coordenação e o provimento de soluções de engenharia rural em empreendimentos voltados ao desenvolvimento agropecuário, na infraestrutura logística de estradas rurais e de armazenagem, do abastecimento e segurança alimentar, de classificação de produtos de origem vegetal e de energias renováveis; e) ações coordenadas visando a produção de alimentos saudáveis e de alta qualidade.

A CEASA é formada por cinco unidades atacadistas de comercialização de hortigranjeiros no Estado: Cascavel, Curitiba, Foz do Iguaçu, Londrina e Maringá. As unidades contam com 760 empresas atacadistas, aproximadamente 5,4 mil produtores rurais cadastrados no mercado do

produtor e 12 organizações rurais que além de comercializarem hortigranjeiros, negociam flores, plantas ornamentais e frutíferas, contribuindo para o desenvolvimento e modernização da cadeia produtiva do FFLV (Flores, Frutas, Legumes e Verduras). Seu compromisso é promover políticas públicas para o abastecimento e proporcionar à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade.

A ADAPAR tem como compromisso manter e promover a defesa agropecuária e a inspeção sanitária dos produtos de origem animal, a prevenção, o controle e a erradicação de doenças dos animais e de pragas dos vegetais de interesse econômico ou de importância à saúde da população e assegurar a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos de uso na agricultura e na pecuária.

17.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

As ações e iniciativas da SEAB, bem como sua missão, desafios e transformações desejadas, encontram-se em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), em seus princípios e estão pautadas nas seguintes diretrizes estratégicas:

17.1.1 Competitividade e Renda

Trata-se da expansão e consolidação do parque agroindustrial buscando o fortalecimento do cooperativismo, bem como a ampliação, classificação e adequação sanitária das agroindústrias familiares, sobretudo com inclusão de mulheres e jovens agricultores. Foram estabelecidos instrumentos essenciais, principalmente mediante programas que contemplem a modernização, geração, inovação e difusão de processos tecnológicos, assistência técnica, extensão rural, soluções de engenharia e de logística em infraestrutura eficientes. A SEAB atua em parceria com os municípios, buscando integrá-los aos Planos Diretores Municipais, com aval dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, bem como aos demais segmentos organizados da sociedade civil, além do Governo federal e com apoio da Assembleia Legislativa do Estado. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Programa de Apoio ao Cooperativismo da Agricultura Familiar - Coopera Paraná - voltado ao fortalecimento das pequenas associações e cooperativas da agricultura familiar. Oportunizou ações integradas entre o setor público e privado, por meio de apoio financeiro e por meio de capacitações e assistência técnica junto às cooperativas. Em 2022, foram celebrados 57 Termos de Fomento com associações e cooperativas da Agricultura Familiar com valor de repasse de R\$ 19,9 milhões.
- ▶ Programa Estradas da Integração - integração das ações de melhoria da infraestrutura de transporte aos aspectos ambientais e de sustentabilidade, enquanto componente do sistema de conservação de solos e água, abrangendo as áreas limítrofes às estradas. Foram investidos R\$ 73,7 milhões em pavimentação com pedras irregulares, em aproximadamente 261 km, em 52

- Municípios e, cerca de R\$ 6,7 milhões para aquisição de óleo diesel, empregados na melhoria da trafegabilidade e adequação das estradas, em aproximadamente 1,4 mil km em 252 Municípios.
- ▶ Implantação de projeto-piloto na região metropolitana de Curitiba, para a certificação da produção de morangos com “Selo Adapar”, para possibilitar que o produtor rural que cumpre todas as leis de defesa agropecuária possa se diferenciar no mercado consumidor por meio da chancela Estadual da Adapar.
 - ▶ Programa Paraná Mais Cidades - consiste no apoio aos municípios na estruturação de cadeias produtivas, visando a elevação da produção e da renda dos agricultores familiares (por meio de convênios para estabelecimento de feiras livres, aquisição de equipamentos para agroindústrias, máquinas, implementos, tratores, veículos, etc.), contou com investimentos na ordem de R\$ 25 milhões, distribuídos entre 280 municípios, beneficiando 60,2 mil agricultores.
 - ▶ Patrulhas Rurais - foi dada continuidade à execução dos 12 convênios firmados junto aos consórcios Intermunicipais com a expectativa de, até o final de 2022, executar projetos de adequação em estradas rurais que somem: 630 km de estradas trabalhadas, aquisição de 1,4 milhões de litros de óleo diesel e aplicação de R\$ 4,3 milhões em recursos, beneficiando aproximadamente 1,7 mil propriedades e cerca de 8,8 mil agricultores.
 - ▶ Programa REVITIS Paraná - visa a revitalização da viticultura paranaense com apoio à cadeia produtiva da uva em quatro eixos: a) pesquisa e produção; b) comercialização; c) agroindústrias; e d) Turismo. Foram assinados 31 convênios com prefeituras desde 2019 até outubro de 2022, perfazendo um apoio direto a grupos de produtores organizados, no montante de R\$ 5,2 milhões e beneficiando diretamente 295 produtores familiares com mudas, materiais, corretivos, fertilizantes, conjuntos de irrigação e equipamentos para agroindústria da uva. Os benefícios são baseados em projetos técnicos contendo diagnóstico de mercado, projeções econômicas, garantia de assistência técnica e capacitação dos agricultores envolvidos. Foi implantado viveiro de material propagativo de videiras em Santa Tereza do Oeste, com capacidade de produção de 100 mil varas por ano a partir de 2023, tendo sido aplicado R\$ 748 mil reais.
 - ▶ Programa de Apoio à Estruturação de Cadeias Produtivas, Fortalecimento e Dinamização Econômica Rural - consiste na aquisição e instalação de máquinas e equipamentos por meio da transferência de recursos aos municípios; investiu, até novembro, R\$ 18,5 milhões, beneficiando 76 municípios e 29 mil agricultores. Também investiu na melhoria da fertilidade dos solos, por meio do apoio para aquisição de 20,3 mil toneladas de corretivos de solos, beneficiando 4,1 mil hectares em 53 municípios, com investimentos de R\$ 3,8 milhões de reais.
 - ▶ Gerência de Saúde Animal da Adapar - realizou o acompanhamento de missões internacionais do Chile e dos Estados Unidos da América com objetivo de abertura de mercados e exportações dos produtos agropecuários paranaenses.

- ▶ Levantamento e publicação do Valor Bruto da Produção (VBP) - resultado do índice de frequência anual, é calculado com base na produção agrícola municipal e nos preços recebidos pelos produtores paranaenses pelos produtos da agricultura, da pecuária, da silvicultura, do extrativismo vegetal, da olericultura, da fruticultura, de plantas aromáticas, medicinais e ornamentais, da pesca etc.
- ▶ Repasse do VBP à Secretaria de Estado da Fazenda (SEFA) para cálculo do Fundo de Participação dos Municípios - o VBP tem uma participação de 8% no cálculo usado para a determinação do índice final a ser aplicado sobre a arrecadação do ICMS, que resulta na cota-parte devida a cada Município.
- ▶ Encontram-se em execução 111 projetos de pesquisa, conduzidos por equipe interna de pesquisadores e analistas do IDR-PR, e por meio de parcerias e redes de pesquisa com outras instituições. Estes projetos têm forte aderência com as diretrizes estratégicas do Sistema Estadual de Agricultura, contribuindo para a geração de Competitividade e Renda, Inclusão Sócio Produtiva da Agricultura Familiar, Produção Sustentável e Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural.
- ▶ Segurança no Meio Rural - a ADAPAR firmou parcerias institucionais com a Polícia Rodoviária Federal e com a Polícia Militar do Estado do Paraná, voltadas à segurança no meio rural. Foram realizados reuniões e trabalhos com os corpos técnicos da Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal do Mato Grosso do Sul (IAGRO), da Coordenadoria de Defesa Agropecuária do Estado S. Paulo (CDA) e da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), destinados à harmonização de procedimentos e troca de dados relacionados ao trânsito interestadual agropecuário.
- ▶ Por meio das Unidades Armazenadoras de Grãos e Unidades Frigoríficas, o IDR-PR armazenou mais de 27,6 mil toneladas entre produtos agrícolas, industrializados, frutas e resfriados. Também auditou e classificou produtos para exportação no Porto de Paranaguá.
- ▶ Tarifa Rural Noturna (TRN) - a tarifa rural noturna contribuiu para reduzir os custos de produção e de manutenção das propriedades, garantindo subvenção na tarifa de luz de até 60% no período noturno, beneficiando aproximadamente 8.000 produtores/mês, com investimento no montante de R\$ 55 milhões ao longo do ano.

17.1.2 Inclusão Socioprodutiva da Agricultura Familiar

Trata-se do apoio e estímulo ao cultivo de produtos de alto potencial de valor agregado e à estruturação de atividades agrícolas e não agrícolas, assistência técnica, extensão rural e previsões e avaliações da produção agropecuária. Além disto, promove a inclusão socioprodutiva de agricultores familiares que se encontram distantes do aparato do Estado, por meio de capacitação, pesquisa, ensino agroecológico em seus mecanismos ou instrumentos de apoio a esse público específico. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SIP/POA) - registrou e renovou o registro de aproximadamente 430 produtos de origem animal; registrou 10 novos estabelecimentos; atendeu dezenas de outros estabelecimentos com projetos aprovados ou em fase aprovação; manteve a fiscalização nos mais de 317 estabelecimentos produtores sob sua chancela; propiciou o ingresso no Sistema Brasileiro de Inspeção (SISBI) de duas novas empresas, totalizando 53 estabelecimentos aderidos a esse sistema no PR; 10 municípios receberam o selo Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar, Artesanal e de Pequeno Porte (SUSAF), totalizando 18 municípios com indicação de 25 estabelecimentos de Produtos de Origem Animal, possibilitando comercializar seus produtos em todo território paranaense, gerando emprego e renda para o estado e garantindo à população paranaense a continuidade da oferta de alimentos seguros ao consumo.
- ▶ Programa Compra Direta Paraná - consiste na aquisição de gêneros alimentícios das cooperativas e associações da agricultura familiar para destiná-los ao atendimento da rede socioassistencial do Estado como: os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), restaurantes populares, bancos de alimentos, casas de longa permanência, hospitais filantrópicos, entre outros. Beneficiou cerca de 1.000 entidades filantrópicas em 399 municípios que trabalham com a população mais vulnerabilizada do Estado, atendendo aproximadamente 309 mil pessoas com o recebimento de alimentos diversificados, inclusive orgânicos, interferindo diretamente na imunidade e saúde dos mesmos. Esta ação promoveu também a geração de renda para aproximadamente 19,3 mil agricultores familiares de 163 associações e cooperativas do Estado, totalizando um investimento de R\$ 40 milhões.
- ▶ Execução do Programa Aquisição de Alimentos (PAA) - compra de alimentos diversos oriundos da agricultura familiar com doação simultânea às entidades da rede socioassistencial, aos equipamentos públicos de alimentação e nutrição e, em condições à rede pública e filantrópica de ensino, atendendo demandas locais de suplementação alimentar de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Beneficiou 74 entidades e 298 agricultores, com recursos na ordem de R\$ 1,8 milhão.
- ▶ Programa Trator Solidário, Implementos e Equipamentos Solidários (PTS/PR) - financiou 1,4 mil unidades de tratores agrícolas, com valor aproximado de R\$ 268,4 milhões e 91 colhedoras de grãos com valor aproximado de R\$ 56,1 milhões, beneficiando diretamente 1,5 mil agricultores familiares e mais de 3 mil propriedades de forma indireta.
- ▶ Programa de Subvenção ao Prêmio Seguro Rural (PSR-PR) - aplicou R\$ 8,6 milhões, com um total de 3,2 mil apólices aprovadas, assegurando a produção de diversas culturas, como trigo, milho, cevada, uva e feijão.
- ▶ Com o auxílio técnico dos extensionistas do IDR-PR, foram elaborados 11,4 mil projetos de crédito rural, viabilizando o acesso de recursos aos agricultores no valor aproximado de R\$ 1 bilhão no programa Banco do Agricultor.

- ▶ Banco do Agricultor Paranaense - programa de financiamento para empresários do campo com subsídio de juros (até 3 pontos percentuais do juro contratado junto às instituições financeiras que trabalham com crédito rural), com o intuito de alavancar investimentos em diversas atividades agropecuárias, além de promover inovação tecnológica, sustentabilidade, geração de emprego e melhoria da competitividade. Equalizou juros no valor de R\$ 76,7 milhões em aproximadamente 1,9 mil projetos.
- ▶ Programa Cestas Solidárias - este programa conecta consumidores a produtores rurais. Atendeu mais de mil famílias de consumidores que receberam, semanalmente hortaliças orgânicas direto do produtor, beneficiando também cerca de 50 famílias de agricultores.
- ▶ A Adapar trabalha fortemente no monitoramento, identificação e saneamento de focos: a) de lagartas resistentes a tecnologia Bt (*Bacillus thuringiensis*) em plantas de soja, contribuindo para a manutenção da sanidade dos cultivos e evitando a aplicações desnecessárias de agrotóxicos; b) de populações de plantas daninhas resistentes a agrotóxicos e desta forma, evitar a sua disseminação para áreas indenens, assim como para evitar o excesso de aplicações de agrotóxicos; e c) *Ralstonia solanacearum* ou chamado Moko da Bananeira, praga quarentenária ausente no Paraná e com grande potencial de causar danos e restrições comerciais para a bananicultura no Estado.
- ▶ O IDR-PR por meio das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), realizou aproximadamente 233 mil atendimentos, sendo 90,8 mil visitas a propriedades, 108,3 atendimentos nos escritórios e 29,1 em atendimentos remotos, com o objetivo de contribuir na solução de problemas, aumentar a produtividade, reduzir custos, melhorar condições de produção e gerar maior lucratividade.
- ▶ Programa Renda Agricultor Familiar - Família Paranaense - visa alavancar pequenas propriedades e ampliar a qualidade de vidas das famílias com ações como saneamento básico, produção para autoconsumo e apoio a processos produtivos. O programa atua em parceria entre a SEAB, o IDR-PR e a Secretaria da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), na orientação e elaboração de projetos para inclusão sócio produtiva. Beneficiou diretamente 711 famílias rurais em situação de vulnerabilidade social, sendo 674 novas famílias beneficiárias, com repasse de R\$ 2 milhões. Foram apoiadas outras 288 famílias, na modalidade Inclusão Produtiva, que visa a implantação de projetos coletivos (três ou mais famílias), com o repasse de aproximadamente R\$ 1,1 milhão.
- ▶ Capacitação de profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) - capacitação com emissão de certificado, com destaque para os cursos de agroindústria, pecuária de leite, cooperativismo e olericultura, envolvendo 1,2 mil profissionais.
- ▶ Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) - é uma política pública complementar à reforma agrária, possibilita ao trabalhador rural comprar a terra, preparar o solo, construir uma casa e comprar implementos, reduzindo assim a pobreza rural e melhorando a qualidade de vida no campo. Foram beneficiados 29 agricultores com recursos de aproximadamente R\$ 4,2 milhões.

- ▶ A Ceasa disponibilizou novos espaços para comercialização de produtos, ampliando o acesso de cooperativas ao mercado produtor, em 14 organizações rurais (atingindo 825 sócios) e de 25 agricultores familiares.

17.1.3 Produção Sustentável

Trata-se do fomento e incremento de modelos de produção e comercialização com vistas a redução de desgastes dos recursos naturais. E, para tanto, incorporando as melhores formas para minimizar os custos ambientais como: a realização de pesquisas para estimular a produção agroecológica e orgânica, o aproveitamento de potenciais energéticos, o impulsionamento da adoção de boas práticas no manejo integrado e uso de solos e água, na prevenção e no controle racional de pragas e doenças, no uso correto de agroquímicos (agrotóxicos, fungicidas, herbicidas e inseticidas), e na coordenação da política de florestas plantadas, como forma de manter ao longo de todo ciclo de vida de bens e serviços garantindo a capacidade produtiva. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Execução de 111 projetos dos diversos programas de pesquisa, bem como lançamento de 08 cultivares desenvolvidas pelo IDR-PR: café (arábica, alvorada e pérola), aveia granífera andrômeda, mandioca paraguinha, cártamo, canola (*Brassica napus*), milho (*Zea mays*), beneficiando diretamente centenas de agricultores.
- ▶ Projeto Pecuária de Leite - beneficiou 13,5 mil agricultores rurais com foco na qualidade do produto e manejo de alimentação.
- ▶ Projeto Olericultura - com foco em ações para qualidade dos produtos e para plantio direto em hortaliças; beneficiou 11,1 mil famílias.
- ▶ Projeto Grão Sustentável - atua na racionalização no uso de insumos, plantio direto, manejo e conservação de solos, manejo integrado de pragas, doenças e invasoras, monitoramento de doenças e comercialização dos produtos; beneficiou cerca de 14,5 mil agricultores.
- ▶ Visando contribuir com ações de prevenção, pesquisa e controle de praga em todo o Estado a ADAPAR realizou fiscalizações preventivas em propriedades rurais, com inspeção de pulverizadores de agrotóxicos, para diagnóstico dos problemas e notificação para correção. No município de Marialva após as ações preventivas constatou-se a redução no número de denúncias, relativas aos problemas de fitotoxicidade na cultura da uva de 79% em relação ao ano de 2021.
- ▶ Realização de vigilância ativa para comprovação da não circulação viral de Influenza Aviária, Doença de *NewCastle*, Peste Suína Clássica e Peste Suína Africana, em mais de 3.000 amostras realizadas em diversas propriedades rurais do estado do Paraná.

17.1.4 Segurança Alimentar e Nutricional e a Melhoria da Qualidade de Vida no Meio Rural

São fatores fundamentais garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), a segurança, a regularidade e a qualidade dos insumos agropecuários para que se proporcione à população o acesso a alimentos seguros em quantidade e de alta qualidade, bem como ampliar o acesso à moradia, saúde, saneamento e educação, às famílias que se encontram em vulnerabilidade social. Dentre as principais atividades realizadas destacaram-se:

- ▶ Auditoria oficial do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) - foi realizada, em junho, a primeira auditoria oficial relacionada a obtenção do *status* de livre de febre aftosa sem vacinação e peste suína clássica, em que as práticas e os controles adotados em relação ao trânsito de animais, produtos e subprodutos de origem animal foram cancelados como adequados para a manutenção do referido *status* recém conquistados.
- ▶ Preparação para o reconhecimento pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Área Livre de Praga Cancro Cítrico (*Xanthomonas axonopodis pv. citri*) no Vale do Ribeira que visa manter a competitividade e possibilitar o acesso a mercados diferenciados para os frutos cítricos produzidos nessa região do Estado.
- ▶ Programa Leite das Crianças - tem por objetivo o auxílio no combate à desnutrição infantil por meio da distribuição gratuita e diária de um litro de leite enriquecido às crianças de 02 a 36 meses. Foram distribuídos aproximadamente 39 milhões de litros de leite, com atendimento mensal de 110 mil crianças, envolvendo 4,5 mil produtores rurais como fornecedores, totalizando um investimento de R\$ 167,4 milhões.
- ▶ Em parceria com a Escola de Gestão do Paraná foi realizado treinamento da equipe de Fiscais de Defesa Agropecuária da Adapar para atuar como pilotos de *drones*, afim de operacionalizar o uso desta ferramenta para levantamentos, monitoramento e fiscalização do uso do solo agrícola, como também analisar e interpretar as imagens geradas, por meio do uso do *software Metashape*. Promoveu também treinamentos para equipes da Patrulha Rural da Polícia Militar e para a Polícia Rodoviária Estadual destinados à identificação de ilícitos relacionados ao trânsito agropecuário.
- ▶ Programa Restaurantes Populares - visa a comercialização de refeições saudáveis a preços acessíveis às pessoas em situação de vulnerabilidade social. Os restaurantes populares de Paranavaí e Umuarama estão em fase de conclusão da obra e instalação de equipamentos. Os restaurantes de Cascavel, Toledo e Maringá foram inaugurados e estão em funcionamento. Estão em fase de análise os projetos dos restaurantes populares de Londrina, Quedas do Iguaçu e Sarandi.
- ▶ Programa Hortas Comunitárias Urbanas - busca ampliar a oferta de alimentos saudáveis e incentivar a agricultura orgânica. Foram celebrados dez novos convênios com os municípios de

Marialva, Grandes Rios, Planaltina do Paraná, Nova Londrina, Ivaiporã, Marilena, Querência do Norte, Curitiba, Dois Vizinhos e Laranjeiras do Sul.

- ▶ Comercialização de hortifrutigranjeiros - feita pela CEASA, resultou em R\$ 1,36 milhão de toneladas, gerando receita superior a R\$ 3,6 bilhões, sendo destes 63% comercializados pela unidade Curitiba. Gerando diretamente mais de 7 mil empregos.
- ▶ A Adapar organizou um grupo de trabalho com a participação da ADAPAR, IDR-PR, FAEP, ABRASSEDA, BRATAC, Associação das Empresas de Aviação Agrícola visando propor ações para a redução dos casos de morte dos bichos-da-seda por má aplicação de agrotóxicos.
- ▶ Ações para modernização e recuperação da capacidade operacional das Centrais Públicas de Abastecimento e Feiras Livres, contou com a celebração de 41 novos convênios firmados com os municípios de Carambeí, Guarapuava, Bandeirantes, Florestópolis, Congonhinhas, Quitandinha, Nova Fátima, Nova Aurora, Capitão Leônidas Marques, Nova Santa Bárbara, Teixeira Soares, Nossa Senhora das Graças, Santa Mônica, Sapopema, Nova Londrina, Itambaracá, Planaltina do Paraná, Quinta do Sol, Santo Antônio do Sudoeste, Assaí, Alto Paraná, Borrazópolis, Miraselva, Jandaia do Sul, Cascavel, Santa Cecília do Pavão, Braganey, Colombo, Morretes, Inajá, Pinhão, Campo Largo, Rio Branco do Ivaí, Quatro Pontes, Marechal Cândido Rondon, Mandirituba, Guaraci, Altônia.
- ▶ Programa Cozinhas/Panificadoras Comunitárias - tem como objetivo a produção e distribuição e/ou comercialização de refeições saudáveis a preços populares. Firmou 11 novos convênios com os municípios de Leopólis, Santo Inácio, Cruzeiro do Sul, Araucária, Ubiratã, Rosário do Ivaí, Clevelândia, Marumbi, Marialva, Altônia e Paraíso do Norte.
- ▶ A Adapar realizou mais de 50 mil atividades que envolvem: o controle da Raiva em herbívoros, Encefalopatia Espongiforme Bovina, Anemia Infecciosa Equina, Mormo, doença e mortalidade das abelhas e bicho-da-seda, vigilância da Febre Aftosa, doença das aves e suínos, controle da Brucelose e Tuberculose, fiscalização dos insumos e comércios veterinários.
- ▶ Foram intensificadas as ações de fiscalização na fronteira do Paraná, com objetivo de prevenir a entrada de doenças, com operações em conjunto com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Estadual e Federal, Secretaria de Segurança Pública do Paraná, entre outros órgãos.
- ▶ Distribuição de 13,4 mil toneladas, de merenda escolar aos 399 municípios, parceria entre o IDR-PR e o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (FUNDEPAR).
- ▶ A CEASA visando o melhoramento de suas unidades, realizou investimentos em obras de infraestrutura construção e conservação, envolvendo pavimentação e melhoramento da eficiência energética e usina solar com placas fotovoltaicas, distribuídas nas cinco unidades na ordem de R\$ 12 milhões.
- ▶ Programa Banco de Alimentos - atua em parceria com produtores rurais e permissionários do mercado atacadista por meio de coleta, repasse e doação de hortifrutigranjeiros sem padrão de comercialização, porém ainda em boas condições consumo para repasse a entidades: socioassistenciais, instituições para idosos, organizações religiosas ou filosóficas, serviços de

acolhimento para crianças e adolescentes, instituição de contra turno escolar, associações de moradores que trabalham na defesa de garantia de direitos e comunidades terapêuticas e hospitais. Estão cadastradas junto ao Banco de Alimentos da CEASA Paraná, nas suas cinco unidades, 321 entidades entre orfanatos, creches, hospitais públicos e entidades assistenciais, que atendem em média 147 mil pessoas/mês. Além disso, o Banco de Alimentos da Unidade de Curitiba atende atualmente 269 famílias em estado de vulnerabilidade social, que moram no entorno da CEASA, e que recebem semanalmente doações de produtos.

- ▶ Programa Renova Paraná - busca auxiliar os produtores rurais de diferentes cadeias produtivas na viabilidade e competitividade de seus negócios, oferecendo as condições para agricultores e empresas promoverem a autoprodução de energia, própria e renovável, com a possibilidade de reduzir custos de produção e ampliar suas atividades. Ao mesmo tempo, podem tratar dejetos animais e resíduos agrícolas e agroindustriais, promovendo a correta destinação dos mesmos e a adequação ambiental das suas atividades, contribuindo com a orientação do agro paranaense em direção à sustentabilidade e aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU). O IDR-PR acatou aproximadamente 5,2 mil projetos no montante de R\$ 973,1 mil reais, envolvendo 583 empresas prestadoras de serviços cadastradas em Energia Solar e Biogás/Biometano.
- ▶ Programa Paraná Mais Orgânico - propõe a orientar e capacitar os produtores, auditar e certificar a produção de alimentos orgânicos. A iniciativa oferta ao produtor de alimentos orgânicos assistência técnica gratuita para que possa desenvolver e ampliar a sua produção com qualidade. O programa envolve a SETI, por meio das universidades estaduais; o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR, antigo CPRA), vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento; e o Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), que é o órgão certificador. Na pandemia, os agricultores familiares, aderiram a um aplicativo multiplataforma de mensagens instantâneas e chamadas de voz (*WhatsApp*), como alternativa de atendimento ao mercado de orgânicos. A ideia surgiu com a finalidade de facilitar a comercialização da produção de frutas, verduras e hortaliças no período de fechamento do comércio, em diferentes regiões do território paranaense.
- ▶ Buscando a preservação do meio ambiente, reunindo os quesitos ambientais necessários, a CEASA/PR está em fase final de implantação da norma ISO 14.001, na Unidade Atacadista de Curitiba.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

18 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS (SEDU)

A Secretaria do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas é o órgão responsável pela Política de Desenvolvimento Urbano no Paraná, sendo sua missão definir as políticas, o planejamento, a execução, a coordenação e o controle das atividades ligadas ao desenvolvimento urbano e regional, incluindo as aglomerações urbanas do meio rural, integração e desenvolvimento institucional dos municípios e responsabilidade sobre obras públicas de interesse do Governo do Estado do Paraná. São vinculadas a sua estrutura: a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), a Paraná Edificações (PRED), o Conselho Estadual das Cidades (CONCIDADES) e o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE.

Com o intuito de promover melhorias na qualidade e gestão de projetos de obras públicas no Estado, na otimização de recursos para contratação de projetos pelo poder público e para possibilitar adequada infraestrutura aos diversos municípios paranaenses, com eficiência, economicidade e observância à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, a SEDU disponibilizou aos municípios acervo de projetos mediante convênio, sem repasse de valores, via Banco de Projetos de Edificações. Estabeleceu-se a ação, em março de 2022, por resolução conjunta da SEDU, da PRED, do PARANACIDADE e da Agência de Fomento do Paraná, contando-se com nove projetos no portfólio disponível.

O Conselho das Cidades do Paraná (CONCIDADES/PR) realizou três reuniões até final de novembro em preparação para as Conferências Municipal e Estadual das Cidades previstas para 2023.

A SEDU executou importante ação no que concerne à regulação do saneamento no Paraná, em decorrência da aprovação recente da Lei Federal n.º 14.026, de 15 de julho de 2020, que alterou o marco legislativo do saneamento básico no Brasil, com objetivo de revisar os sistemas de operação e o reconhecimento do acesso à água e ao saneamento básico como um direito universal. No Paraná, foi aprovada a Lei Complementar n.º 237, de 09 de julho de 2021, criando três microrregiões dos serviços públicos de abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem de águas pluviais: Oeste, Centro-leste e Centro-litoral. Cada microrregião possui natureza jurídica de autarquia intergovernamental, de regime especial, com caráter deliberativo e normativo, e personalidade jurídica de Direito Público. Essa ação iniciou parcerias com PARANACIDADE, descritas posteriormente.

A SEDU instituiu, em parceria com o PARANACIDADE, o Programa Integrado de Gestão de Dados Municipais em abril de 2022 para implantar o Sistema de Gestão de Base de Dados Corporativa e Multifinalitária (SGBD), tendo o PARANACIDADE adquirido a licença de uso perpétuo, com módulos de: gestão do cadastro multifinalitário, mobiliário e logradouros; gestão do plano diretor municipal, defesa civil, saneamento; e aprovação digital de obras. Este objeto está inserido no Programa Paraná

Urbano III - Contrato de Empréstimo n.o 4632/OC-BR, celebrado entre o Governo do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), contemplando um investimento da ordem de 41,3 milhões de reais. Até 31 de outubro de 2022, foram realizados termos de adesão com 287 municípios. No final de 2022, o projeto se encontrava na fase de coleta de informações referentes às bases cadastrais, cartográficas e tributárias dos municípios, para que, na sequência, realizem-se os treinamentos com os técnicos municipais na utilização do sistema.

Ainda que 2022 tenha se caracterizado como um ano atípico para a aprovação de ações municipais, decorrente de vedações da Lei Eleitoral, a SEDU manteve coerente ritmo de trabalho, garantindo financiamentos aos municípios e operacionalizando a execução dos convênios firmados, por meio da estrutura combinada com o PARANACIDADE.

18.1 SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

O PARANACIDADE coopera com a SEDU em atividades não-exclusivas da administração pública na área de desenvolvimento urbano, regional e institucional dos municípios. O trabalho é importante à realização de ações e projetos de intervenções urbanísticas nos 399 municípios do Paraná. Seu contorno jurídico foi instituído pela Lei Estadual n.o 15.211, de 17 de julho de 2006. O primeiro Contrato de Gestão com a SEDU foi firmado em 1996 e se encontra no 14º termo aditivo, subscrito em 2022. Esses instrumentos administrativos/legais conferem ao PARANACIDADE o papel de agente técnico/operacional que intermedia e viabiliza a execução de ações municipais de desenvolvimento urbano, custeadas com recursos estaduais, por meio de convênios e/ou contratos de empréstimo.

18.1.1 Gestão de Contratos de Desenvolvimento Regional

18.1.1.1 Corredor Oeste de Exportação - Nova FERROESTE

O PARANACIDADE concluiu, juntamente com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), os estudos técnicos e realizou as Audiências Públicas para estruturar a desestatização da Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A., dentro do escopo do projeto da Nova FERROESTE, que ligará Maracaju-MS a Foz do Iguaçu e ao Porto de Paranaguá. A conclusão desses estudos possibilitou o lançamento do Edital para a contratação de projetos e execução das obras em 2023. Nessa ação, fez-se a contratação, gestão e fiscalização de dois contratos, sendo que os estudos técnicos nos campos econômico-financeiro, socioambiental e jurídico estão em análise, no órgão licenciador federal - IBAMA, para emissão de Licença Prévia. Em relação ao contrato de Serviços Técnicos de estruturação do projeto de desestatização da nova FERROESTE, até 2022, foram entregues quatro produtos, os Relatórios: de Planejamentos de Atividades; de Bancabilidade; da Etapa de Estruturação e o de Validação Externa - Preliminar, faltando Etapa de Validação Externa, Licitação e Contratação.

18.1.1.2 Microrregiões dos Serviços Públicos de Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Manejo de Águas Pluviais no Estado do Paraná

O PARANACIDADE celebrou Termo de Cooperação Técnica com a SANEPAR para desenvolver informações e apoio técnico aos estudos prévios para implantação da Política de Saneamento do Estado do Paraná. Os trabalhos, em fase inicial, têm por objetivo apoiar a efetivação de ações de implementação das obrigações previstas no Novo Marco Legal do Saneamento.

Durante o prazo de transição para sua regularidade, tendo-se até 31 de dezembro de 2022 para a apresentação de propostas de implantação do Marco de Saneamento do Estado do Paraná, a SEDU demandou ao PARANACIDADE: a) elaboração dos estudos técnicos, econômicos e jurídicos-institucionais para formulação de planos regionais de saneamento básico, vértices de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais urbanas, para cada microrregião; b) elaboração de proposta de novos modelos de prestação de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário entre seus titulares (microrregiões e municípios) e a Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), especialmente mediante a modelagem de prestação regionalizada.

18.1.2 Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios (SFM)

O PARANACIDADE é o responsável pela supervisão da execução das operações do SFM. As operações financeiras são realizadas em parceria com a Fomento Paraná. Os recursos destinam-se à execução de obras de infraestrutura, como a pavimentação/recape de ruas, urbanização/calçadas, iluminação pública, esgotamento sanitário, construção de equipamentos públicos como praças, creches, escolas, quadras esportivas e barracões industriais e, também, para a renovação e a expansão do parque de máquinas e equipamentos rodoviários dos municípios.

Entre os investimentos realizados pelo SFM nesse ano, destacam-se: a) pavimentação, urbanização e calçadas em 85 municípios (valor liberado de aproximadamente R\$ 384,7 milhões); b) aquisição de equipamentos rodoviários e veículos para 17 municípios (valor liberado de aproximadamente R\$ 33,1 milhões); c) construção de edificações para 32 municípios (valor liberado de aproximadamente R\$ 106,1 milhões); d) iluminação pública para 15 municípios (valor liberado de aproximadamente R\$ 14,9 milhões).

18.1.3 Plano de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios (PAM)

Sob responsabilidade da SEDU e executado com o apoio do PARANACIDADE, os investimentos deste programa ocorrem por transferências de recursos a fundo perdido, na forma de convênios com as Prefeituras. As ações realizadas são obrigatoriamente de cunho urbanístico, local ou regional, e de desenvolvimento institucional dos municípios, inclusive para aquisição de equipamentos, veículos, sistemas digitais, além de grande variedade de obras, reformas, requalificações, intervenções, etc.

Em 2022, foram firmados 1.480 convênios com 378 municípios paranaenses, cujos objetos estão em efetiva execução. A soma destes investimentos chega a mais de R\$ 1 bilhão. Desse montante, cerca de R\$ 844,8 milhões decorrem de Transferências Voluntárias (Tesouro do Estado) e R\$ 267,8 milhões correspondem às contrapartidas municipais. Foram efetivamente pagos pelo tesouro, nesses convênios firmados em 2022, R\$ 181,4 milhões. Em 2022, também foram pagos valores de convênios de vários anos anteriores correspondendo a R\$ 186, 4 milhões. Assim, somente em 2022, o montante efetivamente pago pela SEDU foi de R\$ 367,8 milhões.

Dentre os objetos desses convênios, destacam-se: pavimentação, urbanização e calçadas em 210 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 501,2 milhões); b) aquisição de equipamentos rodoviários e veículos em 299 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 235,5 milhões); c) construção de edificações em 106 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 149,8 milhões); e d) modernização da iluminação pública em 21 municípios (valor liberado aproximado R\$ 9,5 milhões).

18.1.4 Acompanhamento de Obras

Incluindo as duas modalidades de acesso a recursos estaduais (SFM e PAM), o PARANACIDADE oferece ao cidadão ferramentas *online* de acompanhamento da execução de obras, cumprindo os preceitos de transparência da informação. Dentre as 578 obras em andamento, destacam-se:

- ▶ Centros de Eventos e de Desenvolvimento Econômico: nove ações em nove municípios - equipamentos e instalações para apoiar os produtores e os comerciantes destas localidades (valor liberado aproximado - R\$ 3,1 milhões).
- ▶ Implantação do projeto Meu Campinho: 53 ações em 41 municípios (valor liberado aproximado: R\$ 3,8 milhões).
- ▶ Urbanização e Calçadas: 20 ações em 16 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 7,5 milhões).
- ▶ Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas: 277 ações em 160 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 113,3 milhões).
- ▶ Escolas Municipais: 21 ações em 17 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 5,7 milhões).
- ▶ Terminais Rodoviários Urbanos: quatro ações em quatro municípios (valor liberado aproximado - R\$ 1,5 milhão).
- ▶ Modernização da Iluminação Pública: 10 ações em 10 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 3,9 milhões).
- ▶ Complexos Esportivos: 11 ações em 11 municípios (valor liberado aproximado - R\$ 2,6 milhões).

18.1.5 Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI)

O PARANACIDADE contratou a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Integrado (PDUIs) de três regiões metropolitanas paranaenses: Cascavel, Londrina e Maringá. O PDUI é o instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, viabilização

econômico-financeira e gestão, as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e os projetos estruturantes da região metropolitana e aglomeração urbana, segundo Estatuto da Metrôpole, Lei Federal n.º 13.089, de 12 de janeiro de 2015.

Em novembro de 2022, os PDUIs das Regiões Metropolitanas de Londrina e Maringá encontravam-se na finalização das suas últimas etapas - Relatório Final com as Propostas Consolidadas. Por sua vez, o PDUI da Região Metropolitana de Cascavel, contratado posteriormente aos demais, encontrava-se na execução da Etapa 3 (Diagnóstico, Diretrizes e Propostas para as FPICs Priorizadas), inclusive com a definição do recorte territorial com os municípios verdadeiramente metropolitanos. O cronograma do PDUI de Cascavel prevê a sua finalização em março de 2023.

18.1.6 Ações de Apoio Institucional

18.1.6.1 Portal dos Municípios

Por meio do Portal dos Municípios, constantemente atualizado e recebendo *upgrades*, os técnicos e gestores municipais têm acesso *online* à documentação, informações técnicas e apoio administrativo referentes às diversas fases da execução de um projeto, desde as fases iniciais de análise até as fases finais de medição e conclusão das obras.

18.1.6.2 SEDU/PARANACIDADE Interativo

O PARANACIDADE oferece o Programa SEDU/PARANACIDADE Interativo (www.paranainterativo.pr.gov.br), com uma série de aplicativos modularizados (*apps*), estudos e utilitários (*widgets*) construídos para diversas finalidades, que rodam em ambiente *WEB* e dispositivos móveis (*mobile*). O objetivo deste projeto, que utiliza um Sistema de Informações Geográficas (SIG), é subsidiar a formulação e monitoramento das políticas públicas urbanas e regionais e melhorar a capacidade de execução de ações e planejamento pela administração pública municipal e estadual.

Como a base de dados do Paraná Interativo é bastante ampla, foram criadas aplicações para consultas e análises distintas, como: Ações Realizadas pelo PARANACIDADE; Projeto Meu Campinho; Painel dos Municípios; Infraestrutura (Pavimentação, Iluminação Pública e Saneamento); Sistema Rodoviário Estadual; Logradouros Urbanos; Classificação do Sistema Viário; Rotas Acessíveis; Características Urbanísticas dos Municípios; Áreas de Proteção Ambiental; Zoneamento Urbano; Saneamento Básico; Equipamentos Urbanos; Mapas Básicos; e Indicadores Sociais e Econômicos (IDHM, IPDM, PIB, Assentamentos Precários, etc.).

18.1.6.3 Bases Cartográficas

O conhecimento do espaço físico territorial é fundamental para os gestores públicos desenvolverem ações voltadas ao planejamento urbano, permitindo tomadas de decisões que terão

impacto na infraestrutura das cidades e no atendimento às demandas da população. Entre 2021 e 2022, o PARANACIDADE realizou a contratação de serviços de engenharia para execução de mapeamento, na escala 1:2.000, de 3.123 km² de áreas urbanas, que contemplam 215 municípios com ortofotos, e 174 com bases cartográficas vetoriais. Este objeto está inserido no Programa Paraná Urbano III - Contrato de Empréstimo n.o 4632/OC-BR, entre o Governo do Paraná e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

18.1.6.4 Planos Diretores Municipais (PDMs)

O PARANACIDADE encaminhou subsídios técnicos e jurídicos para a alteração de dispositivos legais sobre os Planos Diretores Municipais, que se efetivou na Lei estadual n.o 21.051, de 23 de maio de 2022. Essa alteração, ampliou o prazo para 06 de junho de 2025, para que os municípios providenciem a atualização de seus Planos Diretores Municipais, visando a continuidade de acesso a recursos do Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Estado do Paraná. A ampliação do prazo prevê a realização de conferência, audiências públicas e revisão das etapas do seu plano diretor até a sua atualização completa. Em 2022, financiados com recursos estaduais, foram concluídos seis Planos Diretores Municipais e 19 Planos encontravam-se em execução.

Foram promovidos encontros nas Associações dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI), dos Campos Gerais (AMCG), do Médio Paranapanema (AMEPAR), de Entre Rios (AMERIOS) e do Centro do Paraná (AMOCENTRO) alcançando 101 municípios. Até 2022, o Estado do Paraná firmou termos de compromisso, visando à implantação da Agenda 2030 e seus ODS, com 392 municípios paranaenses.

18.2 COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA (COMEC)

A COMEC, criada pela Lei estadual no. 6.517, de 04 de janeiro de 1974, é responsável pelo planejamento urbano da Região Metropolitana de Curitiba, garantindo a sincronia no atendimento às funções públicas de interesse comum entre os 29 municípios. O transporte coletivo intermunicipal, o sistema viário metropolitano e o controle do uso e da ocupação do solo são algumas das funções coordenadas pela autarquia, vinculada à SEDU.

O Estatuto da MetrÓpole e o Estatuto das Cidades orientam a atuação da COMEC como entidade de Governança Interfederativa. A Lei exige a elaboração de PDUI para identificar as funções públicas de interesse comum entre os municípios, compreender a realidade metropolitana e as influências de cada cidade sobre as outras, e planejar a contratação de serviços essenciais, construir equipamentos públicos, regulamentar o uso do solo e aprimorar a circulação de pessoas e mercadorias. O PDUI de Curitiba está na primeira fase da sua elaboração, que envolve mobilização inicial, análises preliminares, definições metodológicas, mapeamento dos atores, comunicação e definição da forma de participação social.

A COMEC auxilia, ainda, os municípios na elaboração e revisão dos seus Planos Diretores, alinhando-os às diretrizes estaduais e federais.

18.2.1 Uso e ocupação do solo

De janeiro a outubro de 2022, o departamento de uso e ocupação de solo da COMEC realizou análise de 690 processos. Uma média de 2,8 processos analisados por dia útil.

A legislação que regula o uso e a ocupação do solo nas áreas de manancial da Região Metropolitana de Curitiba também foi modernizada com a publicação do Decreto Estadual n.o 10.499, de 14 de março de 2022. O novo decreto foi elaborado com base em estudos técnicos, atualizando as regras de ocupação de áreas e garantindo o desenvolvimento socioeconômico e a proteção ambiental.

18.2.2 Planejamento

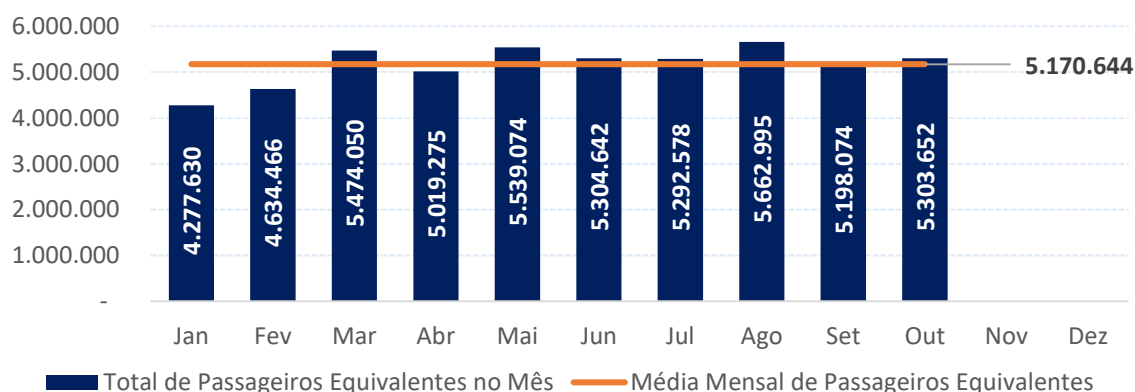
O departamento de Planejamento foi responsável pela análise de 246 processos. Além disso, foi concluída a análise do Plano Diretor Municipal de Piên e encaminhadas para análise das Prefeituras as revisões dos Planos de Piraquara, Pinhais, Campo Largo e Mandirituba. Em análise ainda estão os Planos de Tijucas do Sul, Fazenda Rio Grande, Colombo e Itaperuçu.

18.2.3 Transporte Coletivo

O sistema metropolitano de transporte coletivo, operado pela COMEC, conecta os municípios da RMC de forma segura, eficiente e integrada. Em 2022, foram realizados mais de 248 ajustes na operação do Transporte Coletivo, entre itinerários, horários e novas linhas, de acordo com a necessidade da população atendida.

A exemplo dos sistemas de transporte público em praticamente todas as regiões metropolitanas do mundo, aos poucos tem-se percebido a diminuição dos impactos no volume de passageiros, em decorrência da Pandemia da COVID-19. Em 2019, a média de passageiros equivalentes - aqueles que efetivamente geram receita - do ano foi de 6.303.873. Em 2022, ainda não se chegou nessa média anterior à pandemia, totalizando 5.170.644 passageiros equivalentes em média no ano.

GRÁFICO 1 - NÚMERO DE PASSAGEIROS EQUIVALENTES, POR MÊS DE USO DO TRANSPORTE METROPOLITANO (RMC) COMPARADO À MÉDIA MENSAL - 2022



FONTE: COMEC, Sistema Transdata, 2022

Quanto ao transporte coletivo, foram desempenhadas outras ações, como:

- ▶ Lei Estadual n.o 21.153, de 11 de julho de 2022 - veiculação de publicidade nos ônibus metropolitanos, permite fontes alternativas de recurso para subsidiar o sistema de transporte coletivo.
- ▶ Integração no terminal central de São José dos Pinhais: conexão com tarifa única nos ônibus no município e que vão para a capital.
- ▶ Tarifa Zero do Transporte Coletivo, implementada em parceria com o município de Quatro Barras: os moradores da cidade não pagam para utilizar o transporte coletivo dentro do município, sendo realizado o pagamento apenas no Terminal da Cidade na conexão com o sistema metropolitano.
- ▶ Manutenção do pagamento do subsídio no valor de R\$ 192 milhões no ano, permitindo a tarifa social de R\$ 5,50 diante da tarifa técnica de R\$ 8,79.
- ▶ Desconto do valor da tarifa no uso do Cartão Transporte, em que pelo cartão, paga-se R\$ 4,75, já a tarifa de R\$ 5,50 é cobrada apenas para pagamento em dinheiro: mais segurança com a diminuição da circulação do dinheiro em espécie.
- ▶ Integração temporal no Terminal do Guadalupe (Curitiba), os usuários de linhas metropolitanas podem realizar a integração com demais linhas sem pagar nova tarifa.
- ▶ A COMEC firmou parceria com o aplicativo *Google Maps*, para a disponibilização de dados em tempo real do transporte coletivo metropolitano. Os usuários podem, pelo aplicativo, traçar rotas, consultar horários e verificar distância do próximo ônibus em tempo real.

18.2.4 Infraestrutura

- ▶ Ordem de serviço das obras do novo Terminal de Ônibus Metropolitano de Piraquara - as obras iniciaram em julho de 2022 e estão dentro do cronograma, com previsão de entrega em março de 2023. Serão investidos mais de R\$ 12,5 milhões.
- ▶ Implementação do sistema de iluminação no Contorno Sul de Curitiba - contratada no sistema de Regime Diferenciado de Contratação (RDC) onde a empresa fica responsável por elaborar o projeto e executar a obra. A ordem de serviço foi assinada em junho de 2022. Com previsão de conclusão em abril de 2023, serão investidos cerca de R\$ 21,6 milhões neste contrato (projeto e obra).
- ▶ Novo Terminal Metropolitano de São José dos Pinhais - lançado edital para a construção do novo Terminal Metropolitano de São José dos Pinhais (Concorrência 02/2022). O valor reservado é de aproximadamente R\$ 22,5 milhões. Após a contratação da empresa e assinatura da ordem de serviço, o prazo é de 18 meses.
- ▶ Outras obras de infraestrutura na Região Metropolitana de Curitiba: a) novo trecho da PR-423 - ligação Araucária com Curitiba/Fazenda Rio Grande; b) pavimentação da Rodovia São José dos Pinhais-Mandirituba; c) requalificação da conexão Curitiba-Pinhais - continuação da Avenida Maurício Fruet; e d) pavimentação da Rua Aviador Max Fontoura - ligação de Colombo-Pinhais.

18.3 COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR)

Fundada em 1965 pela Lei n.º 5.113, de 14 de maio de 1965, a COHAPAR é uma empresa de economia mista responsável por planejar e executar as políticas públicas no setor de habitação em nível estadual. O principal objetivo é promover a melhoria da qualidade de vida da população paranaense a partir da oferta de condições dignas de moradia à população, em especial àquelas de menor renda, em parceria com outros órgãos estaduais, municípios, Governo Federal, iniciativa privada e outros parceiros.

18.3.1 Construção de Moradias

Foram entregues 1.340 unidades habitacionais pelas diferentes modalidades estaduais próprias, em parceria com o Governo Federal e com outros órgãos. Outras 4.737 unidades habitacionais estão em construção em 41 municípios do Estado.

18.3.1.1 Financiamentos próprios

Os empreendimentos da modalidade são financiados diretamente pela COHAPAR à população em geral, com renda de um a seis salários-mínimos, e oferecem condições facilitadas de pagamento. Os imóveis são isentos de pagamento de entrada, com juros de apenas 4% ao ano e parcelamento em até 360 meses com o intuito de facilitar a aquisição da casa própria pela população. Nesta modalidade, foram entregues 116 casas e outras 1.121 unidades estão em construção em 21 municípios do Estado.

18.3.1.2 Viver Mais

Destinados ao atendimento de idosos, a modalidade envolve projetos em 21 municípios paranaenses. Tratam-se de condomínios residenciais fechados com 40 moradias cada, com ampla infraestrutura de saúde, lazer e acompanhamento social aos moradores, que devem ter 60 anos ou mais e renda de um a seis salários mínimos. Os beneficiários são escolhidos pela COHAPAR, com prioridade para idosos residentes em áreas de risco, condições precárias ou que pagam aluguel oneroso. Os beneficiários pagam um aluguel social de 15% de um salário-mínimo nacional ao mês, por tempo indeterminado. Após a desocupação, as unidades são redirecionadas a outros idosos na fila de espera de acordo com os critérios de preferência.

Os condomínios de Jaguariaíva, Foz do Iguaçu e Prudentópolis foram entregues em anos anteriores e estão funcionando normalmente. Em 2022, há obras em estágios avançados em Cornélio Procopio, Irati e Telêmaco Borba, que somam 120 casas, trabalhos em fase inicial em Francisco Beltrão e Ponta Grossa, com 80 moradias. Há perspectiva de início da construção em Cascavel, Arapongas, Campo Mourão e Guarapuava, com 160 unidades.

18.3.1.3 Nossa Gente

Os projetos são executados de forma integrada entre a COHAPAR, a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF) e os municípios, com recursos obtidos pelo Governo do Estado em um financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O atendimento é focado em pessoas em situação de vulnerabilidade social, com a realocação de casas em áreas de risco ou condições precárias para novas moradias sem custo aos beneficiários. Também estão incluídas obras de infraestrutura, urbanização e recuperação ambiental nas regiões atendidas.

Nesta modalidade, 345 moradias estão em construção em quatro municípios, somando R\$ 37,2 milhões de investimento, além de perspectiva de conclusão de 37 casas em Querência do Norte e 34 casas em Santa Cruz de Monte Castelo. Com a conclusão das últimas unidades habitacionais do programa, ele deverá ser gradativamente substituído pelo programa Vida Nova para o atendimento da faixa de menor renda da população.

18.3.1.4 Vida Nova

Os projetos atendem famílias em situação de vulnerabilidade social residentes em assentamentos precários com recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). A modalidade possui três empreendimentos em construção: Jandaia do Sul, Florai e Rio Azul, cujas 34 unidades habitacionais foram concluídas. O Governo do Estado possui tratativas avançadas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) visando a obtenção de novas fontes de recursos para o programa, com perspectiva de expansão nos próximos anos.

18.3.1.5 Parcerias

O Governo do Estado também atua como fomentador de investimentos da União e da iniciativa privada em habitação. São projetos financiados com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e outras fontes, como a Itaipu Binacional.

A participação nos programas pode envolver o assessoramento técnico da COHAPAR, com elaboração de projetos, análises de viabilidade, cadastramento, seleção e comercialização das unidades. Os imóveis entregues nestas parcerias somam 1.190 e outros 1.087 estão em construção.

18.3.2 Regularização Fundiária

Além da construção de novas moradias, o Governo do Estado tem concentrado esforços na regularização de propriedade a famílias que residem em imóveis sem documentação. A medida gera segurança jurídica aos moradores, que também têm uma valorização do seu patrimônio, e é um ponto de partida para que as prefeituras executem obras e levem mais serviços públicos às regiões

regularizadas. Os projetos de Regularização Fundiária estão divididos nas seguintes modalidades: a) Morar Legal Paraná; b) Escritura na Mão; c) Escrituração Direta; e d) Regularização Fundiária Própria.

18.3.2.1 Escritura na Mão

O programa, anteriormente chamado de Morar Legal Paraná, envolve a regularização de 16 mil imóveis em 48 municípios. Em 2022, foram entregues 4.478 títulos de propriedade gratuitamente a famílias atendidas pela iniciativa, cujo público é composto majoritariamente por pessoas em situação de vulnerabilidade social. Outros 471 já foram registrados pelos cartórios e devem ser entregues às famílias ao longo dos próximos meses.

Nos últimos quatro anos, o projeto recebeu investimentos de R\$ 13,6 milhões do Fundo Estadual de Combate à Pobreza para legalização dos lotes e entrega das escrituras aos moradores sem qualquer tipo de cobrança. Com isso, famílias que não tinham condições financeiras puderam ter o direito à casa própria reconhecido pelo poder público, além de verem o patrimônio se valorizar e ter acesso a outros serviços públicos.

O objetivo agora é ampliar o programa, levando o benefício a outras comunidades formadas a partir de ocupações irregulares. Com a primeira etapa em fase final de execução, a COHAPAR enviou ofícios aos 399 municípios paranaenses oferecendo novas parcerias por meio do programa, sendo que 45 prefeituras manifestaram interesse em aderir. Neste novo desenho, as prefeituras serão responsáveis pelo mapeamento das áreas prioritárias e cadastramento das famílias que poderão passar pelo processo de regularização.

18.3.2.2 Escrituração Direta

Famílias que já quitaram o financiamento imobiliário com a COHAPAR podem emitir a escritura de suas casas com custos reduzidos e condições facilitadas de pagamento: a) o serviço custa até 75% a menos do que os praticados pelos cartórios; b) a emissão da escritura pode ser paga à vista com desconto ou em quatro ou seis parcelas; e c) emite-se o documento em até 15 dias úteis após pagamento e é utilizado para fazer a matrícula da casa no cartório de registro de imóveis.

Em 2022, foram entregues 1.795 escrituras e 942 estão em processo de emissão. Desde 2019, foram emitidas 6.043 escrituras através desse programa.

18.3.2.3 Regularização Fundiária Própria

Essa modalidade envolve a regularização fundiária de ocupações consolidadas localizadas em áreas da COHAPAR e de outros órgãos estaduais. São processos executados pela companhia, especialmente em casos em que a reintegração de posse se tornou inviável. Cerca de 600 famílias estão sendo beneficiadas nas ocupações do Rincão e Liberdade, em Colombo, e Trevisan, em Pinhais.

Com a regularização das áreas públicas, a COHAPAR também realizou a cessão de lotes para intervenções que contribuem com o bem-estar da população, como o terreno cedido no bairro do Jerivá, em Pinhais, onde será instalada uma escola municipal, e uma área cedida para a construção de uma praça de 15.000 m² em Campo Magro.

18.3.3 Obras de Infraestrutura

A COHAPAR é responsável pela execução de obras de infraestrutura urbana no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo Federal, na Região Metropolitana de Curitiba. Nesse ano, dois projetos estão em execução em Piraquara, somando R\$ 44,4 milhões de investimento em obras de pavimentação, calçamento, galerias de águas pluviais, sinalização, recuperação ambiental e construção de equipamentos comunitários na cidade.

18.3.4 Concessão de subsídios

Em 2021, o Governo do Paraná firmou a maior parceria vigente com a União no setor de habitação. A modalidade Valor de Entrada consiste na concessão de subsídios de R\$ 15 mil por imóvel, em unidades financiadas pela Caixa Econômica Federal com recursos do FGTS. Os empreendimentos habilitados pelas construtoras via Chamamento Público da COHAPAR e aprovados, em 2022, totalizam 18.223 imóveis subsidiados em áreas das próprias construtoras.

18.4 PARANÁ EDIFICAÇÕES (PRED)

A Paraná Edificações (PRED) é uma autarquia criada em 2012, Lei Estadual n.o 17.431, de 20 de dezembro de 2012, e vinculada à SEDU desde 2019, Lei Estadual n.o 19.848, de 03 de maio de 2019. Tem como atribuição planejar, coordenar e executar projetos, obras e serviços de engenharia de edificações. A PRED atende órgãos da administração pública estadual, preza pela eficiência do gasto público e pela promoção do desenvolvimento sustentável.

18.4.1 Projetos e Afins

Ao se tratar de projetos de engenharia, no ano de 2022, foram realizados 33 contratos: projetos, laudos, sondagens geológicas, levantamentos planialtimétrico (em andamento, ou concluídos parcialmente). A PRED prestou apoio técnico, para a elaboração de 126 Estudos de Viabilidade e Termos de Referência para Contratação de Projetos. Encontram-se em análise 12 projetos de Secretarias ou Prefeituras e 11 Termos de Referência para Regime Diferenciado de Contratação Integrada e Contratações Projeto (RDI), mais Obras BID. Foram realizadas também análises de aditivos, de elementos técnicos de levantamentos elaborados pelos Escritórios Regionais, Elaboração de Instruções Processuais e Pareceres Técnicos.

Os projetos são realizados para diferentes municípios do Paraná, contemplando Conselhos Tutelares; espaços da Polícia Militar; CRAS; Delegacias Padrão I, II e III; Ambulatórios Médicos Especialidades (AME); Maternidade; Penitenciárias; entre outros espaços importantes para a população.

18.4.2 Obras

A Paraná Edificações atuou em 490 contratos de obras, considerando as em andamento, concluída e outras, totalizam o montante aproximado de R\$ 755,7milhões. São 331 contratos em execução e 159 concluídos. Das 399 cidades paranaenses, 192 receberam construções, reformas e/ou ampliações de equipamentos públicos.

Quanto às obras que não são realizadas mediante convênios, categorizadas PRED-Próprias ou PRED-FUNDEPAR, tem-se:

TIPO	STATUS	OBRAS 2022	
		Quantidade	Valor (R\$)
PRÓPRIA	Em andamento	84	332.426.100,10
	Concluída	58	126.069.208,82
FUNDEPAR	Em andamento	94	56.999.320,70
	Concluída	22	31.970.122,96
TODOS	Em andamento	178	389.425.420,80
	Concluída	80	158.039.331,78
TOTAL		258	547.464.752,58

Além disso, foram realizados 147 levantamentos de reparos, 67 avaliações para locações de imóvel e 42 vistorias e *checklist* de terreno.

18.4.2.1 Convênios

Ao se tratar de obras realizadas mediante convênio, ao longo de 2022, tem-se 232 contratos, destes 153 estão em andamento e 79 foram concluídos, correspondendo a um investimento de R\$ 208,3 milhões.

STATUS	CONVÊNIOS 2022	
	Quantidade	Valor (R\$)
Em andamento	153	192.734.278,28
Concluídas	79	15.567.390,85
TOTAL	232	208.301.669,13

A PRED atende a todas as Secretarias de Estado, autarquias vinculadas e órgãos estatais de administração direta. Em 2022, considerando as obras próprias concluídas, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (SESP), foi a mais atendida com 23 obras. Em seguida a Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), com seis obras e em terceiro lugar a Secretaria de Estado da Saúde (SESA), com cinco obras concluídas. Referente as obras de Convênio, a SESA foi a maior demandante, com 75 obras concluídas. Este trabalho fortalece as políticas públicas e aproxima o Governo do Estado da população paranaense.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO

19 SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DO TURISMO (SEDEST)

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo (SEDEST), criada nos termos da Lei Estadual n.º 19.848/2019, constitui órgão de primeiro nível hierárquico do Poder Executivo Estadual, e tem por finalidade: a) a formulação, coordenação, execução e desenvolvimento de políticas públicas de proteção, conservação e restauração do patrimônio natural; de gerenciamento dos recursos hídricos; de saneamento ambiental; de gestão territorial, agrária e fundiária; mineral e geológica; cartográfica e de geoprocessamento; b) a implantação da política de turismo, visando ao desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná em sua esfera de competência; c) a implementação e execução das políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável, formuladas pela área competente; d) a coordenação de atividades relacionadas à identificação, estruturação e análise de estudos de viabilidade técnica, econômico-financeira e jurídica de projetos passíveis de desestatização para deliberação do Governador, a partir de diretrizes estratégicas de caráter estruturante formuladas pela área competente; e) o acompanhamento da execução de projetos e contratos de parcerias desenvolvidos no âmbito do Paraná.

Suas ações e de suas vinculadas, Instituto Água e Terra (IAT), Paraná Turismo, Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) e Invest Paraná, estão detalhadas a seguir. É utilizado o modelo de gestão espelho, sendo assim, toda a política parte da Secretaria e a operação é realizada nas vinculadas.

19.1 PRINCIPAIS REALIZAÇÕES

Primeiramente, é importante pontuar que, em 2022, as ações promovidas pela SEDEST e vinculadas foram reconhecidas por diferentes instituições. O Paraná ocupa a 3ª colocação no Ranking de Competitividade dos Estados e, pelo segundo ano consecutivo, é o 1º colocado no quesito Sustentabilidade Ambiental, que monitora a gestão dos resíduos sólidos e a preservação da vegetação nativa.

Além disso, o Estado possui 122 municípios signatários do Programa Cidades Sustentáveis, sendo o Estado com o maior número de municípios. Esse programa trata de uma agenda de sustentabilidade urbana que incorpora as dimensões social, ambiental, econômica, política e cultural no planejamento municipal.

Esse reconhecimento deve-se à realização de um conjunto de ações e à atuação estratégica da SEDEST na realização de grandes obras. Nesse sentido, destacaram-se: o processo de licenciamento e a licitação da obra da Ponte de Guaratuba e a execução da Recuperação da Orla de Matinhos - obras de suma importância para o desenvolvimento sustentável do Paraná.

Por fim, destaca-se que no período entre 2019 e 2022 foram entregues 566 equipamentos para Gestão de Resíduos Sólidos (caminhões) para 327 municípios e Defesa Civil, por meio da iniciativa Patrulha Ambiental e do Programa Reciclo, totalizando mais de R\$ 155 milhões. Em 2022, foram entregues 322 caminhões de cinco tipos (combate a incêndios florestais - caminhão pipa; resíduos não recicláveis - caminhão compactador; esgotamento sanitário - caminhão limpa fossa; resíduos da construção civil - caminhão poliguindaste com caçambas; e resíduos recicláveis - caminhão baú), com investimento superior a R\$ 97 milhões.

19.2 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DE PARCERIAS (SGPAR)

A Superintendência Geral de Parcerias (SGPAR) foi criada por meio do Decreto Estadual n.º 4.290, de 18 de março de 2020, para a coordenação, monitoramento, avaliação e supervisão das ações do Programa de Parcerias do Paraná que visa a implementação de medidas de desestatização, desoneração e a instituição de parcerias com a iniciativa privada.

Com este programa, a iniciativa privada auxilia na manutenção e no provimento de melhorias respeitando o período de outorga de uso. Ao longo de 2022, deu-se continuidade ao processo de concessão dos pátios veiculares do Departamento de Trânsito do Paraná (DETRAN/PR), com o recebimento das propostas do processo de concessão em uma sessão pública realizada na Bolsa de Valores de São Paulo, em agosto. O presente processo de concessão busca a desestatização de 44 pátios, com isso espera-se que o Estado economize R\$ 7 milhões ao longo de 20 anos de contrato.

A SGPAR atua na iniciativa Parques Paraná, que possui uma linha de ação direcionada ao Uso Público e Turismo, e que dentre outras coisas, busca a concessão das unidades de conservação geridas pelo Estado. Assim, destaca-se o processo de concessão do Parque Estadual do Guartelá, iniciado em 2021, que passou por algumas alterações necessárias para garantir o sucesso do contrato de concessão por meio da flexibilização dos investimentos obrigatórios no período inicial.

A concessão do Parque Estadual do Guartelá segue o processo de desestatização de outras unidades de conservação com potencial turístico, como o processo realizado em 2020 com o Parque Estadual de Vila Velha, que tem apresentado impactos positivos na economia local, principalmente às comunidades que vivem no entorno, além de melhorias nos receptivos e atrativos turísticos.

19.3 SUPERINTENDÊNCIA GERAL DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS E PESCA (SDBHP)

Criada pelo Decreto n.º 1.413 de maio de 2019, a Superintendência Geral das Bacias Hidrográficas e Pesca (SDBHP) tem entre suas atribuições o incentivo ao turismo de pesca como fator de desenvolvimento ambiental, econômico e social, como também a participação em ações, estudos e pesquisas no repovoamento de fauna e flora, educação e conservação ambiental.

Dentre as iniciativas realizadas pela SDBHP destacou-se o Programa Rio Vivo, que visa a preservação da vida aquática nas bacias hidrográficas paranaenses, criação de reservas para a exploração do turismo sustentável e incentivo aos eventos ligados ao setor, proporcionando melhores condições socioambientais para o desenvolvimento das regiões lindeiras dos rios, represas e baías.

Até novembro, foram soltos 2,6 milhões de peixes nativos em 20 Municípios. As solturas obedeceram a Resolução Conjunta SEDEST/IAT n.o 10, de 07 de abril de 2021, que definiu as normas para estocagem e repovoamento de peixes no Estado do Paraná, com os necessários cuidados com genética, contaminações, definições de espécies e quantidades ideais, objetivando proteger a fauna silvestre e o ambiente natural contra espécies invasoras.

No âmbito do turismo náutico, a SDBHP atuou como parceira em 31 eventos de pesca esportiva. Levantamentos estatísticos demonstraram uma movimentação financeira superior a R\$ 8,9 milhões nos municípios que receberam os referidos eventos. Para além da pesca esportiva, foram realizadas ações de educação ambiental direcionadas ao público infantil, com ações de coleta de resíduos sólidos e plantio de mudas de árvores nativas.

Por fim, houve a criação das Reservas de Pesca Esportiva do Rio Ivaí (Resolução SEDEST n.o 12/2022) e do Baixo Iguaçu (Resolução SEDEST n.o 40/2021). O objetivo das unidades é regulamentar a pesca amadora, conservando seu potencial para a prática do ecoturismo e, conseqüentemente, melhorar a renda e a qualidade de vida das populações lindeiras, atendendo às demandas locais e prezando pela conservação do ambiente.

19.4 INSTITUTO ÁGUA E TERRA (IAT)

19.4.1 Transformação Digital

Alinhado ao Plano de Governo, o Instituto Água e Terra (IAT) está implementando mecanismos para a transformação digital. Em 2019, foi criado o programa i9 Ambiental, que tem como objetivo geral inovar, qualificar e agilizar os processos ambientais e a tomada de decisão, com segurança técnica e jurídica, contribuindo para a transformação digital da gestão pública.

Ao longo de 2022, destacaram-se as seguintes ações:

- ▶ Disponibilização da GeoPR - infraestrutura de Dados Espaciais que permite a qualquer cidadão consultar e acessar as bases de dados cartográficos oficiais de forma *online*.
- ▶ Disponibilização do *Dashboard* - Sistema de Informação para Monitoramento de Fauna Silvestre (SIMFAUNA) - permite à população realizar pesquisas na base de dados que integra e consolida informações de registros de espécies da fauna silvestre em território paranaense.
- ▶ *Dashboard* Fauna Vitimada em Números - permite à população realizar pesquisas na base de dados que integra e consolida informações de registros de espécies da fauna silvestre acometidas com práticas ilícitas.

- ▶ APP AIA-e - permite aos fiscais do IAT lavrar o Auto de Infração Ambiental (AIA) em campo, com dados georreferenciados
- ▶ Sistema de Fiscalização e Controle Ambiental (FICA) - entrega do primeiro módulo do sistema.

Além desses estão sendo evoluídos os sistemas de licenciamento ambiental - SGA e de outorga do uso da água - SCRH/SIGARH para incorporar novas funcionalidades e melhorias.

19.4.2 Licenciamento Ambiental

Após revisão e implementação, foi publicada a resolução n.o 107/2020 do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA), que atua como linha mestra do licenciamento ambiental no Estado, e trouxe consigo inovações, principalmente com a implementação da Licença Ambiental por Adesão e Compromisso (LAC) automática e da Declaração de Inexigibilidade de Licença Ambiental (DILA).

Após essa publicação, foi lançado o Programa Descomplica Rural (2020), que trata do conjunto de ações adotadas pelo poder público para aprimorar e facilitar os mecanismos ao licenciamento ambiental de atividades de Avicultura, Bovinocultura, Suinocultura e Aquicultura, algo que era requerido pelos produtores paranaenses. Até 2019, o tempo médio para emissão desse grupo de licenças era de 105 dias, com a implementação do Descomplica Rural o tempo médio passou para 44 dias, o que possibilitou a emissão de 5.442 licenças até outubro de 2022.

Nesse mesmo sentido, foi lançado em junho de 2021 o Programa Paraná Energia Sustentável que tem como objetivo a criação de mecanismos de celeridade no processo de licenciamento ambiental de empreendimentos de geração de energia a partir de fontes renováveis que emitem menor quantidade de Gases do Efeito Estufa. Em 2020, demorava-se 186 dias para obtenção desse tipo de licença; em 2022, o tempo médio para emissão da licença foi de 26 dias, o que representou uma diminuição de 86%.

Até outubro de 2022, foram analisadas 19.581 solicitações de licenças e 10.758 outorgas de uso da água. É importante sinalizar que o licenciamento ambiental é de suma importância para regulamentação das atividades desenvolvidas no Estado para promoção do desenvolvimento sustentável.

19.4.3 Fiscalização

Trata-se da realização de atividades de controle, monitoramento, educação ambiental e de vigilância destinadas a impedir o estabelecimento ou a continuidade de ações consideradas lesivas ao meio ambiente, ou ainda, daquelas realizadas em desconformidade com o que foi autorizado no Licenciamento.

Até outubro de 2022, foram lavrados 5.350 autos de infração ambiental, por ações como: predatória, desmatamento ilegal, ação lesiva contra a fauna, poluição, danos em unidade de conservação, parcelamento irregular de imóveis, uso de fogo, além do embargo das áreas desmatadas ilegalmente e a apreensão de equipamentos e produtos das atividades ilegais.

Os escritórios do IAT (sede e regionais), realizam o combate às ações lesivas além de firmar parcerias com Batalhões de Polícia, como o Batalhão de Polícia Ambiental-Força Verde (BPAmb-FV) e o Batalhão de Polícia Militar de Operações Aéreas (BPMOA), e com informações sobre áreas desmatadas provenientes da identificação remota realizada pela plataforma MapBiomas Alerta.

Como exemplo, destaca-se a 6ª Operação Mata Atlântica em Pé, ação promovida em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) e o Ministério Público do Paraná, na qual se objetivou localizar áreas degradadas e responsabilizar os infratores, com apoio dos agentes do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), dos fiscais do IAT e de policiais militares ambientais. Destacando que somente os agentes fiscais do IAT participantes da operação identificaram um total de 988,57 hectares de desmatamento ilegal com danos em 207 diferentes polígonos, totalizando a aplicação de mais de R\$ 10 milhões em multas.

19.4.4 Proteção à Fauna

Como visto anteriormente, para proteção da fauna foram realizadas ações de combate à pesca e caça ilegal, e a ainda a apreensão de animais mantidos em cativeiro sem autorização ou em condições de maus tratos ou em situação de risco. De janeiro a outubro de 2022, por exemplo, foram apreendidos 1.652 animais silvestres pela Polícia Militar Ambiental e 563 animais silvestres pelo IAT, totalizando 2.215 animais silvestres vitimados.

Para possibilitar esse tipo de ação foram estruturados espaços para atendimento da fauna silvestre vitimizada, os Centros de Apoio de Fauna Silvestre (CAFS), existindo atualmente 05 destes centros no Estado (Curitiba, Londrina, Maringá, Guarapuava e Cascavel) e mais 01 Centro de Triagem de Animais (CETAS) em Ponta Grossa, com repasse de mais de R\$ 1,1 milhão às instituições. Estes Centros atenderam de janeiro a outubro de 2022, 1.655 animais silvestres vitimados, que foram reabilitados e destinados à soltura, quando aptos ao retorno à natureza, ou ao cativeiro legal, quando não aptos ao retorno à natureza.

Além disso, foi mantido o sistema de denúncias de maus-tratos a animais domésticos e foi criada a Delegacia Virtual de Proteção Animal, iniciativas promovidas em conjunto com a SESP, visando o cumprimento das propostas constantes no Plano de Governo. O bom desempenho desta parceria propiciou a manutenção do Comitê Gestor da Fauna Silvestre Vitimada, que busca estabelecer estratégias e políticas de gestão a fim de ampliar a fiscalização contra o tráfico e comércio ilegal e implantar os referidos mecanismos de proteção aos animais silvestres.

19.4.1.1 CastraPet Paraná

O Programa Permanente de Esterilização de Cães e Gatos (CastraPet Paraná) é uma iniciativa promovida em parceria com as prefeituras no contexto da Saúde Única, que relaciona a saúde ambiental, animal e humana, para sensibilização sobre a importância da esterilização na saúde dos animais, na

prevenção de abandono, e para a saúde das pessoas com informações referentes à importância da vacinação, vermifugação e visitas periódicas ao veterinário, bem como dicas de guarda responsável.

O primeiro ciclo, encerrado em julho de 2021, atendeu 15 mil animais em 45 municípios com o investimento de R\$ 2,4 milhões, com destaque para São Miguel do Iguçu onde foram esterilizados 719 animais. O segundo ciclo (2021/2022) atendeu 80 municípios, com investimento superior a R\$ 2,5 milhões. Para o terceiro ciclo (2022/2023), estão previstos atendimentos em 219 municípios.

19.4.2 Conservação Ambiental

No que tange à conservação ambiental, destaca-se o Programa Paraná mais Verde, que busca o plantio de mudas de árvores nativas em todo o Estado, com foco na arborização urbana e rural, além da implantação de viveiros municipais e de hortas comunitárias. Entre setembro de 2019 e de 2022, foram distribuídas mais de 6,9 milhões de mudas nativas por meio do programa.

Como parte do programa Paraná mais Verde, foi lançado o Projeto Poliniza Paraná. O objetivo é instalar colmeias de abelhas nativas sem ferrão em diversas cidades do Estado para reintroduzir polinizadores nativos em seus locais de origem. Por vezes, o projeto será implementado em conjunto com os Parques Urbanos, com isso, sete municípios já tiveram as colmeias instaladas e outros 54 estão previstos para instalações futuras.

Por fim, destaca-se o repasse feito por meio do ICMS ecológico, trata-se de um instrumento de política pública que realiza o repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. Em 2022, o valor repassado aos municípios foi de aproximadamente R\$ 521 milhões.

19.4.2.1 Parques Urbanos

Os Parques Urbanos, do Programa Paraná Mais Verde, têm como objetivo a recuperação e conservação ambiental no meio urbanizado, por meio da criação de espaços livres, integrados ao planejamento da paisagem, sobretudo, em regiões de fundo de vale sujeitas à inundação e/ou com ações erosivas. É um instrumento capaz de ampliar a qualidade do ambiente urbano dos municípios do Estado do Paraná, levando em consideração o atual uso do solo, os níveis de poluição, a disponibilidade de espaços livres, a verticalidade das edificações, a ocorrência de enchentes, a densidade populacional e a cobertura vegetal existente.

Desde 2019, foram formalizados 99 convênios para construção, sendo que, em 2022, foram formalizados 36 novos convênios. Do total: 19 foram concluídos, 39 encontram-se em execução e 41 aguardam a liberação de recursos ou o início das obras. Estima-se que serão investidos R\$ 137 milhões para a construção de todos os parques.

19.4.3 Recursos Hídricos

A gestão dos Recursos Hídricos é fundamental para garantir a qualidade de vida dos paranaenses, sendo essa uma das atribuições do IAT, que tem a competência de órgão executivo gestor do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRH/PR) e também de Agência de Água, que é uma unidade executiva descentralizada de apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) paranaenses, com atribuições de suporte administrativo, técnico e financeiro.

Os CBHs têm fundamental importância na gestão compartilhada, na conservação e na disponibilidade dos recursos hídricos em uma bacia hidrográfica; constituem o Parlamento das Águas, espaço em que membros do setor público, usuários de água e sociedade civil organizada, se reúnem para discutir sobre um interesse comum - o uso da água na bacia. Atualmente, das 12 bacias hidrográficas de gerenciamento de recursos hídricos previstas na Resolução CERH/PR n.o 49/2006, 11 possuem Comitê de Bacia Hidrográfica instituídos formalmente por meio de decretos e estão em funcionamento, sendo que 2 tiveram suas atividades retomadas no corrente ano.

Em 2022, após o expressivo sucesso dos eventos em 2019 e 2021, o Paraná sediou o XXIV Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB), considerado o maior evento de águas do Brasil, cujo tema central foi Gestão da água: Responsabilidade de Todos. Na programação, foram abordados os temas: Mudanças Climáticas, Eventos Críticos e Resiliência, Uso Racional, Reuso e Inovação, Planejamento, Regulação e Financiamento, Boas Práticas, Gestão Participativa e Engajamento, enfatizando que a gestão das águas é responsabilidade de todos e apontando para a sociedade a efetiva sustentabilidade dos recursos hídricos.

Buscando a disponibilidade hídrica para combater a escassez, a fim de garantir água de boa qualidade em quantidade suficiente para atendimento aos usos múltiplos dos recursos hídricos, foram mantidos incentivos econômicos, como o ICMS Ecológico para proteção de mananciais e Pagamento por Serviços Ambientais (PSA-Hídrico). Essas ferramentas executadas pelo IAT visam estimular a conservação de áreas naturais e sua biodiversidade, para melhorar a qualidade e quantidade de água em mananciais de abastecimento, incrementar a renda dos municípios e de proprietários ou possuidores de direito de uso de terra e para a conservação dos recursos hídricos.

Os recursos utilizados pelo PSA-Hídricos provêm da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), em 2022, foram repassados R\$ 250 mil ao município de Piraquara e R\$ 500 mil à São José dos Pinhais pelas existências das represas de captação de água em seus territórios.

O Projeto de Ressocialização e Combate à Erosão Urbana (PROCEU) é um dos meios para promoção de melhores condições de vida por meio de parcerias com os municípios paranaenses. Por meio dessa iniciativa, desde 2019, foram entregues 49 mil tubos de concreto, utilizados para construção de galerias pluviais, que realizam a captação e escoamento da água de chuva para combater a erosão e enchentes, além de obras para melhoria na drenagem urbana.

Além desse projeto, o programa Água no Campo também visa promover melhores condições de vida aos paranaenses, por meio da perfuração de poços artesianos para abastecer áreas rurais e regiões mais isoladas, garantindo acesso à água de qualidade para essas comunidades. Em 2022, até outubro, foram perfurados 115 poços tubulares.

Como apresentado no item 19.1 Principais Realizações (SEDEST), em 2022 foram entregues 322 caminhões por meio de duas iniciativas. Parte desses, foram disponibilizados por meio do projeto Patrulha Ambiental, que também é uma parte das ações promovidas pelo IAT que visam a promoção da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável dos municípios. Pois, promove a dessedentação, reduz o risco de contaminação de corpos hídricos e coopera com o atendimento de incidentes (como o combate aos incêndios florestais), para isso foram entregues 53 caminhões para esgotamento sanitário (caminhão limpa fossa) e 88 caminhões para promoção de saneamento ambiental e combate a incêndios (caminhão pipa).

Por fim, ressalta-se a concepção e implementação do Projeto Reserva Hídrica do Futuro, que prevê a recuperação de 150 quilômetros de rios, a formação de parques e a preservação de águas de cavas, entre a região da Serra do Mar e Porto Amazonas. O IAT tem atuado em conjunto com a SANEPAR, a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC) e os municípios da Região Metropolitana de Curitiba para o planejamento, elaboração do projeto e execução das obras.

19.4.4 Resíduos Sólidos

As iniciativas para melhoria da gestão dos resíduos sólidos no Estado do Paraná possuem diferentes escalas. Houveram mutirões para coleta de resíduos no litoral e em conjunto com outras ações da SEDEST, a promoção de encontros com municípios e outras entidades para tratar da implementação da Lei do Plano Estadual de Resíduos Sólidos (PERS) e a implementação de melhorias. Assim, houve a possibilidade de novos investimentos coordenados com os interesses da sociedade possibilitando a inserção de novas tecnologias no setor.

Parte disso ocorreu por meio do Projeto Lixo 5.0, que tem por objetivo incentivar estudos e a adoção de novas tecnologias e/ou processos de tratamento de resíduos sólidos urbanos em municípios paranaenses, possibilitando, dessa forma, o seu reconhecimento e certificação. O primeiro projeto foi implantado no município de Roncador, utiliza uma tecnologia de termomagnetização, e recebeu autorização ambiental para testes.

Além disso, como apresentado no item 19.1 Principais Realizações (SEDEST), em 2022 foram entregues 322 caminhões e parte desses estão englobados no Programa Reciclo poderão ser utilizados na gestão de resíduos sólidos, pois foram adquiridos e repassados: 40 caminhões para resíduos recicláveis (caminhão baú), 62 caminhões coletores de resíduos da construção civil (caminhão poliguindaste com caçambas) e 79 caminhões compactadores de resíduos não recicláveis.

Em complemento, destaca-se o início da sistematização da logística reversa no Estado, por meio da parceria firmada entre o IAT, Ministério Público e SEDEST para criação de Termos de Compromisso para cada setor empresarial. Em complemento foi lançada a plataforma Contabilizando Resíduos, como uma ferramenta de gestão e planejamento da destinação final, ambientalmente adequada, dos resíduos sólidos do Estado, bem como a vinculação da Logística Reversa na emissão e renovação de Licenças Ambientais. A plataforma contém dois módulos (Logística Reversa e Resíduos Sólidos Urbanos). No módulo de Logística Reversa, foram submetidos 53 planos de logística reversa pelos setores que são obrigados a prestarem informações sobre o gerenciamento de seus resíduos sólidos. Quanto ao módulo de Resíduos Sólidos Urbanos, 247 municípios apresentam as informações referentes à disposição final de seus resíduos urbanos.

19.4.5 Gestão Territorial e Regularização Fundiária

O Programa de Regularização Fundiária, realizou ações em 17 municípios, totalizando 156 títulos de propriedade rural entregues às famílias. Além desses, foram realizadas 1.218 ações de Regularização Fundiária e Ajuizamento de Ações de Usucapião Realizados em Terras Particulares e houve a atualização documental de 314 famílias de pequenos agricultores, para ajuizamento de ações de Usucapião em parceria com o Tribunal de Justiça e Defensoria Pública.

Ainda em 2022, foram realizadas 1.218 buscas e informações no cadastro gráfico para instruir pareceres da Procuradoria Geral do Estado em ações de usucapião que tramitam em diversas comarcas. Foi realizado: georreferenciamento de 14 imóveis para fins de regularização fundiária em terras devolutas, a 26 revisões de limites municipais com prefeituras e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a 12 propostas técnicas de ajuste de limites. Por fim, destaca-se que foram concluídos os cadastros e georreferenciamento de 773 imóveis na Ilha do Mel, para emissão de Títulos de Concessão de Uso.

19.5 PARANÁ TURISMO

A Paraná Turismo realizou ações para fomentar as atividades turísticas no Paraná, como a campanha Paraná Seu Próximo Destino, que buscou promover o turismo nacional e internacional, com a participação em feiras nacionais, como o FESTURIS em Gramado, na Serra Gaúcha, realizado em novembro.

Nesse sentido, a instituição adotou um conjunto de novas estratégias para promoção dos atrativos paranaenses a nível internacional, com enfoque em países vizinhos. Esse processo foi realizado por meio de reuniões com o embaixador do Brasil no Paraguai, com operadoras de turismo e com jornalistas e influenciadores digitais da América Latina, visando a aproximação dos mercados, a identificação do perfil dos turistas e a promoção dos atrativos.

A promoção dos atrativos faz parte de um conjunto de ações que visam a retomada econômica do setor após a pandemia da COVID-19. Como resultado, o setor do turismo cresceu 37,9% no primeiro

semestre de 2022, quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Destacou-se o município de Foz do Iguaçu, que recebeu 550 mil visitantes no Parque Nacional do Iguaçu no referido período.

A instituição entende que a regionalização do turismo é um resultado do processo de capacitação e sensibilização dos agentes locais e algo de suma importância para o fortalecimento dos municípios e do turismo regional. Com isso, foram criadas novas Regiões Turísticas a partir do desmembramento da Região Corredores das Águas (Noroeste do Estado), sendo elas: Encanto dos Ipês, Cinturão Verde, Águas do Arenito Caiuá, Encontro das Águas e Biomas, e Caminho das Águas.

Como destacado anteriormente, a capacitação é um fator de suma importância para a gestão do setor turístico, assim, foi realizada a iniciativa Turismo em Foco, que busca a promoção de cursos de qualificação em todo o Paraná, por meio de parcerias formalizadas entre a Paraná Turismo e outras instituições, como FECOMÉRCIO, SENAC e Instâncias de Governança Regional.

Além dessas, destacam-se as seguintes ações:

- ▶ Paraná Aventura - iniciativa que visa tornar o Paraná um estado de referência no Brasil no que se refere à prática de atividades de ecoturismo e aventura de forma legal e segura.
- ▶ Caminhos de Peabiru - trata-se de uma trilha de longo curso que atravessa o Estado e visa valorizar o turismo e preservar o patrimônio Natural e Cultural.
- ▶ Convênios de sinalização turística - parceria da instituição com a SEDEST e o IAT para implementação de infraestrutura de sinalização turística (placas e portais turísticos).
- ▶ Operação Verão 2021/2022 e a Operação Verão Maior Paraná 2022/2023 - ações que visam atender os mais de 2,5 milhões de visitantes do Litoral do Estado e os demais que visitam a região Noroeste.

Além disso, a Paraná Turismo atua como corresponsável pela Gestão do Plano Estadual de Turismo, o Paraná Turístico 2026, por meio da coordenação de um grupo gestor vinculado ao Conselho Paranaense de Turismo (CEPATUR). No âmbito do plano citado anteriormente, em 2022, destacaram-se: o Fórum Paraná Turístico 2026, com a entrega dos planos operacionais das 15 regiões; apoio na implementação da Escola Mar, na Ilha das Cobras, com investimento total de R\$ 2,6 milhões.

Por fim, destaca-se o Ecossistema Destino Turístico Inteligente Curitiba, que é um movimento que une atores das esferas públicas, privadas, acadêmica e comunidade na realização de um trabalho colaborativo para o fortalecimento do destino turístico inteligente, com foco no turista e na comunidade local. A colaboração da Paraná Turismo se dá por meio do apoio nas ações de sustentabilidade, mobilidade e acessibilidade. Como reconhecimento desse processo, Curitiba passou a integrar a Rede Ibero-americana de Destinos Turísticos Inteligentes (DTI), que possibilita a ampliação da troca de conhecimentos e permite a construção de alianças para divulgação em conjunto dos destinos, o acesso a subsídios e financiamento, a capacitação e o treinamento em conjunto.

19.6 SISTEMA DE TECNOLOGIA E MONITORAMENTO AMBIENTAL DO PARANÁ (SIMEPAR)

A missão do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) é prover à sociedade dados, previsões, produtos e serviços de natureza meteorológica, hidrológica e ambiental, além de promover pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico nas áreas das ciências atmosféricas e ambientais.

Entre os projetos ambientais em desenvolvimento, estão: a) o Sistema de Apoio ao Cadastro Ambiental Rural (SICAR 2 Paraná) do Estado do Paraná; b) os Serviços Tecnológicos de Apoio a Gestão de Segurança de Barragens do Paraná; c) o Programa Paranaense de Mudanças Climáticas, Paraná Clima; d) o projeto SIGA-Bio; e e) a prospecção tecnológica para o desenvolvimento de projetos no contexto da Gestão Ambiental Paranaense.

Além desses, destaca-se o Programa Monitor de Secas do Brasil, a Pesquisa e Desenvolvimento de modelos para previsão de desligamentos, o Sistema de Suporte à Decisão do Sistema Cantareira/Bacias PCJ (rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) e a Modelagem Hidrometeorológica dos Mananciais Paranaenses.

Referente ao Programa Paranaense de Mudanças Climáticas, Paraná Clima, trata-se de um contrato de gestão formalizado entre a SEDEST e o SIMEPAR para execução de projetos e ações que visam a prevenção e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. São 18 subprogramas divididos em cinco grupos. Por meio desses subprogramas destacaram-se as seguintes entregas:

- ▶ A ampliação do Selo Clima Paraná e a realização da 8ª Edição da certificação.
- ▶ A cooperação no desenvolvimento de ações para melhorias da gestão dos resíduos sólidos no Estado, por meio da formalização de consórcios regionais e a implementação de novas tecnologias.
- ▶ A criação de iniciativas de educação ambiental voltada à redução da emissão de Gases de Efeito Estufa, possibilitadas pela publicação do Decreto Estadual n.o 11.300, de 3 de junho de 2022, que instituiu o Programa Estadual de Educação Ambiental do Paraná.

19.7 INVEST PARANÁ

Ao longo dos últimos anos o Paraná tem se demonstrado como um ambiente seguro aos investidores de todo o mundo, em 2022 foram atendidas mais de 130 empresas de diferentes localidades. A atração de novos investidores deve-se, em parte, a promoção da imagem do Estado, que foi realizada por meio de missões internacionais, com ações em quatro países (Estados Unidos, Israel, Polônia e Itália). Além disso, destaca-se o acordo de cooperação com a Dinamarca voltado à troca de experiências nas áreas de governo digital e soluções sustentáveis aplicadas à gestão de resíduos sólidos.

Além das missões, a Invest Paraná tem buscado a qualificação e a organização dos agentes internos, que atuam no governo e diretamente com os municípios, e a regionalização da instituição como uma estratégia para atração de novos empreendimentos, processo já realizado nos municípios de Foz do Iguaçu e Cascavel.

Deu-se continuidade ao Programa Invest Cidades, que oferece um roteiro para estruturação de um plano de atração de investimentos focados nas oportunidades locais, onde os municípios mostram suas qualidades e vantagens priorizando vocações regionais ou setores que desejam desenvolver. Por meio dessa iniciativa, foram realizadas ações de formação de servidores municipais de São José dos Pinhais, Ponta Grossa e Foz do Iguaçu, para orientá-los na implementação da metodologia de atração de investimentos.

As iniciativas da Invest Paraná não ficam restritas a instituições públicas, o programa *Invest Pass* se objetiva em impulsionar soluções que visam acelerar o desenvolvimento sustentável do Estado com base nos critérios de dispostos nos ODS, conforme a Agenda 2030 da ONU, a instituição realizou a avaliação de 10 propostas de soluções inovadoras, com auxílio do Núcleo de Planejamento Setorial da SEDEST, da Agência de Inovação do Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR) e da Superintendência Geral de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI).

O programa Vocações Regionais Sustentáveis (VRS) do Paraná visa a promoção do crescimento socioeconômico por meio da ampliação de acesso aos mercados de produtos do Estado em parceria de agentes locais e instituições públicas, como a Universidade Estadual do Centro-Oeste e a Universidade Estadual de Londrina. Em 2022, houveram trabalhos para o desenvolvimento do VRS Mata Atlântica, VRS Erva Mate e Pinhão (região centro-sul do Estado) e VRS Miringuava (uma parceria com a SANEPAR).

Destaca-se a implementação do Programa Paraná Energia Sustentável, que tem como objetivo promover a geração de energia no Estado por meio de fontes renováveis, como a biomassa e a solar. Além dos resultados obtidos por essa iniciativa e citados no item 19.4.2 Licenciamento Ambiental (IAT), até agosto de 2022, houve o atendimento de 27 cooperativas paranaenses que desejaram investir em fontes de energia limpa, o Programa permite utilizar créditos acumulados na Conta Investimento da Secretaria da Fazenda para projetos de instalação de unidades geradores de energia provenientes de fontes renováveis.

Ademais, foi criado o primeiro Comitê público-privado de ESG do Brasil, que reúne lideranças em prol de ações sobre questões ambientais, sociais e de governança. O comitê é liderado pelo Governo do Estado e pelo Grupo Boticário. A Invest Paraná, por sua vez, realiza a conexão com empresas para que essas venham a compor o comitê, que já conta com a adesão de grandes nomes como Klabin, JBS, SANEPAR, COPEL, Renault, Itaipu e Volkswagen.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

A Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná (SEIL) é o órgão de Estado com a missão de promover ações para a implantação e gestão da política de infraestrutura e logística, cujas finalidades e competências incluem:

- ▶ Possibilitar a circulação de pessoas e mercadorias com segurança e eficácia.
- ▶ Redução de custos operacionais.
- ▶ Oferta de infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroviária condizentes com a demanda da sociedade paranaense.
- ▶ Priorização de investimentos.
- ▶ Integração dos diversos modais no conceito de rede de mobilidade sustentável, voltada para o desenvolvimento socioeconômico ambiental.

De maneira descentralizada, a SEIL também atua por meio de suas unidades vinculadas: o Departamento de Estradas de Rodagem (DER); a Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A (FERROESTE); e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - Portos do Paraná (APPA).

20.1 INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

Os departamentos da SEIL correspondem às áreas de Gestão e Planejamento de Infraestrutura e Logística (DGPIIL), Fomento Municipal para Ações de Infraestrutura e Logística (DFIL) e a Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras (DGI).

20.1.1 Gestão e Planejamento

O DGPIIL, com atribuições de planejar, regulamentar, monitorar e implementar ações para a gestão de programas e projetos intermodais de infraestrutura e logística, forneceu apoio técnico para a coordenação do Programa de Infraestrutura e Logística, financiado pelo BID no valor de US\$ 435 milhões. Paralelamente, está em estruturação uma segunda rodada deste programa multimodal, estimado em US\$ 266 milhões, além da contratação do Plano Estadual de Logística e Transporte Sustentável do Paraná (PELTS).

As principais atividades desenvolvidas em 2022 serão descritas a seguir.

20.1.1.1 Modal Rodoviário

Regulamentação do Sistema Rodoviário Estadual (SER), coordenando ações de municipalização, estadualização e federalização de rodovias. Foram efetuadas 15 municipalizações e

30 encontram-se em andamento; efetuadas 4 estadualizações; e tramitação no Governo Federal da federalização das Rodovias PR-082 e PR-682, que coincidem com a BR-487 (Estrada da Boiadeira).

20.1.1.2 Modal Aeroviário

Apoio técnico e institucional aos administradores aeroportuários, com o objetivo de melhorar a gestão e operação; apoio logístico ao programa Voe Paraná. Está prevista para 2023 a contratação do Plano Diretor Aeroportuário de Guarapuava.

20.1.1.3 Modal Aquaviário

Coordenação do Grupo de Trabalho Interinstitucional de Estruturação do Transporte Aquaviário para exploração dos terminais de Pontal do Sul e Ilha do Mel. Em decorrência do Programa de Infraestrutura e Logística, foi contratado e entregue o Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) das linhas de transporte aquaviário de passageiros no litoral norte, documento essencial para a adoção de novas medidas nos anos subsequentes.

20.1.1.4 Modal Ferroviário

Acompanhamento da elaboração do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), contratado pelo PARANACIDADE, para instrução do processo de licenciamento ambiental prévio da Nova Ferroeste; este empreendimento prevê implantação e readequação dos trechos ferroviários compreendidos entre Maracaju, no Mato Grosso do Sul, e Paranaguá, passando pelas cidades de Guaíra, Cascavel e Guarapuava, além de um ramal adicional para Foz do Iguaçu. O Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica (EVTEA-J) do projeto já foi concluído.

20.1.2 Fomento Municipal

As ações desenvolvidas no DFIL envolvem a celebração, acompanhamento e gestão de convênios e parcerias firmadas pela SEIL.

Encontram-se em execução 117 convênios celebrados em anos anteriores, que totalizam outros R\$ 363 milhões de obras em andamento. Em 2022, foram celebrados 126 convênios, que correspondem a R\$ 270,3 milhões que serão aplicados nos diferentes modais.

20.1.2.1 Modal Rodoviário

Celebrados 116 convênios no valor de R\$ 224,1 milhões para execução de obras de infraestrutura em vias sob jurisdição municipal, envolvendo pavimentação e recape asfáltico. A SEIL também celebra termos de cooperação para fornecimento e transporte de vigas, lajotas e guarda-

rodas para aplicação em pontes. Em 2022, foram 7 municípios contemplados. Dentre os investimentos neste modal, destacam-se:

- ▶ Duplicação do acesso secundário de Ivaiporã: R\$ 15 milhões.
- ▶ Vias marginais da PR-281 e acesso ao Parque Industrial de Dois Vizinhos: R\$ 10,4 milhões.
- ▶ Pavimentação poliédrica da Estrada Municipal Arichernes Carlos Gobo em Ponta Grossa: R\$ 6,4 milhões.
- ▶ Implantação do Contorno Noroeste de Manguueirinha: R\$ 6,1 milhões.
- ▶ Pavimentação da Estrada MP-020 em Mariópolis: R\$ 6,1 milhões.
- ▶ Pavimentação da Estrada Municipal Verônica Teixeira de Cristo em Itaperuçu: R\$ 6 milhões.
- ▶ Recape da rodovia municipal João Durski Silva de Prudentópolis: R\$ 5,9 milhões.
- ▶ Recape de vias urbanas em Guaíra: R\$ 4,9 milhões.
- ▶ Readequação de trevo e pavimentação da Estrada Vila Nova em Ivaí: R\$ 4,3 milhões.
- ▶ Pavimentação da PR-082 em Rosário do Ivaí: R\$ 4 milhões.
- ▶ Trevo de acesso ao frigorífico Plusval em Iporã: R\$ 4 milhões.

20.1.2.2 Modal Aeroviário

Celebrados cinco convênios no valor de R\$ 42,5 milhões para investimentos na melhoria da infraestrutura de aeroportos e aeródromos, que incluíram:

- ▶ Novo terminal de passageiros do aeroporto regional de Pato Branco: R\$ 20 milhões.
- ▶ Ampliação da pista e construção de sala de espera no aeroporto de Loanda: R\$ 10 milhões.
- ▶ Pavimentação, extensão e alargamento da pista do aeroporto de Arapongas: R\$ 5,5 milhões.
- ▶ Recape da pista do aeroporto de Paranavaí: R\$ 5 milhões.
- ▶ Obras para balizamento noturno e construção de sala de espera no aeródromo de Siqueira Campos: R\$ 2 milhões.

20.1.2.3 Modal Aquaviário

Celebrados cinco convênios no valor de R\$ 3,6 milhões para investimentos na melhoria da infraestrutura de travessias. Dentre os investimentos neste modal, destacam-se:

- ▶ Construção de infraestrutura para travessias de balsa sobre o Rio Ivaí, entre Cândido de Abreu, Turvo e Boa Ventura de São Roque: R\$ 2,3 milhões.
- ▶ Construção de infraestrutura para travessia de balsa sobre o Rio Piquiri, entre Formosa d'Oeste e Alto Piquiri: R\$ 1 milhão.
- ▶ Reforma da balsa da travessia Mato Queimado sobre o Rio Iguaçu, entre a Lapa e São João do Triunfo: R\$ 297,3 mil.

20.1.2.4 Klabin

A Klabin S.A. é a maior produtora e exportadora de papel do Brasil, e está em processo de expansão no Paraná. Em protocolo de intenções firmado em 2019 com o Governo do Estado, acordou em realizar investimentos em infraestrutura para manter benefícios fiscais. A SEIL, como entidade interveniente no processo, formalizou termo de compromisso em 2022, que prevê um valor máximo de R\$ 450 milhões em obras e, entre outras obras, inclui:

- ▶ Terceiras faixas na PR-160 Telêmaco Borba - Imbaú: R\$ 28 milhões.
- ▶ Reforço e alargamento de ponte na PR-151 Jaguariaíva: R\$ 16,5 milhões.
- ▶ Restauração, terceiras faixas e 2 pontes na PR-340 Telêmaco Borba: Tibagi, R\$ 64 milhões.
- ▶ Adequação e aumento da capacidade urbana na PR-160 Imbaú: R\$ 21 milhões.
- ▶ Reforço de pavimento e terceiras faixas na PR-340 (Estrada Minuano) entre a BR-376 e a Klabin: R\$ 26,7 milhões.
- ▶ Contorno de Arapotí entre a PR-092 e PR-239: R\$ 54,7 milhões.
- ▶ Interseção na PR-160 para acesso ao distrito logístico e expansão urbana de Telêmaco Borba: R\$ 29 milhões.
- ▶ Pavimentação da Estrada Margem Direita: R\$ 50 milhões.

20.1.2.5 Itaipu

A Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional é a líder mundial em produção de energia limpa e renovável, cuja colaboração com a União e o Governo do Estado deu frutos importantes para o desenvolvimento da infraestrutura de suas regiões lindeiras e de todo o Paraná. O total de investimentos supera R\$ 1,1 bilhão.

- ▶ Nova Ponte Internacional da Integração, entre Foz do Iguaçu (Brasil) e Presidente Franco (Paraguai), com 760 metros: 97,86% de conclusão (100% da estrutura finalizada), total de R\$ 347 milhões. Inauguração prevista para dezembro.
- ▶ Acesso da nova ponte à BR-277, e conexão às aduanas da trílice fronteira: 16,09% de conclusão, total de R\$ 155,6 milhões.
- ▶ Duplicação da BR-469 (Avenida das Cataratas) em Foz do Iguaçu, conectando a nova ponte, a Ponte Internacional Tancredo Neves (Brasil-Argentina) e o Parque Nacional do Iguaçu: 0,57% de conclusão, total de R\$ 129 milhões.
- ▶ Restauração e pavimentação da BR-487 (Estrada Boiadeira): 93,28% de conclusão, total de R\$ 281 milhões.
- ▶ Duplicação da BR-277, com vias marginais e interseções, em Cascavel: 52,9% de conclusão, total de R\$ 59 milhões.
- ▶ Readequação da BR-163 (Contorno Oeste de Cascavel): 91,3% de conclusão, total de R\$ 98,5 milhões.

- ▶ Rodovia entre Ramilândia e Santa Helena: 5,76% de conclusão, total de R\$ 20,4 milhões.
- ▶ Revitalização da Ponte Interestadual Ayrton Senna, que liga Guaíra ao município de Mundo Novo (MS), e de seus acessos: 2,09% de conclusão, total de R\$ 18,2 milhões.
- ▶ Iluminação da BR-277 em Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu: 3,89% de conclusão, total de R\$ 9,9 milhões.
- ▶ Contorno de Guaíra: em fase de planejamento, estimado em R\$ 65,8 milhões.
- ▶ Nova ponte interestadual sobre o Rio Paraná, conectando os municípios de São Pedro do Paraná e Taquarussu (MS): em fase de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA).

20.1.3 Gestão da Inovação para Planos, Projetos e Obras

O DGI desenvolveu ações para promoção da inovação e melhoria da gestão de projetos e obras públicas, no âmbito da SEIL, destacando-se as ações a seguir.

20.1.3.1 Inovação Tecnológica

Coordenação da execução das ações previstas na Estratégia *BIM* PR: Paraná Rumo à Inovação Digital nas Obras Públicas para o Fomento e Implantação do *Building Information Modeling (BIM)*, instituído pelo Decreto n.o 3.080/2019 com a finalidade promover a inovação tecnológica para melhoria da qualidade de projetos e obras públicas, com destaque para:

- ▶ Elaboração conjunta, SEIL e CELEPAR, de termos de referência e justificativa técnica para aquisição de equipamentos, *hardware* e *softwares BIM* para adequação da infraestrutura tecnológica das instituições participantes da Estratégia (SEIL, SETI, SESA, SESP, PRED, FUNDEPAR, COHAPAR, PARANACIDADE, COMEC e DER).
- ▶ Elaboração conjunta, SEIL e Escola de Governo, do planejamento para capacitação em *BIM* dos servidores e gestores públicos estaduais.
- ▶ Apoio técnico especializado à Comissão Técnica de Avaliação do processo licitatório capitaneado pela CELEPAR na análise das soluções apresentadas pelos fornecedores vencedores e atendimento aos requisitos técnicos obrigatórios constantes do Edital n.o 673/2022 - Licitação n.o 938060 para aquisição de Ambiente Comum de Dados (ACD) único para o Governo do Estado, visando a centralização das informações geradas a partir dos modelos *BIM* durante todo o ciclo de vida dos empreendimentos públicos.
- ▶ Apoio à prospecção junto ao mercado de fornecedores de soluções de TIC para Ambiente Comum de Dados para gestão de modelos virtuais de empreendimentos públicos (projetos e obras) do Governo do Estado do Paraná.

20.1.3.2 Ações de Fomento ao BIM e Aceleração Digital nas Obras Públicas Estaduais

- ▶ Coordenação das ações promovidas pelo Grupo Técnico *BIM* (GTEC-*BIM*) visando a renovação do parque tecnológico dos órgãos estaduais e a capacitação técnica *BIM* de servidores dos órgãos integrantes da Estratégia *BIM* PR.
- ▶ Apoio técnico junto à Prefeitura Municipal de Ponta Grossa para análise do Plano de Execução *BIM* para modernização do Aeroporto Comandante Antônio Amilton Beraldo.
- ▶ Apoio técnico para análise de projetos e readequação dos fluxos de trabalho em *BIM* da COHAPAR para o Condomínio do Idoso no município de Arapongas.
- ▶ Desenvolvimento do projeto piloto Rotas Acessíveis, em conjunto com Paraná cidade de Prefeitura de Rio Branco do Sul, para desenvolvimento e adequação de metodologia para elaboração de projetos municipais de intervenção de infraestrutura urbana em *BIM*.
- ▶ Apoio técnico na implantação do *BIM* no Ministério Público do Paraná.
- ▶ Realização de palestras e reuniões técnicas com a Comunidade dos Municípios da Região de Campo Mourão e equipes de prefeituras municipais para orientação do processo de implantação *BIM* em nível municipal.
- ▶ Atualização do Portal *BIM* Paraná, principal canal de comunicação das ações de implantação do *BIM* promovidas pelo Governo do Estado do Paraná.
- ▶ Formalização dos Termos de Cooperação Técnica *BIM* com as empresas desenvolvedoras de ferramentas - *BIM* 682 Soluções, Trimble, Del Isola -, credenciadas na Chamada Pública 01/2021, para apoiar a implantação do *BIM* no âmbito da Estratégia *BIM* PR.
- ▶ Formalização do Termo de Cooperação Técnica com o SENAI PR para promover ações conjuntas de inovação, fomento e implantação da tecnologia *BIM* visando melhorias na gestão de projetos e de obras públicas.
- ▶ Apoio e contribuições técnicas à Procuradoria Geral do Estado para regulamentação da exigência do *BIM* nos processos licitatórios de obras e serviços de arquitetura e engenharia e definição do planejamento faseado para implantação do *BIM* no Governo do Estado até 2026 no Decreto Estadual n.o 10.086/2022 que regulamentou, em âmbito estadual, a nova lei federal de licitações.
- ▶ Lançamento, em conjunto com o DER-PR, do Caderno de Especificações Técnicas em *BIM* para infraestrutura rodoviária.
- ▶ Coordenação, juntamente com o Estado de Santa Catarina, da Câmara Temática *BIM* do Consórcio Sul e Sudeste para implantação do *BIM* no âmbito dos Estados membros.
- ▶ Execução das atividades previstas no Termo de Cooperação Técnica entre SEIL, DER e DNIT, com o objetivo de promover trocas de informações entre as instituições, para implementação da metodologia *BIM* e padronização das exigências dos entregáveis nos processos licitatórios.
- ▶ Coordenação das atividades práticas profissionais dos Residentes técnicos da Residência Técnica em Projetos e Obras Pública (RESTEC POP) 2020-2022.

- ▶ Representação do Governo do Estado do Paraná em eventos técnicos *BIM*, em nível nacional, para divulgação da Estratégia *BIM* PR.

20.2 DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM (DER)

O DER é a autarquia estadual responsável por garantir a movimentação adequada de pessoas e bens nas rodovias integrantes do Sistema Rodoviário Estadual (SER). Conforme os dados mais recentes, a malha rodoviária federal e estadual sob sua responsabilidade contempla 12.205,79 km de extensão.

Quadro 1 - Rodovias Estaduais sob Responsabilidade do DER no Estado do Paraná (quilômetros), 2022

NÃO PAVIMENTADA	PAVIMENTADA			EM OBRAS			TOTAL
	PISTA SIMPLES	PISTA DUPLA	TOTAL PAVIMENTADA	PISTA SIMPLES	PISTA DUPLA	TOTAL EM OBRAS	
1.488,56	10.062,14	411,42	10.473,56	175,90	67,77	243,67	12.205,79

Fonte: SRE. Elaboração: DER.

20.2.1 Obras Rodoviárias

Os programas existentes têm por objetivo melhorar as condições de trafegabilidade nas rodovias estaduais, por meio de construção de rodovias, duplicações com ampliação de capacidade, pavimentação e serviços de conservação da malha rodoviária. O Estado investiu R\$ 1,25 bilhão até setembro de 2022, nos contratos de obras rodoviárias.

- ▶ Implantação de pavimento, contorno e duplicação: R\$ 572,3 milhões.
- ▶ Conservação de rodovias (PERC II): R\$ 505,7 milhões.
- ▶ PROCONSERVA: R\$ 91,3 milhões.
- ▶ PROSEG: R\$ 46 milhões.
- ▶ Integra Paraná: R\$ 32,6 milhões.
- ▶ Outras obras de recuperação de pavimento: R\$ 3,1 milhões.

20.2.1.1 Conservação da Malha Rodoviária

O 2º Programa Estadual de Recuperação e Conservação de Estradas Pavimentadas (PERC II) engloba serviços de conservação e manutenção e abrangendo toda a malha rodoviária estadual sob responsabilidade do DER. São executados serviços de conservação e manutenção, como: reperfilamento, tapa buracos, remendo profundo, remendo superficial, micro reperfilagem, roçada, sinalização, limpeza de bueiros, entre outros.

O programa é subdividido em três subprogramas; somados, seus investimentos em 2022 foram de R\$ 505,7 milhões.

- ▶ Conservação e Recuperação Descontínua com Melhoria do Estado do Pavimento (CREMEP): 4.179,3 km;
- ▶ Conservação Rotineira de Pavimentos (COP): 6.057,86 km;
- ▶ Conservação da Faixa de Domínio: 11.581,65 km.

O DER também atua através do Programa de Conservação de Pista por Parâmetro de Desempenho aos Contratos de Conservação Rodoviária em Rodovias Pavimentadas do Estado do Paraná (PROCONSERVA), que aplicou R\$ 91,3 milhões em 2022.

20.2.1.2 Programa de Seguranças Viária das Rodovias Estaduais (PROSEG)

Criado em 2021, atua em 9.965 km de rodovias divididas em 8 lotes, com intervenções adotadas conforme critérios geométricos, de uso do solo e de composição do fluxo de veículos para a definição de materiais e soluções propostas. É constituído de elementos que estabelecem as diretrizes a serem empregadas na elaboração dos Projetos Executivos de Segurança Viária.

Em 2022, os investimentos somaram R\$ 46 milhões, e incluem:

- ▶ Micro desenvolvimento regional através da sinalização de rotas turísticas.
- ▶ Manutenção e ampliação dos elementos de sinalização viária na malha estadual.
- ▶ Constante adequação técnica dos dispositivos as normas vigentes.
- ▶ Adesão às Metas da Década de Ação pela Segurança no Trânsito (2021-2030).

20.2.1.3 Integra Paraná

Execução de serviços de conservação e manutenção, em trechos estaduais pertencentes ao anel de integração, incluindo-se trechos de oferta, que retornaram ao estado do Paraná ao final do prazo contratual das concessões.

O objeto contempla reparar ou sanar defeitos no pavimento através da sua conservação rotineira de pista e da faixa de domínio, totalizando 964,52 km de rodovias subdivididos em cinco lotes, e R\$ 32,6 milhões de investimentos em 2022.

20.2.2 Rodovias concessionadas

20.2.2.1 Obras concluídas

- ▶ Duplicação: BR-369 Cornélio Procópio - Trevo Uraí - Jataizinho; BR-376 trechos de Ortigueira, Mauá da Serra e Tibagi; PR-412 Matinhos.
- ▶ Terceira faixa: BR-277; BR-373.
- ▶ Trevo: BR-277 Cascavel (Trevo Cataratas); BR-277 Fernandes Pinheiro - entroncamento da PR-438.
- ▶ Passarela: BR-476; BR-277 Paranaguá e São José dos Pinhais; PR-151 Carambeí.

20.2.2.2 Obras em andamento

- ▶ Duplicação: BR-158 Peabiru.
- ▶ Contorno: BR-376 Jandaia do Sul; e PR-444 Arapongas.

20.3 ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE (FERROESTE)

A Estrada de Ferro Paraná Oeste S.A. é uma empresa de sociedade mista que tem no Estado do Paraná seu maior acionista. A empresa detém a concessão de uma ferrovia entre Guarapuava e Dourados (MS), embora o trecho construído e em operação seja de 248 quilômetros entre Cascavel e Guarapuava.

Até novembro de 2022, circularam por sobre os trilhos 1,07 milhão de toneladas de produtos, a maioria grãos (soja, milho e trigo), farelo e contêineres refrigerados com destino ao Porto de Paranaguá. No sentido importação, chegam insumos agrícolas como adubos, fertilizantes, cimento e combustíveis. Neste período, o faturamento foi de R\$ 17,48 milhões.

20.3.1 Estrutura

20.3.1.1 Cascavel

- ▶ Terminal Ferroviário de Cargas: 1,6 milhão de m²; 17 empresas instaladas; capacidade estática para 520 mil toneladas.
- ▶ Terminal de Armazenamento e Transbordo: capacidade de 6 mil toneladas, associada à parceira Cargill com mais 40 mil toneladas de operação.
- ▶ Concessionários e suas capacidades: Moinho Iguaçu, 120 mil toneladas; AB Insumos, 86 mil toneladas; Bunge, 70 mil toneladas; Yara Fertilizantes, 60 mil toneladas; Coopavel, 50 mil toneladas; Votoran, 2 mil toneladas.
- ▶ Sede administrativa: gestão de operações da empresa.

20.3.1.2 Guarapuava

- ▶ Estação Ferroviária: operações, oficina mecânica e via permanente.
- ▶ Posto de locomotivas e vagões: 14 locomotivas, 450 vagões e 30 operadores.
- ▶ Clientes: Cooperativa Agrária, com o maior silo de capacidade estática em toda a América Latina, de 300 mil toneladas; Lustosa Agrológica, com terminal intermodal privado para carregamento de cimento e grãos.
- ▶ Sede administrativa: gestão de operações da empresa.

20.3.2 Nova FERROESTE

Os recentes estudos para a criação do Corredor Oeste de Exportação tiveram início em 2020, com a contratação do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica, Ambiental e Jurídica (EVTEA-J), que apontou a necessidade da diversificação do modal logístico do transporte de cargas, especialmente aquelas que transitam entre o estado do Mato Grosso do Sul, a região oeste do Paraná e o Porto de Paranaguá.

20.3.2.1 Revitalização e Ampliação

O projeto visa ampliar sua extensão nas duas pontas, num total de 1.304 novos quilômetros de estrada de ferro, com a construção de um novo traçado entre Guarapuava e Paranaguá, e entre Cascavel e Maracaju (MS), além da implantação de um ramal entre Cascavel e Foz do Iguaçu; o traçado existente será substituído ou revitalizado.

A intenção é licitar a Nova FERROESTE após a obtenção da licença ambiental prévia - processo atualmente em análise pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). O consórcio vencedor será responsável pelas obras e pela operação da ferrovia por 65 anos. O investimento é estimado em R\$ 29,4 bilhões, considerando a implantação dos trechos e ainda a aquisição de material rodante (locomotiva e vagões) para operação durante todo o período de contrato.

Quando a ferrovia estiver concluída, terá potencial para ser um dos principais corredores de transporte de grãos e contêineres do País. Estima-se que devem passar sobre os trilhos cerca de 37 milhões de toneladas no primeiro ano de operação plena. No último ano do contrato de operação, com todo o empreendimento já concluído, a ferrovia deve transportar aproximadamente 84 milhões de toneladas de carga.

20.3.2.2 Acesso ao Porto de Paranaguá

O EVTEA-J indicou a necessidade de melhorias na estrutura urbana da cidade para receber as locomotivas. A construção de um viaduto ferroviário na Avenida Roque Vernalha e um viaduto rodoviário na Avenida Coronel Santa Rita vão oferecer maior fluidez ao trânsito. O investimento também prevê a requalificação de 10 quilômetros da linha férrea atual até o acesso ao Porto, com a troca completa de trilhos e dormentes. O investimento neste município está previsto em R\$ 240 milhões para a construção de viadutos rodoviário e ferroviário.

A conexão ferroviária entre o porto e a tríplice fronteira torna possível a captação de carga de países vizinhos como a Argentina e especialmente o Paraguai. Com os investimentos previstos para o Porto de Paranaguá, o eixo potencializará a redução em 28% do custo logístico, refletindo na

elevação da produtividade e competitividade da agroindústria e demais setores produtivos, segundo o EVTEA-J.

20.4 PORTOS DO PARANÁ (APPA)

A Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), conhecida como Portos do Paraná, é a empresa pública estadual responsável pela gestão do 2º maior complexo portuário do Brasil, considerando o volume de movimentação de cargas. Em reconhecimento à competência técnica e à eficiência da instituição, o Paraná foi a primeira unidade da federação a receber autonomia para gestão de exploração das áreas do porto, já renovada até 2025.

20.4.1 Relação Porto-Cidade

Reconhecido como um dos motores do crescimento econômico do Paraná, o complexo portuário de Paranaguá e Antonina preconiza o desenvolvimento sustentável, atento aos impactos sociais da área em que opera, sendo responsável por 44% dos empregos locais. Além de expressiva geração de empregos e renda, a APPA investe em infraestrutura viária, mitigando os efeitos da movimentação de veículos, constantemente envolvendo a sociedade civil na tomada de decisões que envolvam os municípios de sua área de influência.

O trabalho de desenvolvimento sustentável realizado no litoral paranaense, aliando proteção ao meio ambiente à crescente movimentação de cargas no comércio exterior, foi reconhecido novamente pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo convidada, como a única autoridade portuária do planeta, a palestrar pelo terceiro ano consecutivo no Evento COP 27.

20.4.1.1 Ilhas da Baía de Paranaguá

Durante 2022, foi dado andamento nas obras de reforma e renovação de dois trapiches em Antonina, e de três trapiches em Paranaguá, na Ilha dos Valadares e do Rocio, com valor máximo contratual de R\$ 17 milhões, com previsão de término ainda em 2022.

Foi realizada também a licitação para construção de mais seis trapiches nas ilhas situadas no entorno do porto: Piaçaguera, Eufrasina, Ilha do Teixeira, Amparo, Europinha e Vila Maciel. O valor do investimento será definido com a homologação do certame; entretanto, o valor máximo da licitação foi de R\$ 22,7 milhões, com obras a iniciar em 2023.

20.4.1.2 Moegão

No último trimestre de 2022, foi licitado o projeto que centraliza a descarga ferroviária de grãos dos terminais que ocupam o cais Leste do Porto de Paranaguá, obra denominada Moegão, que pretende reduzir o tempo gasto no processo de descarregamento do modal ferroviário e aumentar a

capacidade de recebimento de vagões de 550 para 900 por dia. O objetivo será reduzir o fluxo de caminhões, diminuir as interferências rodoferroviárias de 16 para 5, melhorar o trânsito na região e aumentar a participação do modal ferroviário.

20.4.2 Projetos Estruturantes

Durante os últimos quatro anos, os Portos do Paraná realizaram o maior conjunto de recuperação, repotenciamento e reformas de sua história, abrangendo a infraestrutura marítima, os acessos e a infraestrutura terrestre do complexo.

20.4.2.1 Infraestrutura Marítima

Em 2022, as obras relacionadas à recuperação e manutenção nos berços de atracação, nos canais de acesso e na bacia de evolução e de manobras incluem:

- ▶ Dragagem de manutenção do canal de acesso, com remoção do assoreamento para manter profundidade adequada à movimentação de embarcações; investimentos em 2022 de aproximadamente R\$ 70 milhões até novembro; valor contratual máximo de R\$ 491 milhões, previsto para 5 anos de vigência.
- ▶ Derrocagem para remoção de formações rochosas que interfiram na navegação na entrada do porto; investimento máximo do projeto de R\$ 32 milhões, com término previsto ainda em 2022. A obra já possibilitou um aumento parcial da profundidade do canal operacional de 30 cm, que gera um ganho de produtividade de 2.100 toneladas por navio graneleiro ou até 600 mil toneladas adicionais por ano; ao final da obra, o calado do canal de acesso ao porto de Paranaguá será de aproximadamente 13,5 metros.
- ▶ Recuperação e reforço do Píer Público de Granéis Líquidos do Porto de Paranaguá; investimento aproximado de R\$ 19,9 milhões.

20.4.2.2 Infraestrutura Terrestre

Obras relacionadas à operação portuária em áreas operacionais e de acesso, destinadas ao aprimoramento da segurança e rapidez na movimentação e transbordo de cargas. Em 2022, a APPA realizou:

- ▶ Licitação do Projeto da Nova Moega Ferroviária, denominada Moegão, com investimento máximo de R\$ 593 milhões, e início das obras esperado para 2023. Prevê o aumento da participação do modal ferroviário, com a ampliação da capacidade de recepção de cargas para 24 milhões de toneladas anuais, redução no fluxo de caminhões e diminuição das interferências ferroviárias nas vias urbanas da cidade de Paranaguá.
- ▶ Manutenção viária nas vias de acesso ao Porto de Paranaguá, com aproximadamente R\$ 3,4 milhões investidos.

PR.GOV.BR



PR.GOV.BR

